

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

HUMBERTO PIRES DA PAIXÃO

RESISTÊNCIA E PODER NO DISPOSITIVO DA MODA

GOIÂNIA
2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Humberto Pires da Paixão

Título do trabalho: Resistência e poder no dispositivo da moda

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a)

Data: 11 / 04 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

HUMBERTO PIRES DA PAIXÃO

RESISTÊNCIA E PODER NO DISPOSITIVO DA MODA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Linha de Pesquisa: Língua, texto e discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Menezes de Sousa.

GOIÂNIA
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Paixão, Humberto Pires da
Resistência e poder no dispositivo da moda [manuscrito] /
Humberto Pires da Paixão. - 2017.
xi, 258 f.

Orientador: Profa. Dra. Kátia Menezes de Sousa.
(Stricto Sensu) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, , 2017.

1. resistência. 2. poder. 3. discurso. 4. dispositivo. 5. moda. I.
Sousa, Kátia Menezes de, orient. II. Título.

CDU 81

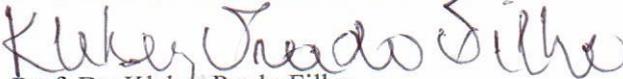


ATA Nº 12/2017

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA TESE DE DOUTORADO
DO ALUNO HUMBERTO PIRES DA PAIXÃO

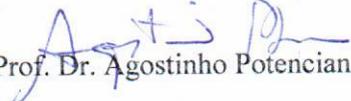
Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, a partir das quatorze horas, no Miniauditório Professor Egidio Turchi da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, nesta capital, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**Resistência e poder no dispositivo da moda**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Kátia Menezes de Sousa (Presidente/Faculdade de Letras/UFG) com a participação dos demais Membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Kleber Prado Filho (UNIARP), Professora Doutora Vanice Maria de Oliveira Sargentini (UFSCar), Professor Doutor Antônio Fernandes Júnior (UFG/Campus Catalão) e Professor Doutor Agostinho Potenciano de Souza (Faculdade de Letras/UFG). A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Kátia Menezes de Sousa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora e visada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Goiânia, aos cinco dias do mês de maio de dois mil e dezessete.


Prof. Dra. Kátia Menezes de Sousa - Presidente


Prof. Dr. Kleber Prado Filho


Prof. Dra. Vanice Maria de Oliveira Sargentini


Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior


Prof. Dr. Agostinho Potenciano de Souza

Visto: 
Prof. Dr. Wilson José Flores Júnior

À minha professora¹

A minha professora é linda. Ela tem os cabelos claros e cacheados, os olhinhos pequenos e um punhado de anéis nos dedos. Eu adoro o jeito que ela se veste e o jeito que ela enrola os cabelos com a ponta dos dedos.

Alguns falam que a melhor professora que existe é a professora deles, mas não é verdade, a melhor professora do mundo é a minha professora. Não é porque é minha professora, mas é que ela é a mais inteligente de todas.

Minha professora, ela é um amor de pessoa. Mas não achem que ela é sempre boazinha não. Dixe! Quando ela fica nervosa, eu nem gosto de ficar perto. Nessas horas, ela é pior do que a Cuca, do Sítio do Pica Pau Amarelo.

Outro dia, eu vi ela conversando no telefone com uma moça, acho que o nome dela é Capes (nome esquisito esse!), aí o bicho pegou. Se eu fosse essa tal de Capes, eu até mudaria de nome. Mas bem feito pra essa mulher! Quem mandou ela ficar tomando as bolsas de outras pessoas. Mania esquisita essa!

Ah, eu já ia esquecendo de dizer que a minha professora tem uma porquinha linda chamada Meg. Uma não, três. Agora eu quero ver se tem alguém que tenha uma professora melhor que a minha e que tenha esse tanto de porquinhos.

Olha, pra terminar, eu só queria dizer mais uma coisa: eu amo minha professora. E queria parabenizá-la e agradecê-la por ter criado, há dez anos, o Grupo Trama.

¹ Sim, esse texto toma por base outros tantos textos que apresentam estas mesmas características: exaltar as qualidades de um/a docente, fazer-se passar por um/a estudante das séries iniciais, servir de homenagem “ao mestre com carinho”. Na verdade, ele foi redigido para ser apresentado quando da realização do II Ciclo de Estudos do Discurso, como forma de prestar uma homenagem à professora Kátia, idealizadora tanto do evento como do Grupo Trama que, naquela ocasião, completava 10 anos de atividade. Reapresento-o neste espaço desta tese não só por ter sido por nós redigido, mas principalmente para poder reafirmar os meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora, pelo empenho, pela dedicação, pela postura combativa, pela partilha do conhecimento, pela dureza e pela ternura que sempre nos conduziu. Se possível, gostaria também de estender essa homenagem a todas as professoras e todos os professores que, em suas microlutas diárias, nos ajudaram/ajudam a lidar com (essa coisa complicada e antinatural, como pensava Nietzsche, que é) o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A você,
a mim,
a nós
e a todos/todas,
embora haja algumas
(talvez várias)
exceções.

“A visibilidade é uma armadilha”.
Michel Foucault (2002)

RESUMO

A presente tese tem por objetivo descrever e analisar a articulação entre poder e resistência no dispositivo da moda, ou seja, investigar, em enunciados efetivamente produzidos, a possibilidade de resistir ao poder de que se constitui a moda, poder esse amparado em determinados saberes e produtor de subjetividades. Como aparato teórico-metodológico, optou-se pelas formulações de Michel Foucault e seu imbricamento com os postulados da Análise do Discurso francesa (AD), especialmente em seu conceito de dispositivo, para discutir as relações de poder, a subjetivação e a contraconduta na sociedade de controle. A partir de um percurso inspirado nas formulações do mestre francês, especulamos sobre a necessidade de se fortalecer uma AD foucaultiana, já que seu legado constitui-se de um arsenal potente para lidar com os discursos híbridos presentes na atualidade. Também buscamos retomar as noções de dispositivo, poder, saber, sujeito e resistência, por meio das releituras atuais feitas por alguns autores, como Gilles Deleuze, Paul Veyne, Giorgio Agamben, dentre outros. Nesse sentido, procuramos atualizar essas discussões, inserindo nelas a possibilidade de tratar a moda, nosso objeto de pesquisa, no rol dos dispositivos que compõem o cenário biopolítico da contemporaneidade, em sua incidência sobre os corpos e, sobretudo, sobre a população. Tendo em mente que só é possível o exercício do poder num universo em que a liberdade seja sua condição *sine qua non*, empreendemos a revisão do conceito de poder e resistência para que pudéssemos analisar alguns casos em que tal ação se materializasse. Como decorrência desse movimento de retomadas e atualizações, fez-se necessário, dada a sua reiteração nos textos analisados, examinar o conceito de estilo e sua relação com as linhas de forças e de fuga, bem como a relação entre a subjetivação e a estilização. Para tanto, a noção de dispositivo possibilitou a apreensão dos contornos e movimentos próprios da moda, pois, em se tratando de um conceito operacional ou estratégico, que se volta para as práticas (concretas ou discursivas), com ele pode-se capturar esses processos de constituição de subjetividades. Durante o trabalho, cujo *corpus* se constituiu a partir de textos de diferentes gêneros discursivos extraídos do universo midiático, detectou-se a confirmação de nossa hipótese de que, no dispositivo da moda, a resistência é sempre reaproveitada em favor da manutenção e do desenvolvimento do próprio dispositivo.

Palavras-chave: Dispositivo. Discurso. Moda. Poder. Resistência. Estilização.

ABSTRACT

This present work aims at describing and analysing the articulation between power and resistance in the fashion device, that is, investigating the possibility of resisting to the power upon which fashion is established, as being supported in certain knowledge fields as well as source of subjectivity. As a theoretical-methodological apparatus, this analysis opted for Michel Foucault's formulations and their contributions to the French Discourse Analysis, especially as to its concept of devices in order to debate the power relations, the subjectivity and the counter-behaviour in the society of control. From a pathway inspired by the formulations of the French master, we speculate on the need of strengthening an AD, once his legacy is composed by an arsenal powerful enough to deal with the hybrid discourses present today. We also seek to resume the notions of device, power, knowledge, subject and resistance by current reinterpretations made by some authors such as Gilles Deleuze, Paul Veyne and Giorgio Agamben, among others. In this sense, we pursuit to update these debates, as well as contemplating the possibility of comprehending fashion – our object of research – in the list of mechanisms that compose the biopolitics scenario in current days, its incidence on the bodies and, mainly, on the population. Keeping in mind that it is only possible to exert power over a universe where liberty is a *sine qua non* condition, we review the concept of power and resistance so that it would be possible to analyse some cases in which such action would take form. As a result of this movement of renewals and updates, it became necessary to examine the concept of style and its relation to the parameters of forces and escape, as well as the relationship between subjectivity and stylization. For this, the notion of device made possible the apprehension of the contours and movements proper to fashion, because, in the case of an operational or strategic concept, that turns to practices (concrete or discursive), with it can capture these processes of constitution of subjectivities. In the course of this work, which *corpus* was built upon texts of different discursive genders extracted from the media universe, we found the confirmation of our hypothesis, that is, in the realm of fashion device, resistance is always reutilized in benefit of the maintenance and development of its own device.

Keywords: Device. Discourse. Fashion. Power. Resistance. Stylization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO FOUCAULTIANA.....	21
2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO NA MODA E A MODA NA ANÁLISE DO DISCURSO.....	22
2.1.1 A AD está na moda?.....	22
2.1.2 A AD está na moda?, isto é, a moda está na AD?.....	29
2.2 ESSA ESTRANHEZA SINGULAR CHAMADA DISCURSO.....	37
2.2.1 Indo ao encontro do discurso.....	37
2.2.2 O enunciado “is the new black”.....	47
2.3 QUE HISTÓRIA É ESSA?.....	54
2.3.1 Notas sobre o moderno conceito de História.....	55
2.3.2 O conceito de História na Escola dos <i>Annales</i>	59
2.3.3 A perspectiva histórica em Michel Foucault.....	64
3 RESPOSTA A UMA URGÊNCIA: A NOÇÃO DE DISPOSITIVO.....	70
3.1 NO MEIO DO CAMINHO, HAVIA O DISPOSITIVO.....	70
3.1.1 Dispositivo: uma ferramenta teórico-metodológica.....	75
3.1.2 Apontamentos para uma análise de dispositivos: notas sobre o poder como centro do dispositivo.....	80
3.2 DISPOSITIVOS FOUCAULTIANOS: DOIS EXEMPLOS.....	87
3.2.1 Dispositivos de segurança.....	87
3.2.2 Dispositivo de sexualidade.....	93
3.3 A MODA COMO UM DISPOSITIVO.....	98
3.3.1 Curvas de visibilidade e regimes de enunciabilidade: o saber.....	99
3.3.2 Linhas de força: o poder.....	106
3.3.3 Linhas de subjetivação: o sujeito e a construção de subjetividades.....	119
4 LINHAS DE FORÇA E DE FUGA.....	131
4.1 RESISTÊNCIA E PODER.....	131
4.1.1 O corpo e a vida como <i>locus</i> e instrumentos de resistência.....	146
4.1.2 Resistência e dispositivo da moda.....	166
5 ESTILO: CADA UM TEM O SEU?.....	192
5.1 NOTAS INICIAIS SOBRE ESTILO.....	193

5.1.1 Estilo numa perspectiva linguística.....	196
5.1.2 Rumo ao dialogismo, aos gêneros discursivos e ao estilo bakhtiniano.....	203
5.2 ESTILO: UMA QUESTÃO DE (EST)ÉTICA (DA EXISTÊNCIA) EM FOUCAULT.....	210
5.3 UM ESTILO PARA CHAMAR DE SEU (?)......	219
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	234
REFERÊNCIAS.....	244

1 INTRODUÇÃO

Ah, os inícios! Como são solenes, por um lado, e difíceis, por outro. Algumas vezes, Michel Foucault mencionou a dificuldade de materializar uma certa escrita, de começar e adentrar nesse universo arriscado que se chama discurso. Mais uma vez, estava com a razão (ou seria melhor dizer, nesse caso, desrazão?). Segundo ele, há um desejo, que atinge, de certa forma, um grande número de sujeitos, de não ter de começar ou já, de antemão, se encontrar do outro lado do discurso. Maravilha não ter que se posicionar nesse lado em que o peso da história, do poder, do saber, das instituições recai sobre quem dele se apropria e é impelido por algo que lhe diz “Vamos, diga alguma coisa”. Começar e continuar. Fazer surgir algo até então desconhecido ou não reconhecido. Isso é parte da dificuldade dos começos formais e da tentativa de colocar em ação o que não vem naturalmente. Sim, porque o conhecimento, numa perspectiva nietzsche-foucaultiana, é antinatural. Talvez seja contra essa escrita que Foucault se questionava: “Quando começarei a escrever sem que escrever seja ‘escrita’?” (POL-DROIT, 2006, p. 80).

Mas, o avançado do tempo se faz presente e uma voz ecoa dizendo “Vamos, diga algo”, o melhor é iniciar o que havia sido protelado, o que pretendia se fazer ouvido de outras formas. Já que, para Foucault (POL-DROIT, 2006), a escrita é apenas um meio, e não um fim em si mesma, melhor fazer valer desse meio para atingir os fins necessários. Nessa perspectiva, diz ele: “As coisas que publico são escritas no mau sentido do termo: isto cheira a ‘escrita’. E quando começo a trabalhar, é ‘escrita’, e implica todo um ritual, toda uma dificuldade.” (POL-DROIT, 2006, p. 80). Iniciemos, pois, o que já, de fato, apesar das dificuldades e das solenidades, foi iniciado já há algum tempo!

Poderíamos, com o intuito de arquitetar uma abertura para este trabalho, evocar algum ponto na literatura que tocasse na questão que aqui discutiremos, talvez um romance ou um conto que falasse sobre uma personagem tecendo algo (uma roupa, um tecido qualquer) ou mesmo sobre a figura de um rei nu que todos precisassem afirmar que estivesse vestido e ainda por cima elogiar a “não roupa” de um tal monarca nu, dado o temor por seu poder de morte sobre a vida. Ou, quem sabe, pudéssemos, abandonando as artes literárias, retomar algum fato marcante na história para servir de ilustração ou de pontapé inicial para nossa caminhada. Mas tudo isso, além de já ter sido feito, apenas figurativizaria o que verdadeiramente merece destaque. O fato é que essa pesquisa começou a ser gestada há alguns anos, para ser mais exato, quando, numa aula da professora Kátia, ao lermos (ou

relermos, não sei bem ao certo) *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2009a), nos deparamos com a ideia de que os enunciados têm um movimento particular de retornar, de se transmutar e continuar os mesmos, mesmo não o sendo. Isso, além de inovador, demonstrou a atualidade dessa explanação ao se pensar, por exemplo, na dinâmica do mundo em que vivemos. Não tardou para que a analogia com o universo da moda acontecesse e, a partir daí, todo o traçado que culminaria com a presente pesquisa.

Grande parte deste trabalho está estruturada e embasada nos ensinamentos, preceitos, conceitos advindos de Michel Foucault. Mas se este nos oferece seu instrumental teórico – ou a “caixa de ferramentas”, como ele mesmo diria –, nossa base epistemológica se coaduna com os postulados da Análise do Discurso francesa (AD)², daí a possibilidade – diria até mesmo a necessidade, como será discutido no primeiro capítulo – de se pensar uma AD de base foucaultiana. Essa “escolha” – entre aspas, já que se trata de uma noção complicada, como se verá mais adiante – não é uma atitude gratuita ou benevolente, mas se deve em grande medida à produtividade encontrada nas formulações e reflexões advindas desse pensador francês. De tal modo que suas ideias não são apenas revigorantes, trazendo um novo “frescor” aos estudos em diferentes áreas, sobretudo àqueles devotados ao campo linguístico-discursivo, mas também estimulantes a ponto de instaurar novas discursividades. É com relação a essa característica que o próprio Foucault considera alguns autores – não sem antes problematizar acerca da própria existência do autor e, conseqüentemente, da função que leva este nome – como “fundadores de discursividade”, isto é, aqueles que instauram uma possibilidade infinita de discursos, não só análogos aos que empreenderam, mas, acima de tudo, diferentes em diferentes maneiras do que fizeram, num processo de reatualização (e não de retorno) quase *ad infinitum*.

É por esses e outros tantos motivos que esta pesquisa busca uma aproximação entre Foucault e moda. Seria, então, o mesmo que dizer que Foucault está na moda, de estar Foucault na moda? Sim e não, conforme se nota na formulação ambígua da própria questão – que servirá de base para iniciarmos o primeiro capítulo ao situarmos o nosso objeto de pesquisa, a moda, e o nosso referencial teórico-metodológico, a Análise do Discurso francesa. Foucault está na moda, pois, conforme seus estudos e pesquisas abrangeram áreas diversas e rumos em igual medida diferentes, ele serve de inspiração para estudos em diversos segmentos, da Filosofia à História, da Linguística à Medicina, da Psicologia à Sociologia, da

² Apesar das diferenças existentes entre a AD francesa e a AD importada da França e praticada no Brasil, optamos por manter a referência à disciplina inaugurada por Pêcheux para demarcar o território com relação a outras ADs.

Geografia ao Direito, sem deixar de mencionar também a Arquitetura, as Artes e tantas outras. É a concretização das previsões de Deleuze de que o século seria foucaultiano, numa clara alusão ao fato de que seu pensamento é tão vivo e contemporâneo que dificilmente passaria sem causar estrondos em diversos segmentos devotados à cientificidade. Por tais razões, também é possível afirmar que Foucault não está na moda, no sentido de ser um modismo, um elemento, ou melhor, um pensamento, pautado na frivolidade e na efemeridade; ao contrário, a força e profundidade de suas asserções nos permitem vislumbrar que sua contribuição é da ordem da ruptura, da instauração de uma nova forma de ver e até mesmo de viver a vida.

Foucault está na moda ou a moda está em Foucault! Sim, pelo menos conforme a foto de uma matéria de revista³, que circulou pelas redes sociais em algum momento de 2016. Em que pese o fato de ser a imagem verdadeira ou não, problema típico de nossa sociedade, cuja relação com a verdade ou a produção desta se torna mais emblemática ainda, pois dependente de um universo virtual em que “tudo” pode ser dito por todos, isso importa na medida em que, a partir de uma perspectiva discursiva, tal enunciado pode ser formulado, ou seja, isto irrompeu em sua materialidade, seja nas páginas de uma revista ou na virtualidade das redes sociais. Trata-se, portanto, de um empobrecimento das contribuições foucaultianas ou da própria figura do filósofo? Talvez. Como aponta Albuquerque Júnior (2015) acerca da captura do pensamento do filósofo, bem como de sua própria imagem, pelo sistema capitalístico, por meio de um fato simbólico: a construção de um edifício em Belo Horizonte, Minas Gerais, com seu nome. Citemos as observações feitas por ele sobre o processo de domesticação que o pensamento foucaultiano vem sofrendo no interior da academia: “Em certos casos citar Foucault virou apenas uma forma de mostrar o caráter *up to date* do trabalho, uma espécie de etiqueta que garante que aquele produto é de grife, tem um bom *pedigree*. São os males, talvez inevitáveis, da consagração” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 256-257).

As palavras finais da citação anterior valem sua retomada e justificam seu destacamento: “[...] uma espécie de etiqueta que garante que aquele produto é de grife, tem um bom *pedigree*. São os males, talvez inevitáveis, da consagração”. Sim, são os males da consagração, mas, sobretudo, isso demonstra também o fato premente de, para entender a sociedade atual – líquida, contemporânea, espetacular, ou seja lá o adjetivo a ser a ela incorporado –, cujo funcionamento se aproxima ou sofre a influência da “racionalidade” da moda, o pensamento de Michel Foucault, com suas flechas apontadas em direção ao saber, ao

³ A imagem em questão mostra um catálogo aberto, com duas páginas de fotos de Michel Foucault em circunstâncias diversas, usando as suas blusas de gola rolé. As fotos do pensador francês serviam, pois, para ilustrar a venda de tais blusas na atualidade a um preço módico de 19,99 euros.

poder, ao sujeito e, sobretudo, à resistência, ter-se tornado capital e, sem ele, correr-se o risco de cair numa parcialidade ou até mesmo num grave equívoco. Nesse sentido, Foucault está na moda sim, pois, a partir dele, vislumbramos a possibilidade de inserir e entender a moda como um dispositivo e toda a gama de relações com outros conceitos que essa formulação faz necessária.

Vale ressaltar que os estudos de Foucault, entretanto, podem ser compreendidos como uma espécie de resistência ao que era/é proposto em várias áreas do conhecimento. As ações e os trabalhos empreendidos por ele ao longo de sua vida acadêmico-intelectual, bem como a forma com que foram recepcionados denotam que suas reflexões situam-se muito mais do lado das contracondutas do que do poder exercido sobre os outros, traduzem-se mais como problematizações acerca desse poder que se exerce constantemente do que sua reafirmação, daí que suas pesquisas são por si mesmas uma espécie de resistência no interior de diversos campos do saber. A fissura provocada por ele em relação a diferentes campos do conhecimento demonstra que seu pensamento se situa(va) não no centro, mas na periferia, não do lado da história tradicional, mas dessas outras histórias compostas por figuras situadas à margem (loucos, leprosos, criminosos, transviados, hermafroditas, assassinos, pensadores obscuros).

E isso pode ser atestado por sua postura problematizadora, que perpassa todo o seu percurso e que, juntamente a sua ênfase no par poder-saber, que implica falar de discurso e resistência, com vistas a entender a constituição do sujeito no presente, justifica sua presença massiva como amparo teórico-filosófico desta pesquisa. Quanto à relevância e/ou à necessidade de estudos discursivos que se detenham na análise de estratégias de poder, compartilhamos a posição de Fernandes (2012, p. 71), segundo o qual “a genealogia do poder é ainda pouco explorada no interior da AD.” Dessa forma, insiste-se na preocupação de voltar a atenção e trazer para o interior dos estudos em Análise do Discurso a centralidade das relações de poder, “[...] vistas não como forças determinantes, mas como relações de lutas e resistências” (SARGENTINI, 2012b, p. 11).

No tocante específico ao nosso objeto de pesquisa, qual seja a moda como um dispositivo de poder, gostaríamos de tecer algumas breves observações sobre nossa inquietação em escolhê-lo. A respeito disso, é importante que se diga que, ao iniciar um estudo, tem-se a ilusão (análoga à ilusão do sujeito como dono da verdade) de que o trabalho realizado, bem como o objeto sobre o qual este se foca são escolhas livres de seu autor. Ora, noções tais como a de “escolha”, de “liberdade”, de “autoria” são extremamente questionáveis quando se pensa discursivamente sobre o assunto, e isso já não é tão novidade assim.

Portanto, as “escolhas” em iniciar este trabalho, seu objeto, seus direcionamentos, seus dados, enfim, os elementos de que se compõem situam-se num limbo entre a liberdade total e irrestrita de agir e as coerções *ad infinitum* dos sistemas.

Estritamente falando, as roupas não são uma linguagem, conforme sentença Svendsen (2010), assim como a moda que lhe é correlata não tem nem gramática, nem um léxico em nenhum sentido usual. Sem dúvida, há comunicação por meio de seus elementos, mas isso não basta para que seja considerada como linguagem. Se existe a possibilidade de se expressar estados e pensamentos por meio do que se está vestindo, isso pode ser constatado no mais rotineiro ato da vida de um ser humano no interior de um sistema social qualquer, logo, o que se deve pôr em relevo é em que medida tal “fato” é algo característico do próprio vestuário ou se é uma convenção, ou mesmo um construto. “As roupas podem ser consideradas semanticamente codificadas, mas trata-se de um código com uma semântica extremamente tênue e instável, sem quaisquer regras realmente invioláveis” (SVENDSEN, 2010, p. 79) e isso implica em abordá-las não sob uma perspectiva estruturalista, já que este método pressupõe significados bastantes estáveis, mas de uma ótica discursiva, que procura, além dos sentidos em constante movimento, as relações entre poder, saber e sujeito que estão imiscuídas nos discursos.

No documentário *Jeremy Scott: The people’s designer*⁴, o estilista da renomada marca Moschino enfatiza que existe tanta coisa para vestir por aí, no mundo, que todos já estão bem. Questionado a respeito da importância de seu trabalho, Scott afirma que tudo já foi feito e tudo já foi visto, e há toneladas de roupas espalhadas pelo mundo, além de toneladas de sapatos, e há aterros cheios de lixo que as pessoas produziram. Então, pergunta ele, “por que você precisaria de algo novo se existe esse excesso de coisas por aí? Para mim, isso significa que você precisa de algo novo, porque você o deseja, porque você o quer, porque está inspirado.” Mais do que a assinatura de quem disse, o importante, numa perspectiva analítico-discursiva, é o fato de que isso foi possível de ser dito, a possibilidade de ter sido discursivizado. Logo, a fala do estilista nos interessa, pois há toda uma engenharia que permeia os dizeres humanos que os possibilita serem ditos, isto é, há um jogo, uma luta entre os saberes, os poderes e os sujeitos que se materializam nos discursos e, concomitantemente, fazem com que tal ou qual formulação possa ser pronunciada. Se há toneladas de roupas no mundo, possibilitando que não se produzam ou se inventem novas peças, por que a cada ano são confeccionados mais e mais itens novos? Se isso tem impacto na tão propalada

⁴ *Jeremy Scott: The people’s designer*. Vlad Yudin, EUA, 2015.

sustentabilidade, por que as coisas continuam como estão? A que ordem discursiva tais práticas obedecem e que relação pode ser estabelecida com a tríade poder-saber-sujeito?

No tocante aos nossos propósitos, procuramos, como objetivo geral, descrever e analisar a articulação entre poder e resistência no discurso da moda, ou seja, buscamos, por meio de enunciados efetivamente produzidos, pensar sobre a (não) possibilidade de resistência ao poder de que é constituído o dispositivo da moda, poder esse amparado em determinados saberes. Em batimento com os pressupostos foucaultianos, é interessante também pensar que, com relação à moda, não se intenta fazer um estudo sobre os elementos ou objetos que compõem esse campo, ou seja, sobre a moda propriamente dita, mas sobre o discurso da moda ou, mais precisamente, o dispositivo da moda e a (im)possibilidade de resistência a ele. Por isso, buscamos textos que circulam na mídia, digital ou impressa, como materialização desse discurso que objetivamos analisar e apreender seu funcionamento.

Assim sendo, na presente pesquisa faz-se uso, como método ou procedimento para a coleta/geração de dados, a análise de documentos, ou mais precisamente da análise de textos diversos que circulam na mídia. Ademais, quando se fala em análise documental, merece destaque a diferença, apresentada por Foucault, entre a noção de documento e a de monumento: “o documento não é mais essa matéria inerte a partir da qual a história trata de reconstruir o que os homens disseram ou fizeram” (CASTRO, 2009, p. 125), ou seja, como signo de outra coisa, mas como monumento: “A arqueologia [...] não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa [...]; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento.” (FOUCAULT, 2009, p. 157). Disso resulta esta pesquisa busca regularidade em meio à dispersão de enunciados existentes no grande arquivo concernente ao que já foi dito sobre a moda. Nesse sentido, convém lembrar que “trabalhar com a noção de arquivo exige do analista que o material em análise receba uma leitura que traga à tona dispositivos e configurações que permitam flagrar o sistema de formação e transformação dos enunciados a partir da diversidade de textos.” (SARGENTINI, 2008, p. 132-133)

Uma tese de doutoramento, como esta que aqui se delineia, abarca várias ideias, inúmeras reflexões, incontáveis leituras, no entanto, pode-se dizer que, como uma espécie de guarda-chuva, comporta uma tese maior sobre a qual algumas (talvez várias) teses ou hipóteses menores vêm se juntar e buscar abrigo sobre ela. Sendo assim, cada capítulo corresponde a uma hipótese desenvolvida nas suas respectivas subdivisões, articuladas como se fossem artigos a se juntarem sob a proteção do guarda-chuva-tese, de modo que, em grande medida, a leitura destes pode ser feita, com pequenas e raras exceções, sem necessariamente a

leitura dos demais, inclusive com a possibilidade de uma subversão da ordem que foi estabelecida a partir do próprio sumário do trabalho.

No primeiro capítulo (item 2), buscamos reafirmar o que alguns pesquisadores já vêm há algum tempo propondo: a possibilidade de se pensar uma AD francesa de cunho foucaultiano. A ideia não é original, já que outras pessoas têm se manifestado nessa direção, mas o que gostaríamos é de contribuir para tais discussões no sentido de fornecer alguns elementos para que tal empreitada possa se concretizar. Por isso, nessa parte do trabalho, buscamos recuperar as noções de discurso e enunciado formuladas por Foucault para aí encontrar a base de um trabalho analítico-descritivo não apenas dos saberes, mas também dos poderes e das subjetividades. Também intentamos explicitar o campo ao qual nos atemos, a AD francesa, como campo geral da presente pesquisa, inclusive, justificando a possibilidade de se pensar a moda nessa perspectiva discursiva. Como não poderia deixar de ser, também abordaremos outro conceito fundamental para se pensar uma vertente foucaultiana de se fazer análise de discursos, levando em consideração a noção de história que o autor fez uso em suas pesquisas.

A noção de história tal qual colocada em prática por Michel Foucault, liberada das amarras da continuidade e da totalidade, permite que se cogite “[...] a possibilidade de uma ‘ontologia histórica de nossa atualidade’, uma reflexão sobre nossas práticas, maneiras e concepções, a partir de um olhar diferencial” (RAGO, 2012, p. 8). Isso acaba tendo várias implicações, inclusive abrindo a possibilidade de se trabalhar com um *corpus* construído a partir da dispersão de elementos num certo período de tempo. No nosso caso, procuramos apreender o funcionamento discursivo da moda a partir de gêneros discursivos advindos da mídia impressa e da internet, focalizando as últimas décadas, a partir de 1980. Tal recorte se justifica na medida em que se nota que, em tal momento histórico, uma cultura jovem ficou mais forte e presente em diversos discursos e em diversas práticas sociais, consolidando um *youthquake*, bem como a partir deste ponto, em termos políticos, uma mudança se pôs em andamento – no caso do Brasil, é neste momento que vivemos uma redemocratização.

No segundo capítulo (item 3), retomamos parte de nossas reflexões e pesquisas empreendidas em outro momento (PAIXÃO, 2013). Entretanto, ao se fazer essa retomada, isso dará no sentido de recuperar e aprofundar o que foi pesquisado em outra ocasião, com o intuito de verticalizar ainda mais as discussões e análises. Nesse tópico, a noção de dispositivo se faz presente e se torna central, pois se revelou um aparato teórico-metodológico de alta produtividade para se pensar nosso objeto de pesquisa. Como se trata de um elemento heterogêneo, que se sustenta no tripé saber-poder-subjetivação, procuramos lidar com esses

seus componentes, tomando por base as linhas descritas por Deleuze a partir dos ensinamentos de Foucault. A hipótese aqui contemplada refere-se, portanto, à alta performance desses dispositivos na sociedade de controle/de consumo, com especial destaque para o dispositivo da moda.

Como previsto pelo título, a tese maior do presente trabalho se liga à possibilidade (ou não) de resistir ao poder emanado dos dispositivos que compõem a atualidade ou, mais precisamente, da possibilidade de resistência ao/no dispositivo da moda. Resistir AO e NO dispositivo? Essa é a pergunta-base que motiva a abertura e o consequente desenvolvimento do terceiro capítulo (item 4). Evidentemente, já que o processo de contraconduta se aplica a algo (ao poder, aos dispositivos) e no interior de algo (no dispositivo), pois, conforme Veyne (2011), sempre se vê/pensa por meio das lentes através das quais, em cada época, os homens perceberam todas as coisas; são os dispositivos aquários no interior dos quais se situam os homens e nos quais os mesmos se debatem, questionam, buscam novas formas de vida. Diante disso, a nossa tese, em poucas palavras, poderia ser assim esboçada: a moda é um dispositivo que congrega saberes, poderes e sujeitos e a resistência é sempre absorvida em proveito da manutenção do próprio dispositivo.

Enfim, o quarto capítulo (item 5) surge como uma espécie de consequência ou de desdobramento do terceiro. Em nossas “andanças”, pudemos notar que um conceito tem ficado em evidência nos últimos tempos e que, ligando-se ao dispositivo da moda e à resistência, tornou-se necessário dar-lhe um foco especial, devotando-lhe a abertura de um capítulo para que fosse melhor abordado. O estilo é o centro desse último capítulo e a sua apreensão na atualidade o coloca numa espécie de limbo entre o poder e a resistência, a estrutura e o acontecimento, enfim, entre as linhas de força e as linhas de ruptura. Pautando-se nos postulados da Análise do Discurso francesa, que, em linhas gerais, tem por finalidade descrever e interpretar a produção dos sentidos na sociedade, o presente capítulo busca aporte na explanação teórica oferecida por Foucault e também por Bakhtin, para problematizar o modo como o conceito de estilo se atualiza em textos da mídia, integrando os mecanismos que atuam na constituição de subjetividades. Ter estilo mantém uma íntima relação com a constituição de sujeitos, mas na direção de uma obrigatoriedade para tomar parte no teatro social. Nossa hipótese aqui aventada é de que, como os dados levam a crer, estamos diante da emergência de um outro dispositivo: um dispositivo de estilização.

Uma advertência se faz necessária neste ponto. Para tentar resolver o “problema” relativo ao melhor momento para se expor a teoria e pôr em andamento as nossas análises, optamos por fazer isso da seguinte forma: na primeira parte desta tese, recorreremos à teoria do

discurso até chegar ao dispositivo, retomando num formato próximo de resenhas o arsenal teórico o qual nos propomos seguir, as análises feitas neste momento são uma exemplificação ou mesmo uma comprovação da proficiência da teoria discursiva. Na segunda parte deste trabalho, procuramos inverter essas ações, dando mais ênfase à parte analítica, mas ainda nos apoiando no referencial teórico escolhido. Desse ponto de vista, buscamos tentar resolver o problema com relação ao momento da interpretação e da descrição nas práticas de análise de discurso, separando-os, mas não totalmente, e assim o fazendo para fins didáticos, já que, de acordo com Pêcheux (2008, p. 54), “[...] não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível.”

Sem sombra de dúvida, neste empreendimento não estamos desacompanhados ou desprevenidos, pois outros estudos (antropológicos, sociológicos, filosóficos, históricos, psicológicos etc.) de primeira grandeza oferecem reflexões e ensinamentos tão preciosos e valiosos quanto profundos sobre a natureza e a história da moda, sobre as relações entre vestimentas e sociedade, roupas e estados de espírito, moda e comportamento e daí por diante. Entretanto, não nos parece haver disponível um trabalho que (re)pense a moda a partir de pressupostos histórico-discursivos, mais precisamente algum estudo que a tome para além de um diferenciador social, mas, sobretudo, que a entenda como um dispositivo de poder de alta produtividade para a subjetivação de indivíduos nas sociedades de controle e de biopoder. É, pois, no sentido também de atenuar essa “falha”, essa “lacuna”, que desenvolvemos esta pesquisa. Constituir um esboço discursivo de entendimento da moda, de suas relações com o saber e o poder com vistas à constituição de subjetividade, que ponha em destaque a possibilidade – ou impossibilidade – de resistir a esse dispositivo: assim poder-se-iam resumir os propósitos gerais que motivam o desenrolar deste estudo.

De antemão, ressaltamos que, dado o caráter analítico e a natureza discursiva desta empreitada, além das características específicas do objeto de pesquisa, um objeto móvel, instável, sempre marcado pela “novidade”, como é o caso da moda, a incompletude e peremptoriedade marcam o resultado final desta. Isso não demonstra, como haveria de supor alguns, a invalidade/inviabilidade de tal empreendimento, ao contrário, isso aponta para o fato de que, diferentemente de outros referenciais teórico-metodológicos, o arsenal disponibilizado pela Análise do Discurso francesa permite que outras pesquisas sejam feitas e que, dadas as novas relações estabelecidas ou outros fios do discurso puxados nesse novo empreendimento, cheguem a resultados diversos. Não se trata de um fazer científico positivista, mas de um trabalho com base em enunciados e no acontecimento histórico de sua emergência, isto é,

trata-se de indagar como determinados discursos e seus respectivos enunciados emergem e circulam em dado momento histórico, em que outros são silenciados, e que relações estabelecem com outros de igual (ou não) natureza.

2 POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO FOUCAULTIANA

Quando perguntado, certa vez, sobre o título de sua obra *O nome da rosa*, Umberto Eco teria respondido, como nos conta Araújo (2004), que um monge medieval dissera que, mesmo não havendo mais nenhuma rosa, é por meio da linguagem que podemos dizer, afirmar ou negar a sua existência. Sua afirmação leva a concluir que é pela linguagem que acessamos a realidade e é por ela que podemos pensar; a linguagem seria, por assim dizer, esse elemento primeiro e último a partir do qual tudo se forma ou se transforma. Cogitemos uma outra hipótese: se é possível dizer que uma rosa existe ou não, ou mesmo se se trata de uma rosa ou de qualquer outra coisa, não é somente pela linguagem, mas pela presença de algo anterior à linguagem, algo que a envolve e a faz existir: o discurso. Parafraseando o texto bíblico, diríamos que no princípio não era o verbo, mas sim... o discurso, sem o qual tudo seria vazio, pois ele é o que preenche, o que dá cor à existência das coisas. Mesmo as palavras: sem o discurso, seriam meros sons ou borrões de escrita sem sentido algum, pois o sentido, se é possível falar de sentido, com sentido ou sem sentido, isso se trata de um dado discursivo.

Uma ilusão não nos permite perceber as nuances dos discursos ou, por outro lado, nos faz percebê-los por meio de ideias gerais, de forma que, se não os desconhecemos completamente, ignoramos sua diversidade e sua singularidade. Para Paul Veyne (2011, p. 24), pensamos normalmente através de clichês, de generalidades, e “[...] é por isso que os discursos permanecem ‘inconscientes’ para nós, escapam ao nosso olhar”. Daí a necessidade de um trabalho minucioso, que envolve linguagem e história, para trazer à tona o discurso. É esse trabalho de trazer à luz os discursos que foi denominado por Michel Foucault como arqueologia (voltada ao saber) e genealogia (voltada ao poder).

O presente capítulo tem, pois, como ponto de partida e de chegada, o que tem sido denominado de discurso. Trata-se de um exercício de reflexão e de revisão teórica sobre alguns aspectos que permeiam a teoria discursiva e podem contribuir para que possamos entender seu funcionamento. Não se trata de uma revisão exaustiva com pretensão de esgotar o assunto, mesmo porque não se esgota em tão poucas páginas/linhas assunto de tamanha grandeza. Para darmos conta dessa tarefa, nossa abordagem se alinha aos postulados da Análise do Discurso (AD) entrelaçados às especificidades provenientes do aporte teórico-metodológico-analítico de Michel Foucault.

Para cumprir os propósitos do presente trabalho, situaremos, primeiramente, nossa pesquisa no campo da Análise do Discurso (AD) francesa, para, em seguida, revermos a teoria

do discurso para que, então, nos concentremos em seu elemento-base, o enunciado. Finalizando essa parte, faremos uma incursão na moderna noção de história para que possamos situar e expor a posição de Foucault frente a tal conceito, em especial, no tocante à questão da resistência. Nosso principal intento é, sobretudo, (re)afirmar a importância dos postulados foucaultianos para a AD, bem como mostrar a atualidade e a eficácia de tal arsenal teórico, no sentido de entender o funcionamento discursivo que nos enreda e nos constrói.

2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO NA MODA E A MODA NA ANÁLISE DO DISCURSO

Vislumbramos, nesta seção, a possibilidade de refletir sobre a relação entre moda e a Análise do Discurso, ou seja, a moda enquanto objetivo discursivo, inserindo-a, pois, nessa (des)ordem arriscada do discurso. Tomando tal direção, partimos do entendimento que a moda é um fenômeno complexo, que envolve questões da ordem do poder, do saber, da subjetivação. Logo, sua apreensão pela via discursiva, mais que um capricho, transforma-se numa necessidade. Dessa forma, o questionamento “A Análise do Discurso está na moda?” é o nosso ponto de partida e, apesar de sua materialidade linguística permanecer idêntica, a sua duplicação nos aponta algumas direções ou comporta alguns possíveis efeitos de sentido.

Primeiramente, refletimos sobre o fato de a AD estar/não estar, na atualidade, sob a mira de holofotes (para o bem e para o mal), isto é, tratamos de pensar sobre a AD e a posição que ela tem ocupado no interior da ciência linguística, bem como sobre a acusação dirigida a ela de ser fruto de um modismo, de algo que seria do plano do passageiro. Em seguida, procuramos responder o questionamento-base, qual seja “A Análise do Discurso está na moda?”, como um indicador e, ao mesmo tempo, uma defesa da possibilidade de pensar a moda no interior do quadro teórico-metodológico de análise do discurso.

2.1.1 A AD está na moda?

Nascida sob o signo do conflito, a Análise do Discurso procurou, desde seu surgimento no quadro epistemológico francês, constituir e ocupar um lugar de entremeio, um espaço situado entre os estudos da linguagem, as pesquisas históricas e as reflexões de cunho psicanalítico – às vezes pendendo para um ou outro desses lados. Entretanto, diante da necessidade de estabelecer um lócus a partir do qual essa teoria vem se ancorando, certamente seria do lado da ciência da linguagem que ela mais fortemente se coadunou.

Quando, em geral, faz-se referência à Linguística, o entendimento corrente a toma como um bloco homogêneo no interior do qual se desenvolvem pesquisas acerca de um objeto

bem delimitado ou recortado, a língua(gem). Nos dizeres de Maingueneau (2008, p. 160), “[...] aqueles que estão situados do lado de fora evocam ‘a’ linguística como uma disciplina que acreditam ser homogênea”, mas, por outro lado, do ponto de vista do seu interior, os linguistas experimentam grande dificuldade em estabelecer unidade em seu campo de estudo, haja vista a grande disparidade que o constitui. Daí ser comum ouvir falar, no âmbito dos estudos e pesquisas desta disciplina, em centro e periferia, em uma linguística *hard* e uma linguística *soft*, isto é, fala-se frequentemente em domínios que se organizam a partir de uma espécie de falha original entre “língua” e “discurso”.

O problema é precisamente o aparecimento constante de uma linha de clivagem quando se trata de dizer qual é o objeto legítimo da linguística e quem tem o direito de invocá-la. Essa clivagem entre a ‘língua’ e aquilo que se coloca no domínio do ‘discurso’ não é transitória, ela passa pelo próprio interior da relação entre a linguística e a linguagem. (MAINGUENEAU, 2008, p. 160).

A despeito do entendimento que toma os estudos pautados no discurso como uma espécie de continuidade dos estudos da língua, o que equivale a dizer que “[...] haja, de algum modo, continuidade entre o projeto de Saussure e, por exemplo, o projeto de Michel Pêcheux [...]”, a fissura instaurada entre os estudos que tomam a língua como foco e aqueles que têm o discurso como seu epicentro, apesar de não ser algo exatamente novo, produz ainda desdobramentos variados para os rumos dos estudos de linguagem (CRUZ, 2011, p. 68-69). Na concepção de Malidier (2003, p. 31), tal problema está intimamente relacionado ao raciocínio que “[...] repousa sobre a intuição muito forte de que não podem visar às sistematicidades da língua como um contínuo de níveis.” O problema é, portanto, da ordem da ruptura instaurada quando se trata de precisar qual é o objeto da Linguística e a quem pertenceria o direito de evocá-la em suas pesquisas. É nesse sentido que é possível entender a relação (tensa) entre a Análise do Discurso e a Linguística a partir de uma ótica da ruptura, do corte:

[...] a AD não é, portanto, o acréscimo de uma pitada histórica, cultural, ideológica, psicológica ou psicanalítica ao que diz a linguística, em seus diversos compartimentos. Não é simplesmente a fonoestilística, a conotação, a sintaxe voltada para o falante, a semântica a que se acrescenta o tempero do contexto, ou o texto como efeito de um processo. A AD pode tratar de cada um desses ‘temas’ – mas os tratará *rompendo* com o que a linguística faz em cada um deles. (POSSENTI, 2009b, p. 357, grifo do autor).

Vale lembrar que a AD é uma disciplina que se constitui a partir da intersecção de três campos distintos, a saber: a Linguística, a Psicanálise e a História. Como conclui Orlandi

(2010a, p. 13), não se trata de mera soma dessas disciplinas para que se obtenha uma outra ao final dessa operação, ao contrário, o discurso, objeto de estudo da AD, “[...] se constitui em um seu sentido próprio, pensando a materialidade discursiva que não é apenas ‘reflexo’ da mistura dos três campos acima referidos”. Em consonância com Jean-Jacques Courtine (2009), pode-se dizer que não há entre a Linguística e a AD uma espécie de ascensão natural e gradual de uma à outra, mas algo bem diverso:

Não nos parece, pois, que as relações entre a AD e a Linguística devam ser explicadas a partir da passagem gradual de uma à outra, que se confunde às vezes com a evidência da substituição de uma pela outra, mas sob a forma de uma coexistência contraditória que tem sua origem na configuração epistêmica interna da Linguística. (COURTINE, 2009, p. 40).

Dessa forma, a AD toma um rumo próprio, nem totalmente linguística e nem totalmente histórica, mas não deixando de sê-las. Constitui-se não como uma interdisciplina, já que não é análoga a um instrumental posto em ação, mas como uma disciplina de ‘entremeio’:

A análise do discurso se faz entre a linguística e as ciências sociais, interrogando a linguística que pensa a linguagem mas exclui o que é histórico-social e interrogando as ciências sociais na medida em que estas não consideram a linguagem em sua materialidade. (ORLANDI, 2010a, p. 14).

Falar de Análise do Discurso é, pois, tratar de um campo marcado por movências e inquietações, o que leva necessariamente a uma retomada histórica de sua constituição, uma vez que o processo desencadeador de seu aparecimento marca definitivamente seus rumos e seus contornos. Mesmo que, para alguns autores, não seja possível retrair sua história, “pois não se pode fazê-la depender de um ato fundador”, uma vez que ela resulta “[...] da convergência de correntes recentes e da renovação de práticas de estudos muito antigos de texto” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 41), reiteramos a necessidade de situar a conjuntura teórica e política de sua irrupção na década de 1960, quando, sob a dupla paternidade de Michel Pêcheux e Jean Dubois, pensa-se uma disciplina com o escopo de construir uma máquina discursiva para fins de leitura.

O projeto de Michel Pêcheux, de acordo com Malidier (2003, p. 16), “nasceu na conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise”, e é na condição de uma área transdisciplinar que ela ganha terreno nos anos subsequentes. Segundo Paveau e Sarfati (2006, p. 202), a formação do domínio da AD está ligada a condições históricas e culturais do contexto francês, das quais destacam-se: a) “[...] uma tradição cultural que repousa numa relação com a escrita própria de uma

civilização do livro e da interpretação”, b) “[...] uma tradição escolar que concede um amplo espaço às diversas formas de comentários de textos”; c) e ainda “[...] um conjunto de reflexões sobre a escritura que surgiu nos anos 1960, no quadro do estruturalismo”.

Desde seus primórdios, a AD francesa apresenta em seu projeto um ideal político bem delimitado, calcado no entendimento de que “[...] a arma científica da linguística oferece meios novos para abordar a política” (MALDIDIÉ, 1997, p. 18). E, se ela procura atacar a política por meio da ciência, é exatamente no discurso, seu objeto de estudo, que ela encontra a munição:

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2010a, p. 15).

Dessa forma, a AD propõe uma ruptura epistemológica em relação à concepção de língua saussuriana, elegendo como seu objeto o discurso e não mais a língua. O que está em jogo é uma oposição ao estruturalismo, que conhece seu apogeu na França – junto aos intelectuais ligados à Sorbonne – nos anos 1950-1960, e, apesar da sua bem-sucedida investida, os abalos sofridos por essa corrente do pensamento aparecem “[...] com os eventos de maio de 68 e o golpe final no início dos anos 80” (SARGENTINI, 2006, p. 36). É nesse ínterim que ganha espaço e torna-se moda estudar o discurso, esse *plus*, esse elemento extra até então desconsiderado nos estudos de língua(gem), cujo foco recaía sobre a imanência dos sistemas linguísticos.⁵

Os trabalhos no interior da chamada Análise do Discurso francesa não se identificam, então, com a descrição dos mecanismos internos da língua, mas na relação entre o linguístico/a materialidade linguística e o histórico, entendido como processo ininterrupto de produção de sentidos. Estabelece-se, desse modo, não a língua como objeto de estudo, mas, em seu lugar, o discurso, fruto da conjugação de aspectos linguísticos e de aspectos histórico-ideológicos. É o que nos ensina Foucault (2009a, p. 55): “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É nesse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer o que é preciso descrever.”

⁵ Decorre disso, a existência de diferentes análises do discurso, cada qual, a seu modo, buscando entendimentos e explicações pautados na concepção de discurso que as sustenta. Para uma melhor apresentação dessas vertentes, ver Possenti (2009b), Fiorin (1990), Mussalin (2001), dentre outros.

Para que se possa melhor entender a diferença entre discurso e língua, vale recorrer a Michel Foucault e retomar, mesmo *en passant*, algumas ideias presentes em sua obra *História da sexualidade: a vontade de saber*. Nela, o autor busca contrapor-se à chamada hipótese repressiva, cuja base se assenta na repressão ao sexo em nossa sociedade, e propõe que, contrariamente a esse pensamento, nos três últimos séculos, “[...] em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva”. Dito isso, acrescenta que “[...] talvez tenha havido uma depuração – e bastante rigorosa – do vocabulário autorizado [...]”, algo relativo a “[...] uma política da língua e das palavras [...]”, entretanto, continua o filósofo, “[...] no nível do discurso e de seus domínios, o fenômeno é quase inverso” (FOUCAULT, 1999b, p. 21). Trata-se de uma passagem bastante elucidativa no que tange à diferença entre esses dois conceitos. Como se pode perceber, de um lado, tem-se aquilo que é denominado língua e, de outro, o discurso, ou seja, enquanto, no exemplo foucaultiano, no nível linguístico houve toda uma proibição do dizer sobre o sexo, toda uma economia de vocabulário; no nível discursivo, inversamente, ocorreu uma incitação, uma provocação para que se fizesse o contrário: dizer mais e mais a cada vez.

Se língua e discurso são elementos diversos, podendo inclusive operar em direções divergentes, ressalte-se que a noção de língua utilizada pela AD não compartilha do que lhe é atribuído pela Linguística – ou por uma parte da Linguística –, isto é, transparente, autônoma, imanente; ao contrário, trata-se de algo da ordem material, opaco e sujeito a equívocos: “[...] o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe” (PÊCHEUX, 1997, p. 62). Ademais, a noção de lingua(gem) subjacente a essa disciplina não poderia atrelar-se ao conceito de verdade, quer dizer, não há de um lado palavras e, de outro lado, as coisas, tomadas como entes verdadeiros em si próprios, mas uma vontade de verdade. Trata-se, assim,

[...] de suspender, no exame da linguagem, não apenas o ponto de vista do significado (o que já é comum agora), mas também o do significante, para fazer surgir o fato de que em ambos existe linguagem, de acordo com domínios de objetos e sujeitos possíveis, de acordo com outras formulações e reutilizações eventuais. (FOUCAULT, 2009a, p. 126).

Desse modo, para o analista, a questão que, de fato, interessa não é como uma palavra se liga a uma coisa ou vice-versa, mas como pode um determinado enunciado ter surgido, justamente ele, e não outro em seu lugar? Ao descrever enunciados, o analista busca, assim, unir lingua(gem) e história, pois, de acordo com Foucault (2009a), trata-se de apreender os enunciados na singularidade de seu acontecimento; determinar as condições de sua existência;

e, sobretudo, estabelecer correlações com outros enunciados. Sendo o enunciado da ordem do acontecimento, interessa, pois, saber como é possível dizer certas coisas sobre determinados objetos em determinadas épocas.

Diante das observações até aqui expostas, é possível atestar a tensão entre Linguística e AD como algo histórico, impossível de não ser considerada ao se falar de discursos e sua relação com a língua. Nesse sentido, a AD pode ser vista como uma espécie de resistência face ao poder dos referenciais epistemológicos da Linguística. Com isso, não se pretende dizer que aquela tome o lugar desta e se transforme numa espécie de Linguística Discursiva, como afirma Ferreira (2003, p. 42):

Independente dessa relação com a Linguística ser mais ou menos conflituosa, ficou cada vez mais claro, no decurso da teoria entre nós, que a Análise do Discurso não pretende ser uma ‘Linguística Discursiva’, abrigada, portanto, no mesmo guarda-chuva teórico. Há pontos de contato, sim, há compatibilidade em certos lugares, mas há, sobretudo, diferenças. Talvez seja o caso de aqui fazermos também uso da expressão ‘estranha familiaridade’ para descrevermos a tensão existente nesses limites.

Se, em seu início, nos idos da década de 1960, a AD se arvorava por buscar construir um dispositivo de leitura que fosse capaz de “dessubjetivar” a apreensão de textos de caráter estritamente político, hoje, meio século depois, a situação é outra. Não apenas os *corpora* se modificaram e se multiplicaram, como também outras formas de fazer análise se impuseram. Assim, se é possível reconhecer, de um lado, a história de uma AD francesa, também é possível entender, de outro lado, a existência de uma AD brasileira. Nos dizeres de Gregolin (2008, p. 29), “[...] se temos uma análise do discurso de tradição francesa podemos chamá-la hoje de ‘brasileira’ porque, surgindo em outro momento histórico e em outro espaço geográfico e institucional, adquiriu outras características, tem outras problemáticas, formula outras perguntas.”

Essa visão é partilhada por autores diversos que atestam, a partir da observação de pesquisas e estudos em Análise do Discurso em território brasileiro, a existência de uma forma nacional de fazer esse tipo de pesquisa:

Do campo verbal ao não-verbal, passando pelos temas sociais (imigração, movimento sem terra, greves) e por diferentes tipos de discurso (religioso, jurídico, científico, cotidiano), ou por questões estritamente teóricas (hiperlíngua, autoria, sujeito do discurso, equivocidade da língua), a Análise do Discurso no Brasil ou Escola Brasileira de Análise de Discurso [...] amadureceu, se consolidou e garantiu seu lugar no âmbito dos estudos da linguagem realizados pelas ciências humanas. (FERREIRA, 2003, p. 46).

Uma particularidade da AD brasileira está, pois, na diversidade dos *corpora* tomados como seu objeto: “[...] enquanto na França o discurso político escrito foi predominante nas análises, no Brasil sempre se tomou uma heterogeneidade de gêneros discursivos que vão desde o literário até as produções orais cotidianas.” (GREGOLIN, 2008, p. 28). Isso se deve em grande parte aos entornos que margeiam o aparecimento da disciplina entre franceses (final da década de 1960) e brasileiros (final da década de 1970).⁶ Se, na França, “[...] o quadro da conjuntura política da época contrapunha a Análise do Discurso à tendência dominante nas ciências sociais [...] como também à entrada com força da corrente formalista-logicista [...]”, no Brasil, “[...] o embate se deu com a Linguística, sendo a Análise do Discurso acusada de não dar importância à língua, fixando-se exclusivamente no político” (FERREIRA, 2003, p. 42).

Se há um reconhecimento que precisa ser feito em relação à Análise do Discurso é que ela, diferentemente de outras áreas, não se fechou e não se fecha, abrindo espaço para novos e produtivos desafios. Isso é condizente com sua própria trajetória epistemológica e suas bases teóricas, cujas aporias perpassam a ideia de que os sentidos não são dados *a priori*, mas estão por fazer, num eterno movimento de retorno e atualização. Ademais, a figura do outro/Outro, bem como do inter e do intradiscorso são elementos constitutivos da existência do próprio discurso, daí que não se fechar para o novo, para o diferente, para a alteridade é condição de existência da disciplina. Em suma, é possível, então, dizer que a AD é marcada por uma incompletude:

Do mesmo modo que constituem uma ruptura, as fronteiras da Análise do Discurso não apontam para o fechamento [...]. As análises não têm a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação, da mesma forma que os conceitos-chave da teoria estão sempre se movimentando, reordenando, reconfigurando, a cada análise. E isso se deve à marca da incompletude. A incompletude caracteriza e distingue todo o dispositivo teórico do discurso e abre espaço para a entrada em cena da noção da falta, que é motor do sujeito e é lugar do impossível da língua, lugar onde as palavras ‘faltam’ e, ao faltarem, abrem brecha para produzir equívocos. (FERREIRA, 2003, p. 43).

Nota-se, pois, que, instituída e desenvolvida sob o signo das tensões e das rupturas, a AD se põe num lugar de visibilidade, senão no interior das ciências em geral, pelo menos nos domínios da ciência Linguística. Não que se queira afirmar que a AD seja antilinguística, já que “não há AD sem linguística” (POSSENTI, 2009b, p. 361). Ao contrário, essa tensão, longe de significar algo negativo ou depreciativo, pode ser vista como um novo alento trazido

⁶ De acordo com Kogawa (2012), haveria uma outra cronologia para a entrada da Análise do Discurso Francesa (ADF) no Brasil, que remontaria a década de 1960-1970 a partir dos trabalhos de Carlos H. de Escobar.

para os estudos da linguagem. As transformações postas em funcionamento com a entrada da AD neste universo provocam deslocamentos que mexem profundamente com as bases da linguística. Noções como a de língua, sujeito, (efeitos de) sentido, condições de produção, formações discursivas, inter/intradiscurso, dentre outras, fomentam novas discussões e pesquisas no campo mais geral da lingua(gem). Nesse sentido, não há que se falar em modismos ou em algo efêmero, passageiro, já que “[...] sem dúvida, hoje, ela atingiu sua maturidade teórica e metodológica e se consolidou como disciplina no cenário dos estudos da linguagem, deslocando-se, por assim dizer, da periferia para o centro.” (BRANDÃO, 2003, p. 1).

2.1.2 A AD está na moda?, isto é, a moda está na AD?

Ao procurar inserir a moda no rol de discursos de que trata a AD, é necessário dizer, inicialmente, que este “[...] é um termo notoriamente difícil de definir com precisão, e é extremamente duvidoso que seja possível descobrir as condições necessárias e suficientes para que possamos considerar [...] que alguma coisa está ‘na moda’” (SVENDSEN, 2010, p. 12). Assim como grande parte dos conceitos pertencentes à esfera das ciências humanas, não há uma conceituação precisa e de caráter global válido para toda e qualquer situação que dela se faça uso. Se, no entanto, para determinadas áreas do conhecimento, essa ausência de conceitos tão estáveis torna-se, senão um problema, pelo menos um desconforto, na perspectiva foucaultiana, em contraposição, o fato de se partir de conceituações ou de tomá-las em definitivo é que se configura como algo problemático. Dessa maneira,

[...] se quisermos adotar uma perspectiva foucaultiana, não devemos partir de conceitos, nem devemos nos ocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura – uma suposição que não faz o mínimo sentido nessa perspectiva. Muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras. (VEIGA-NETO, 2007, p. 19).

Não havendo a necessidade de se ater a conceituações/definições, cabe olhar as formas de abordagem de diferentes áreas em relação à moda. Nesse caso, o que se percebe é que, embora nos últimos tempos uma considerável bibliografia tenha sido escrita sobre o tema, a maioria dos textos, ao que parece, ainda corrobora as tradicionais formas de percepção que a tomam, em grande medida, como algo não merecedor de um tratamento mais crítico. Dito

isso, pode-se destacar que a tentativa de aproximação entre o universo linguístico e o das roupas/da moda⁷ não é algo recente, mas, já há algum tempo, autores diversos buscam esse entrelaçamento. Para além da constatação de que é possível falar/escrever sobre roupas, utilizando o código verbal para descrever ou criar o universo imagético, o que se observa é que a ligação entre esses dois universos traduz-se como produtiva ou mesmo necessária.

As questões que surgem, então, podem ser assim delineadas: É possível trazer à tona ideias, teorias e conceitos que dizem respeito à lingua(gem) humana, associando-os ao universo da moda ou das roupas/indumentárias? Seria produtiva uma tal aproximação? É possível tratar a moda como discurso o qual seja possível analisar? De saída, é imperativo que se diga que, se num primeiro momento, esses universos de moda/roupa e discurso/linguagem parecem distantes, ou até mesmo impossibilitados de tal interseção, com uma observação um pouco mais atenta, percebe-se que há pontos bem delimitados de contato e de mútua influência entre ambos.

Do ponto de vista dos estudos linguísticos em geral, há autores que, situando-se para além de um viés estruturalista, fazem uso da metáfora que sustenta a relação próxima entre texto e tecido. Etimologicamente, ambos derivam de um mesmo tronco *textu* e daí extraem suas premissas básicas: o tecido emerge do entrelaçamento de seus fios, enquanto o texto se traduz como um todo constituído no/do entrelaçamento de formas, ideias, enfim, discursos.

[...] se considerarmos as roupas como *textos*, vemos que nas sociedades hierárquicas elas funcionavam tipicamente como textos ‘fechados’, com um significado relativamente estável, fixo. Em sociedades pós-modernas mais fragmentárias, por outro lado, elas funcionam mais como textos ‘abertos’, podendo adquirir novos significados a todo momento. (SVENDSEN, 2010, p. 80, grifo do autor).

A imagem de um tecido parece, assim, sobrepor-se recorrentemente ao conceito de texto, conjugando elementos, como o fio da meada, a urdidura ou o próprio cruzamento dos fios na construção do tecido/texto. Texto e tecido não mais vistos como produto acabado e pronto, mas como algo que se constrói na medida mesmo em que significa. Um entrelaçamento perpétuo por meio do qual se enreda o mundo linguístico e extralinguístico, os sujeitos e os sentidos. Na literatura, isso se figurativiza no fazer de Penélope – personagem da *Odisseia*, de Homero –, a qual, diante das suposições da morte de seu marido em batalha e das

⁷ Apesar de o termo moda não estar somente associado a roupas, já que “[...] existiram roupas muito antes que ela [moda] surgisse” e, além disso, outras esferas também estão relacionadas a esse fenômeno, como a arte, a política, a ciência, não é despropositada uma associação entre os dois termos, uma vez que se constituiu entre elas uma relação sinonímica. SVENDSEN, Lars. *Moda: uma filosofia*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 14.

pressões para que se casasse novamente, estabeleceu, como condição para o novo enlace, a infundável tecitura de um tapete, o qual era tecido durante o dia e destecido durante a noite.

No âmbito dos estudos discursivos, ou mais precisamente no interior da análise do discurso, ganha força a metáfora da “rede de nós”, ou de uma “malha do discurso”, ou ainda de um emaranhado de fios que se cruzam. De acordo com Ferreira (2003, p. 44), “[...] já se tornou lugar comum usar a expressão ‘tecido discursivo’ ou ‘tessitura’ para falar-se de discurso [...]”, e continua a autora levantando o questionamento: “É constante também referirem-se aos nós, os fios que se cruzam, se rompem, abrem furos. Por que será que essa preferência por uma metáfora da rede serve tão bem ao objeto discursivo?” Na continuação de suas reflexões, a autora afirma:

Penso que para responder a isso é preciso acionar a noção de **sistema**. Uma rede, e pensemos numa rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos, por onde a falta, a falha se deixam escoar. Se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem. A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem os furos, e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não-sistêmico, o não-representável. (FERREIRA, 2003, p. 44, grifo do autor).

Deleuze, em *O que é um dispositivo?*, explica que a filosofia de Foucault se apresenta como uma análise de dispositivos concretos e, para o entendimento de tal termo, aproxima-o de uma meada, de um conjunto formado por linhas de natureza diferente. Novamente, tem-se, no exemplo deleuziano, que afirma a necessidade de “desenredar as linhas de um dispositivo” (DELEUZE, 2005b, p. 84), a possibilidade de enxergar um íntimo envolvimento do universo das práticas relativas ao discurso, inclusas nestas as de linguagem, com práticas de outra natureza, como as referentes ao campo dos tecidos, das roupas, trajes etc. O próprio Foucault (2009a), em sua busca por definir o enunciado, utiliza-se da metáfora do tecido para apoiar-se nesse empreendimento:

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; *como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte*; como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2009a, p. 90, grifo nosso).

A partir desses apontamentos, é possível notar uma intersecção entre moda e discurso como um empreendimento plausível. Esse empreendimento torna-se ainda mais efetivo ao se vislumbrar um imbricamento entre língua, corpo e moda. Piovezani (2004), subsidiado pelos dizeres foucaultianos e pecheutianos, estabelece intrigante relação entre língua, corpo e edificações. Segundo a hipótese do autor, há uma proximidade entre os discursos do bem falar/bem escrever daqueles que incidem sobre a boa forma e o bem-estar do corpo, bem como das práticas urbanas materializadas nos muros, grades etc. Retomando Michel Pêcheux, relembra as práticas na Idade Média que denotam uma rigorosa imobilidade nas relações sociais: “[...] sob a forma de nítidas fronteiras que separam nobres e plebeus; do lado dos primeiros, os muros, os fossos, os castelos e o latim; dos últimos, as cercas frágeis, simbólicas, ou até mesmo sua elisão, as casas simples e os falares vulgares.” (PIOVEZANI, 2004, p. 135).

Transportada para o momento atual, essa ideia aponta para uma “ubiquidade midiática de nossa sociedade de controle”, que engendra padrões de conduta para o uso da língua, para a aparência física e para o uso dos espaços públicos. Nesse sentido,

Por absorver em boa medida um conjunto de representações acerca do que seja ‘a’ língua portuguesa, ou o seu bom uso, do que seja ‘o’ corpo, ou a sua forma esteticamente viável, uma considerável parcela dos sujeitos de nossa sociedade veem nas especificidades de seus corpos a feitura, e nas particularidades de sua variante linguística, a incorreção, inscrevendo-se numa exterioridade, num ‘do lado de fora’, de modo semelhante ao que acontece com a inacessibilidade e com a exclusão promovidas por meio das grades, da altura dos muros, das cercas elétricas e, sobretudo, dos condomínios fechados, que sintetizam os casos mais emblemáticos do distanciamento, da ‘clausura’ voluntária, da segregação, do não-acesso ou, mais radicalmente, da impossibilidade de habitar, da frustração do desejo de ter um ‘canto’. (PIOVEZANI, 2004, p. 146-147).

De maneira extensiva, pode-se inserir a moda, entendida aqui de um ponto de vista discursivo, no rol dos elementos analisados pelo autor. Dessa forma, tem-se que, não apenas o comportamento linguístico, a apresentação do corpo ou a ocupação da cidade obedecem, por assim dizer, a certo ritual, mas o próprio ato de vestir-se, de fazer uso de determinada indumentária também demonstra formas engendradas socialmente a partir de um modelo de bem vestir-se. Isso equivale a dizer que, assim como há, nas práticas linguísticas, certo padrão valorizado socialmente, uma forma *standard* de falar, de maneira análoga, há, no plano da moda, um certo *standard* a seguir. Daí não ser novidade encontrar em diferentes lugares sociais, mas em especial nos *mass media*, textos que, na condição de materialização de discursos, se imbuem da tarefa de indicar o que e como vestir, em situações festivas, de

suposta informalidade, mas também em situações de formalidade, de trabalho, como se pode notar, a título de exemplo, na figura 1.

Figura 1 - Vestidos para o sucesso



Fonte: *Veja*, 2003 [adaptado].

Ou, em contrapartida, diferentes manifestações de um discurso proibitivo e coercitivo, bem à maneira da moda nas sociedades de consumo, circulam por meio de textos, ensinando, por um lado, a população a vestir de determinada forma (mais útil? mais dócil?) e coagindo, por outro, essa mesma população a adotar determinados comportamentos sob pena de sofrerem sanções (figura 2). Nesse caso, o desafio para os consumidores está não em ter roupas “na moda”, mas em como utilizá-las: “O que há de fato é uma pluralidade de normas existindo lado a lado.” (SVENDSEN, 2010, p. 66).

Figura 2 - Fora do figurino

Fora do figurino
*Professores são demitidos
 por má aparência*

Fonte: *Veja*, 1991 [adaptado].

De forma sutil, esse controle exercido sobre a população se dá por meio de generalizantes dicas, ou através do jogo entre certo e errado, o que equivale à mesma fórmula utilizada por veículos de comunicação para estabelecer – leia-se impor – um certo padrão linguístico. Vale frisar: grande parte desse adestramento ou dessa pedagogização, no sentido de determinar uma forma ideal de comportamento, encontra respaldo nos diferentes meios midiáticos e por meio deles se cristalizam.

Daí decorre o fato de a mídia brasileira [...] estar desenvolvendo um trabalho de controle sobre as práticas languageiras e corporais, por meio das quais os indivíduos tornam-se sujeitos, erigindo balizas rígidas (o corpo malhado e a manifestação linguística na norma-padrão do português) no interior de instâncias suficientemente reguladas e necessariamente maleáveis (estruturas passíveis de jogo). (PIOVEZANI, 2004, p. 148).

É no sentido de analisar questões como essas que vislumbramos a AD como um eficiente aparato teórico-metodológico para tratar do objeto moda. A Análise do Discurso, posicionando-se criticamente em relação ao esquema elementar da comunicação, estabelece que o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, e não apenas transmissão de informação: “[...] o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B.” (PÊCHEUX, 2010, p. 81). Assim, com o objetivo de compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, busca, como seu nome pressupõe, um novo objeto de estudo: o discurso. Não mais a linguagem como instrumento da comunicação, não mais o sentido como consequência automática entre a ação de um emissor e a atitude passiva de um receptor.

Dizer que o discurso é efeito de sentidos entre locutores significa deslocar a análise do discurso do terreno da linguagem como instrumento de comunicação. Além disso significa, em termos do esquema elementar da comunicação, sair do comportamentalismo que preside a relação entre locutores como relação de estímulo e resposta em que alguém toma a palavra transmite uma mensagem a propósito de um referente e baseando-se em um código que seria a língua, o outro responde e teríamos aí o circuito da comunicação. Não há essa relação linear entre enunciador e destinatário. Ambos estão sempre já tocados pelo simbólico. Tampouco a língua é apenas um código no qual se pautaria a mensagem que seria assim transmitida de um a outro. Não há, além disso, esta transmissão: há efeitos de sentidos entre interlocutores [...]. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas. (ORLANDI, 2010a, p. 14-15).

Sabe-se, com a AD francesa, que os sentidos não são um dado empírico situado no mundo pronto para ser apontado por uma linguagem transparente. Os sentidos são construídos

e, nesse caso, seria mais apropriado falar em efeitos de sentido, uma vez que é da relação entre o linguístico e o histórico que eles emergem. Isso quer dizer, por exemplo, no que tange à moda, que não há nenhuma razão “natural” para que um terno seja considerado “mais elegante” que jeans e camiseta, ou que um conjunto de roupas se preste a ser usado num casamento e não no trabalho, ou ainda que calças sejam consideradas masculinas em determinados momentos. Para que uma determinada vestimenta possa ser apontada como significando algo do tipo X ou Y, há que se buscar as possibilidades de sentido instaurados por uma teia de relações complexas que envolve discurso, história e memória, “[...] seria inadequado procurar uma fonte capaz de determinar o significado de uma peça de roupa, uma vez que ele surge e existe sobretudo nos espaços entre as pessoas e entre estas e o mundo” (SVENDSEN, 2010, p. 79). A apreensão de tais possibilidades proporciona o entendimento da emergência de certos significados e não de outros, isto é, o aparecimento de uns em detrimento (ou silenciamento) de outros, pois, de acordo com Gregolin (2007a, p. 15), “Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades.”

De acordo com Foucault (2009b), os ditos são rebeldes a interesses, entram na ordem das contestações e das lutas, tornam-se temas de rivalidade. Esses mesmos enunciados, com as memórias que trazem, colocam-se em contato e em confronto com outros enunciados, permitindo afirmar que o universo de roupas e indumentárias não compõe uma unidade homogênea, mas um campo discursivo inevitavelmente constituído por discursos heterogêneos que, dentre outras coisas, falam, sobretudo, de sujeitos e, ao fazê-lo, acabam por constituí-los. “Embora o sujeito encontre na moda um variado cardápio de estilos, roupas; a necessidade de estar inserido em um grupo social o coloca sob efeito de coerções, delimitações e regras bem marcadas, que, por sua vez, o conecta a uma identidade.” (PRADO, 2009, p. 15).

Assim sendo, na esteira do pensamento foucaultiano, o que se pode observar é que os enunciados são postos sempre em contato com outros por meio de uma extensa rede discursiva, contato esse que possibilita a emergência de sentidos que podem ser traduzidos como uma rede de nós, num paradoxo que envolve dispersão e unidade, apagamento e atualização, comprovando que há menos transparência nas formas de apreensão da realidade do que se possa conceber. Isso nos leva a pensar que talvez o fato mesmo de algo vir a ser considerado como um item da moda revele o caráter discursivo desta, uma vez que, na AD, lida-se com os enunciados que puderam e foram efetivamente ditos, ou seja, porque aquele e não outro enunciado pode ser dito em seu lugar. A moda parece ser justamente isto: por que tais itens foram alçados a tal condição e não outros?

Como é passível de se notar, as roupas são, de fato, um elemento forte da nossa cultura material. Nas relações com o mundo, elas ajudam a construir sentido/significação, além de representações sobre aspectos relativos à identidade pessoal e social. Entretanto, é necessário que se entenda que a criação/utilização de certas peças e sua transformação em item de moda, quer dizer, em algo utilizável, desejável ou ainda objeto de controvérsia, portadoras de determinados significados e instauradoras de representações, se dá pela obediência a certas regras, advindas, primordialmente, das relações discursivas possibilitadas por meio do interdiscurso ou da memória discursiva a que estão submetidos os enunciados. Sob uma perspectiva discursiva, não há como dissociar o discursivo do histórico, não há como não haver relação entre o evento e o que o circunda, bem como o que o antecedeu; sendo assim, não há como desconsiderar o caráter histórico e social do evento moda, uma vez que, como qualquer outro objeto do discurso, também ela está sujeita às coerções do espaço e do tempo.

Assim, um empreendimento que ligue análise do discurso e moda pressupõe um tratamento desta como parte integrante dos poderes e saberes que concorrem para a objetivação/subjetivação de indivíduos. Falar de moda e compreender a sua presença no mundo contemporâneo passa por um mergulho nas tramas de um dispositivo que engendra indivíduos a partir de determinadas formas de ser e de se comportar, frutos dos poderes e saberes que lhe são inerentes – a relação entre o discurso e o dispositivo, bem como a pormenorização dos aspectos relativos a este serão tema do capítulo seguinte. O vestir-se à moda é, assim, um ato pautado na aquisição de saberes específicos que proporcionarão ao indivíduo criar em/para si mesmo simulacros de identidade por meio da sua exterioridade, de sua aparência para que, com esse passaporte, possa circular socialmente. Mais do que algo fútil e pertencente apenas a determinadas camadas sociais, ao universo feminino – apesar de evidências em contrário –, ou mesmo algo pautado no superficial em detrimento do intelectual, o universo da moda é algo que merece atenção, pois, na condição de dispositivo de alta produtividade para a sociedade de consumo, parece, em princípio, não deixar escapar qualquer pessoa, quer se encontre sob seu alcance imediato ou não.

Recolocar a moda no centro de uma interrogação discursiva significa considerá-la ao mesmo tempo produtora e também produto de um processo que se dá entre atualizações e esquecimentos, distanciamentos e aproximações, história e linguagem. Significa pensá-la como um objeto simbólico que produz sentidos, “[...] investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2010b, p. 26). Significa, em resumo, entender esses elementos pertencentes à ordem discursiva; significa tratar a moda como um discurso ou, melhor ainda,

como um dispositivo, que em conjunto com outros dispositivos transformam o homem na modernidade como um ser que vive, fala, trabalha e se veste.

2.2 ESSA ESTRANHEZA SINGULAR CHAMADA DISCURSO

Ao abordarmos a temática do discurso como é entendida por Foucault, com vistas a fazê-la funcionar no interior da disciplina Análise do Discurso, deparamo-nos com alguns desafios, tais como o entendimento do discurso como prática, a recusa aos universais e, conseqüentemente, a desnaturalização e desmitificação dos objetos, o abandono da concepção do sujeito enquanto ser desejante e fundante, o entendimento do discurso como uma expressão verbal/oral/escrita ou uma manifestação que reflete o mundo. Apesar desses obstáculos, ou talvez motivados por eles, podemos afirmar que o referencial foucaultiano é de grande utilidade na medida em que possibilita aos analistas do discurso um alargamento de seu espectro de estudo, bem como evita a procura de algo escandido ou de verdades universais, já que se intenta trabalhar com coisas efetivamente ditas.

Como verificaremos – diria mesmo ratificaremos – a seguir, discurso e enunciado são dois conceitos básicos e fundamentais para o aparato teórico-metodológico foucaultiano. Se há, como alguns acusam, algum tipo de ruptura ou desvio na trajetória do pensador francês, na verdade trata-se mais de variações em torno de um eixo do que abandono de determinados referenciais teóricos, como afirma Castro (2014, p. 75): “Esses deslocamentos no pensamento de Foucault não são rupturas, mas torsões, movimentos em torno de um eixo.” Nesse sentido, entendemos e buscaremos reiterar que a temática discursiva/enunciativa se mantém presente nos diferentes momentos da reflexão do filósofo francês.

2.2.1 Indo ao encontro do discurso

De acordo com Paul Veyne (2011, p. 31), discurso é uma palavra mal escolhida por Foucault para nomear “[...] essa parte invisível, esse pensamento impensado em que se singulariza cada acontecimento da história”. Apesar de mal nomeado, segundo as considerações do historiador, é possível dizer que o discurso permeia a obra do filósofo francês e, além de ser um tema central da teoria foucaultiana, é igualmente um instrumental teórico-metodológico de alta produtividade. Por mais que se afirme que Foucault tenha abandonado a temática do discurso a partir de seus estudos na década de 1970, tal “abandono” é apenas, num nível mais imediato, ou seja, no fundo, o que ele continua fazendo, mesmo nas

fases posteriores à arqueológica, é tratar do universo discursivo. Nesse sentido, valem estes esclarecimentos de Revel (2005, p. 38, grifo da autora):

O aparente abandono do tema do discurso depois de 1971, em proveito de uma análise das práticas e das estratégias, corresponde ao que Foucault descreve como a passagem de uma arqueologia a uma ‘dinastia do saber’ [...] Ora, esse deslocamento, que embasa a passagem metodológica da arqueologia à genealogia, permite problematizar as condições do *desaparecimento* do ‘discurso’: o tema das práticas de resistência, onipresente em Foucault a partir dos anos 70, possui, na realidade, uma origem discursiva.

Se se trata, entretanto, de uma palavra mal escolhida, de um termo inadequado, por que motivos teria Michel Foucault feito tal “escolha” lexical? O que o teria levado a nomear seu objeto teórico-metodológico de discurso? Por que a emergência dessa terminologia e não outra em seu lugar?

Na tentativa de encontrar respostas a tais questões, é válido lembrar que, nos idos de 1960, o termo discurso estava, por assim dizer, na moda, levando diferentes vertentes de estudos da academia a utilizar a alcunha “discurso” para nomear seus objetos de pesquisa. É nesse ínterim que ganha terreno estudar o discurso, esse “ingrediente extra” (POSSENTI, 2009b) até então relegado a um segundo plano nos estudos da linguagem, cujo foco recaía sobre a imanência dos sistemas linguísticos. Isso não quer dizer que Foucault se encontrava ou se posicionava no interior dos estudos linguísticos para o desenvolvimento de seus estudos, até porque seu problema, como ele mesmo afirma, não era de ordem linguística: “Diferentemente daqueles que são chamados de estruturalistas não estou tão interessado pelas possibilidades formais oferecidas por um sistema como a língua”. E continua ele, (re)afirmando o seu compromisso com o nível discursivo: “Pessoalmente, estou antes obcecado pela existência dos discursos, pelo fato de as palavras terem surgido [...], pois meu objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada dos discursos.” (FOUCAULT, 2008c, p. 72).

No entanto, há que se considerar que a linguagem há tempos vinha – e ainda continua – sendo objeto de investigação de áreas diversas, como a Filosofia e a História; além disso, deve-se levar em conta também que, com a projeção alcançada pelo estruturalismo europeu, especialmente na França, e estando a ciência da linguagem na linha de frente dos estudos pautados nessa corrente de pensamento, havia uma necessidade de se posicionar com/contra tal perspectiva. É nessa direção, isto é, na busca de respostas que justifiquem o vocabulário utilizado por Foucault, especialmente no que diz respeito ao termo discurso, que Veyne (2011, p. 64) esboça as seguintes possibilidades de explicação:

Uma [explicação] é heurística: Foucault trabalhou em primeiro lugar e principalmente a partir de textos [...]; ele não sabia, no começo, para onde ia, deve ter acreditado inicialmente que seu problema era linguístico e quis manter-se o mais próximo possível dos fatos, que eram fatos escritos. Além disso, não queria poder ser levado de volta a um dos grandes problemas consagrados da filosofia; não por afetação, mas porque seu positivismo profundo fazia com que temesse tudo o que podia parecer metafísico. Ele usou, portanto, um vocabulário próprio, e não termos técnicos da filosofia. Outra explicação está no fato de que tentou, para ser compreendido e adotado, situar-se o problema do momento, que era linguístico.

Reiteramos que a noção de enunciado/discurso é central nos escritos foucaultianos relativos à sua arqueologia, mas, na verdade, não somente aí essa centralidade se faz presente, pois tal conceito também está presente, mesmo que de forma mais discreta, em obras e pesquisas posteriores. Tome-se, a título de exemplo, dois trabalhos do pensador francês. Primeiramente, a obra *História da sexualidade I*, obra em que Foucault, em seu início, traça um breve quadro do século XVII, momento em que teria tido início uma época da repressão das/nas sociedades burguesas, na qual denominar o sexo seria mais difícil: “Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem” (FOUCAULT, 1999b, p. 21). Como já apontamos anteriormente (item 2.1.1), contrapondo-se a essa hipótese repressiva, o filósofo explicita uma outra visão a respeito dos três últimos séculos, afirmando que, nesse ínterim, houve uma verdadeira explosão discursiva a respeito do sexo. Segundo ele, pode ser que tenha havido uma “polícia dos enunciados”, bem como um “controle das enunciações”, ou seja, toda uma “economia restritiva” que se integra na política da língua e da palavra que acompanhou as redistribuições sociais da época clássica. Entretanto, no nível discursivo, o que houve foi uma verdadeira proliferação dos discursos sobre o sexo: “[...] o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente calculado” (FOUCAULT, 1999b, p. 22).

Em segundo lugar, sua aula inaugural no *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970, intitulada *A ordem do discurso*. Nela, o professor Foucault, “[...] diante de uma plateia muito prestigiosa, diante dos professores do *Collège de France* e de numerosas personalidades do mundo cultural e universitário, mas também diante de uma multidão de jovens admiradores anônimos [...]”, toma a palavra “[...] com essa voz surda e contida que deixa o auditório estupefato” (ERIBON, 1990, p. 203). O tema dessa aula, como o próprio título explicita, é o próprio *discurso*, e numa espécie de referência irônica à situação, fala de um desejo e de um medo que surgem perante essa estranheza singular que leva esse nome. Essa situação paradoxal e inquietante move Foucault a refletir sobre as relações entre o

discurso e o poder, como uma espécie de desdobramento e/ou avanço do que havia sido feito em seu trabalho até então. Se na *A arqueologia do saber*, o discurso é visto como um conjunto de enunciados que se apoiam numa mesma formação discursiva, em *A ordem do discurso*, para além da acepção comum que o toma como sinônimo de fala, tem-se que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder que queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2009b, p. 10).

Os empreendimentos foucaultianos, na denominada fase arqueológica, sem deixar de lado questões relativas ao poder, “[...] têm como foco central as relações de saber, de produção de conhecimento, as práticas de enunciação que ‘dizem’, constituem sujeitos” (PRADO FILHO, 2006, p. 29). Em sua obra *A arqueologia do saber*, Michel Foucault (2009a) se volta para os regimes de produção dos discursos, do saber verdadeiro enquanto construto e das práticas discursivas presentes na sociedade. Daí que a episteme seja o campo de análise arqueológica, uma vez que, na perspectiva foucaultiana, ela seja um dispositivo estritamente discursivo. O foco principal da arqueologia é, portanto, o discurso, tomado não somente como objeto, mas também como um método de análise. No entanto, como bem lembra Prado Filho (2006), não se trata de observá-lo em sua forma ou conteúdo, seus aspectos linguísticos e/ou significados, isto é, de seu próprio interior, mas de seu exterior, indagando sobre sua emergência num certo momento histórico. Para que se possa proceder à individualização de um discurso – como, por exemplo, o discurso da moda –, questionar-se-ia a que regras de produção estaria sujeito, qual seria seu regime enunciativo, quais seriam seus modos de enunciação, que suportes encontraria, que antagonismos enfrentaria num campo discursivo. A análise, em princípio, faz emergirem discursos e não a confirmação de discursos preexistentes.

Foucault, a propósito dessas famílias de enunciados chamadas de discursos, que se impõem a nosso hábito e impregna as coisas, indaga-se em que pode fundar sua unidade ou de que são constituídos esses elementos que recebem tal denominação. Como resposta, diz ele que sua unidade não deve ser buscada no objeto a que se refere, como também não pode ser presidida por uma forma de encadeamento, um modo constante de enunciação ou um “estilo”, além disso, não pode ser apreendida num sistema fechado de conceitos e nem na presença de um mesmo tema. Os discursos são uma dispersão ou se encontram – e por isso devem ser apreendidos – numa dispersão. Nessa perspectiva, fazer uma análise discursiva é encontrar a lei que rege essa dispersão “[...] em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* (como se faz frequentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de*

diferenças (como fazem os linguistas), descreveria *sistemas de dispersão*” (FOUCAULT, 2009a, p. 43, grifo do autor).

No rastro de Foucault, pode-se também questionar acerca da finalidade de uma tal análise ou que objetivos a descrição de uma dispersão toma para si. Obviamente, seu propósito consiste em fazer emergir essa *differentia ultima* (VEYNE, 2011) chamada discurso e, assim procedendo, desnaturalizar e desmitificar objetos tidos como evidentes. Para tanto, procura-se estabelecer regularidades – e não unidades, frise-se bem – que funcionem como lei da dispersão, ou formar sistemas de dispersão entre os elementos. Em poucas palavras, “[...] trata-se de formular regras capazes de reger a formação dos discursos” (MACHADO, 2009, p. 146), que não são regras que brotam, por assim dizer, do interior de um indivíduo, ou de um sistema jurídico-legal, e que serviriam para construir bons e belos enunciados, mas regras delineadas pelas relações entre enunciados. São as chamadas “regras de formação”, isto é, as condições de existência⁸ de um discurso que operam em níveis diversos:

- a) No nível dos objetos: “[...] definir um conjunto de enunciado [...] não consiste em individualizar seu objeto, em fixar sua identidade, em descrever as características que ele conserva permanentemente; ao contrário, é descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles – em outros termos, formular sua lei de repartição” (FOUCAULT, 2008c, p. 99). Assim um enunciado tem um “objeto discursivo” que não diz respeito a um estado de coisas visado, mas que deriva do próprio enunciado: “É um objeto derivado que se define precisamente no limite das linhas de variação do enunciado como função primitiva” (DELEUZE, 2005a, p. 19);
- b) No nível dos tipos de enunciação: “[...] a unidade do discurso [...] não é uma forma determinada de enunciados, mas [...] a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; é o sistema que rege sua repartição, a confirmação que eles adquirem uns a partir dos outros, a maneira pela qual eles se implicam ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de sua emergência, de sua disposição e de sua substituição” (FOUCAULT, 2008c, p. 100-101);
- c) No nível dos conceitos: não se trata de analisar os próprios conceitos em busca de uma “arquitetura dedutiva” que os uniria ou lhes daria unidade, mas buscar as regras de formação dos conceitos, regras que permitem fazer aparecer “[...] esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual” (FOUCAULT, 2009a, p.

⁸ Michel Foucault fala em *condições de existência* dos discursos e não em *condições de produção* como é comumente mencionado pela AD francesa.

66), ou que permitem relacioná-los em um sistema comum. Esse sistema de formação dos conceitos – situado de certa forma num nível pré-conceitual – deve dar conta da emergência simultânea e sucessiva de conceitos dispersos, heterogêneos e até mesmo incompatíveis, que se refere “[...] não as leis de construção interna dos conceitos, não sua gênese progressiva e individual no espírito de um homem, mas sua dispersão anônima através de textos, livros e obras” (FOUCAULT, 2009a, p. 66);

- d) No nível das estratégias (dos temas e teorias): a presença de uma estratégia determinada não é suficiente para individualizar um discurso, isto é, trata-se de definir um sistema de relações entre estratégias distintas que seja capaz de sua formação: “[...] uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam [...] de um mesmo jogo de relações (FOUCAULT, 2009a, p. 76).

Esses quatro critérios permitem a individualização de unidades discursivas, que se configuram a partir de “um sistema regrado de diferenças e dispersões” (FOUCAULT 2009a, p. 106). Tal sistema, chamado de positividade, rege o que ele denomina como sendo uma formação discursiva:

[...] quando, em um grupo de enunciados, é possível observar e descrever *um* referencial [relativo aos objetos], *um* tipo de defasagem enunciativa [relativo aos tipos de enunciação ou estilo], *uma* rede teórica [relativa aos conceitos], *um* campo de possibilidades estratégicas [relativo aos temas e teorias], pode-se então estar seguro de que eles pertencem ao que se poderia chamar de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2008c, p. 106, grifo do autor).

Para Foucault, está-se diante de uma Formação Discursiva (FD) quando for possível, num certo conjunto de enunciados, descrever um sistema de dispersão a partir dos elementos apontados por ele (objetos, modalidades enunciativas, conceitos, temas). Sem nos alongarmos muito nesse tópico, vale dizer que a noção de FD, conduzida para o interior da AD francesa, via Courtine, é decisiva para parte das mutações desta disciplina e, segundo Malidier (2003, p. 52), “Michel Pêcheux havia emprestado este sintagma a Foucault, para o reformular no terreno do marxismo, colocando-o em relação à ideologia”. Se, para alguns, Foucault, mais tarde, no desenrolar de suas pesquisas, abandona parte do arsenal teórico formulado ou explicitado por meio de sua obra *A arqueologia do saber*⁹, isso é questionável na medida em

⁹ O integrante do grupo de Michel Pêcheux afirma que “Foucault já havia então tomado distância em relação à ideia de discurso desenvolvida em sua obra ‘A Arqueologia’”. COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 20.

que se nota uma preocupação metodológica com outros e novos conceitos operatórios por ele forjados, mas que obedecem a uma mesma “lógica” já estabelecida na fase arqueológica. Nesse sentido, se, como exemplo hipotético, pudermos pensar a noção de dispositivo – fortemente presente em sua fase genealógica – como uma mutação ou sofisticação da noção de formação discursiva, isso nos leva em igual medida a refletir que, sendo parte do próprio dispositivo, o discursivo e o não discursivo, então, só poderemos entender essa faceta discursiva de tais mecanismos caso seja levado em conta o que tal sintagma apresenta como referencial na arqueologia foucaultiana.

Como mencionado, o que Foucault denomina como “regras de formação” diz respeito às condições de existência dos quatro tipos de elementos, sendo tais regras definidoras da identidade de uma formação discursiva. Tomando o discurso como “[...] um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” ou “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2009a, p. 122, 132), entende-se que a análise de uma formação discursiva deve levar em conta, necessariamente, a descrição dos enunciados que a compõem, tendo como norte as “regras de formação” nos diferentes níveis responsáveis pela determinação dos elementos que compõem o discurso. É o que propõe Courtine (2009, p. 83) neste entrecruzamento de preceitos foucaultianos e pecheutianos:

Se aproximarmos essas formulações [sobre sistema de formação dos enunciados] daquelas de Pêcheux, evidencia-se que tal sistema de formação funcionando como regra refere-se ‘ao que pode e deve ser dito’ por um sujeito falante, a partir de um lugar determinado e em uma conjuntura no interior de uma FD, sob a dependência do interdiscurso desta última. O nível de um ‘sistema de formação’ faz com que a constituição da ‘matriz de sentido’ seja inerente a uma FD determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados no campo do arquivo.

A análise dos diferentes níveis do discurso mostra que falar de discurso é falar de relações discursivas, de “um feixe complexo de relações que funcionam como regra” (FOUCAULT, 2009a, p. 82). Daí que pensar *com* Foucault ou *a partir de* Foucault é necessariamente pensar em relações ou, mais precisamente, em relações discursivas, que conduzem a regularidades discursivas.¹⁰ O ponto importante da análise, como afirma Roberto Machado (2009, p. 148), “[...] é que as regras que caracterizam um discurso como

¹⁰ A ênfase dada, no texto foucaultiano, às relações nos permite não ter que recorrer à noção de contexto para explicar certos fatos linguísticos, uma vez que essa noção é suprida pelas possibilidades abertas pelas relações discursivas entre enunciados/discursos. Quanto ao contexto, considera Deleuze, “[...] ele nada explica, porque sua natureza varia conforme a formação discursiva ou a família de enunciados considerados”, o que pode ser melhor entendido pela noção de domínio associado (ver mais adiante). DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005a. p. 23.

individualidade se apresentam sempre como um sistema de relações” – sejam elas entre objetos, tipos de enunciação, conceitos, estratégias. Dessa forma, “[...] enquanto se processam emergências e transformações, na medida em que se estabelece a regularidade da relação, o sistema permanece com características que permitem individualizá-lo” (MACHADO, 2009, p. 148).

É importante que se diga que esses quatro níveis se articulam entre si, formando um sistema único. Não há justaposição ou mesmo autonomia absoluta de um deles, mas um sistema de dependência, em que um nível sempre depende do outro em sua formação. Isso não significa que, numa análise, um desses níveis não possa ser privilegiado em relação aos demais. Como analista de práticas discursivas, diante do material a ser analisado, Foucault, empenhando-se em tratar os discursos não na qualidade de documentos, mas de monumentos, dirigiu suas pesquisas em função não de regularidades linguísticas ou de qualidades relativas a quem disse ou escreveu algo, mas em consonância com o que lhe exigiam as próprias práticas:

Na *Histoire de la folie*, [...] o problema era a emergência de todo um conjunto de objetos muito enredados e complexos; tratava-se de descrever, antes de tudo, a formação desses objetos para demarcar, em sua especificidade, o conjunto do discurso psiquiátrico. Na *Naissance de la clinique*, o ponto essencial da pesquisa era a maneira pela qual se modificaram, no fim do século XVIII e início do XIX, as formas de enunciação do discurso médico [...]. Finalmente, em *Les mots et les choses*, o estudo se referia, em sua parte principal, às redes de conceitos e suas regras de formação (idênticas ou diferentes), tais como podiam ser demarcadas na gramática geral, na história natural e na análise das riquezas. (FOUCAULT, 2009a, p. 72).

Tratando da individualização de discursos, seja na fase arqueológica ou na genealógica, Foucault nos propicia pensar que a verdade, a loucura, a sexualidade, enfim, o que quer que tomemos como objeto (de pesquisa), como a moda, por exemplo, não é um espelho da realidade, não reflete tal qual uma figura especular o que se encontra dado numa dada realidade – mesmo porque o que chamamos de realidade também em grande medida é uma construção. O objeto não pode ser separado das “molduras formais” que o enreda e o impregna, mas que, ao mesmo tempo, nos permite conhecê-lo. Sexualidade, loucura, moda, são coisas que existem sim, entretanto “só atingimos uma coisa em si por meio da ideia que dela formamos a cada época”, ou seja, “não podemos separar a coisa em si do ‘discurso’ por meio do qual ela está cingida em nós” (VEYNE, 2011, p. 23).

Vale aqui retomar uma intrigante metáfora que Paul Veyne (2011) lança mão para explicar/descrever o discurso. Em seu entendimento, os discursos são aquários falsamente

transparentes nos quais estão encerrados os indivíduos, sendo que tais indivíduos, além de não os perceberem, ignoram até mesmo o fato de que eles existem. Como se vê, essa metáfora se aproxima da proposta pecheutiana para a noção de formação discursiva como sendo “[...] aquilo que [...] determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)” (PÊCHEUX, 2009b, p. 147, grifo do autor). Os discursos sofrem, portanto, variações ao longo do tempo e, apesar de ignorados por aqueles que se encontram em seu interior, a cada época se passam por verdadeiros. De modo que “[...] a verdade se reduz a um *dizer verdadeiro*, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde” (VEYNE, 2011, p. 25, grifo do autor).

Sob tal perspectiva, podemos tentar compreender os contornos que dão forma ao discurso da moda, pois, não raro, o riso brota ao olharmos retrospectivamente e vemos o que foi usado em épocas passadas. Isso nos convida, num primeiro momento, a refletir sobre esse verdadeiro de uma época, esse dizer verdadeiro de um determinado tempo, fruto do emaranhado de discursos que tomam lugar num período e que nos faz agir, pensar, comportar de determinada forma, mas que, no momento seguinte, passa a ser alvo de riso ou mesmo de vergonha. Em seguida, isso nos leva a cogitar alguns questionamentos: I) o que faz com que determinado item, certo acessório, uma cor, um comportamento seja alçado a um nível considerado como “dentro da moda”? II) que posição deve assumir o sujeito no discurso para, tomando seu lugar, fazer com o que diz possa ser tido como verdadeiro? III) que objeto é esse denominado moda que promove a sujeição dos indivíduos aos seus preceitos?

Como próprio de seu funcionamento, a moda agrupa ou inclui, mas também exclui, separa, distancia, isto é, como resultante dos atravessamentos que lhe dão existência, há uma contradição inerente ao seu movimento discursivo. O discurso que faz existir a moda compõe esse dizer verdadeiro de uma época e que, como aquários, encerra indivíduos em seus limites. A figura 3 ilustra esse funcionamento do discurso da moda: ao apresentar outro lado do que convencionalmente é denominado como sendo da/estando na “moda”, o *blog* O que o povão usa? mostra curiosas aproximações entre o que as pessoas cotidianamente utilizam e o que se vê em passarelas do mundo *fashion*.

Figura 3 – O que o povão usa

sexta-feira, 24 de setembro de 2010

O que o povão usa + Trend Coffee: Crash de Estampas



Fonte: Blog O que o povão usa? 2010.

Nascidos em conjunto com a emergência de uma nova cultura virtual, por meio da difusão da web 2.0, os *blogs* foram apropriados por profissionais de distintas áreas e, dada a sua versatilidade, fez com que fossem utilizados também por pessoas ligadas ou interessadas no âmbito da moda e, entre elas, alcançassem grande sucesso. Os *blogs* de moda não só estão na moda como vêm criando moda. Em sua grande maioria, os/as blogueiros/as postam (o verbo é uma apropriação do inglês *post*) com certa frequência, diária ou não, o que eles chamam de “look do dia”. Entretanto, há aqueles/as que seguem caminho distinto, reagindo contra as chamadas “tendências” ou mesmo buscando novos parâmetros para uma redefinição do que convencionalmente é chamado de moda.

Na figura 3, percebe-se uma considerável similaridade entre o que vestem os modelos nas passarelas e o que as pessoas comuns utilizam em seu dia-a-dia. Na postagem, o blogueiro comenta que o “crash de estampas”, isto é, essa mistura de padronagens, é algo comum nas ruas e também nos desfiles, nos editoriais de moda em revistas, no trabalho de estilistas. Isso faz pensar que, em consonância com a teoria/prática do discurso, as características que particularizam o discurso da moda, além de dissimular, na transparência de sentido que nele se forma, a contradição que lhe é inerente (PÊCHEUX, 2009b), fazem com que, a partir de determinados lugares enunciativos e de características atribuídas à própria enunciação – quem

pode tomar a posição sujeito no discurso e enunciá-lo de maneira que seja tomado como verdadeiro –, um elemento X seja considerado *cool* (de bom gosto) e outros não, ou que entre duas vestimentas, apesar de sua relativa proximidade, uma esteja na moda (*in*) e outra não (*out*). Em outros termos: o liame do que seja moda se mostra bastante frágil, levando a pensar que, para dar os contornos e a sustentação necessários para se estabelecer como tal, o discurso da moda se ampara em saberes, frutos de enunciados diversos e heterogêneos, passíveis de serem observáveis em diferentes manifestações deste discurso, como exemplificado pela figura 3.

Em resumo, para a AD francesa, tomar o discurso de uma maneira como o entende Foucault significa repensar objetos e práticas, desmitificando-os ou desnaturalizando-os, isto é, demonstrando como resultado de um processo linguístico-histórico. Desse modo, a arqueogenealogia foucaultiana nos permite o estudo de objetos teóricos não sedimentados na academia, como é o próprio caso da moda. Apesar de a AD ter feito durante certo tempo “pouco caso do trabalho de Foucault” (COURTINE, 2009, p. 81), não durou muito para que, mesmo diante da constatação de que o objetivo e o objeto da AD e da arqueologia/genealogia divergissem consideravelmente (COURTINE, 2009), pudesse entender que “[...] reler Foucault não é ‘aplicá-lo’ à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD” (COURTINE, 2009, p. 82). Assim, tal “transposição” responde a uma necessidade de cruzar questões de ordem linguística e de ordem histórica, “[...] integrar ao trabalho histórico uma perspectiva de análise dos discursos que leva em conta a materialidade da linguagem dos mesmos” (COURTINE, 2013, p. 56) e, assim, poder desnudar a singular estranheza que caracteriza os discursos.

2.2.2 O enunciado “is the new black”

Ao falar de discurso, necessariamente se fala/se deve falar de enunciado, exatamente porque um leva ao outro, isto é, o enunciado é, digamos assim, a unidade mínima de um discurso. No entanto, ao falar de discurso e de enunciado, no âmbito dos estudos discursivos da AD, especialmente no que diz respeito ao uso de tais termos tal qual eles se encontram nos escritos foucaultianos, não se almeja transpor para o universo linguístico o que o próprio Foucault contestava em sua *A arqueologia do saber*, ao estabelecer diferenças entre o enunciado e a frase, a sentença, a proposição, o ato de fala, ou seja, não é forçoso tentar fazer funcionar o que já de saída fora abandonado. Quando se fala de enunciado/discurso no âmbito

discursivo da AD e, para tanto, evoca-se M. Foucault com sua “caixa de ferramentas”, é no sentido de fazer funcionar o que fazia ele em outro local e com propósitos diversos.

Antes de prosseguirmos, há que se mencionar a existência de um certo déficit – nos primeiros momentos da AD (e até hoje?) – no que diz respeito a uma concepção especificamente discursiva do enunciado, uma vez que “[...] essa noção somente recebe, com efeito, uma acepção vaga ou empírica, que a subordina à problemática da língua” (COURTINE, 2009, p. 84), designando apenas a realização de uma frase em superfície discursiva. Com a importação da perspectiva foucaultiana para o âmbito da AD, o enunciado é colocado em funcionamento sob um enfoque discursivo, isto é, no nível do efetivamente dito e sua descrição, “[...] põe em jogo a questão central para a AD da relação entre a materialidade da língua e materialidade do discurso” (COURTINE, 2009, p. 85).

Em seus trabalhos, Foucault provoca um deslocamento da noção de enunciado como a entende certa parte da ciência da linguagem, apreendendo-o em sua abrangência constitutiva, o que equivale a dizer que sua condição de existência, apesar de materialmente marcada, não o torna um problema, digamos assim, eminentemente linguístico. Nesse sentido, sentencia Foucault (2009a, p. 99) que é inútil procurar o enunciado junto aos signos, uma vez que “Ele não é nem sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem.”

Ao se ocupar dos enunciados, o “novo arquivista” não só não tratará daquilo que era o foco da atenção de outros arquivistas (proposições e frases), como refutará a verticalidade das proposições (dispostas umas sobre as outras) e a lateralidade das frases (em que cada uma parece responder a outra). Isso para que possa tratar dessa massa de enunciados: “Móvel, ele se instalará numa espécie de diagonal, que tornará legível o que não podia ser apreendido de nenhum outro lugar, precisamente os enunciados” (DELEUZE, 2005a, p. 13-14). Parece então que é muito difícil, metodologicamente falando, ater-se ao nível dos enunciados, daquilo que efetivamente é dito. Tal dificuldade, conforme explica, se faz visível até mesmo (e sobretudo) na linguística, “cujas unidades nunca são do mesmo nível que o que é dito” (DELEUZE, 2005a, p. 26). A dificuldade de compreender o *modus operandi* do enunciado reside, pois, em compreender que ele não é lateral nem vertical, mas transversal, isto é, atravessa campos diversos em sua singular existência:

As proposições remetem verticalmente a axiomas de nível superior, que determinam as constantes intrínsecas e definem um sistema homogêneo [...]. Quanto às frases, elas podem ter um de seus membros num sistema, outro em outro sistema, em

função de variáveis exteriores. Bem diferente é o que se passa com o enunciado: ele é inseparável de uma variação inerente pela qual nunca estamos em um sistema, jamais paramos de passar de um sistema ao outro (mesmo no interior de uma mesma língua). O enunciado não é lateral nem vertical, ele é transversal, e suas regras são do mesmo nível que ele. (DELEUZE, 2005a, p. 17).

Na busca de respostas sobre o que é o enunciado ou como uma teoria enunciativa pode se ajustar à análise das formações discursivas, Foucault trabalha no sentido de definir enunciado, caracterizar a função enunciativa e teorizar sobre sua descrição. Diferenciando-se das unidades que articulam os respectivos objetos da lógica, da gramática, ou da Escola Analítica, o enunciado, para ser tomado como tal, precisa se constituir como um conjunto de signos em função enunciativa, isto é, há uma relação que envolve sujeitos, história e a própria materialidade, daí que ele emerge das relações com outros enunciados, num exercício constante de ir e vir que se apoia fundamentalmente no elemento histórico. Assim como certos itens de moda que vão e voltam, também eles emergem aqui, ali ou acolá, são raros, dependem de uma série de condições que cabe ao analista proceder a “[...] uma descrição histórica, mas que não pergunta pelo sentido secreto dos enunciados e sim o que significa o fato de terem aparecido e nenhum outro em seu lugar na evidência da linguagem efetiva.” (GREGOLIN, 2004, p. 34).

Foucault (2009a, p. 90), propondo uma reflexão ou mesmo um debate acerca desse átomo do discurso, toma-o como a unidade elementar do discurso, que, à primeira vista, aparece como sendo esse elemento último e indecomponível¹¹, “[...] suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos”. E acrescenta, marcando a diferença dos enunciados em relação a outras formulações e ensinando a lidar metodologicamente com eles, que

Não é preciso procurar no enunciado uma unidade longa ou breve, forte ou debilmente estruturada [...]. Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura [...]; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2009a, p. 98).

¹¹ Sob a ótica deleuziana, cada enunciado é uma multiplicidade, “[...] uma multiplicidade e não uma estrutura ou um sistema. Topologia dos enunciados, que se opõe à tipologia das proposições e à dialética das frases.” (DELEUZE, 2005a, p. 18).

Para Foucault, é essa função – essa função enunciativa – que é preciso descrever. E isso justamente porque, se os enunciados se diferem das palavras, frases e proposições, “[...] é porque eles englobam, como seus derivados, tanto as funções de sujeito como as de objeto e de conceito. Precisamente: sujeito, objeto, conceito são apenas funções derivadas da primitiva ou do enunciado” (DELEUZE, 2005a, p. 20). No texto, essa espécie de ensaio para a sua *arqueologia*, intitulado *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia*, Michel Foucault (2008c, p. 93), delimitando diferenças entre a descrição/análise do discurso e a análise do pensamento, propõe que:

[...] a análise do discurso tem uma finalidade completamente diferente [da análise do pensamento]: trata-se de apreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar da maneira mais justa os seus limites, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados aos quais ele pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação ele exclui. [...] A questão própria da análise do discurso poderia ser formulada da seguinte maneira: qual é essa irregular existência que emerge no que se diz – e em nenhum outro lugar?

Um dos tópicos elementares da teorização foucaultiana acerca do enunciado é justamente essa função que lhes é própria e os difere de outras unidades formais. Deleuze (2005a) afirma que os enunciados de Foucault são como sonhos, cada um tendo seu objeto próprio ou se cercando de um mundo. Entretanto, indagamos que, se tal aproximação com o universo onírico procede, isso se deve, no limite, a essa função enunciativa que lhe é característica e que, por sua vez, caracteriza-se por:

- a) Uma relação enunciativa (ou um campo de objetos), isto é, o tipo de relação que um enunciado apresenta com o seu suposto correlato, uma vez que Foucault diz que não há um referente para os enunciados, mas sim um “referencial”: “[...] o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 2009a, p. 103);
- b) Uma posição do sujeito, que, à moda foucaultiana, trata-se de uma função-sujeito: “[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado” (nota-se a diferença entre os termos função e posição, uma vez que o primeiro se integra melhor às concepções foucaultianas por ser mais dinâmico do que se poderia entender pelo segundo). Some-se a isso o fato de que um mesmo enunciado

pode apresentar várias posições ou vários lugares de sujeito, mas “[...] todas essas posições não são aspectos de um Eu primordial, do qual o enunciado derivaria: ao contrário, elas derivam do próprio enunciado.” (DELEUZE, 2005a, p. 19);

- c) Um domínio associado (ou campo adjacente), já que um enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados” e, por isso, não é livre, neutro e independente, esse domínio associado não deve ser confundido com o que se entende por contexto, já que forma uma trama complexa constituída pela série de outras formulações no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado (observe que o enunciado se abre para a repetição e, nesse sentido, se difere da noção de interdiscursividade) e pelo conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão;
- d) Uma existência material, uma vez que o enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material que é constitutiva do próprio enunciado: “[...] o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (FOUCAULT, 2009a, p. 114).

Dessa forma, é possível pensar a análise discursiva como uma busca para que se possa determinar por que emergiu certo enunciado e não outro em seu lugar, ou seja, busca estabelecer “uma lei de raridade”, uma vez que nem tudo é sempre dito e que, “[...] por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles” (FOUCAULT, 2009a, p. 136). Raridade e não originalidade, já que não se necessita ser original para que se possa produzi-los.

No lugar do par originalidade/origem, entra em cena outra característica dos enunciados: a repetibilidade. Se uma frase pode ser reiniciada ou reevocada, se uma proposição pode ser reatualizada, entretanto, só “o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido” (FOUCAULT, 2009a, p. 118). O enunciado – ou multiplicidades, em termos deleuzianos – é em si mesmo repetição, mas essa repetição se dá sempre em condições estritas: “É preciso que haja o mesmo espaço de distribuição, a mesma repartição de singularidades, a mesma ordem de locais e de posições, a mesma relação com um meio instituído: tudo isso forma para o enunciado uma ‘materialidade’ que o faz repetível” (DELEUZE, 2005a, p. 22).

Isso tudo acaba, por assim dizer, desembocando naquilo que o novo arquivista tomará como ponto de chegada/de partida: a noção de arquivo. Segundo o autor de *A arqueologia do saber*, o arquivo pode ser definido como “o sistema que rege o aparecimento dos enunciados

como acontecimentos singulares”, é aquilo que define a possibilidade de os enunciados serem efetivados. De forma simplificada, Revel (2005, p. 18-19) interpreta Foucault, dizendo que o arquivo “[...] representa o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história”. Trata-se de um conceito de uma amplitude considerável que abarca outras noções anteriormente mencionadas neste trabalho, como as de enunciado e discurso, e, por isso, “[...] não se pode descrever exhaustivamente o arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização; nem mesmo, sem dúvida, o arquivo de toda uma época” ou mesmo descrever o nosso próprio arquivo “[...] já que é no interior de suas regras que falamos, já que é ele que dá ao que podemos dizer [...] seus modos de aparecimento, suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento” (FOUCAULT, 2009a, p. 148).

Os enunciados são, numa única palavra, históricos, encontrando na história suas condições de existência e emergência. Por isso, Foucault entende que ele é produzido, manipulado, utilizado, transformado, destrutível, e que, entrando em uma rede, onde possa circular, sirva ou não a interesses, seja objeto de disputa. Enfim, produza efeitos! É o que ocorre, por exemplo, com um enunciado facilmente associado ao discurso da moda. Encontrado em publicações em geral e, em especial, nas páginas de revistas de modas, “X é o novo preto” é um caso exemplar do funcionamento de um discurso que podemos denominar de discurso da moda.

Como diz Pascolato (2013), o pretinho é o clássico que se transformou em uniforme *fashion* e, segundo consta, o uso do preto se tornou corrente, para ambos os sexos, no final do século XVI, na corte espanhola, que o teria exportado posteriormente para Holanda, Itália, Inglaterra (LURIE, 1997). O preto é tido como algo simples, mas eficiente, ou seja, trata-se de um item ou uma cor básica, que faz com que aquele/a que dele faça uso esteja sempre bem vestido/a, já que é algo que não sai de moda. Daí que a expressão “X é o novo preto” remete historicamente/discursivamente a algo que ocupa uma posição privilegiada no universo da moda.

Ao dizer “novo preto”, enuncia-se que: a) o preto é, como mencionado, algo que se imiscui com o próprio significado da palavra moda, algo que se encontra *ad eternum* em voga; b) o item em questão – que preenche o lugar X em “X é o novo preto” – passa a figurar ou ocupar lugar de praxe ocupado pelo preto, ele momentaneamente toma seu lugar, alçando-se assim ao topo da moda. Isso remete a um terceiro ponto: c) aquilo que é o novo preto, portanto ocupa um lugar na moda, pode ser entendido também como qualquer coisa que esteja em alta, seja alvo de comentário ou de desejo. Daí que o enunciado “X é o novo preto” pode

ser repetido ou preenchido com qualquer elemento que se encontra em semelhante situação: *i*. “Amarelo é o novo preto em ‘Além do Horizonte’”¹²; *ii*. “Fashion 2015: marsala é o novo preto”¹³; *iii*. “50 tons de cinza é o novo preto”¹⁴; *iv*. “*Orange is the new black*”¹⁵; *v*. “Gordo é o novo preto”.¹⁶

Note-se que, nos exemplos de *i* a *v*, há uma retomada do enunciado “X é o novo preto” e, por meio de uma apropriação por campos distintos – vale dizer, em diferentes formações discursivas –, ocorre uma atualização desse enunciado. No entanto, na medida em que em *i* e *ii*, seu funcionamento se liga ao que denominamos discurso da moda, em *iii*, *iv* e *v*, é tomado de empréstimo e posto em funcionamento em campos discursivos diferentes. Se, em *iii*, anuncia-se um novo *best seller* no mercado editorial, em *iv*, tem-se o título de uma série de tevê americana, na qual a personagem central, uma mulher de classe média alta, é levada à prisão (daí a referência à cor laranja, relacionada aos trajes das penitenciárias americanas) por ter auxiliado sua namorada no tráfico de drogas. Por fim, no exemplo *v*, nota-se a utilização do enunciado-base, por meio do qual se cruzam transversalmente diferentes planos: a discursividade do campo da moda, da medicina e das questões raciais (FISCHER, 2013).

De forma sucinta, pode-se dizer que os enunciados, na perspectiva da prática foucaultiana, não são palavras, frases ou proposições, mas “[...] formações que apenas se destacam de seus *corpus* quando os sujeitos da frase, os objetos da proposição, os significados das palavras *mudam de natureza*, tomando lugar no ‘diz-se’, distribuindo-se, dispersando-se na espessura da linguagem.” (DELEUZE, 2005a, p. 29, grifo do autor). Daí que um enunciado, portador de uma materialidade linguística, pode migrar de uma formação discursiva (ou de um dispositivo) em direção à outra e, mesmo conservando sua materialidade, tornar-se outro. Assim, diante da possibilidade de se identificar um método em Foucault, tal método, partindo de palavras, frases, proposições, organiza-as “num *corpus* determinado, variável conforme o problema colocado”. A particularidade dessa forma de organizar um *corpus* reside no fato de que ela não se dá em função de regularidades linguísticas, nem por conta de qualidades pessoais de um sujeito autor: “[...] as palavras, frases e proposições retidas no *corpus* devem ser escolhidas em torno dos focos difusos de poder (e de resistência) acionados por esse ou aquele problema” (DELEUZE, 2005a, p. 28).

¹² *Veja*, 2015. Blog Quanto drama eu vejo.

¹³ Guia Show. Estilo. 5 fev. 2015.

¹⁴ *Veja.com*. Entretenimento. 30 nov. 2012.

¹⁵ Nome de uma série de tevê norte-americana.

¹⁶ Uol Blog, 2011.

Sendo os enunciados pertencentes, constituídos ou mesmo atravessados pela espessura da história, é necessário que indaguemos que história é essa de que se fala quando se dizem os enunciados unidades históricas.

2.3 QUE HISTÓRIA É ESSA?

Uma dupla inquietação nos leva a este tópico: de um lado, o entendimento já cristalizado, no interior da Análise do Discurso francesa, de que os discursos são históricos e, para apreendê-los, é fundamental a compreensão do que seja história; de outro, a constatação de que o termo “história”, como de praxe, não se refere sempre a um mesmo objeto ou a uma mesma e vasta área do conhecimento, tendo, portanto, o próprio termo uma carga de historicidade.

Partindo da constatação de que essa disciplina de “entremeio”, chamada AD francesa, tem como uma de suas bases a história ou os processos históricos relativos à produção de sentidos, torna-se importante questionar *que história é essa?*, isto é, que noção de história é essa tomada de empréstimo por ela e, na esteira desse questionamento, pensar também nas possibilidades de entendimento da história não como um bloco homogêneo, mas, sobretudo, marcada por uma heterogeneidade. Se, nos primórdios da AD, uma leitura das teses marxistas proposta por L. Althusser foi fundamental para a constituição dessa disciplina, esse viés histórico seria suficiente ou ter-se-ia que ampliar o espectro e pensar a partir de outras possibilidades os objetos e as práticas discursivos?

Dessa forma, busca-se não uma exaustiva revisão teórica acerca do conceito de história, mas um aporte teórico no sentido de compreender como se formou modernamente tal conceito e seu desdobramento em autores ligados ao que ficou conhecido como movimento dos *Annales*, bem como nas reflexões empreendidas pelo pensador francês Michel Foucault. Para tanto, este tópico divide-se em três seções: na primeira, pautando-se em Koselleck et al., explora-se a emergência, no século XVIII, de um novo conceito de história; na segunda, investiga-se a concepção dada a esse conceito no interior do movimento denominado Escola dos *Annales*; finalmente, na terceira, faz-se um levantamento da noção de história nos trabalhos de Michel Foucault. Com base nisso, e indo ao encontro dessas concepções, intenta-se encontrar subsídios para amparar as nossas próprias reflexões sobre uma possível Análise do Discurso francesa de cunho foucaultiano.

2.3.1 Notas sobre o moderno conceito de História

De acordo com Koselleck et al. (2013), o conceito moderno de História corresponde a uma nova configuração cristalizada a partir de dois longos processos: a emergência do conceito de “coletivo singular” e a fusão da *Geschichte* e *Historie*. Quanto ao primeiro processo, há uma trajetória extensa e intensa de modificação tanto no significante quanto no significado do signo linguístico, culminando num ponto em que “[...] a velha forma plural ‘a História’ podia agora ser lida também como feminino singular” (KOSELLECK et al., 2013, p. 120). Tal migração ocorre na segunda metade do século XVIII, quando é o coletivo singular que designa a soma das Histórias individuais, como sendo o que essencialmente aconteceu no mundo, tornando a *História* mais complexa do que as *histórias* individuais. Com isso, a palavra sofre uma alteração linguística, que a transforma em seu próprio objeto. Paralelamente a isso, ocorre a revelação de um tempo que é peculiar à História e que abarca as três dimensões temporais, e, desde então, “[...] os historiadores estão obrigados a verificar relações que não se orientam mais pela sucessão natural de geração de soberanos, pelas órbitas das estrelas ou pela mística figural do simbolismo numérico dos cristãos. A história funda sua própria cronologia.” (KOSELLECK et al., 2013, p. 127). A esse respeito, J. Guilhaumou (2009, p. 55) tece o seguinte comentário:

Durante a segunda metade do século XVIII, uma nova experiência do tempo histórico se impõe na Europa. A referência a um tempo próprio torna-se um elemento central do uso e da significação dos conceitos. A imanência do tempo se encarna então numa forma linguística, ‘A História’, que tende a se tornar um conceito reflexivo, independente, portanto, de um objeto e/ou de um sujeito precisos.

Tal ampliação de sentido resulta num novo conceito de realidade e de reflexão. No tocante à fusão de *Historie* (conhecimento, narrativa e ciência históricos) e *Geschichte* ou História (conjunto de acontecimentos), Koselleck et al. (2013, p. 129) aponta que “[...] no último terço do século XVIII o conteúdo do significado de ‘*Historie*’ – mediante gradativa exclusão dessa palavra – acabou sendo totalmente absorvido por ‘*Geschichte*’ [História].” Assim, fundem-se o campo “objetivo” dos acontecimentos/da ação, o conhecimento “subjetivo”, a narrativa e a ciência que trata desses acontecimentos num único conceito: “Numa formulação talvez pouco exagerada, pode-se dizer que ‘*Geschichte*’ foi um tipo de categoria transcendental que visava às condições de possibilidade de *Geschichten*/Histórias.” (KOSELLECK et al., 2013, p. 134). É nesse sentido que alguns autores apontam a possibilidade de emergência, no século XVIII, de uma nova forma de fazer história:

Por volta de meados do século XVIII, um certo número de escritores e intelectuais, na Escócia, França, Itália, Alemanha e em outros países, começou a preocupar-se com o que denominava a ‘história da sociedade’. Uma história que não se limitava a guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os ‘costumes’. (BURKE, 1997, p. 17).

Com a nova realidade histórica indicando uma guinada rumo ao *status* de um conceito novo por meio da reflexão, aponta-se o surgimento de uma Filosofia da História – ou a História entendida como uma Filosofia da História. Se a *Historie* tornou-se uma ciência própria quando conquista um novo espaço de experiência, isso pode ser indicado pela configuração de uma Filosofia da História, em cujas bases encontram-se diferentes etapas indicativas desse processo: (i) a reflexão estética (referente à nova configuração do velho dilema da relação entre *Historik* e Literatura, desvelando-se numa unidade interna ou ao “sistema” da História); (ii) moralização das Histórias (relativo a uma força moralizante transferida para a própria História, que passou a exercer a função de uma espécie de tribunal *a posteriori*); (iii) a formulação de hipóteses (indicativo de uma possibilidade de superar lacunas no conhecimento dos fatos e tirar conclusões sobre o desconhecido a partir do conhecido). Assim sendo, “[...] esses fatores foram articulados numa Filosofia da História, que acabou estatuinto a ‘própria História [*Geschichte selber*] como racional, e a reconhecia como racional” (KOSELLECK et al., 2013, p. 154), o que fez com que essa disciplina, anteriormente sistematizada pela Filosofia, pudesse retroagir sobre a Filosofia e entendê-la historicamente.

Nesse ínterim, convém a ressalva de que, mais tarde, já no século XX, Michel Foucault, dentre outros, apresenta certo entendimento para o termo História que se desenvolve a partir dos arquivos e o leva a “[...] problematizar o que deveria ser a relação entre a filosofia e a história (ou, mais exatamente, entre a prática filosófica e a prática histórica) uma vez saídos da tradicional divergência filosofia da história/história da filosofia.” (REVEL, 2005, p. 58).

A História se firma no século XVIII não como um simples conceito – ou um conceito simples –, mas como um conceito dominante e determinante para o caminho e a direção da formação da era Moderna. Talvez seja nesse sentido que afirme que, apesar de ser tão velha quanto a memória humana, ela possa ser considerada como “a primeira e como que a mãe de todas as ciências do homem” ou, indo mais além, “[...] ela talvez não tenha lugar entre as ciências humanas nem ao lado delas: é provável que entretenha com elas uma relação estranha, indefinida, indelével e mais fundamental do que seria uma relação de vizinhança num espaço comum” (FOUCAULT, 2007, p. 508).

Na esteira da formação desse conceito moderno, encontram-se discussões científicas, mas também diálogos políticos e sociais advindos do cotidiano. De acordo com Koselleck et al. (2013), o surgimento de uma ciência histórica autônoma está relacionado a uma burguesia intelectualizada, que, em consonância com o desenvolvimento de uma consciência histórica, se apropriava de sua identidade. Foi justamente o caráter científico do conceito de História que reforçou sua força integrativa social e política. Daí o surgimento de diferentes Histórias, desde as já tradicionais das Igrejas e dos Estados, também a da Literatura, da Arte, do Comércio, da Cultura, da Ciência. Nesse sentido, pode-se dizer de uma utilização política direta da “História”, de um lado, por um amplo público leitor, com vistas a não mais se tratar de um olhar sobre o passado, mas “[...] como espaço de experiência e meio de reflexão da unidade de ação social e política que se tem em vista” (KOSELLECK et al., 2013, p. 190); de outro lado, essa utilização política da História aponta também para a conquista de uma consciência de classe dos trabalhadores.

Caberia, nesse momento, retomar a pergunta de Certeau (1982) quando este questiona “o que faz o historiador quando faz história? E, sem querer dar respostas conclusivas sobre o questionamento, apontar que, no novo espectro político-científico-social-filosófico da História, o historiador passa a reconhecer sua posição diante dos fatos por meio de uma perspectiva relativista. Entretanto, isso não se dá de forma tranquila, o que supõe que, de um lado, há uma investidura num certo afastamento de uma posição partidária, isto é, um suprapartidarismo “[...] que visa reproduzir a realidade do passado de uma forma próxima à verdade plena” e, de outro lado, um posicionamento a partir do qual ele possa escolher, resumir e se servir de conceitos gerais: “O historiador [...] não conseguiria evitar de trazer consigo seus pontos de vista, que dependem da origem, do *status*, dos interesses e da posição, de forma que uma História *post eventum* sempre se transforma.” (KOSELLECK et al., 2013, p. 195).

Isso faz com que os historiadores, na busca de uma perspectiva que tenha e/ou crie sentido, estejam mais para a plausibilidade (de uma forma histórica) da verdade do que em uma verdade propriamente dita, o que incita inexoravelmente a um certo afastamento temporal para que, transcorrido tempo suficiente, o passado surja a partir da crítica histórica. Essa temporalização da História faz com que, no âmbito epistemológico, a perspectiva temporal ganhe *status* metodológico: “[...] a diferença temporal entre passado e futuro conquistou sua qualidade própria, uma qualidade histórica, que só pode ser avaliada através de abordagens que guardam a consciência de sua relatividade, de sua ‘temporalidade’”. (KOSELLECK et al., 2013, p. 201).

O século XVIII comporta, com ares de revolução, uma nova experiência histórica do tempo. A aceleração, que lhe é característica, traz consigo a ideia de progresso e, com isso, uma forte relação com o tempo futuro. Abre-se um fosso entre a experiência de um passado vivido e a expectativa de um futuro sem base na experiência. Concomitantemente, a descontinuidade histórica se transforma num critério de grande importância na experiência moderna de História, comportando uma “contemporaneidade do não contemporâneo”. Dessa forma,

[...] o conceito de História varia correspondentemente à experiência de ruptura que o determina. Por um lado, podia não apenas se referir à durabilidade do passado em processo de desaparecimento, mas também requerer a preocupação permanente com o futuro, indicando o rumo a ser seguido. (KOSELLECK et al., 2013, p. 206).

Comentando sobre o pensamento koselleckiano, Jacques Guilhaumou explica que, para esse filósofo da história, o período 1750-1850, o qual pode ser designado pela expressão *Sattelzeit*, constitui-se como um momento de particular importância no que diz respeito às mudanças da linguagem política e social, considerando a Revolução Francesa como seu ponto alto. Afirma ele que “Aqui se opera o liame entre o ‘limiar de uma época’ e a ‘consciência de uma época’. O mundo da experiência se seculariza, associando-se estreitamente ao mundo dos conhecimentos; ele se inscreve no horizonte de expectativa de um futuro a ser programado.” (GUILHAUMOU, 2009, p. 54).

Na perspectiva de um tempo que aponta para o futuro, contribuem decisivamente as reflexões de Karl Marx, que desloca a ruptura entre passado e futuro para o futuro. Sob a ótica marxista, “[...] a História efetiva é degradada à preparação de um futuro cuja expectativa é reproduzida, de forma permanente, e se mantém reprodutível.” (KOSELLECK et al., 2013, p. 207). Assim, o conceito de História abarcou extensões temporais as mais diversas, tensionando permanentemente a diferença entre experiência e expectativa. Acusada de historicismo – por mais ambíguo que pudesse tal conceito parecer –, a História, ou melhor, o conceito moderno de História também trouxe consigo a possibilidade de se tornar a última instância para fundamentar argumentações as mais diversas, reforçando posições jurídicas, sociais, teológicas, morais ou políticas, o que provoca uma controvérsia, sobretudo, linguística:

A controvérsia em torno de História, em especial em torno do seu conceito, não era só uma controvérsia metodológica, teórico-científica ou científico-política. Ela atingiu de forma profunda a dimensão política e social do campo linguístico, pois o conceito carregava dentro de si – como conceito geral de movimento – aquela força

integradora e distanciadora que podia motivar ações políticas. (KOSELLECK et al., 2013, p. 212).

A História como ação. Esse talvez seja outro ponto relevante na moderna concepção desse signo linguístico. A compreensão da História como ação torna-se clara em relação ao seu emprego com vistas a atingir e integrar a classe dos trabalhadores, constituindo-se como uma versão em contradição com significados que pressupunham a noção de “destino”. Que ela se prestava a uma integração social, especialmente no âmbito da burguesia, isso já era previsto, entretanto, a novidade se mostrava em sua utilização também para convocação da unidade e luta dos trabalhadores. Nesse sentido, “a História” se mostra ou passa a ser vista como signo ideológico¹⁷, um desaguadouro de todas as ideologias, e, por isso, também passível de questionamentos a partir de uma crítica da ideologia. Karl Marx produziu uma crítica ideológica que buscava entender a utilização linguística dominante a partir de uma teoria própria da História, a qual pressupunha um conceito processual desta em que forças produtivas, condições sociais e consciência precisam ser colocadas numa relação recíproca: “Os homens fazem a sua própria História, mas eles não a fazem livremente, não sob condições escolhidas, mas sim sob condições encontradas, dadas e transmitidas.” (MARX, 1960 apud KOSELLECK et al., 2013, p. 216).

2.3.2 O conceito de História na Escola dos *Annales*

A Escola dos *Annales* ou Movimento dos *Annales*, como ficou conhecido o grupo que se formou em torno da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, foi fundada, em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch. Nascido numa conjuntura de crise política e econômica – vale lembrar que, em 1929, eclode a grande crise econômica que assola os EUA e a Europa –, o movimento dos *Annales* se faz perceber como a representação de uma época notadamente marcada por profundas transformações. O objetivo principal era promover uma nova história, com ampliação de seu foco, abarcando todas as atividades humanas e não apenas a política, bem como a substituição de uma história centrada na narrativa de acontecimentos por uma história-problema e a colaboração com outras disciplinas. Dessa forma, buscava livrar-se de uma visão “positivista” da escrita da História, que havia imperado no final do século XIX e início do XX.

¹⁷ No tocante à relação entre signo linguístico e ideologia, vale citar que, no entendimento do filósofo russo Mikhail Bakhtin, “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade de toda palavra é absorvida por sua função de signo. [...] A palavra é o modo mais puro e sensível da relação social.” BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 36.

Como se sabe, desde muito tempo, o fazer histórico encarregara-se de narrar grandes feitos de grandes homens, especialmente, no âmbito político e, apesar de, no século XVIII, com o surgimento de um novo conceito de história, essa forma de entendimento do fazer histórico ter sofrido abalos consistentes, ainda se faziam presentes e idolatrados os três grandes ídolos: o político (a eterna preocupação com a história política, os fatos políticos, as guerras), o individual (os grandes homens e as personificações de instituições) e o cronológico (os estudos sobre as origens). Contra esses três temas, os *Annales*, em específico a primeira fase do movimento, se posicionará e procurará oferecer uma contrapartida. Nesse sentido, o movimento estabelece uma ruptura com o que lhe precede, isto é, com a concepção de história anteriormente em voga e contra a qual se posiciona.

De acordo com Burke (1997, p. 12), os *Annales* podem ser divididos em três fases ou três gerações: a) de 1929 a 1945, momento em que se perpetrou uma “guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos”, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre; b) após a Segunda Guerra Mundial, tempo em que “os rebeldes apoderaram-se do *establishment* histórico”, com conceitos diferentes e novos métodos, sob a direção de Fernand Braudel; c) por volta de 1968, momento marcado pela pulverização de sua liderança, com destaque para os nomes de Jacques Le Goff e Pierre Nora, além de Philippe Ariès e Michel Vovelle, e pela fragmentação dos objetivos, já que se perdem as especificidades anteriores e parte do grupo migra para a história sociocultural ou redescobre a história política e a importância da narrativa.

Na condição de movimento, os *Annales* traduzem-se como algo importante, impactante e renovador da historiografia, trazendo questões à historiografia tradicional e apresentando novos e ricos elementos para o conhecimento das sociedades. Nesse sentido, o conceito de História que subjaz os trabalhos no interior desse movimento compactua com o entendimento de uma História mais abrangente, englobando diversos aspectos da vida humana. Na primeira fase do movimento, notadamente marcada por uma ruptura com a tradição histórica, buscou-se um alinhamento da História com questões relativas ao campo econômico e social. Como ferramentas utilizadas para essa abordagem nova e interdisciplinar, destacam-se, por exemplo, a análise de períodos de longa duração e o uso sistemático de fontes não-literárias (BURKE, 1997, p. 35). Esse primeiro momento pode ser entendido como uma espécie de materialização de um movimento de resistência no interior do discurso maior que imperava sobre o fazer historiográfico, cujo foco recaía sobre a crônica de acontecimentos; o novo modelo historiográfico buscava substituir as visões breves anteriores

por análises de processos de longa duração com a finalidade de permitir maior e melhor compreensão das civilizações.

A partir dos anos 1930, com a dispersão do grupo em torno do qual foi erigido o movimento e tendo seus líderes ocupado cátedras em diferentes universidades francesas, houve uma institucionalização do movimento e “[...] pouco a pouco os *Annales* converteram no centro de uma escola histórica”, como afirma Peter Burke (1997, p. 38). Ainda que haja essa espécie de transformação “no órgão oficial de uma igreja ortodoxa”, o movimento continuou prezando por uma noção de história que transcendia o entendimento corrente, primando por um viés da história como problema, isto é, uma história orientada por problemas, segundo Lucien Febvre. A história-problema veio, pois, opor-se à história-narrativa tradicional no sentido de reconhecer a impossibilidade de se narrar os fatos tal e qual se passaram. Criou-se uma nova história, problematizante, conceitual, analítica, científica, que “reabre constantemente o passado, em vez de reconstituí-lo definitivamente” (REIS, 2000, p. 26), o que, sem dúvida, exigiu uma nova postura do historiador, que, antes impedido de se pronunciar e posicionar, passa a partir de então a aparecer e a explicitar a sua estrutura teórica, documental e técnica e o seu lugar social e institucional.

Dentre as contribuições, inovações ou modificações introduzidas pelo movimento dos *Annales*, ganha destaque o entendimento de que o tempo histórico apresenta ritmos diferentes para os acontecimentos. Se o tempo histórico, ou melhor, se a representação do tempo histórico é condição subjetiva do historiador ou aquilo que estrutura seu olhar, o historiador dos *Annales* levou a cabo essa ideia e criaram-se novas condições subjetivas para o conhecimento histórico. Dessa forma, romperam com a representação corrente do tempo histórico, “[...] mas sem perder a sua ligação com o projeto inaugural de *Heródoto*: ‘conhecer as mudanças humanas no tempo’” (REIS, 2000, p. 15, grifo do autor).

Na prática interdisciplinar com as ciências sociais, dada a oposição dessas à visão histórica reinante como construção linear e acelerada do futuro e da utopia, a Escola dos *Annales* se viu na obrigação de incluir na sua representação do tempo a permanência, a simultaneidade. Para tanto, construíram o conceito de “longa duração”, possivelmente influenciado, mas, em grande medida, distanciado do conceito de “estrutura social” advindo das ciências sociais:

A ‘longa duração’ é a tradução para a linguagem temporal dos historiadores da estrutura atemporal dos sociólogos, linguistas. Na perspectiva da ‘longa duração’, o tempo histórico é representado como ‘dialética da duração’. Os eventos são inseridos em uma ordem não sucessiva, simultânea. A relação diferencial entre passado, presente e futuro enfraquece-se, isto é, a representação sucessiva do tempo

histórico é enquadrada por uma representação simultânea. As ‘mudanças humanas’ endurecem-se, desaceleram-se. (REIS, 2000, p. 18).

Com essa nova forma de entendimento, ocorre, paradoxalmente, uma estruturação do tempo histórico, o qual é, como se sabe, marcado pela mudança. Enquadrada pela perspectiva da longa duração, a mudança se vê limitada e avessa à ruptura. Mas como entender essa relação que engloba termos tão antitéticos? Como pensar e explicar a mudança sob uma perspectiva estruturante? Como os *Annales* conseguiram conferir coerência a essa relação e unir elementos tão díspares? A resposta veio, por um lado, com a possibilidade de desaceleração do tempo movida pela sua estruturação: “No interior das estruturas, os movimentos cíclicos compensam-se e limitam-se, criando a reversibilidade, a continuidade. [...] Entre as estruturas, aparece a mudança profunda que altera o mundo histórico até então estabelecido e o tempo volta a ser devir e sucessão, irreversibilidade, descontinuidade” (REIS, 2000, p. 19). Por outro lado, não se limitando a uma representação teleológica do tempo histórico, mas a uma visão que articulava permanência e mudança, os *Annales* se valeram da ideia de que o tempo, no interior das estruturas, é múltiplo e diversificado:

O desdobramento do tempo não é uniforme, linear, homogêneo. Há tempos múltiplos, observados nos processos mesmos e reconstruídos pelo historiador. As sociedades e cada uma delas vivem em ritmos distintos e o seu presente não é centrado, mas uma coexistência tensa de durações múltiplas. (REIS, 2000, p. 19).

O entendimento da História como não somente uma sucessão de eventos levou a outro grande feito atribuído aos *Annales*: a adoção de tipos diferentes e diversificados de fontes para as pesquisas, promovendo, de fato, a interdisciplinaridade entre a disciplina histórica e as demais ciências sociais. Com o objetivo de enfatizar, nos processos de longa duração, os condicionamentos econômico-sociais das ações e decisões individuais, a sociedade global e as massas, as condições materiais, e não os projetos individuais, subjetivos e ideológicos, os *Annales* lançaram mão de um novo conceito de fonte histórica e foram engenhosos em (re)inventar essas fontes, fazendo uso dos mais diversos tipos de registros: arquivos bancários, balanços comerciais, documentos fiscais/alfandegários (advindos da economia); registros paroquiais, civis, recenseamentos (oriundos da demografia); os cultos, os monumentos, os livros sagrados, a medicina popular, as narrativas orais, os rituais (emprestados da antropologia); arquivos judiciários, processos criminais, legislação (encontrados no âmbito do direito); conjuntos arquiteturais, inscrições, cerâmicas, fósseis (da arqueologia). Em poucas palavras, pode-se dizer que o arquivo do historiador renovou-se e ampliaram-se suas opções:

“Agora, a história poderá ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo.” (REIS, 2000, p. 24).

Se, com os *Annales*, houve uma expansão/modificação do conceito de história e do quadro das pesquisas históricas, isso se deve, em grande medida, ao caráter interdisciplinar da pesquisa adotado desde o início nas práticas dos historiadores do grupo. A história afasta-se da influência da filosofia e aproxima-se do ponto de vista das ciências sociais, utilizando conceitos e técnicas advindos dessas ciências (isto é, métodos pluridisciplinares) e rompendo com a compartimentação existente entre elas, com o propósito de entendimento/apreensão de um “objeto comum”: o homem social, ser coletivo, anônimo e merecedor de uma análise interdisciplinar. Esse tipo de análise é incompatível com a temporalidade linear/sucessiva e com a visão da história tradicional. Segundo a perspectiva de Burke (1997), esse teria sido o grande legado dos *Annales*, exatamente por abarcar áreas inesperadas do comportamento humano e dar visibilidade a grupos, até então, estigmatizados:

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (BURKE, 1997, p. 126-127).

A substituição da factualidade histórica pela possibilidade histórica, essa é a tradução do grande projeto dos *Annales*. Com isso, não se pretende dizer que o trabalho desse grupo de pesquisadores tenha sido original, sem precedentes ou paralelos. Houve sim tentativas em diversos lugares de promover uma outra história, mas, como afirma Burke (1997, p. 122), é difícil desprezar as contribuições desse grupo: “As contribuições de Bloch, Febvre, Braudel e seus seguidores foram mais longe do que as de qualquer outro pesquisador ou grupo de pesquisadores na concretização desses objetivos comuns e em liderarem um movimento que se difundiu mais extensamente e por mais tempo do que o de seus competidores.”

Desde seu surgimento, a Escola dos *Annales* promoveu um profundo corte com a tradição e marcou de forma indelével a historiografia. Apesar de, para alguns, o movimento continuar existindo, já não é o mesmo. “O movimento está se dissolvendo, em parte, como resultado de seu sucesso” (BURKE, 1997, p. 122). O retorno à política e a narrativa

caracterizam os que se dizem herdeiros do movimento, o que não necessariamente significa algo negativo:

Se, apesar de todas essas renovações trazidas para a prática histórica, houve o retorno à política na terceira geração, isso deve ser visto como ‘uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismo (especialmente o ‘economismo’ marxista). Está associado à redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam ‘cultura política’, de idéias e de mentalidades. Graças a Foucault, esse retorno se estendeu em direção à ‘micropolítica’, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas, etc. Em consequência dessas mudanças, a história política está em vias de uma renovação.’ (BURKE, 1997, p. 72-73).

Da mesma forma como houve, da parte dos *Annales*, uma crítica contundente a uma determinada prática histórica, também é possível encontrar, em Michel Foucault, outro nome importante não só para a historiografia francesa, mas também para a historiografia em geral, críticas a um modo de fazer História.

2.3.3 A perspectiva histórica em Michel Foucault

Embora Michel Foucault não se considerasse um historiador, pois diz ele que seus livros “[...] não são tratados de filosofia nem estudos históricos; no máximo, fragmentos filosóficos em canteiros históricos” (FOUCAULT, 2010a, p. 336), é fato que parte de sua bibliografia se manifesta – seja nos títulos ou subtítulos – claramente como obras de tal natureza. *História da loucura*, *História da sexualidade*, *Vigiar e punir*: a história da violência nas prisões são alguns exemplos. Da leitura de *A arqueologia do saber*, é possível notar, inclusive, que a crítica foucaultiana pretende se constituir como uma defesa declarada à História, visando à sua libertação de noções e procedimentos envelhecidos, tais como continuidade, sujeito fundante, totalidade, origem etc., tecendo sérias críticas a um tipo de história que se quer contínua e totalizante. Desse modo, é possível entrever certa comunhão de propósitos, mas também certo distanciamento entre esse pensador francês e aqueles que se imbuíram da tarefa de construir uma nova história.

Apesar da crítica de Foucault à ideia de influência, torna-se difícil não utilizar o termo para descrever os efeitos de seus livros sobre os historiadores do grupo dos *Annales*. Graças a ele, descobriram a história do corpo e os liames entre essa história e a história do poder. Importante também no desenvolvimento intelectual de muitos historiadores da terceira geração foi sua crítica aos historiadores, em razão de sua ‘pobre ideia do real’; em outras palavras, a redução do real ao domínio do social, deixando de fora o pensamento. A recente virada em direção à ‘história cultural da sociedade’ [...] deve muito à obra de Foucault. (BURKE, 1997, p.69).

No que diz respeito à proximidade entre essas duas vertentes – a dos *Annales* e a foucaultiana –, é possível apontar que a arqueogenealogia de Michel Foucault tem “uma semelhança familiar com a história das mentalidades”, além do fato de que “[...] ambas as abordagens mostram uma grande preocupação com tendências de longa duração e uma relativa despreocupação com pensadores individualizados”.¹⁸ No tocante às divergências, é importante dizer que Foucault não compactua com a ênfase excessiva na continuidade das abordagens dos *Annales*, mas é “[...] sua vontade de ir até o fundo dos problemas e em discutir como as visões de mundo se modificam que Foucault diferia mais agudamente dos historiadores das mentalidades” (BURKE, 1997, p. 83).

O entendimento de Foucault acerca do trabalho do historiador rompe com uma prática histórica como algo que reintroduz o ponto de vista supra-histórico, isto é, uma história de historiadores que em muito se difere de uma história efetiva. No texto *Nietzsche, a genealogia e a história*, ele assim se pronuncia sobre essa diferença:

A história ‘efetiva’ se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retrazá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isso. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante do reconhecimento. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (FOUCAULT, 2011c, p. 27).

Desse excerto, depreende-se um primeiro entendimento do termo “história” sob a perspectiva foucaultiana, que consiste numa retomada de Nietzsche, ou seja, “[...] da crítica da história concebida como contínua, linear, provida de uma origem e de um *telos*, e da crítica do discurso dos historiadores como ‘história monumental’ e supra-histórica” (REVEL, 2005, p. 58). É, portanto, essa (re)leitura nietzschiana que o impulsiona a “[...] reencontrar a descontinuidade e o acontecimento, a singularidade e os acasos, e de formular um tipo de enfoque que não pretende reduzir a diversidade histórica, mas que dela seja o eco” (REVEL, 2005, p. 58). Nas palavras do próprio pensador francês,

O ser humano não tem mais história: ou antes, porque fala, trabalha e vive, acha-se ele, em seu ser próprio, todo imbricado em histórias que não lhe são nem subordinadas nem homogêneas. Pela fragmentação do espaço onde se estendia continuamente o saber clássico, pelo enredamento de cada domínio assim liberado

¹⁸ A ênfase numa abordagem de longa duração fica mais evidente quando Foucault retorna à Antiguidade clássica para a construção da sua *História da sexualidade*.

sobre seu próprio devir, o homem que aparece no começo do século XIX é ‘desistoricizado’. (FOUCAULT, 2007, p. 394).

À essa história unitária e totalizante, Foucault fará uma contraposição por meio da noção de *acontecimento*. Esse seria, pois, um segundo entendimento do termo “história”, que se opera nas reflexões foucaultianas e que corresponde à ideia de “[...] uma história menor feita de uma infinidade de traços silenciosos, de narrativas de vidas minúsculas, de fragmentos de existências” (REVEL, 2005, p. 58). Foucault busca em Nietzsche a noção de “história efetiva”, da qual emerge o acontecimento em sua singularidade, isto é, busca as condições para que um acontecimento e não outro possa emergir. Essa forma de apreensão do que ele denomina de *a priori* histórico pode ser vista como um método de análise, em cuja base está a compreensão de que o acontecimento não é um dado da realidade, mas um produto histórico. É nessa direção que Foucault, cujos trabalhos têm como “[...] ponto de partida não o sujeito ou o objeto constituído, e sim os acontecimentos – no sentido deleuziano do termo” (SANT’ANNA, 2011, p. 84), afirma que empreendeu certa análise do discurso cujo foco encontra-se nos acontecimentos discursivos:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso [...]. O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. [...]. O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história. (FOUCAULT, 2010a, p. 255-256).

Em resumo, pode-se dizer que tratar o acontecimento, a partir da ótica da descontinuidade, muda a forma de percepção do fazer histórico e, em consonância com a proposta foucaultiana, propicia uma outra compreensão dos objetos cristalizados em nossa cultura possibilitados pela emergência de acontecimentos discursivos. Ao suspender as formas lineares ou continuadas de tratamento desses objetos, libera-se um campo vasto de possibilidades, isto é, do conjunto de enunciados efetivamente postos em circulação em sua dispersão de acontecimentos e, ao mesmo tempo, na instância própria de cada um.

Relacionado aos dois entendimentos (do termo história) anteriores, encontra-se um terceiro que se desenvolve precisamente a partir dos arquivos e conduz Foucault a uma problematização do que deveria ser a relação entre a prática filosófica e a prática histórica, “[...] uma vez saídos da tradicional divergência filosofia da história/história da filosofia, e a interrogar, de maneira crítica, a evolução da historiografia francesa” (REVEL, 2005, p. 58).

Mesmo reconhecendo na Escola dos *Annales* “[...] o mérito de ter multiplicado as durações e redefinido o acontecimento não como um segmento de tempo, mas como o ponto de intersecção de durações diferentes” (REVEL, 2005, p. 259-260), Foucault acabou por opor seu trabalho sobre o arquivo à história social das classificações que caracteriza parte da historiografia francesa desde os anos 1960.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas. (FOUCAULT, 2009a, p. 147).

Somada a esses pontos, a noção de resistência e seu confronto com/contra o poder também se torna merecedor de atenção quando se trata de definir os contornos para sua noção de história. Ao longo de suas pesquisas, Foucault sempre enfatizou a necessidade de se buscar as rupturas, de reencontrar as discontinuidades, de olhar para o que está à margem ou interdito, de se abrir às singularidades e aos acasos, pois é por meio do que se coloca contra a ação do poder que é possível entender não somente “as estruturas sociais ou as regularidades de um campo social qualquer”, mas, sobretudo, os dispositivos de poder operantes nas sociedades e moduladores dos sujeitos a elas pertencentes. Em outros termos, “[...] para compreender os dispositivos de poder é preciso, antes, observar as estratégias antagônicas que se colocam, de uma ou outra forma, contra o mesmo.” (ALVIM, 2010, p. 196).

Se, como dito logo acima, o conceito de história em Foucault pode ser operacionalizado tendo em vista a noção de acontecimento, que pressupõe o descontínuo e o disperso, isso só pode se dar uma vez que não é como fundamento do trabalho histórico que este elemento se liga ao devir histórico, mas como “resultado a partir do tratamento de documentos e arquivos” (REVEL, 2005, p. 59). Esse entrelaçamento permite fazer emergir, a um só tempo, dispositivos e pontos de ruptura, estratégias de poder e focos de resistência. Daí que o historiador e filósofo francês, em suas empreitadas, buscou exatamente o ponto em que estes elementos se tocam, fazendo aparecer diversas oposições: a oposição das mulheres ao poder dos homens, dos filhos em relação aos pais, dos doentes mentais em direção à psiquiatria, da população contra a medicina, das pessoas em face do poder da administração. Diz ele que,

[...] para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade. E o que se compreende por legalidade no campo da ilegalidade. E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações. (FOUCAULT, 2010d, p. 276).

Ao se voltar para as insurgências contra as formas de dominação, Foucault intenta uma história permeada por questões filosóficas, já que orientada para uma ontologia do presente. “Se a história não é memória, mas genealogia, então a análise histórica não é, na verdade, senão a condição de possibilidade de uma ontologia crítica do presente”, sentencia Revel (2005, p. 59). Essa concepção do devir histórico, portanto, está profundamente conectada às resistências presentes na atualidade, pois o questionamento “quem somos nós” não nos basta para situarmo-nos diante das questões que hoje se fazem presente, mas talvez substituí-las seja um ato necessário, indagando “como nos tornamos o que somos” e, assim, tentar entender que:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização próprias às estruturas do poder moderno. (FOUCAULT, 2010d, p. 283).

Pelo exposto, depreende-se que a história aparece, na obra foucaultiana, sob duas perspectivas, seja como objeto de descrição e/ou como questão metodológica. É na condição de uma multiplicidade de durações que se emaranham e se envolvem umas nas outras que ela se coloca como objeto de estudo e é na relação entre a história e o sujeito que aparece também como uma preocupação metodológica. Foucault busca, pois, “[...] definir uma metodologia de análise histórica que esteja liberada de pressupostos antropológicos, que rompa com a sujeição da história a uma subjetividade (a razão, a Humanidade) que garantiria, acima de tudo, sua unidade e seu sentido” (CASTRO, 2009, p. 204). Na realidade, esses dois aspectos estão imbricados de tal forma que falar de história é falar do sujeito e falar do sujeito é falar da história. As histórias de Foucault são, assim, histórias das práticas que constituíram historicamente a subjetividade ocidental:

Procurei mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinquente ou não, através de um certo número de práticas, que eram os jogos de verdade, práticas de poder etc. Era certamente necessário que eu recusasse uma certa teoria *a priori* do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder etc. (FOUCAULT, 2010b, p. 275).

Em Foucault, como já mencionado, encontra-se uma defesa ou reafirmação da História, com vistas a proporcionar-lhe saídas para sua autonomização. Nesse sentido, o tema da história como meio de interrogar/problematizar as transformações e os acontecimentos está estreitamente ligado ao tema da atualidade, do que somos e por que nos tornamos o que somos. Com esse entendimento, não se busca uma certa apologia do passado ou “ideologia do retorno”, já que Foucault não está interessado em buscar um modelo a ser seguido, “[...] mas uma historicização de nosso próprio olhar *a partir do que nós não somos mais*; a história deve nos proteger de um ‘historicismo que invoca o passado para resolver os problemas do presente’” (REVEL, 2005, p. 60-61, grifo do autor).

Como afirma o próprio pensador francês, sua relação com a História é estabelecida a partir de um problema que se coloca no presente, cuja resolução requer voltar ao passado, mas “[...] um passado não mais visto como origem embrionária, como germe a partir do qual tudo evolui, mas, nietzscheanamente falando, como ‘origem baixa’, lugar do acontecimento, da emergência em sua singularidade, a partir da disputa de forças em conflito” (RAGO, 2002 p. 8). Com uma tal busca ao passado, Foucault não busca fazer uma história dos costumes e dos comportamentos, mas do pensamento/das racionalidades. Retomando Immanuel Kant, que já no século XVIII teria inaugurado uma maneira nova de pensar, na medida em que perguntava pela questão da atualidade, isto é, do presente, Foucault, em seu kantismo historicista (SALOMON, 2011), busca na história uma forma de problematização da atualidade, estabelecendo-se uma modalidade diferente de pensar esse tempo que é, no fundo, nosso.

3 RESPOSTA A UMA URGÊNCIA: A NOÇÃO DE DISPOSITIVO

Em sua fase arqueológica, Foucault empenha-se nas pesquisas sobre a produção dos saberes e a constituição de uma arqueologia das ciências humanas, donde a produção dessa figura – o homem – fará sua *grand entrance* no século XVIII, transformando-se em sujeito e objeto do saber. O foco da arqueologia foucaultiana pertence, pois, aos domínios da *episteme*, esse dispositivo eminentemente discursivo, “[...] que permite selecionar entre todos enunciados possíveis os que vão poder ser aceitáveis no interior [...] de um campo de cientificidade” (FOUCAULT, 2014b, p. 48). Fácil deduzir que seu interesse recairá inicialmente sobre o discurso e o enunciado, já que suas balizas são mais discursivas nesse momento de seu trabalho. Ao partir para os estudos referentes ao poder, que, na perspectiva deleuziana, é essa “outra coisa” (DELEUZE, 2005a) “estranhamente semelhante e quase idêntica” ao enunciado (FOUCAULT, 2009a, p. 100), Foucault vai se reinventar no sentido de buscar um referencial teórico-metodológico mais apropriado para esse novo desafio. Daí a emergência da noção de dispositivo cujo propósito se circunscreve na lida com uma massa documental e institucional para entendimento do funcionamento do poder.

3.1 NO MEIO DO CAMINHO, HAVIA O DISPOSITIVO

Da preocupação com o par saber-episteme¹⁹ para a compreensão do par poder-dispositivo. Essa é uma guinada articulada por Foucault com o intuito de evidenciar as relações entre poder e saber no que diz respeito aos modos de construção de verdades e, conseqüentemente, de subjetivação dos indivíduos. Nessa perspectiva, questiona ele: “[...] em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de certo número de enunciados, de discursos e, por conseguinte, de todas as formas de representações que podem [...] daí decorrer?”. A genealogia se imbrica à arqueologia na medida em que os dispositivos de poder são tomados como instâncias produtoras de práticas discursivas: “É nisso que a análise discursiva do poder estaria, em relação ao que chamo de arqueologia, num nível [...] que permitira apreender a prática discursiva precisamente no ponto em que ela se forma.” (FOUCAULT, 2006, p. 17).

Observando com mais acuidade, arqueologia e genealogia são perspectivas diversas de um programa de estudo mais complexo, pois “[...] enquanto a arqueologia é o método próprio

¹⁹ Para Agamben (2005), o termo que é substituído por dispositivo não é episteme, mas sim positividade. Segundo ele, Foucault teria “herdado” esse conceito por meio de uma tradição filosófica que, via Jean Hyppolite, começara com a noção geral de positividade para o jovem Hegel.

à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade.” (FOUCAULT, 2011c, p. 172). Acerca da diferença entre elas e sobre como lidar metodologicamente com ambas, Foucault, partindo de um texto característico do pensamento fisiocrático do século XVIII, considerado por ele exemplar quanto à emergência e à caracterização do dispositivo de segurança, assim se pronuncia:

Mais uma vez, poderíamos retomar o texto de Abeille numa análise do campo teórico, procurando descobrir quais são os princípios diretores, as regras de formação dos conceitos, dos elementos teóricos, etc., e seria preciso sem dúvida retomar a teoria do produto líquido. Mas não é assim que eu gostaria de retomar esse texto. Não, portanto, como no interior de uma arqueologia do saber, mas na linha de uma genealogia das tecnologias de poder. E então creio que poderíamos reconstituir o funcionamento do texto, em função não das regras de formação desses conceitos, mas dos objetivos, das estratégias a que ele obedece e das programações de ação política que sugere. (FOUCAULT, 2008b, p. 47-48).

Nas pesquisas genealógicas, busca-se, então, analisar os mecanismos de exercícios dos poderes relacionados à produção de saberes (MUCHAIL, 2004) e, para tanto, cria-se ou utiliza-se uma ferramenta de trabalho chamada dispositivo. Essa ferramenta teórico-metodológica, longe de ser apenas um neologismo gratuito, constitui-se como um conceito central no pensamento foucaultiano (AGAMBEN, 2005) e funciona em substituição ao que ele criticamente se opôs e denominou como sendo os universais, isto é, no lugar de olhar para uma consciência ou uma transcendência, ele mira as práticas e, para isso, descreve/analisa os *dispositifs*. Mas o que Foucault compreende por dispositivo? O que o caracteriza e diferencia, enquanto instrumento teórico-metodológico, do entendimento advindo do senso comum? E mais importante ainda: Como lançar mão dessa ferramenta numa pesquisa?

Numa época como a nossa, em que o termo dispositivo é amplamente utilizado, seja na publicidade, nos programas de incentivos à inovação, na fala de certas categorias profissionais, especialmente quando se referem à construção, divulgação e venda dos chamados “dispositivos móveis” (celulares, tablets, *personal computers* etc.), é imprescindível que se trace os contornos do que se entende por dispositivo no plano teórico, na condição de conceito operacional, a fim de que não se resvale para o senso comum. Valida-se, assim, a pergunta tomada de empréstimo de Giorgio Agamben (2005). Mas em qual estratégia de práxis ou de pensamento, em qual contexto histórico o termo moderno encontra sua ancoragem? Como ensina, tanto no uso corrente quanto na perspectiva foucaultiana, esse termo diz respeito a uma série de práticas e de mecanismos (sejam eles linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) como resposta a uma urgência e

obtenção de um efeito. Nesse caminho, buscando a etimologia da palavra ou sua genealogia teológica, como ele mesmo afirma, o filósofo italiano diz que o termo latino *dispositio* – do qual deriva a palavra dispositivo – é um ancestral a se mirar. Segundo ele, o termo se constitui como a tradução de um conceito implantado pela teologia cristã, *oikonomia*, o qual se mistura com a noção de providência e ganha contornos semânticos ligados ao governo do mundo e da história dos homens. Conforme suas palavras:

[...] o termo latino *dispositio*, do qual deriva o nosso termo ‘dispositivo’, vem, portanto, para assumir em si toda a complexa esfera semântica da *oikonomia* teológica. Os ‘dispositivos’, dos quais fala Foucault, estão de algum modo conectados com esta herança teológica, podem ser de algum modo reconduzidos a fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou a essência e o modo em que ele administra e governa o mundo das criaturas. (AGAMBEN, 2005, p. 12).

Muitas vezes traduzido como sinônimo de aparelho, especialmente quanto à sua transposição para a língua inglesa – o que se mostra uma impropriedade, já que se trata muito menos de uma maquinaria física do que uma engenharia complexa para entendimento dos mecanismos de poder – há autores que propõem a expressão “rede de inteligibilidade” como sua equivalente: “[...] se tivermos em mente que a ‘rede de inteligibilidade’ é o método eficaz do historiador, [...] então deveríamos nos aproximar de uma compreensão mais adequada daquilo que Foucault compreende por *dispositivo*” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 134). É dessa rede que liga elementos diversos, discursivos e/ou institucionais, de que trata Foucault quando, em um dos raros momentos em que vislumbra uma definição de dispositivo, diz:

O que eu tento descobrir sob esse nome é, primeiramente, um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas, em resumo: do dito, tanto quanto do não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2014b, p. 45).

Em exíguas situações, Foucault desenvolveu abertamente esse conceito, pormenorizando seus contornos e seus desdobramentos. A formulação exposta anteriormente encontra-se numa conhecida entrevista concedida por ele, em julho de 1977, intitulada *O jogo de Michel Foucault* (FOUCAULT, 2014b), em que aponta algumas características gerais desse conceito, as quais poderiam assim ser resumidas: I) uma rede que conecta elementos de naturezas distintas: o dito e o não dito, o discursivo e o não discursivo, o enunciável e o visível; II) o tipo de ligação ou o jogo entre elementos distintos (discursivos ou não); III) uma função estratégica dominante, isto é, em sua emergência histórica, tem por função responder a

uma urgência. Poder-se-ia acrescentar: IV) uma engenharia de poder que, amparada em saberes, objetiva a subjetivação de indivíduos. Em síntese, pode-se dizer que o dispositivo diz respeito a “[...] um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens.” (AGAMBEN, 2005, p. 12).

A conexão entre o dito e o não dito se traduz, nos apontamentos de Deleuze (2005b), respectivamente, como curvas de enunciação e curvas de visibilidade ou máquinas de fazer falar e de fazer ver. Ela é reinterpretada por Courtine (2013), sobretudo pela problematização, pautada em Paul Veyne, do conceito de discurso, como sendo eminentemente um objeto linguístico – e que, de fato, não é –, uma vez que “[...] o discurso deve ser compreendido a partir daquilo que Foucault chama de dispositivo” (COURTINE, 2013, p. 27). As perspectivas assumidas por Courtine e Veyne deixam entrever um posicionamento que reitera essa faceta do discurso para além dos limites da língua. Discurso e dispositivo aparecem, assim, como conceitos interligados (FERNANDES JÚNIOR, 2014) e estão entrelaçados de forma tal que um possibilita a existência do outro, sendo este imanente àquele: “[...] se existe uma coisa que parece não deixar nenhuma dúvida, é realmente o fato de que não existe discurso fora dos dispositivos, e dispositivos sem discurso.” (COURTINE, 2013, p. 29).

Entretanto, os dispositivos não são estáticos, inertes ou mesmo homogêneos, já que, ao mesmo tempo, constituem e são constituídos de leis, atos, falas, regulamentos, arquiteturas, práticas, filosofias, enunciados científicos, instituições, enfim, de coisas e ideias ou do discursivo e o não discursivo. É o que corresponde, numa perspectiva deleuziana, ao que ele considera como sendo da alçada das diferentes linhas constituintes de um novo:

É antes de mais uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direcções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a *variações de direcção* – e pode ser bifurcada, em forma de enforquilha – e está submetida a *derivações*. Os objectos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vectores ou tensores. Por isso, as três grandes instâncias que Foucault vai sucessivamente distinguir Saber, Poder e Subjectividade, não possuem contornos definitivos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam umas das outras. (DELEUZE, 2005b, p. 83).

O dispositivo – e certamente o discurso que lhe é extensivo, a sua formulação última (VEYNE, 2011) – impregna a tudo e todos, movendo-se no tecido histórico. É uma espécie de novo constituído por diferentes linhas e, por isso, não deve, pois, ser tomado como uma

outra forma de nomear o que, na teoria marxista, se denomina como ideologia, pois os discursos/dispositivos “[...] são como as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto aos dominados, não são mentiras inventadas pelos primeiros para dominar os últimos e justificar sua dominação” (VEYNE, 2011, p. 51). Também não se trata de tomá-lo como correlativo à noção de estrutura, pois, como ensina Albuquerque Júnior (2014, p. 9):

Nenhum dispositivo pode ser descrito e analisado senão quando sua máquina começa a funcionar, quando ele maquina, quando conecta as distintas peças e distribui as distintas funções que o constituem. No seu caráter maquínico e transversal está sua diferença em relação à noção de estrutura. Foi para escapar dessa noção, onipresente nos anos sessenta do século passado, nos meios acadêmicos franceses, que Michel Foucault elaborou a noção de dispositivo.

Paul Veyne (2011), amparando-se nos raros enunciados formulados pelo pensador francês a respeito da noção em questão, afirma que, como não podemos pensar qualquer coisa em qualquer momento, pensamos apenas aquilo que está possibilitado pelas fronteiras discursivas do tempo em que se vive. Lançando mão de um expediente metafórico – ao qual já fizemos alusão no capítulo 1 –, diz ele que “[...] sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem sequer percebemos suas paredes” e, caso mudemos de aquário – pois há sempre essa possibilidade –, é para nos encontrarmos dentro de um novo aquário. Como os discursos são “[...] imanentes ao dispositivo que se modela a partir dele [...] e que o encarna na sociedade” (VEYNE, 2011, p. 49, 54), terminamos por entender que esse aquário é o próprio dispositivo que disponibiliza o que pode ser dito ou pensado numa determinada época. É também nessa direção que se encaminha o pensamento de Agamben (2005, p. 40) ao estabelecer a seguinte divisão:

Proponho-lhes nada menos que uma geral e maciça divisão do existente em dois grandes grupos ou classes: de um lado os seres vivos (ou as substâncias) e de outro os dispositivos nos quais estes estão incessantemente capturados. De um lado, ou seja, para retomar a terminologia dos teólogos, a ontologia das criaturas e de outro a *oikonomia* dos dispositivos que tratam de governá-las e guiá-las para o bem.

E por que isso? Ou melhor, por que seria dessa forma? Das formulações de Veyne (2011) pode-se dizer – e com razão – que saber, poder e verdade são os elementos-base ou o tripé em que se sustentam os dispositivos; são aqueles que dão a cor ou o tom destes e que compõem um determinado momento histórico. Para um foucaultiano, esses três vocábulos, longe de se excluírem, são a ancoragem um do outro: “Na verdade, o saber é frequentemente utilizado pelo poder, que frequentemente lhe presta auxílio”, quer dizer, “o poder é sábio em

seu próprio domínio, o que dá poder a certos saberes” (VEYNE, 2011, p. 55). E, quanto à verdade, o terceiro vértice que compõem o triângulo-dispositivo, esse conceito sobre o qual se debruçaram diferentes filósofos e pensadores de diversas áreas, é em Foucault que se encontra uma de suas formulações mais emblemáticas: “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, sentencia ele, para, em seguida, dizer que ela “é deste mundo; ela é nele produzida graças a múltiplas coerções” (FOUCAULT, 2011c, p. 12). O funcionamento desse maquinário de poder, de forma bastante simplificada, poderia ser descrito da seguinte maneira: num determinado momento histórico, emergem dispositivos de poder que, amparados em saberes, produzem verdades que serão aceitas e reproduzidas pelos sujeitos. Em resumo: “Um certo regime de verdade e certas práticas formam assim um dispositivo de saber-poder que inscreve no real o que não existe [...]”, logo, “[...] o que é considerado verdadeiro num dispositivo tem o poder de fazer-se obedecer e forma os sujeitos humanos para a obediência” (VEYNE, 2011, p. 166, 153).

O problema que se coloca é, portanto, o de como trabalhar operacional e teoricamente com esse conceito foucaultiano. Em outros termos, trata-se de colocar em andamento a seguinte questão: como localizar e compreender um conjunto de práticas que organizam a realidade social quando não é possível se pautar num sujeito que a constitui, ou em leis objetivas ou mesmo no elemento transcendental que agiria por conta própria, instituindo o que se convencionou chamar de “realidade”? O *dispositivo* é uma tentativa inicial de nomear ou, pelo menos, de apontar o problema (DREYFUS; RABINOW, 2010).

3.1.1 Dispositivo: uma ferramenta teórico-metodológica

Muitas vezes criticado por seus métodos de pesquisa e chamado a esclarecer seus procedimentos, Foucault nunca se esquivou de mostrar que seus trabalhos, suas pesquisas não percorriam o território da história a rédeas soltas, como fora acusado diversas vezes, mas que, mesmo não estando em conformidade com o que convencionalmente foi-se denominando como uma metodologia de pesquisa no âmbito epistemológico, seu percurso apresenta sim um referencial metodológico próprio e apropriado para as pesquisas por ele empreendidas. Em *A poeira e a nuvem*, por exemplo, em resposta a uma crítica que lhe comparava a um “cavaleiro bárbaro que percorria três séculos a rédeas soltas”, reconhece ele pontos de método relativos ao seu trabalho, dos quais gostaríamos de destacar: I) a diferença de procedimento entre análise de um problema e o estudo de um período; II) o uso do princípio da realidade em história.

Quanto ao primeiro tópico (problema *versus* período), Foucault diz que àqueles que gostariam de estudar uma instituição durante um período ou mesmo um certo período, duas regras se imporiam: tratamento exaustivo de todo o material e equitativa repartição cronológica do exame. No entanto, àqueles que querem tratar de um problema, surgido em um dado momento, devem-se seguir outras regras: “[...] escolha do material em função dos dados do problema; focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolvê-lo; estabelecimento das relações que permitem essa solução [...]” e ainda “indiferença com a obrigação de tudo dizer” (FOUCAULT, 2010a, p. 326).

No que diz respeito ao segundo tópico, adverte acerca da necessidade de se evitar o uso de esquemas críticos preparados de antemão e, para tanto, indica algumas exigências para uma pesquisa que se imbuí do tratamento de um problema e não de um período: I) fixar os pontos de ancoragem de uma estratégia, isto é, os elementos de realidade que desempenharam um papel operatório; II) inventariar domínios que subsidiam as escolhas das estratégias e dos instrumentos da pesquisa; III) determinar os efeitos de retorno que se produziram. Com base nisso, Foucault diz que “[...] é preciso desmistificar a instância global *do* real como totalidade a ser restituída”, assim como “[...] seria preciso, talvez, interrogar também o princípio [...] de que a única *realidade* a que a história deveria aspirar é a própria *sociedade*”. Para ele, “Não há ‘o’ real do qual se iria ao encontro sob a condição de falar de tudo ou de certas coisas mais ‘reais’ que as outras” (FOUCAULT, 2010a, p. 329, grifo do autor).

Nesse sentido, acreditamos que a noção de dispositivo se mostra em seus aspectos gerais como um de seus instrumentos ou uma das ferramentas metodológicas por ele forjadas para construir esse caminho de acesso a determinados objetos na sua lida com práticas sociais e históricas. Em sua busca pela apreensão e compreensão das práticas e pelo funcionamento e produtividade do poder, ele se depara com esse conceito que é, a um só tempo, tanto um elemento teórico quanto um instrumento que procura catalisar ou captar os efeitos de poder na constituição de subjetividades. Se partirmos do princípio que diz ser o método o caminho a ser percorrido para que se alcance um determinado objeto, podemos afirmar, em consonância com Stassun e Assmann (2010), que o dispositivo é não somente o mapa desse caminho, mas também o próprio ponto de chegada.

Com base em tais asserções, analisar um dispositivo requer daquele a que se propõe uma tarefa dessa envergadura uma postura e um espírito contrários àqueles consagrados pelas figuras sisudas e tradicionalistas de um fazer científico preocupado em buscar a origem ou a estaticidade de um mundo em constante movimento. Nos dizeres de Albuquerque Júnior (2014), a figurativização que melhor se adequaria a esse intelectual seria a do intelectual

aranha, “[...] aquele que percorreria a superfície dos fios que constituem uma dada trama, uma dada teia social, que buscaria percorrer as nervuras que constituem dadas formas de objeto, que cartografaria as linhas que constituem uma dada figura de sujeito”. Assim, um analista, como uma aranha, busca, por meio de seu trabalho, descrever as linhas de um dispositivo; procura percorrer as linhas de “[...] uma dada configuração histórica, uma dada região das práticas, um dado domínio de objeto, um dado lugar de sujeito [...]”, ao mesmo tempo em que “[...] constrói, por seu turno, sua própria cartografia, vai desenhando novas linhas de significação, vai armando sua própria teia de sentidos e significados para aprisionar de um dado modo aquilo que recortou na empiria.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p. 7).

Não de outra maneira procedeu Foucault nos desdobramentos de suas pesquisas e de seus trabalhos, como, por exemplo, com o dispositivo de sexualidade. Ele explica que partiu de um dado histórico fundamental, tomando-o ao pé da letra – não se colocando no exterior, porque não é possível –, mas que isto o levou a outra coisa (FOUCAULT, 2014b). Que outra coisa? Neuroses sexuais? Intenções escondidas na histeria feminina? Certamente que não. Essas outras coisas de que fala são as linhas desse emaranhado que revelaram a organização, a coerência e a inteligibilidade (DREYFUS; RABINOW, 2010) das práticas captadas pelo dispositivo.

Dentre as possibilidades de lidar com dispositivos, acreditamos que a perspectiva exposta por Deleuze (2005b) seja uma das mais – se não a mais – elucidativas quanto à sua colocação efetiva em prática. Como já mencionado, o dispositivo consiste, de acordo com a figurativização utilizada pelo autor, numa meada, uma espécie de novelo, cujas linhas “não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos” – o que, em termos foucaultianos, corresponde ao que ele denomina *le réseau* (a rede). Dado que tais linhas não são estáticas, podem ser quebradas e submetidas a variações de direção, estabelecendo, dessa forma, uma dinâmica e um movimento que lhe são próprios, uma vez que se adaptam para que possam responder a uma determinada urgência. Em termos operacionais, Deleuze (2005b) propõe a existência de diferentes dimensões, curvas ou linhas na composição de um dispositivo que, apesar de emaranhadas umas às outras, podem ser assim discriminadas: I) curvas de visibilidade, II) curvas de dizibilidade, III) linhas de força, IV) linhas de subjetivação; V) linhas de ruptura.

Quanto às *curvas de visibilidade*, trata-se de uma dimensão que diz respeito àquilo que permite (ou não) ser captado por meio dos feixes de luz lançados pelo/sobre o dispositivo, já que cada dispositivo tem seu regime de luz (uma forma como a luz cai, absorve, propaga), “[...] distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objecto que

sem ela não existe” (DELEUZE, 2005b, p. 84). Daí a possibilidade e a necessidade de extrair a visibilidade das coisas, pois “[...] a visibilidade de uma época é o regime de luz, e as cintilações, os reflexos, os clarões que se produzem do contato da luz com as coisas” (DELEUZE, 2010, p. 124). Disso resulta a necessidade de se questionar, acerca dos objetos que se formam no interior de dispositivos (de sexualidade, de segurança, da moda etc.), como podem ser vistos? e o que pode ser dito sobre eles por meio dos enunciados?

As *curvas de dizibilidade* referem-se ao que é disponibilizado a se dizer, a ser enunciado, levando em consideração as posições diferenciais de seus elementos. São elas que permitem afirmar que tal coisa é uma ciência, uma prisão, um ordenamento jurídico, um movimento social etc. Logo, enquanto as primeiras (curvas de visibilidade) colocam seus elementos no plano da (in)visibilidade, estas últimas (curvas de dizibilidade) lhe inserem no plano do enunciável, compondo o que foi identificado por Foucault como sendo da ordem do saber: “[...] o saber é um composto de dois elementos, o visível e o enunciado, de tal modo que há diferença de natureza ou heterogeneidade entre os dois, pressuposição recíproca ou disjunção e, finalmente, primado de um sobre o outro.” (MACHADO, 2010, p. 169).

Quanto às *linhas de força*, vale dizer que “[...] estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha.” (DELEUZE, 2005b, p. 85). Elas compõem o que pode ser entendido como a dimensão do poder: “O poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas do saber, ou por baixo delas. Por isso, ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de forças, não forma.” (DELEUZE, 2010, p. 126). Estas linhas, dada a sua própria natureza, retificam ou tencionam as linhas de visibilidade e de enunciação, estabelecem suas formas e seus percursos, traçam os caminhos que deverão ser percorridos: “É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2011c, p. 246).

As *linhas de subjetivação* surgem como vetores que impedem a estabilidade e a estaticidade do dispositivo. Trata-se da constituição de formas de ser que, uma vez postas em prática, produzem modos de existência; logo, longe de se referir a um sujeito, a subjetivação “é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento [...]. É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder (DELEUZE, 2010, p. 128). Nessa direção, pode-se afirmar que os dispositivos são uma ferramenta eficaz para o entendimento e a descrição dos processos de subjetivação, já que se assemelham a aquários por meio dos quais se vê o mundo e nos quais os sujeitos se constituem e agem. Vale aqui, no entanto, uma

ressalva: a relação consigo, de que trata as linhas de subjetivação, não se reduz à ordem da visibilidade, da enunciabilidade, ou mesmo da sistematização das forças – embora, em grande medida, seja uma derivação destas. Essa relação consigo traduz uma luta agonística que o sujeito trava consigo mesmo com vistas à produção de si – sobre isso, voltaremos a tratar mais à frente, propondo uma distinção entre subjetivação e estilização (ver item 5).

Finalmente, as chamadas *linhas de ruptura ou de fissura*. Como todo poder evoca uma resistência, é possível pensar também que, nos limites dos dispositivos, as linhas de ruptura são como flechas que apontam para uma mudança de *status* e, com isso, para outras esferas, outros dispositivos: “[...] produções de subjectividade que saem dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestir noutro, sob outras formas que hão-de nascer.” (DELEUZE, 2005b, p. 88). Elas são linhas históricas (no sentido que expusemos no item 2.3.3), bem como as demais, uma vez que os dispositivos se traduzem por sua condição de novidade e criatividade, por seu poder transformador e de se transformar, de romper com seus próprios limites. Nesta condição, essas linhas produzem novos terrenos em que se articulam saber-poder-subjetividade, e por tal razão podem suscitar e indicar um dispositivo futuro.

Os dispositivos são processos singulares e, em seu funcionamento, as linhas ou curvas operam distintamente e de forma específica em relação a outros dispositivos, exatamente por não terem coordenadas constantes (STASSUN; ASSMANN, 2010). Um dispositivo de sexualidade, por exemplo, não opera da mesma forma que um dispositivo de segurança, e este, por sua vez, atua de forma diversa da maneira de se configurar e operar de outros dispositivos, como o dispositivo da moda. Trata-se, então, de um termo operacional complexo cujos elementos que o constituem são de natureza e configurações distintas, não sendo suficiente, para sua apreensão, a mera vontade do pesquisador. Todo um trabalho faz-se necessário para que se possa caracterizá-lo, trabalho este que consiste em desemaranhar as suas linhas, pois, em cada caso, deve-se “[...] constituir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas” (DELEUZE, 2005b, p. 84). Não se trata, portanto, de um algo dado, mas construído, ou seja, é percorrendo as linhas de determinado arquivo que se pode determinar uma certa configuração que permita estabelecer a articulação entre os elementos que compõem um dispositivo.

Arredio ao modo científico-acadêmico tradicional de se fazer pesquisas e, por meio delas, a constituição e asserção de determinadas verdades, Michel Foucault se imbuíu da tarefa de problematizar a formação dos consensos ou de verdades fechadas em si mesmas. Em seu lugar, lançou um empreendimento propiciado pela arqueologia e a genealogia com fins de analisar as intrincadas relações entre saber, poder e subjetividade. A quem diz não possuir

seja uma metodologia, um campo sistemático ou um caminho a ser percorrido, ele disponibilizou certas ferramentas e alguns cuidados “metodológicos”, dentre eles, destaca-se o conceito dispositivo. Esse conceito, como ensina Dreyfus e Rabinow (2010, p. 135), “[...] é, sem dúvida, uma grade de análise construída pelo historiador. É, porém, também, as práticas, elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando.” Foucault demonstra um insistente cuidado em não deixar que as análises proporcionadas pela genealogia (leia-se: pelos dispositivos) se transmutem em um saber centralizador, manipulador ou monopolizador da “verdade”; na conclusão de Machado (2011, p. XI): “[...] nem a arqueologia, nem, sobretudo, a genealogia têm por objetivo fundar uma ciência, construir uma teoria ou se constituir como sistema; o programa que elas formulam é o de realizar análises fragmentárias e transformáveis.”

3.1.2 Apontamentos para uma análise de dispositivos: notas sobre o poder como centro do dispositivo

Como dito na seção precedente, os dispositivos aparecem como ferramenta teórico-metodológica na chamada fase genealógica dos estudos foucaultianos, momento em que se volta para a análise do poder. Dos estudos e das pesquisas feitas por Foucault nesse período, aparece uma das mais instigantes formulações acerca desse conceito, o qual será apresentado e desenvolvido por ele ao longo de algumas obras, entrevistas, palestras e em cursos ministrados ao longo da década de 1970 no *Collège de France*. Com relação a esse item linguístico e “nó filosófico”, chega a dizer, numa entrevista de 1977, que é este o seu verdadeiro problema: “Meu verdadeiro problema é aquele que, aliás, atualmente, é o problema de todo mundo: o do poder.” (FOUCAULT, 2010a, p. 224-225).²⁰ Se um dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder (FOUCAULT, 2011c, p. 246), quando ele fala desse tema, qual a concepção que o orienta ou qual seu entendimento a seu respeito? Em outros termos, se o poder está na base de um dispositivo, como se pode compreender, sob a ótica foucaultiana, a questão do poder?

De antemão, deve-se mencionar que, contrariando o pensamento corrente, Foucault o entende não como uma substância ou uma qualidade, mas como relação ou “uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2011, p. X). A característica do poder, para o filósofo, é relacional, ou seja, é na relação entre sujeitos que se dá a luta, o embate, o confronto que o caracteriza. Essas relações de poder, ou relações entre sujeitos,

²⁰ Em outra ocasião, Michel Foucault (2010d) dirá que o foco de seu trabalho, isto é, aquilo que o acompanha em sua trajetória filosófica é o sujeito, não o saber ou o poder.

se definem como “[...] modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (FOUCAULT, 2010d, p. 287). As relações de poder se constituem, assim, como um conjunto de ações, um feixe de relações que tem por objeto outras ações possíveis, operam sobre um campo de possibilidades: induzem, separam, facilitam, dificultam, estendem, limitam, impedem. No primeiro volume de sua *História da Sexualidade*, uma de suas obras que abarca o período em que ele se volta com mais acuidade sobre a questão do poder, de forma incisiva e decisiva, ele diz:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de *correlações de força* imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; *o jogo* que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; *os apoios* que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, *as estratégias* em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1999b, p. 88-89, grifo nosso).

Correlações de forças, jogos, apoios, estratégias, é assim que Foucault pensa o poder em sua analítica: uma complexidade que atua de forma ascendente através de todo o corpo social. Na contramão do pensamento filosófico ocidental, ele recusa o entendimento do poder em sentido unicamente descendente, ou seja, de cima para baixo, e também como negatividade (exclusão, repressão, recalque, censura); em contrapartida, toma-o como algo produtivo, uma vez que produz e, acima de tudo, se exerce: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que [...] produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social [...]” (FOUCAULT, 2011c, p. 8). Mas, se Foucault pensa o poder sob a ótica da produtividade, se o trata como uma positividade, é porque não o considera no singular e menos ainda com artigo definido e letras maiúsculas (O PODER), mas como poderes no plural ou, mais precisamente, micropoderes. Isso não quer dizer que tenha desenvolvido um aparato teórico a respeito do tema, nem mesmo um livro dedicado exclusivamente à temática ele escreveu; entretanto, relaciona-se a ele, em contrapartida, uma analítica do poder, “[...] uma série de análises, em grande parte históricas, acerca do funcionamento do poder.” (CASTRO, 2009, p. 323). Tal analítica não indaga *o que é* o poder, mas *como* ele funciona, diferentemente das concepções mais correntes, concebe-o não como algo que se detém ou que se pode delegar, ou um obstáculo a ser transposto ou ainda algo que adviria de um ponto específico.

As relações de poder não traduzem um foco único de onde emana toda a sua força até encontrar o menor elemento dessa rede social, mas, inversamente, emergindo dessas ramificações, diferentes formas de poder constituem-se no âmbito institucional. Partindo dessa analítica ascendente, pode-se afirmar que o Estado não é “[...] uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício do poder, mas que, de certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem.” Mas qual a razão dessa analogia entre poder e Estado? Por que tal associação a ponto de um ser sinônimo do outro? Isso se explica, nas sociedades contemporâneas, porque, segundo Foucault, ocorreu uma “estatização contínua das relações de poder”, isto é, essas relações foram racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado, sejam elas a escola, a família, a igreja, a Justiça (FOUCAULT, 2010d, p. 293).

Depreende-se do exposto acima que as considerações foucaultianas sobre o poder vão de encontro aos modelos conceituais dominantes nos anos 1970. Enquanto esses entendem-no sob a ótica econômica ou jurídica, isto é, como algo (um bem alienável) que pode ser possuído ou negociado, Foucault concebe-o como uma ação posta em exercício numa relação. Contrariando especialmente as teses marxistas reinantes no meio acadêmico na segunda metade do século XX, o pensamento foucaultiano se opôs ao entendimento do poder a partir de uma relação antagônica entre classes sociais prévia e economicamente definidas; para ele, mais que um dualismo entre dominantes e dominados, as relações de poder formam uma rede que atravessa o conjunto da sociedade. Nesse sentido, a analítica foucaultiana se interessa menos por um suposto centro do poder e muito mais pelos pontos difusos da teia social: “O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e a mulheres...” (FOUCAULT, 2010a, p. 262).

Na análise das relações de poder, o autor (2010d, p. 290-291) estabelece que, apesar de ser legítimo querer entendê-las no âmbito das instituições, “[...] é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que seu ponto de apoio fundamental, mesmo que elas tomem corpo e se cristalizem em uma instituição, deve ser buscado aquém.” Sendo tais relações profundamente enraizadas no nexos social, é no “[...] campo de correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder” (FOUCAULT, 1999b, p. 92), ou seja, é no âmbito das resistências que, “[...] para avançar em direção a uma nova economia das relações de poder, de tal forma a constituí-la mais empiricamente” (FONSECA, 2003, p. 28), se deve buscar tal análise para que seja possível “cortar a cabeça do rei” e escapar da noção tradicionalmente representada pelo par soberania-

lei/político-jurídico, que por tanto tempo dominou o entendimento deste problema no universo do pensamento político. Tal representação do poder já não encontra eco ou fornece respostas suficientes às sociedades modernas, pois, como já mencionado, para Foucault, o poder implica relações, as chamadas relações de poder, que “[...] não são fixas, imóveis ou estáticas; estão sempre em um campo de forças; são relações de força – a propósito, as relações de força são constantes em toda forma de existência de poder, são formas de agir sobre as ações dos outros.” (FERNANDES, 2008b, p. 75). Dessa forma, nas diferentes sociedades analisadas por Michel Foucault (de soberania, disciplinar, de controle), o poder ou os poderes não são postos em prática de forma idêntica.

Em *O sujeito e o poder*, Foucault (2010d) (se) questiona como se exerce o poder e o porquê de estudá-lo. O que pretende não é entender o que é o poder, mas como ele funciona, isto é, já que o poder em si mesmo não existe, como conclui, cumpre olhar para esses feixes de relações de poder, de relações de força. Explica ele, já de saída, que uma teoria do poder assume uma objetivação prévia e, por tal motivo, não pode ser afirmada para um trabalho de cunho analítico. Nesta proposta, cumpre observar uma nova economia das relações de poder, tomando, como ponto de partida, a análise das contracondutas: “[...] mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias” (FOUCAULT, 2010d, p. 276). Como exemplo dessas variadas formas de resistência, são elencadas a oposição das mulheres ao poder dos homens, dos filhos em relação aos pais, dos doentes mentais em direção à psiquiatria, da população contra a medicina, das pessoas em face do poder da administração.

Todas essas são lutas consideradas antiautoritárias e podem ser agrupadas em três tipos: a) contra as formas de dominação (ética, social e religiosa); b) contra as formas de exploração (que separam os indivíduos daquilo que produzem); c) contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, desse modo, aos outros (contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). Na atualidade, as lutas contra as formas de sujeição/submissão da subjetividade estão se tornando cada vez mais importantes. Isso não quer dizer que as outras duas (de dominação e de exploração) tenham desaparecido – ao contrário, os mecanismos de sujeição estão intrinsecamente relacionados aos mecanismos de exploração e de dominação –, mas o que tem ocorrido é que, desde o século XVIII, uma nova forma de poder se desenvolveu, chamada Estado, trazendo consigo uma combinação de duas técnicas: de individualização e de totalização. O Estado moderno, dessa forma, integrou uma antiga forma de poder, advinda das instituições cristãs, chamada poder pastoral.

Antes de algumas considerações sobre o poder pastoral, convém mencionar que, de acordo com Castro (2009), Foucault, em seus últimos escritos, utiliza uma série de conceitos que substituem a noção de poder, de inspiração nietzschiana, ligada à luta, por uma mais próxima da noção de governo: “O modo de relação próprio do poder não há que ser buscado, então, do lado da violência e da luta nem do lado do contrato ou do nexu voluntário (que, no máximo, só podem ser instrumentos), mas do lado deste modo de ação singular, nem guerreiro nem jurídico, que é o governo.” (FOUCAULT, 1994 apud CASTRO, 2009, p. 326). Essa concepção enquanto governo seria, para Castro (2009), mais bem-acabada do que a outra: “[...] a nosso juízo, essa hipótese [hipótese de Nietzsche] não é a posição definitiva ou, ao menos, a mais acabada de Foucault a respeito do funcionamento do poder. Ela deve ser buscada, antes, no conceito de governo.” (CASTRO, 2009, p. 324). Diante do impasse relativo à “qualidade” das definições, talvez fosse produtivo pensar não em um melhor acabamento de uma ou de outras noções, mas de diferentes modos de operação de um poder que se transmuta para se manter em exercício. De qualquer forma, para que se possa entender essa outra noção de poder enquanto governo, deve-se retomar o trajeto encontrado por Foucault no que tange a uma certa sofisticação do chamado poder pastoral.

Na concepção cristã, o poder pastoral pauta-se no princípio de que certos indivíduos podem, dada a sua qualidade religiosa, servir a outros na condição de pastores. De acordo com Foucault (2010a), o poder pastoral cristão designa uma forma bastante específica de poder: 1. É uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo; 2. É uma forma de poder que não apenas comanda, mas também deve estar preparado para se sacrificar para salvar o rebanho; 3. É uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida; 4. Não pode ser exercido sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas – o que implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la.

As pesquisas de Foucault buscam ressaltar, a partir dessa constatação, como foi possível a integração do poder pastoral na forma jurídica do Estado moderno. No texto *Omnes et singulatim*, ele se serve de uma retomada histórica que lança seus tentáculos na Antiguidade grega e judaico-cristã para mostrar a oposição entre o pastor e o político. Nessa diferenciação, nota-se que o político grego, cuja função pode ser comparável ao timoneiro de um navio, exerce seu poder sobre um território, estabelece leis que devem perdurar mesmo após seu desaparecimento. De seu lado, o pastor referente à doutrina judaico-cristã não exerce poder sobre um território, mas incisivamente sobre um rebanho, não sobre a coletividade tomada em si mesma, mas sobre cada indivíduo, devendo ele, inclusive, se responsabilizar por

aquelas ovelhas desgarradas e dar sua própria vida para a salvação de cada uma delas.²¹ Dessa forma, compreende-se como o Estado, no século XVIII, procedeu a uma reinstitucionalização do poder pastoral:

Um fenômeno importante ocorreu no século XVIII – uma nova distribuição, uma nova organização deste tipo de poder individualizante. Não acredito que devêssemos considerar o “Estado moderno” como uma entidade que se desenvolveu acima dos indivíduos, ignorando o que eles são e até mesmo sua própria existência, mas, ao contrário, como uma estrutura muito sofisticada, na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que a esta individualidade se atribuisse uma nova forma, submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos. De certa forma, podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral. (FOUCAULT, 2010d, p. 281).

Quanto a esse “poder pastoral estatal”, em oposição ao tradicional poder pastoral cristão, deve-se fazer algumas pontuações: 1. Há uma mudança de seus objetivos: não se trata de garantir salvação do povo num mundo extraterreno, mas de assegurá-la neste mundo mesmo (por meio de saúde, bem-estar, segurança, proteção contra acidentes); 2. Trata-se de reforçar a administração do poder pastoral, seja por meio do aparelho estatal ou de suas instituições (polícia, família, Medicina etc.); 3. Trata-se também de multiplicar os objetivos e os agentes do poder pastoral com vistas ao desenvolvimento do saber sobre o homem em torno de dois polos: um globalizador e quantitativo, denominado população, e o outro analítico, concernente ao indivíduo. As novas formas relativas ao poder pastoral dizem respeito ao governo dos corpos, através das disciplinas, e ao governo das populações, através da biopolítica. Assim, ele escreve:

A racionalidade política se desenvolveu e se impôs ao longo da história das sociedades ocidentais. Inicialmente, ela se enraizou na ideia do poder pastoral, depois, na da razão de Estado. A individualização e a totalização são seus efeitos inevitáveis. A liberação só pode vir do ataque não a um ou outros desses efeitos, mas às próprias raízes da racionalidade política. (FOUCAULT, 2010a, p. 385).

O Estado moderno, resultado de uma apropriação e de um aprimoramento da tecnologia de poder individualizante e totalizante, chamada poder pastoral, passa a ter uma preocupação governamental, isto é, de conduzir a conduta dos outros, o que configura a chamada “governamentalidade”. Como bem observado por Paniago (2005, p. 92): “[...] é justamente o entendimento relacional e não substancial de poder que aponta para o conceito de governamentalidade, como a ação sobre a ação dos outros”. Foucault procura, então,

²¹ Numa espécie de figurativização feita para o cinema desse poder pastoral, o qual opera buscando a totalidade das ovelhas, inclusive as desgarradas, as produções cinematográficas *O resgate do soldado Ryan* e *A vila* ilustram com bastante clareza as peripécias desse tipo de poder.

distinguir as relações de poder, ou seja, aquelas que designam as relações entre indivíduos ou “parceiros”, das relações de comunicação (que também é uma forma de agir sobre o outro) e das relações que exercemos sobre as coisas (capacidades objetivas): I) O exercício de poder é um modo de ação de uns sobre outros; II) O poder só existe em ato; III) Não é da ordem do consentimento, nem renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns ou mesmo a manifestação de um consenso; IV) Não é da ordem da violência ou da coação, apesar de poder usar tais elementos como seus instrumentos; V) Só há poder, se houver, paradoxalmente, liberdade; VI) Não há relação de poder sem resistência.

Assim, afirma o pensador francês: “[...] aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação [...]. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes” (FOUCAULT, 2010d, p. 287). Dizendo isso, ele está afirmando que o poder consiste em conduzir condutas, estruturar o eventual campo de ação dos outros, ou seja, o poder é da ordem do “governo”: governo dos outros e de si mesmo. Em suas palavras, a noção de governo seria mais operatória que a de poder, já que seus estudos se voltaram para o nascimento da razão de Estado e para o liberalismo (americano e alemão) “[...] como uma certa maneira de governar, como uma certa arte racional de governar.” (FOUCAULT, 2011b, p. 53-54). Dessa forma, em seus estudos da segunda metade da década de 1970, ele analisa a ruptura que se produziu entre o final do século XVI e o início do século XVII e que marca a passagem para uma arte de governar cuja racionalidade tem por princípio e campo de aplicação o funcionamento do Estado: a “governamentalidade”. Com esse termo, demonstra o seguinte entendimento:

1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
2. A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
3. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2011c, p. 291-292).

Apoiando-se nesses dizeres, podemos melhor entender e afirmar o aparecimento de um poder, cujos alvos são, de um lado, os corpos individuais e, de outro lado, a população. O que se nota é, portanto, uma mudança de paradigma com a transformação das disciplinas em controles. Nas sociedades disciplinares, apesar de um germe desse novo poder que incide sobre a vida já ser passível de entrar em funcionamento, o enclausuramento e a sisudez que

lhes são característicos impedem que opere de forma efetiva. É, pois, nesse ambiente “livre” e mutante das sociedades de controle que ganha terreno outro tipo de poder: o biopoder. O político transforma-se, assim, em biopolítico. De acordo com Negri (2003, p. 107), “Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e seus dispositivos de poder.” A vida em toda a sua extensão é alvo constante desse novo poder, um poder que age por meio de mecanismos chamados dispositivos e atinge, por meio de sua ambiguidade em controlar sem demonstrar tal controle, não apenas os corpos, mas também a consciência da população.

3.2 DISPOSITIVOS FOUCAULTIANOS: DOIS EXEMPLOS

Anteriormente, foi afirmado que os dispositivos são uma espécie de maquinaria de que se serve o poder para obter seus propósitos de subjetivação. Nos estudos pertencentes à genealogia foucaultiana, alguns desses dispositivos são trazidos à tona e busca-se demonstrar sua emergência, como resposta a uma urgência, bem como descrever como opera o seu funcionamento. Tendo em mente que essas aparelhagens são processos singulares, que “operam distintamente e de forma específica em relação a outros dispositivos, não têm coordenadas constantes” (STASSUN; ASSMANN, 2010), retomaremos dois desses dispositivos descritos por Foucault para observá-los mais de perto, já que se mostram bastantes eficazes para o entendimento das sociedades em que vivemos e, conseqüentemente, dos comportamentos (individuais e coletivos) que são nelas encontrados.

3.2.1 Dispositivos de segurança

No curso intitulado *Segurança, território, população*, ministrado em 1978, no *Collège de France*, Foucault dedica suas aulas e sua atenção ao dispositivo de segurança. Partindo do questionamento básico “O que entender por segurança?”, ele afirma que, em oposição a um sistema jurídico-legal e a um sistema disciplinar, o dispositivo de segurança surge com características bem específicas em torno do século XVIII. Centrando-se em exemplos da área jurídica e da saúde, ele ressalta a diferença de postura que o poder vai assumir diante de certos dados da realidade. Em outras palavras, Foucault demonstra que tal dispositivo, opondo-se a uma certa rigidez e a um certo binarismo dos sistemas anteriores, permitirá inserir determinado fenômeno, seja, por exemplo, um crime ou uma doença, numa série de acontecimentos prováveis, bem como as reações do poder ante tal fenômeno (FOUCAULT,

2008b). Percebem-se, nas sociedades ocidentais, a partir do século XVIII, transformações muito similares: a emergência de tecnologias de segurança, seja de mecanismo de controle social, seja de mecanismos que modificam em algo o destino biológico da espécie.

No que tange às características que definem os mecanismos de segurança, são ressaltadas e descritas quatro delas: (I): espaços de segurança; (II) a relação com o acontecimento/tratamento do aleatório; (III) forma de normalização; (IV) correlação entre técnica de segurança e população. Essas quatro características demonstram que as reflexões foucaultianas seguem na direção de entendimento da segurança, ou melhor, do dispositivo de segurança a partir dos pares: cidade/rua, escassez alimentar/cereal, epidemia/contágio.

No que diz respeito aos espaços de segurança, Foucault refuta, já de início, a ideia bastante simplista que distribuiria as coisas da seguinte forma: a soberania se exerce nos limites de um território; a disciplina, sobre os corpos dos indivíduos; a segurança, sobre o conjunto de uma população. Não procede tal forma de repartição, segundo ele, porque o problema das multiplicidades, para além de ser um problema específico da segurança, também se encontra na soberania e na disciplina. Além disso, mesmo que os problemas de espaço sejam pontos sensíveis aos três sistemas, há diferença de tratamento a eles dispensado pela soberania, pela disciplina e pela segurança.

Para explicar como esse problema do espaço se configurou no interior do dispositivo de segurança, demonstra que, no tocante à questão específica do espaço urbano, isto é, o problema relativo à cidade, no século XVII, situava-se num encravamento espacial, jurídico, administrativo, econômico; tratava-se, portanto, de ressituar a cidade num espaço de circulação. O termo “circulação” vai se mostrar especialmente importante no que concerne à segurança, pois se ligará não somente à possibilidade de movimentação de pessoas numa espacialidade, mas também de bens/mercadorias. Assim, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, e a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável.

O espaço no qual se desenrolam as séries de elementos aleatórios, típico de um dispositivo de segurança, recebe a denominação de “meio”. Noção tomada de empréstimo da biologia, que já existia na física, é utilizada para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro, já que é o suporte e o elemento de circulação de uma ação. O meio é aquilo em que se opera a circulação, aparecendo, pois, como um campo de intervenção que atingirá uma

população, isto é, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai tentar atingir com essa noção é o ponto em que uma série de acontecimentos, advindos desses indivíduos, populações e grupos, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles.

Isso leva ao segundo elemento do dispositivo de segurança relativo ao acontecimento/ao aleatório. Concernente ao acontecimento escassez de alimento, Foucault (2008b) demonstra que, anteriormente ao século XVIII, logo no interior do que ele denomina como sendo um sistema jurídico-legal e um sistema disciplinar, vê-se uma forma de tratamento com relação ao “problema do acontecimento” que opera no sentido de estabelecer toda uma série de limitações com fins de tentar barrar, impedir e mesmo prevenir a sua ocorrência, ou seja, mecanismos bastante ostensivos e austeros com vistas a extirpar o acontecimento aleatório da escassez (alimentar). A partir do século XVIII, com a emergência de um dispositivo de segurança, a forma de pensar e mesmo de resolver esse problema sofre um grande revés: antes de tentar impedir que o problema ocorra, vai-se permitir exatamente que ele ocorra, em sua realidade mesma, por meio de uma livre circulação. Esquemáticamente, poderíamos representar esse quadro de diferença entre segurança e disciplina da seguinte forma:

Quadro 1 – Diferenças entre Disciplina e Segurança

	Tipo	Função	Descrição
DISCIPLINA	Centrípeta	Função regulamentadora	Codifica o permitido/o proibido
SEGURANÇA	Centrífuga	Função <i>laisser-faire</i>	Responde a uma realidade

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Foucault (2008b).

Ocorre, portanto, uma dissociação do acontecimento, no sentido de deixá-lo sob o jugo de um *laisser-faire*, ou seja, deixar as coisas andarem, deixar as pessoas fazerem. O *laisser-faire* aparece aqui não como uma ideologia liberalista, ou melhor, antes de ser uma ideologia liberalista, Foucault (2008b, p. 63-64) diz se tratar de uma tecnologia de poder: “[...] um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem [...] se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno [...] que adquire no século XVIII, [...] a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto de pessoas como das coisas”. Veem-se logo os motivos que levariam o liberalismo a tomar esse princípio de deixar as coisas e as pessoas circularem como um de seus princípios fundamentais para propor o funcionamento de um dado sistema econômico.

Quanto ao terceiro aspecto do dispositivo de segurança, isto é, a normalização, Foucault chama atenção primeiramente para a proximidade entre os signos linguísticos normatividade, normalização e norma. Estabelece ele que todo sistema de leis se relaciona com um sistema de normas por meio de uma normatividade: “[...] há, intrinsecamente a todo imperativo da lei, algo que poderíamos chamar de urna normatividade, mas que essa normatividade intrínseca à lei [...] não pode de maneira nenhuma ser confundida com [...] procedimentos, processos, técnicas de normalização.” (FOUCAULT, 2008b, p. 74). A partir dessa diferenciação, fica claro que a disciplina não faz outra coisa senão normalizar, ou seja, a normalização – ou, nesse caso, conforme Foucault, dir-se-ia norma – estabelece um modelo construído em função de certo resultado: normal aquele que se conforma a essa norma e, conseqüentemente, o anormal quem não o é. Em outros termos: “[...] o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma” (FOUCAULT, 2008b, p. 75).

Norma e não normalização para que se demarquem fronteiras entre a disciplina e a segurança. Nesta última, o que se vê acontecer, contrariamente aos mecanismos disciplinares, é uma aproximação entre normal e anormal: “[...] a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras” (FOUCAULT, 2008b, p. 82-83). Estando a norma em função das normalidades diferenciais, nos dispositivos de segurança, o que ocorre, ou melhor, o que vem primeiro é o normal, figurando a norma como uma dedução do que seja normal. Isso possibilitará, dentre outras coisas, a introdução de campanhas de higiene pública e de medicalização da população, conforme explica Sousa (2014, p. 127): “[...] a biopolítica que vai instaurar não somente instituições de assistência, mas mecanismos muito mais sutis, seguros, economicamente muito mais racionais, e constituem a preocupação com as relações entre a espécie humana e seu meio, a cidade.”

As noções de biopolítica e tecnologias de segurança vão se imiscuir quando Foucault, a propósito da instalação das práticas de segurança, esboça os contornos de uma nova forma de poder, que se difere do poder soberano e do poder disciplinar, chamada biopoder. A partir do século XVIII, esse poder que se encarrega da vida vai se instaurando gradativamente, invertendo a velha máxima soberana do fazer morrer e deixar viver, para fazer viver e deixar morrer. Centrado não mais no corpo individual, mas, sobretudo, na população, isto é, nas questões de demografia, de taxas (de natalidade e de mortalidade), de saúde, de segurança, dentre outros, tal poder se amparará em seus respectivos dispositivos, dentre os quais, ganha destaque o dispositivo de segurança.

Além das características esboçadas anteriormente, alguns elementos importantes para a instauração e posterior propagação dos dispositivos de segurança referem-se a algumas noções bem precisas: caso, risco, perigo, crise. A noção de caso está relacionada, especificamente no que se refere ao caso da varíola, à mutação da ideia de uma doença reinante (doença substancial ligada a um país, uma cidade, um clima etc.) pela ideia de distribuição de casos numa população circunscrita num tempo/espaço ou, dito de outra forma, “[...] uma maneira de individualizar o fenômeno coletivo da doença, ou de coletivizar [...] os fenômenos, de integrar no interior de um campo coletivo os fenômenos individuais” (FOUCAULT, 2008b, p. 79). Amparada na noção de caso, a noção de risco refere-se à possibilidade de identificação, tanto no plano individual quanto no coletivo, dos riscos que cada um tem, quanto à morbidade, à mortalidade ou à cura. Tais riscos não são os mesmos para os diferentes indivíduos, em diferentes condições, lugares e meios; são, pois, riscos diferenciais que trabalham no sentido de indicar o que é perigoso para quem, em quais circunstâncias, em que condições etc., daí a noção de perigo. Finalmente, a noção de crise, que, conforme Foucault (2008b, p. 81), “[...] é esse fenômeno de disparada circular que só pode ser controlado por um mecanismo superior, natural e superior, que vai freá-lo, ou por uma intervenção artificial.”

A importância dessas quatro noções está diretamente relacionada com o funcionamento do dispositivo e, conseqüentemente, com o problema da população:

Caso, risco, perigo e crise são, conforme Foucault, noções importantes que atuam no funcionamento do dispositivo de segurança, (re)configurando a identidade de uma população, que não é um dado primeiro, pois ela está na dependência de toda uma série de variáveis: varia com o clima, com o entorno material, com a intensidade do comércio e da atividade de circulação das riquezas. (SOUSA, 2014, p. 133-134).

De forma esquemática, pode-se dizer que a cidade representa o problema da relação do poder vigente a partir do século XVII com o espaço. A questão do acontecimento ou da escassez de alimento representa o que se pode entender como o problema da circulação. A normalização põe em pauta o objetivo de se fazer os elementos da realidade agirem uns em relação aos outros. Finalmente, um último nível opera ou faz funcionar os dispositivos de segurança, “[...] trata-se de fazer surgir um nível em que a ação dos que governam é necessária e suficiente” (FOUCAULT, 2008b, p. 86); esse nível é o da população.

Esse novo personagem surge na cena social e política do século XVIII com toda a sua complexidade e suas cesuras e, apesar de não ser foco de preocupação apenas a partir dessa época, não era até então pensada em sua positividade e generalidade. A partir do século

XVIII, “Ela vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural” (FOUCAULT, 2008b, p. 92), logo, não será vista sob a perspectiva de uma noção jurídico-política de sujeito, mas como objeto técnico-político de uma gestão e de um governo. Ela não será entendida como mera soma dos indivíduos ou um dado primeiro, mas como dependente de uma série de variáveis, como tendo uma invariante que faz com que tenha um motor de ação chamado desejo e como aparecendo na constância dos fenômenos supostamente invariáveis. Nas palavras do autor:

A população é um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo. (FOUCAULT, 2008b, p. 97).

A população se apresenta, de um lado, no âmbito geral dos seres vivos e, de outro lado, na superfície de contato para transformações políticas: “[...] a população é portanto, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que chama de público” (FOUCAULT, 2008a, p. 98). É sobre ela que recairão ações empreendidas por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos; ela é o objetivo final das tecnologias de poder operantes no interior de um dispositivo de segurança. Ao mesmo tempo objeto (sobre o qual operarão mecanismos com vistas a determinados efeitos) e sujeito (já que pede para se comportar de tal ou tal maneira), o elemento populacional é, portanto, aquela parte da sociedade que age de acordo ou em conformidade com o que apregoam os mecanismos de poder.

Diante dessas constatações, alguns questionamentos poderiam ser esboçados quanto a esse comportamento exemplar da massa populacional: não haveria resistência por parte da população? Não haveria contestações quanto a esses mecanismos de sujeição? Não haveria possibilidades de contracondutas? Nesse ponto específico, o filósofo e professor do *Collège de France* esboça uma intrigante diferenciação entre povo e população:

O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema. (FOUCAULT, 2008a, p. 57).

A resistência está, pois, para o povo, assim como o consenso/a aceitação está para a população. No desenho esboçado a partir do século XVIII, observa-se que a noção de povo aparece como sendo o lado que resiste à regulação dirigida ao outro lado (a população); o lado que procura escapar desse dispositivo (de segurança) pelo qual a população existe e se

mantém. Não raro, portanto, encontrarmos, em certas falas ou mesmo na escrita, rastros desse discurso que corrobora a visão do povo como contrário à população.

Numa crônica de Luis Fernando Veríssimo (1984), bastante irônica quanto a essa diferenciação entre povo e população, o autor se propõe a repetir à exaustão – como forma de obter o efeito contrário – essas ladainhas que dizem a respeito do povo e que, pelo excessivo de sua repetição, tornam-se parte do verdadeiro de nossa época, compondo o acervo do senso comum: o povo se comporta mal, o povo tem péssimas maneiras, o povo se veste mal, o povo tem um gosto deplorável, o povo é vulgar, o povo é promíscuo e sem-vergonha, o povo é um estorvo, o povo não sabe votar, o povo é pouco saudável, o povo não se cuida, o povo é ladrão, o povo é viciado, o povo é doido, o povo é imprevisível, o povo é um perigo, o povo não tem a mínima cultura, o povo deveria ser eliminado. Nesses dizeres se nota exatamente o modelo não exemplar ou o antimodelo atribuído ao povo, em contraposição ao comportamento exemplar referente à população. O povo, como explica Foucault (2008b), é o que se comporta como se não fizesse parte desse sujeito-coletivo chamado população, é o que não se adequa à gestão a esta parcela dispensada, recusando a fazer parte dela e, por isso, desajustando o sistema.

Em resumo, pode-se afirmar que os dispositivos de segurança, sem estabelecer proibições ou mesmo prescrições cabais e visivelmente diretas, mas, de forma escamoteada, adotando alguns procedimentos de proibição e de prescrição, tem por função responder a uma urgência, de forma que essa resposta anule ou minimize ao máximo a realidade mesma que a suscitou. O dispositivo de segurança, portanto, “[...] se apoia na realidade do fenômeno infrator, não procura impedi-lo, e sim fazer funcionar, em relação a ele, outros elementos do real, de modo que o fenômeno possa ser anulado.” (SOUSA, 2014, p. 133).

3.2.2 Dispositivo de sexualidade

Em sua genealogia, Foucault se depara com uma intrincada rede que liga em seus emaranhados poder e sexualidade na construção de subjetividades. Sintetiza ele o nexos que os liga, dizendo: “A sexualidade não é fundamentalmente aquilo de que o poder tem medo; mas de que ela é, sem dúvida e antes de tudo, aquilo através de que ele se exerce” (FOUCAULT, 2011c, p. 236). Na busca de entendimento sobre como o poder funciona, em especial no que se refere à questão da sexualidade, ele levanta vários questionamentos: “Como se explicar que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma

coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa ‘verdade’ profunda é lida, é dita?” (FOUCAULT, 2011c, p. 229). É nesse percurso que ele pensa e reconstrói o que denomina como um dispositivo de sexualidade.

Buscando construir o que seria uma história da sexualidade, Foucault traça um rápido quadro do século XVII, momento em que teria tido início uma época da repressão das sociedades burguesas, na qual denominar o sexo seria mais difícil: “Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem” (FOUCAULT, 1999b, p. 21). Sobre a tese do poder que interdita, ele fará oposição ao que nomeou de “hipótese repressiva”, defendendo uma outra hipótese: a de que, nos três últimos séculos, houve uma verdadeira colocação do sexo em discurso: “A vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou [...] em constituir uma ciência da sexualidade.” (FOUCAULT, 1999b, p. 17-18).

No desdobramento de suas reflexões, o filósofo-historiador dirá que um certo “interesse público” fará com que mecanismos de poder tornem essencial o frutífero discurso sobre o sexo: “Por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo.” Assim, tanto o discurso religioso, como o discurso literário e também o discurso científico se voltarão sobre ele. No caso específico da ciência, é preciso superar os escrúpulos, o moralismo ou a hipocrisia: “[...] cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se.” (FOUCAULT, 1999b, p. 27). O sexo torna-se questão de polícia, *lato sensu*, ou seja, majoração ordenada das forças coletivas e individuais: “Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 1999b, p. 28).

O essencial, de acordo com o filósofo, é que, desde a época clássica, veio ocorrendo uma majoração e uma valorização crescentes do discurso sobre o sexo, ficando o homem ocidental encurralado ou preso à tarefa de dizer tudo sobre seu sexo; além disso, desde essa época, espera-se desse discurso efeitos múltiplos (deslocamento, intensificação, reorientação, modificação) sobre o próprio desejo. Nota-se, assim, uma política do sexo que age menos no sentido de pôr em ação uma lei de interdição do que um aparato técnico com vistas à produção da sexualidade. Desse modo, comprova que, amparando-se num sistema/dispositivo de aliança, um dispositivo de sexualidade se constituirá, a partir do século XVIII, como uma aparelhagem para a produção discursiva sobre o sexo.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1999b, p. 100).

Historicamente, o dispositivo de sexualidade (DS) emerge como um mecanismo a se superpor a um outro, denominado dispositivo de aliança (DA), cuja importância, a partir do século XVIII, decai à medida em que não serve mais aos processos econômicos e estruturas políticas vigentes. Esse dispositivo (DA), caracterizado por um “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens” (FOUCAULT, 1999a, p. 100), se vê recoberto pelo de sexualidade (DS) e, apesar de ambos se articularem sobre o casal, se divergem em alguns aspectos. O quadro a seguir busca sintetizar essa diferenciação:

Quadro 2 – Diferenças entre Dispositivo de Aliança e Dispositivo de Sexualidade

	DISPOSITIVO DE ALIANÇA	DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE
MODO DE ESTRUTURAÇÃO	Estrutura-se em torno de um sistema de regras que definem o permitido e o proibido, o lícito e o ilícito.	Funciona através de técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder.
OBJETIVO	Reproduzir o jogo de relações e manter a lei que as rege.	Estender incessantemente seu domínio e engendrar novas formas de controle
PONTO DE ARTICULAÇÃO	Gira em torno do nexos entre os membros do casal que possuem um estatuto definido.	Gira em torno das sensações do corpo, da qualidade dos prazeres, da natureza das impressões.
RELAÇÃO COM A ECONOMIA	Está fortemente articulado na economia/transmissão e circulação de bens.	Está ligado à economia, mas através do corpo.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Foucault (1999b).

Como resposta a uma urgência surgida por volta do século XVIII, o DS se instalou a partir ou em torno do DA. Foucault ressalta que aquele não substituiu este, nem o tornou inútil; entretanto, aponta uma inversão de posição entre eles nos últimos três séculos. Originado das práticas de penitência, do exame de consciência e da direção espiritual, a cronologia da formação do DS coloca, de acordo com Castro (2009), duas questões: a das técnicas de saber-poder (referentes às práticas penitenciais e aos métodos do ascetismo a partir do século XIV)²² e a de sua difusão (o exame da consciência e a direção espiritual se aplicaram primeiro às classes economicamente privilegiadas, permanecendo as classes populares por longo período às margens do DS).

²² Essa cronologia será estendida, nos volumes II e III da *História da sexualidade*, até a Antiguidade clássica e a irrupção do cristianismo no Ocidente.

Cabe aqui uma distinção que Foucault tem o cuidado de fazer entre sexo e (dispositivo da) sexualidade. Numa entrevista em que foi questionado sobre o que entenderia por sexo e como o definiria em relação ao dispositivo de sexualidade, diz que partiu, inicialmente, da ideia de que o sexo era um dado prévio e a sexualidade aparecia como uma formação discursiva e institucional a recobri-lo ou ocultá-lo. Entretanto, insatisfeito com tal resultado, inverteu as regras do jogo e passou a indagar o sexo não como dado primeiro, mas como aquilo que é produzido pelo dispositivo da sexualidade. Assim, ele afirma que “[...] aquilo a que se aplicou, de início, o discurso da sexualidade não era o sexo, eram o corpo, os órgãos sexuais, os prazeres, as relações de aliança, as relações interindividuais...” E continua sua explanação, afirmando que foi esse “[...] conjunto heterogêneo, que, finalmente, foi recoberto pelo dispositivo de sexualidade, o qual produziu, em um dado momento, como fecho da abóboda de seu próprio discurso e, talvez, de seu próprio funcionamento, a ideia do sexo” (FOUCAULT, 2014b, p. 60). Dreyfus e Rabinow (2010, p. 224), interpretando Foucault, nesse quesito, afirmam que o sexo é uma questão familiar, que deu lugar a um dispositivo de aliança, já a sexualidade nasce de uma separação do sexo e da aliança: “a sexualidade é uma questão individual”. Se a ideia do sexo foi gestada no interior do DS, “[...] deve-se, então, reencontrar em seu fundamento uma economia positiva do corpo e do prazer” (REVEL, 2005, p. 81).

Tendo como pano de fundo a questão do sexo, que transita da problemática das relações a uma problemática da carne/do corpo/do prazer, o DS teve seu assentamento a partir da célula familiar em seus dois principais eixos, o eixo marido-mulher e o eixo pais-filhos. Nesse sentido, a família potencializou o desenvolvimento dos principais elementos ou conjuntos estratégicos do DS, a saber: a) o corpo feminino ou a histerização da mulher; b) a precocidade infantil ou a pedagogização do sexo da criança; c) a regulação dos nascimentos ou a socialização das condutas de procriação; d) a especificação dos perversos e a psiquiatrização do prazer perverso. Esses quatro pontos estratégicos apontam para a própria produção da sexualidade – e o dispositivo a ela correlato – no seio mesmo do núcleo familiar.

No tocante a esse núcleo familiar, como um espaço em que se entrecruzam e se aloca DS e DA, Foucault (1999b) ensina que não se deve concebê-lo como uma estrutura que exclua a sexualidade ou só retenha dela suas funções úteis; ao contrário, em sua forma contemporânea, a família, além de fixar a sexualidade, constitui seu suporte permanente, já que ela “é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança.” (FOUCAULT, 1999b, p. 103). Assim, o DS migra pouco

a pouco da margem do núcleo familiar para o seu centro com tudo o que comporta de estranho, de irreduzível, de perigoso, tendo na figura dos pais/dos cônjuges seus principais agentes internos e nos médicos, pedagogos, padres/pastores, psiquiatras, seus agentes externos. A família, diz ele, é o cristal no DS, quer dizer, “parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata” (FOUCAULT, 1999b, p. 105).

É exatamente nesse sentido, ou seja, nesse particular que Foucault demonstra que, a partir do século XVIII, falou-se mais e mais do sexo. Irradiando-se de seu núcleo principal (a família) para todos os outros pontos sociais (o consultório, o confessionário etc.), foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo, isto é, uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo, através do dispositivo de sexualidade (DS). Esse dispositivo se mostra como um conjunto heterogêneo ou uma rede que se forma em torno da sexualidade, que, a um só tempo, o constitui e por ele é constituída; ele funciona analogamente a uma aparelhagem a serviço de um poder cujo ponto de incidência não é mais o ser individual ou mesmo a massa denominada “povo”, mas, antes de mais nada, uma população. Se a família é o polo de onde se irradia um DS, é porque a população é seu alvo principal. Nesse aspecto, notamos um ponto de convergência entre o dispositivo de sexualidade e o de segurança, como podemos pressupor desta afirmação de Foucault (1999b, p. 28):

Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, forma de alimentação e habitat.

A conduta sexual da população apresenta, portanto, dupla função: objeto de análise e alvo de intervenção. Em torno dela, ou desse problema econômico e político denominado população, uma série de procedimentos são instaurados (taxa de natalidade, idade do casamento, nascimentos legítimos/ilegítimos, precocidade, frequência de relações sexuais, práticas contraceptivas) com o intuito de garantir o futuro e a fortuna de uma sociedade. Os procedimentos de poder que visam a essa garantia fazem da vida seu objetivo e sua justificativa, encontrando na população esse corpo que já não é o corpo máquina, individual e individualizante, mas o corpo-espécie, com sua mecânica de ser vivo e seus processos biológicos. Assim, o sexo/a sexualidade torna-se essa peça-chave para o entendimento acerca do investimento feito por um poder que incide sobre a vida ou no homem enquanto ser vivo: ele se encontra na articulação entre as disciplinas do corpo, de um lado, e a regulação das

populações, de outro lado: “o sexo é acesso, ao mesmo tempo à vida do corpo e à vida da espécie” (FOUCAULT, 1999b, p. 137).

É certo, como mencionado, que as técnicas do DS se difundiram primeiramente visando às classes mais abastadas, deixando as classes populares em segundo plano. A família burguesa foi essa instância primeira de controle e ponto de saturação sexual, seja na figura da mulher nervosa/histérica ou do adolescente/da criança onanista. De seu lado, as classes populares escaparam por muito tempo ao DS, submetidas como estavam aos mecanismos do DA. Entretanto, os mecanismos de sexualização difundiram-se por todo o corpo social, penetrando paulatinamente nas camadas populares através dos problemas de natalidade, da constituição de um modelo canônico familiar, que serviu de instrumento de controle político e econômico com vistas à sujeição do proletariado urbano, de um controle médico e jurídico em torno das perversões. No que diz respeito a essa sexualização dos diferentes corpos ou classes sociais, Foucault (1999b, p. 120) se pronuncia dizendo que a sexualidade é o conjunto de efeitos produzidos pelo DS e que, não funcionando simetricamente, acaba por produzir efeitos de classe específicos.

Como se sabe, Foucault estudou os focos estratégicos de onde se fez emergir o DS: a histerização da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a regulação dos nascimentos; a psiquiatrização do prazer (perverso). Esses quatro elementos corroboram a tese da produção histórica da sexualidade, bem como do dispositivo a ela correlato. A partir desses pontos, seria interessante refletir como, na atualidade, se comporta esse dispositivo: agiria da mesma forma e a partir dos mesmos focos? Emergiria dos mesmos lugares? Ao que parece – e isso são apenas especulações, necessitando-se de pesquisas para precisar melhor tais possibilidades –, os focos de atuação e as formas de propagação do DS, hoje, são outros: a histerização, por exemplo, se transmuta na contemporaneidade em exacerbações, exageros, hipérboles, como se faz notar na figura 16; a ênfase no prazer perverso se desloca para uma exploração econômica da erotização. Uma coisa, porém, é certa: os dispositivos tendem constantemente a se modificar (às vezes até se tornando outros) justamente para atender novas demandas e para continuar a manutenção do poder.

3.3 A MODA COMO UM DISPOSITIVO

Já foi aludido anteriormente que, com relação ao seu *modus operandi*, é no interior e também por meio de dispositivos que se articula o par saber-poder na constituição dos sujeitos, ou seja, aqueles operam diretamente na fabricação destes, constituindo-os,

moldando-os, subjetivando-os; entretanto, vale lembrar, como não há apenas um tipo, mas uma multiplicidade de dispositivos (AGAMBEN, 2009), há também múltiplas e variadas formas de subjetivação. Essas três grandes instâncias que Foucault distinguirá sucessivamente (saber, poder e sujeito) não apresentam contornos fixos, mas são correntes de variáveis em luta umas com as outras (DELEUZE, 2005b).

Partimos, assim, do princípio de que a moda, como um fenômeno complexo, envolve questões de ordem do poder e do saber; logo, um dispositivo que se encontra no campo geral dos outros dispositivos de poder, que transformam o próprio corpo por meio de relações diversas, mas todas permeadas pelas relações de poder. Com base nisso e no conceito explicitado pelo filósofo, pode-se dizer que o dispositivo de moda consiste em um conjunto heterogêneo de práticas disciplinares e de controle sobre a população, que envolve elementos diversos, tais como discursos sobre a importância de se vestir adequadamente e de obedecer a regras de combinação voltados a certa uniformização, instituições diversas, prédios e regulamentos, manuais de estilo, etc. Esse dispositivo de cunho disciplinar e de controle populacional visa a produzir, então, determinados sujeitos, cujas características de normalidade e adequação parecem suprir a demanda das sociedades de consumo e de controle.

Nas linhas que seguem, retomamos e, na medida do possível, buscamos ampliar o trabalho de pesquisa desenvolvido anteriormente (PAIXÃO, 2013). Para tanto, entendemos que o dispositivo da moda, além do mencionado nos parágrafos acima, está intimamente ligado a outros importantes dispositivos postos em funcionamento em nossa época. Assim sendo, com relação a essa tríade poder-saber-sujeito e sua articulação no interior do dispositivo da moda, entendemos ser necessário, em consonância com as linhas pormenorizadas por Deleuze (2005b), a sua discriminação/descrição.

3.3.1 Curvas de visibilidade e regimes de enunciabilidade: o saber

Os dispositivos são máquinas de fazer ver e falar (DELEUZE, 2005b) e, como tal, suas primeiras dimensões são as curvas de visibilidade e de enunciação: o visível e o dizível. Palavras e coisas se constituem como as primeiras dimensões a serem separadas por Foucault e que vem compor a produção dos saberes ou uma rede de discursos referentes ao dispositivo: “[...] o saber é, portanto, um agenciamento prático, um dispositivo biforme de enunciados e visibilidades” (MACHADO, 2010, p. 165). Dessa forma, têm-se expostas as dimensões essenciais do saber, dado que “[...] o saber é um composto de dois elementos, o visível e o

enunciado, de tal modo que há diferença de natureza ou heterogeneidade entre os dois, pressuposição recíproca ou disjunção e, finalmente, primado de um sobre o outro.” (MACHADO, 2010, p. 169).

Por visibilidade não se pretende fazer referência a uma luz geral ou primeira que iluminaria objetos preexistentes, mas sim a linhas de luz ou “formas de luminosidade” que dão contornos às figuras e aos objetos, ou seja, é característico de um dispositivo “[...] o seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objecto que sem ela não existe” (DELEUZE, 2005b, p. 84). Quanto às curvas de visibilidade, trata-se de uma dimensão que aponta para os elementos possíveis/passíveis de serem vistos pelo/no dispositivo, ou seja, comportam aquilo que permite ser captado através dos feixes de luz lançados pelo/sobre o dispositivo; elas são, assim, fixadas pelo próprio dispositivo que lhes dão sustentação. Daí a possibilidade e a necessidade de extrair a visibilidade das coisas, pois “[...] a visibilidade de uma época é o regime de luz, e as cintilações, os reflexos, os clarões que se produzem do contato da luz com as coisas” (DELEUZE, 2010, p. 124). Esse é o caso da moda, um produto do dispositivo que lhe é correspondente, daí poder se questionar como pode ser vista e o que pode ser dito sobre ela por meio dos enunciados ou, no que se refere ao momento atual, o que se vê e o que se diz, ou ainda, o que se pode dizer e o que se pode ver por meio do que é possibilitado no interior desse aquário.

Do mesmo modo que ocorre com as visibilidades, há também as curvas de enunciação ou os regimes de enunciados, que, como nos faz entender Deleuze (2005b, p. 85), “[...] remetem para linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições diferenciais de seus elementos”. A dimensão do dizível comporta o duplo do visível, apontando para as curvas de enunciações. Por meio dessa dimensão, tem-se não apenas aquilo que se pode verbalizar acerca da moda, isto é, o infinito arquivo de ditos produzidos sobre a área ou nela, mas se pode entender, sobretudo, o que torna possível, plausível e enunciável a seu respeito, ou seja, o que remete à possibilidade daquilo que é permitido ser dito, ou que efetivamente encontra condições de entrar numa determinada ordem do discurso, ou ainda que pode ser efetivamente dito por meio do dispositivo da moda ou em seu interior, interior este em que se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos. Isto equivale a dizer que esse nível do dizível, estando em batimento com seu par visível e ambos inteiramente ligados à vontade de verdade que governa o mundo, faz surgir aquilo que venha a ser considerado X ou Y, seja uma ciência, uma prisão, um ordenamento jurídico, um movimento social ou ainda a moda.

Esses dois domínios encontram correspondência no que Foucault chamou de discursivo e não discursivo na sua conhecida conceituação do dispositivo. Tradicionalmente, seja pelas filosofias da consciência ou pelo marxismo, o não-discursivo foi tratado como exterior ao discurso, mas, com Foucault, deve ser pensado na própria trama do discurso, pois é inseparável de seu processo produtivo sem que haja, entre ambos, uma redução ou uma hierarquia. Mas, se entre eles, não há dependência ou superioridade, questiona-se: que tipo de interação ou relação há entre esses dois domínios?

Vale dizer que, entre os campos do ver e do falar, existe um tipo de relação específica de articulação e complementaridade. Para Deleuze (2005a, p. 21), a relação do dizível/discursivo com o visível/não-discursivo não é de paralelismo vertical, nem de causalidade horizontal, mas um terceiro caminho: relações discursivas com os meios não-discursivos, isto é, a relação não é interior ou mesmo exterior ao discurso, antes uma relação de coexistência, na qual o não discursivo constitui “[...] o horizonte determinado sem o qual tais objetos de enunciados não poderiam aparecer, nem tal lugar ser reservado dentro do próprio enunciado.”

Sob tais apontamentos, talvez fosse melhor denominar essa relação de não-relação, uma vez que há uma espécie de disjunção e uma independência entre esses domínios, pois tanto um quanto o outro apresentam características e condições distintas – o ser-linguagem e o ser-luz, respectivamente – e o pensamento se dá justamente na disjunção entre o ver e o falar (MACHADO, 2010). No entanto, apesar de tal disjunção, independência, irreduzibilidade de um em relação ao outro – “as visibilidades permanecerão irreduzíveis aos enunciados” (DELEUZE, 2005a, p. 59) –, pois há um primado do domínio enunciativo sobre o da visibilidade:

A questão do primado é essencial: o enunciado tem o primado [...]. Mas primado nunca quis dizer redução. [...] O enunciado só tem o primado porque o visível tem suas próprias leis e uma autonomia que o põe em relação com o dominante, com a heautonomia do enunciado. É porque o enunciado tem primado que o visível lhe opõe sua forma própria, que se deixará determinar sem se deixar reduzir. (DELEUZE, 2005a, p. 59).

É nesse sentido que se pode perceber a emergência de um saber articulado sob esses dois domínios, um saber que é constituído e também possibilita a emergência de enunciados diversos – como no enunciado a seguir (*vi*) – no interior do dispositivo da moda. Vale lembrar que, na condição de dispositivo, o dispositivo da moda tem por fundamento atender e responder a uma urgência, função estratégica para controlar e dominar pelo saber. É, pois, no

entrecruzamento entre visibilidade e legibilidade que se torna possível e legível a irrupção do questionamento: *vi*. “Com que roupa?”

Na condição de enunciado, sua emergência histórica o liga a outros enunciados e opera no sentido de uma repetibilidade, conforme atestam as figuras 4, 5 e 6. Na perspectiva apresentada por Foucault (2009a, p. 118), “Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal”. Específico, pois a sua ocorrência é única, mesmo que sua materialidade seja reproduzível; paradoxal, porque se presta a interesses e apropriações diversas. O enunciado em análise (*vi*) – aqui não há distinção entre sua materialização na canção popular²³ “Com que roupa eu vou?” e sua forma reduzida “Com que roupa?” – concretizado em textos diversos confirma a hipótese foucaultiana quanto à existência de regras, no que diz respeito a sua própria ocorrência, isto é, como enunciado só pode aparecer se e somente se obedecer a determinadas condições de emergência, bem como realça a existência de normas que se pressupõe existirem uma vez que há a necessidade de se perguntar com que roupa é possível se vestir socialmente. Não é verdade que tudo é permitido, tanto no que se refere ao que pode ser dito ou que é dado ser visto no interior do dispositivo da moda; o que de fato existe é uma pluralidade de normas coexistindo no interior desse dispositivo.

Figura 4 – Com que roupa (1)



Fonte: *Veja*, maio, 1994.

Figura 5 – Com que roupa (2)



Fonte: *Veja*, set.1996.

²³ *Com que roupa?* é uma canção de Noel Rosa de 1931.

Figura 6 – Com que roupa (3)

Com que roupa eu vou...								
AO TRABALHO		À FESTA INFANTIL		À VIAGEM DE AVIÃO				
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER		
Prefira	Peças sem estampas nem muitos contrastes	O tradicional tailleur com meia-calça transparente	Prefira	Calça de sarja ou jeans bem-comportado e mocassim	Tecidos opacos ou casaco de couro e saia	Prefira	Camisa lisa e calça de sarja, para não ficar amarrutado	Terninho de microfibra ou calça de microfibra com twin-set
Evite	Prendedor de gravata	Salto muito fino e alto, inadequado e desconfortável	Evite	Camiseta, calça jeans surrada e tênis	Jaqueta jeans e tênis	Evite	Camisa de manga curta	Saia e blusa com decote, por causa do ar condicionado

Fonte: *Veja*, 2002.

Mas que saberes são esses próprios à moda? De que se constituem? Em que se baseiam? Como são formados? Para que se possam traçar alguns caminhos de respostas a essas questões, convém reiterar que o saber, para Foucault, é da ordem do discursivo e do não discursivo. Nas palavras de Deleuze (2005a, p. 60), “[...] não há nada antes do saber, porque o saber [...] define-se por suas combinações do visível e do enunciável próprias para cada estrato.” Práticas discursivas de enunciados e práticas não discursivas de visibilidade são elementos constitutivos do saber. No caso da moda, esse saber advindo das linhas de visibilidade e de enunciabilidade não se enquadram num tipo de saber que se possa considerá-lo como canônico, pautado em modelos científicos segundo um arcabouço positivista, mas de um saber que emerge de práticas cotidianas diversas e que são cooptadas e transformadas em manuais de estilos, publicações voltadas da/para a área, matérias em jornais e revistas ou, mais recentemente, de sites e *blogs* na internet. Ressalte-se que, enquanto dispositivo, é atravessada por linhas de visibilidade e enunciabilidade, que, em confronto com outros dispositivos, desencadeiam processos de constituição de subjetividades, sendo, portanto, não da ordem do irracional (SVENDENSEN, 2010), mas da ordem de uma racionalidade discursiva, o que implica em admitir que está submetida a questões de ordem sócio-histórica.

O saber que se constitui no dispositivo da moda ou em que se constitui a própria moda “[...] não é nem o esboço enrugado, nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída” (FOUCAULT, 2009a, p. 206), dado que um saber, como explica Foucault (2009a, p. 205), “[...] não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas”. O vestir-se à moda está no centro de um processo de subjetivação que se dá através da aquisição de um saber específico, saber que possibilitará aos sujeitos criarem em si/para si mesmo simulacros de identidade ou de

diferenciação por intermédio da aparência e que poderão ser determinantes do alcance das relações pessoais, oportunidades de trabalho, inserção social, entre outros componentes dos modos de vida. Tais saberes não são do tipo que se produz em laboratórios, mas estão intimamente ligados a práticas presentes em todo o corpo social, práticas cotidianas diversas que incluem noções do que vestir, de onde vestir, de como vestir e para quem vestir. Essas práticas, presentes em falas, imagens, representações, além de não serem estanques, advêm de lugares diversos – com destaque para a mídia – e fazem parte do arsenal de práticas que objetivam/subjetivam os indivíduos.

Outra característica que se percebe, no tocante aos saberes que tomam forma no dispositivo da moda, é relativa à configuração de um espaço cada vez mais ocupado por sujeitos que atendem pela alcunha de especialistas, isto é, alguém que detém um saber sobre algo que outrem não possui e, por esse motivo, constitui-se como uma voz autorizada para enunciar certas falas, estabelecer determinados comportamentos, apontar as vestimentas corretas e o modo de combiná-las. Na era dos peritos, em que “[...] cada vez mais se impõe a necessidade do poder se tornar competente” (MACHADO, 2011, p. XXII), há uma verdadeira proliferação de *experts* que anunciam o que pode e o que deve se vestir, da mesma forma que apontam o como deve ser feito. Manuais de estilos, *blogs*, colunas de jornais e revistas (ver figuras 1, 2 e 3), programas de televisão, enfim, são inúmeros os lugares discursivos – midiáticos ou não – em que tais especialistas se imbuem da tarefa de que se apropriaram. E tais saberes de tais especialistas são cada vez mais específicos, constituindo uma miríade de novos profissionais que se incumbem de cuidar da aparência externa ou do visual do outro. Cada um com seu espaço, dotados de saberes e no desempenho de poderes, dando sustentação, ao final, ao dispositivo. Nesse sentido, talvez não seja excessivo entender esses *experts* da estética como uma forma eufemística de direcionamento dos outros, alguém com autoridade para enunciar certas falas, de como se deve comportar e o que se pode trajar, enfim, que contribui para a formatação quanto ao modo de ser/de vestir dos indivíduos, o que em termos foucaultianos corresponderia a uma espécie de poder que se tem de/para governar os outros.

No que concerne ao trabalho com o dispositivo da moda, é importante que se destaque ainda a presença, ou mais precisamente, o atravessamento e a relevância bastante acentuada da mídia. Quanto a isso, é possível pensar a mídia, tomada aqui em seu aspecto mais geral, como um lugar muito apropriado para que se construam saberes diversos. Na sociedade contemporânea, esse espaço é um dos principais dispositivos a produzir discursos que “[...] formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica

que nos liga ao passado e ao presente.” (GREGOLIN, 2007a, p. 16). A mídia é, sem dúvida, “[...] a palavra que melhor designa a multiplicidade das formas de circulação de discursos.” Daí que o trabalho com a mídia torna-se hoje essencial, dada a sua presença, importância e influência na vida das pessoas, já que “[...] certamente, não se compreende mais nossa sociedade se sua análise não considerar revistas, jornais, *sites*, *blogs*.” (POSSENTI, 2007, p. 13). Na perspectiva que aqui se delinea, o universo *fashion* e o midiático formam uma espécie de casal perfeito, já que um depende do outro para que possam se manter.

Assim sendo, se atentarmos para os inumeráveis exemplos de textos que circulam na mídia, materializando o discurso e o dispositivo da moda, poderemos cogitar a gama de conhecimentos ou mesmo de saberes produtores e produtos do mundo da moda. Mais do que incidir sobre o geral, o que se nota é todo um movimento que contempla a meticulosidade ou o detalhe. É, pois, no detalhe, que se encontra a diferença que possibilita distinguir o conhecedor do não conhecedor, o iniciado do não iniciado, o que é dotado de um saber e aquele que deste é destituído. Entretanto, consoante os ensinamentos foucaultianos, segundo o qual não há saber sem poder e nem poder que se sustente sem um saber, é mister que se entenda que essa gama de saberes que emergem a partir do detalhe no interior da moda ou, para ser mais exato, do dispositivo da moda, não se dá de forma aleatória, mas corrobora e/ou dá vazão a um poder bastante específico. Como estamos sob a mira do biopoder, cujo lema passa pelo “direito de morte e poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1999b, p. 125), todo esse detalhamento está intimamente ligado à medição, contagem, especificação, classificação que é característico desse poder cuja pretensão passa pela normalização não mais do indivíduo, mas da própria espécie e que age no detalhe para conseguir operar no plano da população.

Como mencionado, visibilidade e enunciabilidade são procedimentos constitutivos do saber que, em comunhão com o poder, objetivam a produção de certas maneiras de agir e de ser, isto é, de construção de verdades e de subjetividades. Do ponto de vista da enunciabilidade, isto é, do dizível, outro ponto característico do dispositivo da moda é o empréstimo de termos advindos de outros sistemas linguísticos para que se efetivem os enunciados nele produzidos. Na dinâmica instaurada pelo dispositivo em questão, a utilização de termos em língua inglesa confirma a intersecção de dois saberes que perpassam o dispositivo da moda: o linguístico e o *fashion*. Como fios que se cruzam no interior de um tecido, língua e moda se imiscuem no enredamento de subjetividades, uma vez que o uso de certas línguas – mais especificamente, na atualidade, da língua inglesa – conferem *glamour* ou refinamento nos preceitos advindos da moda. No entendimento de Vincent-Ricard (2008, p. 144), isso se nos apresenta da seguinte forma: “Quando um termo de moda impõe-se de

maneira imperativa, difunde-se pelo mundo na língua de seu país de origem. E torna-se embaixador não só de uma determinada moda, mas também de um estilo de vida.”

Apesar dessa especificidade linguística ligada ao dispositivo da moda, é o campo do visível, da visibilidade que ganha destaque em seu funcionamento. Se se atentar para os aspectos não discursivos presentes, por exemplo, em peças publicitárias, editoriais, capas de revistas, postagens em *blogs*, notar-se-á uma relevância cada vez maior desses aspectos em detrimento aos aspectos discursivos. No tempo corrente, a “lógica” da moda, com sua efemeridade e plasticidade, impôs uma ordem que passa pela dependência das visibilidades para sobreviver e se disseminar; assim, esses aspectos não discursivos parecem atingir de maneira mais eficiente os indivíduos no que diz respeito aos processos de objetivação e subjetivação, transformando-os ou contribuindo para transformá-los em “sujeitos dóceis e úteis”, uma vez que cooperam sobremaneira na construção de indivíduos, jovens, saudáveis e “de bem com a vida”.

Há que se levar em consideração que, se a moda ganha destaque em formas de visibilidade e dizibilidade tão perspicazes em nosso tempo, não é porque ela seja “poderosa” por natureza ou porque se constitui de antemão como “objeto” relevante, mas justamente porque articula, no interior do dispositivo que lhe corresponde, um elemento de outra natureza. Se, nos estudos do discurso, conforme se nota na *A arqueologia do saber* de Foucault, ele se depara com o discurso, não tardará para que se defronte com um outro lado, um outro componente que ele entenderá como sendo o do poder. Daí a afirmação de que sua tarefa é a de examinar “[...] as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona.” Poder e discurso se imiscuem, dado que aquele não está fora deste: “O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.” (FOUCAULT, 2010a, p. 253). Dessa forma, cumpre passarmos a esse outro componente do dispositivo da moda.

3.3.2 Linhas de força: o poder

Para além das linhas (ou curvas) de visibilidade e enunciabilidade, um dispositivo também comporta as chamadas linhas de força. De acordo com Deleuze (2005b), essas vão de um ponto a outro nas linhas precedentes, retificando-as, delineando suas formas e trajetórias, agindo como flechas que não param de entrecruzar as palavras e as coisas, consumando a batalha entre elas. Tais linhas de força correspondem à dimensão estudada por Foucault

referente às relações de poder – ou às relações de forças, já que o poder é uma relação de forças e toda relação de forças é uma relação de poder. Na atuação da linha de força como a terceira dimensão do espaço interior ao dispositivo, explica Deleuze (2005b, p. 85): “A linha de força se produz ‘em toda a relação de um ponto a outro’, e passa por todos os lugares de um dispositivo. Invisível e indizível, ela está estreitamente enredada nas outras e é todavia desenredável.”

Sendo uma relação de forças, o poder não é uma forma e não se estabelece entre duas formas, como o saber. As linhas de força que compõem um dispositivo e fixam os jogos de poder e as configurações de saber não estão nunca no singular, mas em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, já é poder. Daí que o outro ou o objeto dessa força não é um corpo, um ser inanimado, um outro objeto, mas sim outras forças. Trata-se de uma inspiração nietzschiana (MACHADO, 2010) a maneira como uma força se define por um poder de afetar e ser afetado por outras forças: afetos ativos e passivos ou, em termos deleuzianos, espontaneidade e receptividade da força. Assim sendo, o poder, como relação, não pode ser essencialmente repressivo, antes é exercido mais do que possuído. Não nos perguntamos o que é o poder ou de onde ele vem, mas como é de fato exercido. Nessa mesma condução do raciocínio, fazemos nossas estas palavras de Foucault (2006, p. 7):

O poder não pertence nem a alguém nem, aliás, a um grupo; só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens, etc. É nesse sistema de diferenças, que será preciso analisar, que o poder pode se pôr em funcionamento.

É, portanto, pensando nesse poder, do ponto de vista de uma analítica e não de uma teoria, poder que se traduz como difuso, estando em toda parte, mas que se mostra mais como exercício e não como posse, que são possibilitadas a apreensão e a compreensão do poder que ganha contornos no dispositivo da moda. Nosso entendimento vai de encontro ao ponto de vista que afirma que “[...] a análise de Foucault sobre a questão do poder é o resultado de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados” e que, por esse motivo, “[...] não podem ou não devem ser aplicadas indistintamente sobre novos objetos, fazendo-lhes assim assumir uma postura metodológica que lhes daria universalidade” (MACHADO, 2011, p. XVI). Nosso posicionamento é de que seja possível sim aplicar as ferramentas foucaultianas sem que isso implique necessariamente em uma pauperização de suas reflexões e pesquisas. Daí podermos levantar e levar adiante questões como as que seguem: Como se articulam poder e moda? De que forma esse elemento emerge nas práticas

relativas às vestimentas e, sobretudo, que poder é esse que se enreda no/emana do dispositivo da moda?

Tomando essas considerações como ponto de partida, é possível, de imediato, estabelecer dois eixos para a compreensão do poder que se constitui/institui no interior das práticas relativas ao campo da moda. Em relação ao primeiro eixo, é possível pensar as relações entre a moda e o poder, entendido aqui no sentido de um poder resultante de todos esses inúmeros micropoderes, de todas essas forças postas em confronto no interior de dispositivos. Quanto a isso, cabe reportar a presença da moda no poder/do poder na moda ou, poder-se-ia mesmo dizer, a simbiose passível de ser notada entre esses dois universos. De imediato, vale a retomada do que ensina Foucault acerca desses poderes que vão, em forma ascendente, ganhando forma no decorrer da história e que se materializam em determinado momento com características bem precisas: poder de soberania, poder disciplinar e biopoder.

Primeiramente, algumas palavras sobre o poder de soberania. Segundo as reflexões foucaultianas, trata-se de um tipo de poder que pressupõe a existência de um soberano (do corpo do rei) e pode ser caracterizado como uma forma de poder que recai sobre os bens, a terra e seus produtos, isto é, seus objetos são o território e as riquezas; exatamente por incidir sobre tais objetos, sua forma de exercício se dá de maneira descontínua, através de uma obrigação jurídica. A “macrofísica da soberania” supõe uma relação de poder pautada na violência (masmorra, prisão, grilhões, cadafalso, suplício) e requer uma máxima visibilidade, o que significa que o poder não é só e completamente visível, mas também a sua força depende dessa sua visibilidade, dessa sua projeção para fora.

Em seguida, o autor admite a emergência, com uma forma embrionária por volta do século XVI e já com sua grande forma geral no século XIX, de um outro tipo de poder, um poder terminal, capilar, que denomina como disciplinar: “[...] certa modalidade pela qual o poder político, os poderes em geral vêm, no último nível, tocar os corpos, agir sobre eles, levar em conta os gestos, os comportamentos, os hábitos, as palavras, [...] concentrando-se para baixo até tocar os próprios corpos individuais.” (FOUCAULT, 2006, p. 50-51). Além dessa orientação voltada para os corpos e o que fazem num determinado espaço e tempo, o poder disciplinar caracteriza-se por uma continuidade, ou seja, exerce-se de forma constante por meio da vigilância. Por isso, a “microfísica do poder disciplinar” supõe menos uma violência do que uma sujeição e instaura uma lógica que passa pela visibilidade dos que estão submetidos a essa modalidade de poder, mas que torna invisível a fonte ou o centro de seu exercício.

Tal é o princípio e o mecanismo encontrados no panóptismo: a figura do panóptico²⁴ evidencia opacidade do poder e transparência dos indivíduos. Nas considerações feitas por Katz (2008, p. 72), que atualizam a noção de panóptico associando-a à moda,

[...] são os discursos que passam a fazer o papel de panópticos entre nós. Um desses discursos, talvez o mais proeminente hoje, seja aquele produzido por uma certa proliferação de imagens sobre o corpo na área da moda, pois a moda que os meios de comunicação divulgam revela-se um bom exemplo de discurso fetichista sobre o corpo processador, que o desinveste da potência política à qual lhe pertence.

Foucault explica que os dispositivos disciplinares não surgiram repentinamente e nem substituíram os dispositivos de soberania, mas se ancoraram e formaram ilhas no interior destes. Vale ressaltar que, sob a vigilância constante incidindo sobre os indivíduos, o poder disciplinar é exercido por meio de dispositivos e, a partir daí, tem-se a constituição de um determinado saber a respeito daqueles que estão sendo vigiados. Um saber que tem por finalidade tornar precisa a conduta do indivíduo: “Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer” (FOUCAULT, 2011a, p. 88). Nota-se, portanto que o poder, aparentemente menos corpóreo e mais sabiamente físico, irrompe numa forma de saber-poder, demonstrando que todo saber é político (MACHADO, 2011), quer dizer, todo saber tem sua origem em relações de poder: “[...] não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.” (MACHADO, 2011, p. XXI).

Em busca de uma diferenciação entre poder de soberania e poder disciplinar, poder-se-ia resumir as suas particularidades quadro a quadro, como se nota a seguir:

Quadro 3 – Diferenças entre Poder Soberano e Poder Disciplinar

PODER SOBERANO	PODER DISCIPLINAR
Relação assimétrica	Relação simétrica
Anterioridade fundadora	Resultado futuro
Não isotopia	Isotopia
Sujeito múltiplo	Singularidade somática

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Foucault (2006).

²⁴ Assim Foucault descreve o Panóptico de Bentham: “[...] uma construção aneliforme que constitui a periferia do Panopticon; nessa construção são distribuídas celas que abrem ao mesmo tempo para dentro, por uma porta envidraçada, e para fora, por uma janela. No perímetro interno desse anel, [...] uma galeria que permite circular e ir de uma cela a outra. Depois, um espaço vazio e, no centro do espaço vazio, uma torre, uma espécie de construção cilíndrica com vários andares, no topo da qual você tem uma espécie de cúpula, isto é, um grande salão vazio, construído de tal forma que desse ponto central pode-se ver, bastando girar os calcanhares, tudo o que acontece em cada uma das celas.” FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 93.

No que diz respeito à moda, alguns autores a identificam no período histórico que se situa por volta do século XVI e XVII, portanto num momento em que se vive sob a tutela de um poder soberano, mas que já se vê brotar o germe do poder disciplinar, a sua irrupção, e estabelecem a sua inserção nos quadros do poder de então como fundamental para a sua existência:

A partir do final da Idade Média, a moda é tributária do gosto cambiante dos monarcas e dos grandes senhores; aparece como um decreto estético que vem em resposta a um estado de alma, uma inspiração, uma vontade particular, ainda que com evidência esteja estritamente circunscrita aos mais altos dignitários da sociedade. (LIPOVETSKY, 2009, p. 50).

Imita-se, ou toma-se como modelo, sobretudo, o soberano, mas também a corte que o cerca, tornando-se o reflexo das predileções do poder em detrimento da tradição de se vestir pertencente a uma espécie de “memória coletiva”. Entretanto, com a entrada de um novo poder na cena, no plano da vestimenta, o espartilho e mais ainda o uniforme tornam a sua aplicação sobre os corpos possível, já que o que conta, nesse momento, é menos uma forma imposta e artificializada do que uma eficiência e um vigor. Assim, no seio de uma sociedade disciplinar, ganha destaque a presença do uniforme como uma peça que requer a devida atenção, pois se liga indubitavelmente às práticas exercidas de disciplinarização sobre os indivíduos; pode-se mesmo dizer que é o elemento do vestuário que melhor se adequa a uma sociedade na qual se busca a excelência no uso do tempo e do espaço.

Se o poder disciplinar emerge no interior mesmo de um poder soberano, sob a égide desse mesmo poder, Foucault diz brotar um outro que não mais se voltará para o corpo individual majorando sua força e sua capacidade produtivas, mas passa a operar sobre um novo elemento denominado população. O conceito de biopoder (e de biopolítica) surge na reflexão foucaultiana “[...] como o ponto final de sua genealogia sobre os micropoderes disciplinares, iniciada na década de 1970” (DUARTE, 2006, p. 47). Caracterizado como um poder cujo foco recai sobre a vida ou o indivíduo como ser vivo, começa sua trajetória na medida em que o poder, antes associado ao território (tamanho e qualidade), passa a ser avaliado em função da qualidade de sua população (longevidade, produtividade, saúde, tamanho).

A partir da chamada época clássica²⁵, assiste-se a uma transformação dos mecanismos de poder: por volta do século XVII, ele organiza-se em torno da vida, sob duas formas principais que não são antitéticas: as disciplinas ou uma anátomo-política do corpo humano e, em meados do século XVIII, uma biopolítica da população, do corpo-espécie. Conforme explica Deleuze (2005a, p. 80), “As duas funções puras nas sociedades modernas serão a “anátomo-política e a biopolítica e as duas matérias puras (nuas), um corpo qualquer, uma população qualquer.” Para melhor entendimento da trajetória desses mecanismos de poder, retomemos as palavras do filósofo para mostrar o que sucedeu nessa transformação:

Tudo sucedeu como se o poder, que tinha como modalidade, como esquema organizador, a soberania, tivesse ficado inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em via, a um só tempo, de explosão demográfica e de industrialização. De modo que à velha mecânica do poder de soberania escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa. Foi recuperar o detalhe que se deu uma primeira acomodação: acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento – isso foi a disciplina. [...] E, depois, vocês têm em seguida, no final do século XVIII, uma segunda acomodação, sobre os fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, com os processos biológicos ou bio-sociológicos das massas humanas. (FOUCAULT, 1999a, p. 297-298).

Do século XVIII em diante, tem-se, portanto, dois mecanismos de poder postos em ação, duas séries: a) corpo-organismos-disciplina-instituições e b) população-processos biológicos-mecanismos regulamentadores – Estado. Por não estarem num mesmo nível, esses dois conjuntos (a e b) articulam-se um com o outro, o que conduz a uma explicação sobre o trabalho de Foucault (1999a, p. 300) em descrever e apreender um dispositivo de sexualidade, como visto anteriormente (item 3.2.2), já que “a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população”. De forma esquemática, pode-se resumir as diferenças entre poder disciplinar e biopoder de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 4 – Diferenças entre Poder Disciplinar e Biopoder

	PODER DISCIPLINAR	BIOPODER
OBJETO	Corpo individual	População
FENÔMENOS OBSERVADOS	Fenômenos individuais	Fenômenos de massa, em série, de longa duração.
MECANISMOS	Mecanismos de adestramento do corpo.	Mecanismos de previsão, de estimativas estatísticas, medidas globais.
FINALIDADE	Obtenção de corpo economicamente úteis e politicamente dóceis.	Obtenção do equilíbrio, homeostase e regulação da população.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (2009).

²⁵ É nesse momento histórico que Lipovetsky (identifica a base das transformações que levaram à ascensão de um império da moda: “a moda [...] foi acompanhada mais fundamentalmente por um duplo processo de consequências incalculáveis para a história de nossas sociedades: a ascensão econômica da burguesia, por um lado, e o crescimento do Estado moderno, por outro, os quais, juntos, puderam dar uma realidade e uma legitimidade aos desejos de promoção social das classes sujeitas ao trabalho. LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 46.

Num mundo em que os tentáculos sobre a vida se prolongam até suas últimas fronteiras, um poder contínuo e científico do tipo “fazer viver e deixar morrer” se põe em pleno exercício por meio de dispositivos variados, como os dispositivos de segurança (item 3.2.1), que são cada vez mais importantes, relevantes e presentes no cotidiano das sociedades não mais disciplinares, mas as chamadas sociedades de controle (DELEUZE, 2010). Violência, insegurança, risco, medo, perigo, são alguns dos itens linguísticos que brotam do seio desse dispositivo e se fazem mais e mais próximos das individualidades que constituem as populações.

Se vivemos tempos violentos, esse teor de violência, que paradoxalmente é característico do poder que se articula sobre a vida, também se faz claramente presente no jeito de vestir e na “consciência elegante” (HOLLANDER, 2003) de todos. Nesse ínterim, pode-se considerar que a noção que melhor traduz isso, no mundo da moda, é a de básico, que “[...] é a transposição para o setor da moda dos ‘valores seguros’ apreciados pelos bolsistas” (ERNER, 2005, p. 187). Algumas marcas de roupas parecem captar bem essa tônica dos dispositivos de segurança e se apressam em oferecer objetos atemporais, de todas as modas ou, em uma única palavra, básicos, exatamente por não oferecerem risco em sua utilização. A figura 7 valida esses dizeres, conforme se nota em seus poucos elementos linguísticos e imagéticos:

Figura 7 – O básico do Brasil



Fonte: *Veja*, 11 nov. 1998.

Isso nos leva a, no mínimo, dois pontos de reflexão. Em primeiro lugar, conforme Hollander (2003, p. 217):

A roupa comum tem se inclinado ultimamente para a supressão da aparência moderna e esclarecida com base na hipótese da segurança física, em favor de uma aparência que denota prontidão para enfrentar desafios físicos ou o perigo – [...] roupas que se assemelham a armaduras são cada vez mais atraentes.

Em segundo lugar, as linhas de força que operam no interior do dispositivo da moda, tencionando as linhas de visibilidade e enunciabilidade, agem em consonância com esse poder cujo alvo de um lado é o corpo individual e de outro, o corpo coletivo, levando ao que se sucede: “[...] ao mesmo tempo que os indivíduos se apropriam mais de seus códigos e utilizam ‘a moda a seu favor’, é pelos mesmos motivos que o poder da mídia e das grandes marcas massacra subjetividades com propostas ideais e massificadoras.” (MESQUITA, 2008a, p. 219).

Nessas condições (ou nessas contradições?), o dispositivo da moda atravessado por e atravessando os dispositivos de segurança passa a ocupar uma posição privilegiada nas sociedades de controle sob a tutela de um biopoder. A moda atende aos dois mecanismos de poder em vigência na atualidade: de um lado, ela uniformiza como requer o poder disciplinar, por outro, disponibiliza um arsenal de comportamentos e um supermercado de estilos que variam ao sabor das tendências – voltaremos nesses conceitos mais adiante. Paradoxalmente, o indivíduo faz suas “escolhas” para que se pareça igual: “[...] aquilo que é proposto pelo próprio arsenal do supermercado é uma forma de exagerar um campo de possibilidades que esgota existências” (MESQUITA, 2008a, p. 222). Nesse contexto, é quase impossível estar fora da moda ou fora de moda, pois ocorre, no interior da sociedade de controle, não somente uma atualização e um reaproveitamento de objetos (modas, estilos, atitudes) advindos da rua, como também um reaproveitamento e um mix das antigas delimitações que agora têm suas fronteiras mais fluidas, movediças e maleáveis: “Disciplina e liberdade, o ‘dentro’ e o ‘fora’ das ordens instituídas se cruzam numa trama realmente complexa, como se, ao não fixar limites, as redes de poder se engendrassem ainda mais por sobre as liberdades”. (MESQUITA, 2008a, p. 220).

A lógica/racionalidade instaurada pelo dispositivo da moda, ancorada na efemeridade, na transitoriedade, na perecibilidade, impõe uma dependência em relação ao novo²⁶ ou à novidade – já que, paradoxo dos paradoxos, estar na moda pressupõe, em razão de sua alta volatilidade, estar fora de moda –, o que se coaduna com a busca constante pela inovação típica de uma nova ordem mundial. Segundo Sousa (2015), a inovação é uma tecnologia que integra os dispositivos de forma a atender às exigências do biopoder, de modo a alcançar não apenas as formas do visível, mas também do dizível para que se transforme o belo em mais belo, o necessário em imprescindível. Daí que, no plano linguístico, por exemplo, confirmando a posição de Foucault (2009b, p. 26), para quem “[o] novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”, a cor roxa ou vinho ser renomeada de *bourdeau*, o branco ser transformado em *off-white*, o bege virar *nude*, numa espécie de (re)atualização constante do enunciado (i) “X é o novo preto.”

Ainda segundo Sousa (2015, p. 162), “[...] a urgência em responder aos problemas da população, técnica do dispositivo de segurança, acaba por desencadear o dispositivo de inovação, que entra em cena para a busca de soluções de problemas” e para a conquista de melhores resultados na qualidade e majoração da vida, dentre elas, a beleza, o lucro, o consumo, a felicidade. A sociedade do biopoder encontra no entrelaçamento dos dispositivos de moda, de segurança e de inovação formas de garantir as estratégias mais eficazes, como a otimização da vida, os padrões para o bem-estar e os supostos caminhos da felicidade, daí os inumeráveis manuais de moda/estilo, as incontáveis colunas de moda de certas publicações e, sem dúvida, as pedagógicas colunas de certo e errado encontradas em lugares diversos “funcionam como soluções de auto-ajuda em busca de ‘figuras de segurança’” (MESQUITA, 2008a, p. 223). Essas considerações traduzem o que denominamos como sendo primeiro eixo, isto é, as relações entre a moda e o poder, entendido como resultante dos inúmeros micropoderes, de todas essas forças postas em confronto no interior de dispositivos.

Em relação ao segundo eixo, pode-se refletir sobre esse intrincado processo por meio do qual se faz notar um poder que, interligado às linhas de forças próprias ao dispositivo, toma forma e se institui no campo da moda, ou seja, a moda enquanto constituída desses (micro?) poderes de que fala Foucault. De um poder que vai se erigindo, tanto diacrônica

²⁶ Ted Polhemus, antropólogo americano, oferece-nos uma outra leitura acerca da moda nos tempos correntes: “Hoje as pessoas querem ter um estilo clássico [...]. Na moda a coisa mais importante era mudar, mudar, mudar. Agora estamos no Pós-Modernismo, as pessoas não são mais tão obcecadas por mudanças. Naquela época – e eu vivi isso – nós pensávamos que as mudanças sempre traziam algo melhor, nunca que poderiam trazer problemas. Agora sabemos que podem trazer catástrofes, destruir o planeta em que vivemos. Estamos cheios da ideia de mudar apenas por gostarmos de novidade.” POLHEMUS, Ted. *Vocês estão tentando o impossível*. Entrevista dada ao Blog LP em 28 out. 2013.

quanto sincronicamente, por meio de pequenos poderes que, ao ganhar força e projeção, transforma-se e ganha ares, segundo Lipovetsky (2009), de um Império. De eventos de moda a construções arquitetônicas voltadas para compra/venda de produtos *fashion*, de pesquisas sobre o setor a estudos no âmbito acadêmico, de indústrias com foco nesse ramo a faculdades focadas no estudo da moda, enfim, toda uma gama de estratégias postas em ação para efetivar o que, numa análise de poder, toma como correspondente formas de institucionalização e de racionalização desse poder.

Seguindo o pensamento de Foucault, que afirma que o poder “constitui uma relação estratégica que se estabilizou em instituições” (FOUCAULT, 2014b, p. 259), chega-se, assim, ao entendimento da moda como um campo institucionalizado no qual/por meio do qual se materializa o espectro desse poder – ou desses poderes de que falamos anteriormente. Nas figuras de 4 a 7, pode-se perceber a presença e a força desse poder em exercício que, ancorado num saber específico, é capaz de apontar o que pode/deve e o que não pode/não deve, sintetizado no enunciado (*vi*) “Com que roupa?”. Nesses casos, é possível vislumbrar a dinâmica da microfísica, cujo estudo supõe um poder não como propriedade, mas como estratégia, de modo que os “[...] efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos.” (FOUCAULT, 2002, p. 26).

Na condição de “uma instituição excepcional” (LIPOVETSKY, 2009), a moda e seu correlato dispositivo fazem parte, sem dúvida, da realidade sócio-histórica do Ocidente (e do Oriente?), mas o fazem de uma forma tal que sua trajetória se confunde com a própria ideia de modernidade. Isso não somente pelo fato de a Revolução Industrial, um marco dessa era, ter sido iniciada na indústria têxtil, mas também – e talvez principalmente – por ser atribuída a ela a negação do passado tradicional, do engessamento folclórico, em favor das novidades, do efêmero, do presente social. Em que pese os exageros de sua parte, Lipovetsky (2009) chega a considerar que a moda ocupa lugar central nas sociedades contemporâneas, nas democracias engajadas no caminho do consumo e da comunicação de massa; havendo, segundo ele, uma verdadeira generalização da mesma.

Na condição de elemento hegemônico, ela passa de enfeite ou acessório à sua pedra fundamental: “[...] a moda está no comando de nossa sociedade; a sedução e o efêmero tornaram-se os princípios organizadores da vida coletiva moderna.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 13). Similar defesa de tal ponto de vista encontra-se em Simmel (2008, p. 33): “[...] de facto, é quase um sinal do poder intenso da moda que ela, em vez dos seus domínios originários, das exterioridades do vestir-se, arraste cada vez mais para a sua forma mutável também o gosto,

as convicções teóricas e até os fundamentos morais da vida.” Centralidade ou não nas sociedades contemporâneas, o fato é que o dispositivo da moda, por se mostrar produtivo e eficaz, irradia seu poder por diversas áreas, algumas até então impensáveis de serem influenciadas.

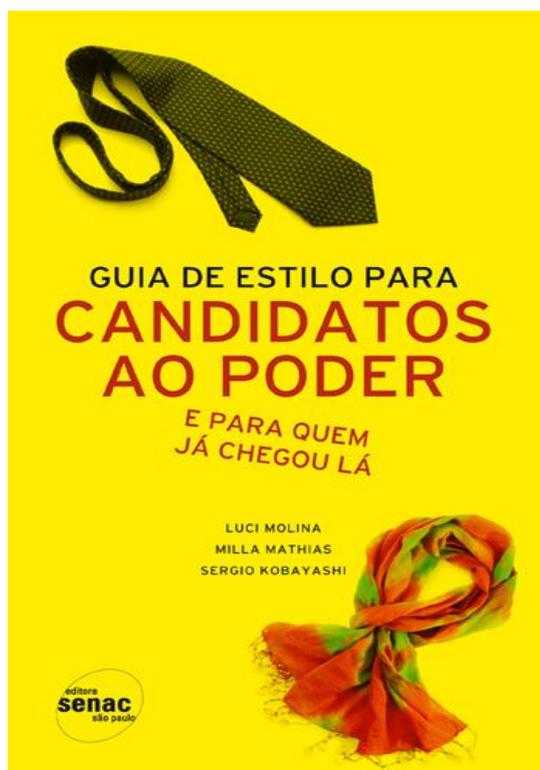
A comprovação dessa força advinda do dispositivo da moda pode ser atestada pela sucumbência aos seus desígnios dessa faceta mais visível do poder, identificada com o poder político. Historicamente, é sabido que a relação entre o universo *fashion* e o político, entre as práticas da moda e o fazer político nem sempre estiveram em comunhão. Oposição, conflito ou, mais precisamente, indiferença seriam termos mais adequados para descrever o elo entre ambos, já que, até há pouco, figuras políticas se arvoravam em seus discursos de pertencer ao/identificar-se com o povo, não necessitando, por tal motivo, de investimentos no campo visual. Some-se a esse descompromisso ou desinteresse pelo investimento no visual um outro fato, já familiar aos iniciados nos pressupostos e na história da disciplina Análise do Discurso, de que uma característica do campo político ou, mais precisamente, do discurso político era a de uma certa fixidez e regularidade (língua de madeira), mas que, com o devir histórico e de novas formas de percepção desse discurso, passou a uma maleabilidade e abertura (língua de vento) para as transformações do mundo. Nos desdobramentos da história, tal discurso também se mostrou sujeito aos dissabores da passagem temporal e deixou entrever em seu interior as marcas das novas tendências, advindas de atravessamentos de outros dispositivos/discursos, paladinos de uma certa ordem (ou desordem?) discursiva.

É, seguindo essa perspectiva, que é possível falar de um atravessamento no universo político dos preceitos da moda, por meio de investidas cada vez maiores no externo, no estético, com vistas a uma “repaginação” do visual e/ou construção de certas identidades por parte de diversas personalidades públicas. Política-espetáculo!?! No entendimento de Courtine (2003, p. 22-23): “Surge, ao mesmo tempo, uma nova divisão da verdade no campo político, que tende a escapar das demarcações tradicionais (direita/esquerda) para se repartir segundo as categorias do arcaico e do moderno, do *démodé* e do *fashion*.” Essas metamorfoses do discurso político, face aos novos regimes de discursividade e de visibilidade, demonstram que, “[...] na contemporaneidade, não se pode ficar cego às outras modalidades de linguagem que estão envolvidas no discurso político.” (SARGENTINI, 2012a, p. 102). A propósito: do ponto de vista das novas discursividades que entram em jogo nesse cenário atravessado por elementos da moda, seja no âmbito da política ou não, certas construções linguísticas atestam a atualidade e a produtividade desse entrecruzamento: “repaginar”, “customizar”, “revisitar”,

“photoshopar” são sintagmas verbais criados a partir da emergência dessas novas demandas e cada vez mais presentes nos discursos que emergem em tais espaços discursivos.

Em consonância com esses dizeres, parece-nos exemplar mencionar a existência e a circulação de um guia de estilo (figura 8), que tem por escopo ensinar candidatos a cargos políticos – e aos que pretendem chegar lá! – certas técnicas para a obtenção de uma melhor apresentação/representação visual. A justificativa explicitada em sua introdução é a de que, num processo eleitoral, não apenas as ideias e bandeiras defendidas são importantes, mas também a imagem transmitida pelo candidato. Na nota do editor, lê-se: “O eleitor quer escolher políticos que o representem bem, inclusive visualmente. Dominar as regras dessa representação visual será mais um trunfo.” (MOLINA; MATHIAS; KOBAYASHI, 2012, p. 7).

Figura 8 – Guia de estilo para candidatos ao poder



Fonte: Molina, Mathias e Kobayashi, 2012.

No interior dessa publicação é sugerido, aos homens, dentre outras “dicas”, o uso de camisas longas (cujas mangas sejam dobradas, no máximo, duas vezes!), cores claras e, no caso de evento marcado pela informalidade, camisa manga curta (que jamais deverá ser usada com terno!) e um jeans claro. No caso das mulheres, sejam elas concorrentes a um cargo político ou esposa de um candidato (o manual não menciona o caso de um homem esposo de uma candidata, e ainda muito menos os parceiros e/ou as parceiras nas relações homoafetivas), deverão evitar decotes, fendas, brilhos, roupas muito justas, vestidos exagerados, barriga à vista, transparências, roupas muito curtas. O corpo da figura pública deve ser ainda exemplar, no sentido de não demonstrar exageros e nem descuidos. A publicação em foco demonstra que a preocupação com a estética, o visual, enfim, com isso que poderíamos chamar de elementos da moda, passa a ser visto como essencial num mundo fortemente influenciado – poder-se-ia até mesmo dizer mesmo dominado – pelas telas de alta resolução e de exposição permanente. O político deixa, por fim, o *fashion* entrar em sua morada.

De fato, o que se percebe, nos exemplos arrolados, é, de um lado, uma multiplicidade de forças, sejam elas no plano do político ou, mais exatamente, do poder tomado institucionalmente, e de outro lado, a moda e sua emblemática forma de ação, de aproximação do poder e de constituição como um poder, além do atravessamento em seu próprio interior pelas linhas de força relativas aos (micro) poderes. É nessa perspectiva que Lipovetsky (2009, p. 278), comentando sobre essa intrincada relação entre moda e poder, faz as seguintes observações:

[...] não se trata de pretender [...] que o processo frívolo anexe inteiramente a vida das ideias e que as reviravoltas ideológicas sejam comandadas por uma lógica de renovação gratuita. Trata-se de mostrar que ele consegue imiscuir-se até nas esferas que, *a priori*, são mais refratárias aos movimentos da moda.

Reiterando o que foi dito na abertura desta seção, não se deve perguntar sobre o conteúdo ou a origem do poder, mas sobre essas forças postas em exercício, por isso faz-se necessário atender ao chamado para a troca dos questionamentos O que é o poder? De onde ele procede? Quem o detém?, substituindo-os por estas outras indagações: Quem exerce o poder? Onde o exerce? Até onde pode ser exercido?

Logo, onde se encontra poder, está-se diante de seu exercício. O poder, com suas múltiplas formas de ação e numa atitude preventiva face a uma possível e/ou provável recusa à sua influência, dita as regras, ou ainda melhor, faz crer que a aceitação social baseia-se na conformação às normas de condutas voltadas para a aquisição de um modelo, tanto somático

quanto de vestimenta, cada vez mais inalcançável – seja, no caso do físico, com um padrão de músculos ou magreza inacessíveis, ou, no caso da moda, a impossibilidade de estar sempre e o tempo todo em consonância com seus preceitos. Isso tem como desdobramento um enredamento crescente promovido no interior desses dispositivos, alcançando a docilidade dos corpos e a sujeição dos indivíduos. Nesse sentido, torna-se necessária uma ampliação dos conhecimentos sobre as estratégias e procedimentos do poder, inserindo-os na temática geral do sujeito, pois “[...] na busca de uma concepção mais ampla de poder que Foucault poderá chegar à ideia de um tipo de relações de forças que transformam os homens em sujeitos” (FONSECA, 2003, p. 30).

3.3.3 Linhas de subjectivação: o sujeito e a construção de subjetividades

“Finalmente Foucault descobre as linhas de subjectivação”, anuncia Deleuze (2005b, p. 86), para, em seguida, relatar que essa descoberta surge de uma crise do pensamento foucaultiano, “[...] como se lhe fosse necessário alterar o mapa dos dispositivos, encontrar-lhes uma nova orientação possível, para não os deixar encerrar-se simplesmente nas linhas de força intransponíveis que impõem contornos definitivos.” Em *O sujeito e o poder*, encontra-se uma confirmação dessa guinada naquilo que teria sido o objetivo de seus trabalhos: para além de se ater às particularidades do poder, como o próprio filósofo anteriormente já havia se pronunciado, seu propósito passa a ser “[...] criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2010d, p. 273). Assim, se as linhas de dizibilidade e visibilidade correspondem à dimensão do saber e as linhas de força, ao poder, as linhas de subjectivação dizem respeito à terceira dimensão estudada por Foucault que corresponde ao sujeito.

Antes de mais nada, é preciso ter em mente que “[...] uma linha de subjectivação é um processo, uma produção de subjectividade num dispositivo: ela está para se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou o torne possível.” É, pois, um processo de individuação que se põe em ação tanto nas pessoas quanto nos grupos, “[...] que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos” (DELEUZE, 2005b, p. 87). Essa nova dimensão, como admite o autor, tem suscitado inúmeros mal-entendidos e, por tal motivo, precisar suas condições torna-se um trabalho árduo. Acreditamos que um desses impasses encontra-se na abordagem e no entendimento do próprio Deleuze sobre tais linhas: deduz-se de seus escritos, como no excerto a seguir, que as linhas de subjectivação correspondem à

construção de si pelos sujeitos, ou seja, a subjetivação é o resultado da aplicação de certas regras facultativas do domínio de si:

Foucault distingue o dispositivo da cidade ateniense como o primeiro lugar da invenção de uma subjectivação: é que, segundo a definição original que lhe dá, a cidade inventa uma linha de forças que passa pela *rivalidade dos homens livres*. Ora, da linha sobre a qual um homem livre pode dar ordens a outros, destaca-se uma outra diferente, segundo a qual aquele que dá ordens a homens livres deve ele próprio ser mestre de si. São estas regras facultativas da orientação de si próprio que constituem uma subjectivação, autônoma, mesmo se esta é chamada, em consequência disso, a fornecer novos saberes e a inspirar novos poderes. (DELEUZE, 2005b, p. 87, grifo do autor).

Como se nota neste excerto, a linha de subjetivação emerge de uma separação das linhas de força, resultando daí a subjetivação como algo análogo ao domínio de si. Apesar de nosso entendimento ir ao encontro do pensamento deleuziano no que se refere ao fato de as linhas de força fazerem aparecer as linhas de subjetivação, parece-nos haver nessa formulação deleuziana um certo deslize ao misturar os processos de subjetivação com o que pode ser entendido como processos de estetização. Voltaremos nesse ponto mais adiante, mas pode-se adiantar que, segundo Veyne (2011, p. 179), o sujeito não é soberano e sim constituído por um processo de subjetivação, que opera no sentido de fabricar certas subjetividades, o que equivale a dizer que “[...] um mesmo dispositivo que constitui esses objetos, loucura, carne, sexo, ciências físicas, governamentalidade, faz do *eu* de cada um certo sujeito.” Segundo ele, é necessário estabelecer, então, uma linha divisória entre esses dois processos: “Da subjetivação [...], é preciso a meu ver distinguir um processo diferente, que Foucault chamava de estetização” (VEYNE, 2011, p. 180). A estetização, como a espontaneidade da iniciativa de um trabalho de si sobre si mesmo, atua num sentido oposto ao da subjetivação.

De volta ao pensamento de Michel Foucault, pode-se afirmar que, da conjunção entre poder e saber, emerge de suas pesquisas seu tema central: o sujeito. Nessa perspectiva, o projeto foucaultiano constitui-se da tentativa de fazer uma arqueogenealogia do sujeito, dividido em três domínios: “1) o sujeito em sua relação com a verdade e conhecimento ou saber; 2) o sujeito em sua relação com a força e a ação sobre os outros, ou seja, o poder; 3) o sujeito em sua relação com a ética e agentes morais” (FONSECA-SILVA, 2004, p. 28). A justificativa para tal divisão encontra-se no fato de a noção de sujeito ser histórica e ter diferentes usos em diferentes epistemes (FONSECA-SILVA, 2004), evitando, dessa forma, o sono profundo das filosofias antropologizantes. Nas palavras do próprio filósofo, “Era certamente necessário que eu recusasse uma certa teoria *a priori* do sujeito para poder fazer

essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito [...] e os jogos de verdade, as práticas de poder etc. (FOUCAULT, 2010b, p. 275).

Excluindo tanto as noções antropológicas quanto as psicológicas – já que, para Foucault, até mesmo o inconsciente se constitui a partir de uma relação de poder –, o filósofo francês, em seus estudos arqueológicos, aproxima-o de uma função:

[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes [...]; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (FOUCAULT, 2009a, p. 105).

Sob a ótica discursiva, no que diz respeito à questão do sujeito, entende-se que, antes de um fundamento dos discursos, o sujeito é uma função discursiva. Não há, pois, um sujeito universal, uma consciência a partir da qual brotariam pensamentos, desejos, ações: “[...] penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito.” (FOUCAULT, 2010b, p. 291). Sendo assim, essa postura se mostra ou torna-se uma alternativa forte e produtiva (especialmente para a AD) para se pensar essa noção complexa que é a de sujeito, uma vez que, no âmbito dos enunciados, o lugar do sujeito é vazio, o que implica em não haver alguém que de direito ou por meios escusos ocupe *a priori* tal lugar e com ele se confunda. Tal lugar pode ser ocupado por aquele que preencher certas condições, ou ter o direito por ser capacitado, ou estar apto pelo *status* ou função que ocupa.

Longe de manifestar um todo homogêneo, centrado e único, a noção de sujeito como função aponta para a sua dispersão. Portanto, no âmbito discursivo, o sujeito não é aquele que pensa e fala, é aquele que não tem uma relação permanente consigo ou, dito de outra forma, é marcado por sua descontinuidade. Exatamente por não ser dono de seus pensamentos, atos e fala, ele não é o senhor do discurso, muito menos um sujeito supra-histórico, por isso, discursivamente, não importa saber, por exemplo, quem é o autor de uma obra ou mesmo de uma formulação: “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.” (FOUCAULT, 2009a, p. 107-108).

Isso nos leva a propor que a possibilidade de pensar a produção histórica das subjetividades diz respeito à arqueogenealogia, como dito anteriormente, na medida em que tanto a constituição de certos saberes quanto de certos poderes que incidem sobre o indivíduo são determinantes em tal processo. Em Foucault, fala-se, pois, de uma constituição dos sujeitos a partir de práticas e técnicas que agem diretamente sobre indivíduos, regulamentando as atitudes, os comportamentos, os corpos, fixando-os como uma produção dos discursos: “[...] o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas.” (FOUCAULT, 2002, p. 27). Em consonância com Fernandes e Alves Júnior (2009, p. 110), essas implicações entre o poder e o saber na fabricação de subjetividades são interessantes e fecundas, especialmente para a AD, uma vez que os enunciados apontam para posições-sujeitos marcadas por relações de poder opositivas: “O poder coloca em jogo relações entre sujeitos e os discursos refletem os lugares desses sujeitos”. Estando as relações de poder enraizadas no meio social, é nesse espaço que se definem as posições possíveis de serem ocupadas pelos sujeitos e “[...] a análise de discursos deve fazer aparecer esses elementos e explicitar suas formações e transformações históricas” (FERNANDES; ALVES JÚNIOR, 2009, p. 111).

Essas observações nos levam a perceber que, por exemplo, no enunciado (vi), o questionamento que lhe dá existência, “Com que roupa eu vou?”, possibilita, por meio da categoria de primeira pessoa (eu), a tomada dessa posição por aqueles que, de uma forma ou de outra, encontram-se na condição de enunciá-lo. Esse enunciado deixa entrever certa função-sujeito que, livre para ser ocupada por diferentes indivíduos, expressa a agonística de um sujeito que, diante das oscilações da moda e dos diferentes saberes atualizados em tempo quase real, clama por uma ajuda-resposta acerca de uma vestimenta adequada.

Não existindo o sujeito como uma essência psicológica, mas sim “[...] um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2009a, p. 61), entra em cena a subjetivação, que consiste “[...] no processo constitutivo dos sujeitos, processo de produção de uma subjetividade, que possibilita, em uma acepção foucaultiana, a objetivação dos sujeitos.” (FERNANDES, 2008b, p. 78). Constituído na relação da exterioridade, o sujeito se reconhece como tal sob determinadas condições de emergência, daí a referência foucaultiana à objetivação do sujeito. Ao tratar das formas de objetivação e de subjetivação, o que o filósofo busca é entender a constituição do indivíduo moderno. Os modos de objetivação concorrem para a constituição do indivíduo em um “objeto dócil e útil”,

enquanto os modos de subjetivação²⁷ transformam-no em sujeitos. Nessa linha de raciocínio, o termo sujeito “[...] serviria para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação.” (FONSECA, 2003, p. 26). Quanto a isso, Foucault (2010d, p. 235, grifo nosso) ensina que:

A questão é determinar o que se deve ser o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu *status*, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento; em suma, trata-se de determinar seu *modo de ‘subjetivação’*; pois este não é evidentemente o mesmo quando o conhecimento em pauta tem a forma de exegese de um texto sagrado, de uma observação de história natural ou de análise do comportamento de um doente mental. Mas a questão é também e ao mesmo tempo determinar em que condições alguma coisa pode ser problematizada como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte ela pode ser submetida, que parte dela própria foi considerada pertinente. Trata-se, portanto, de determinar seu *modo de objetivação*, que tampouco é o mesmo de acordo com o tipo de saber em pauta.

De forma resumida, temos que os sujeitos são produzidos nos/pelos discursos, ou seja, a transformação de indivíduos em sujeitos se dá a partir de práticas discursivas e por meio de técnicas que agem diretamente sobre as atitudes, os comportamentos e os corpos dos indivíduos. Assim, quando o filósofo francês fala em formas de objetivação e subjetivação, é sempre em relação à constituição do indivíduo que se refere, isto é, os mecanismos, quer de objetivação quer de subjetivação, concorrem, simultaneamente (ou não?), para os processos que, apesar de se desenvolverem em direções diversas, são transformadores do indivíduo em sujeito.

Gostaríamos de acrescentar que, para um entendimento mais abrangente e eficaz desses processos (objetivação/subjetivação), necessário se faz tomá-los a partir da noção de “dispositivo”, pois, como já foi dito, trata-se de um conceito operacional ou estratégico, que se volta para as práticas (concretas ou discursivas). Por meio de tais práticas ocorre o que Foucault (2010d) chamou de objetivação do sujeito, isto é, essas práticas fazem de um sujeito o seu objeto, constituindo determinados saberes sobre ele que estão além de uma relação epistêmica, bem como apontam para uma operação de subjetivação que liga o sujeito a uma forma de ser, de comportar, de agir, em suma, a uma determinada subjetividade. Assim, não havendo um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou

²⁷ De acordo com Kleber Prado Filho, há uma diferença ente modos de subjetivação e formas de subjetivação: os modos podem ser traduzidos como expectativas sociais que recaem sobre os sujeitos, com vistas ao seu assujeitamento; enquanto as formas se compõem de maneiras singulares como os sujeitos driblam os modos de subjetivação. Informação verbal, obtida no III Ciclo de Estudos do Discurso: a (re)configuração da biopolítica no Brasil de hoje, em Goiânia, na Faculdade de Letras da UFG, em novembro de 2016.

controlado por algum dispositivo (AGAMBEM, 2009), logo, os dispositivos²⁸ são fundamentais, pois agem como “[...] uma chave de entrada para a descrição/interpretação dos processos de subjetivação, que funcionam como efeitos de poder” (NAVARRO, 2008, p. 97).

Levando em consideração que as subjetividades ocupam um lugar significativo nas vitrines (PRECIOSA, 2012), podemos, a partir do exposto até aqui, suscitar algumas questões: Que sujeitos são esses da/na moda? Que figuras são essas que se constituem por meio de enunciados possibilitados pelo discurso da moda? Como se constituem? Em que se constituem? Como se caracterizam? O que interessa aqui é empreender algumas reflexões sobre a apreensão dos indivíduos e sua transformação em sujeito(s) pelo dispositivo de moda; deste aparato que organiza em torno de si estratégias de poder, formas de saber e contínuas e diversificadas estratégias para que o sujeito entre numa espécie de relação de força consigo mesmo. Porém, antes de suscitarmos possíveis respostas a tais indagações, nos desdobramentos sobre a questão do sujeito e sua relação com os discursos, os saberes e os poderes, há que se tecer algumas considerações a respeito de outro tópico que, no momento presente, se coloca com certa relevância: a identidade.

Apesar de Foucault não ter se voltado explicitamente para a questão identitária, preferindo falar de subjetividades/processos de subjetivação, ou mesmo de relações de diferenciação – como ele mesmo afirma numa entrevista: “[...] as relações que devemos manter com nós mesmos não são relações de identidade; elas devem ser, antes, relações de diferenciação, de criação, de inovação.” (FOUCAULT, 2014b, p. 255) –, o processo de fabricação de identidades está intimamente associado à questão foucaultiana de “quem somos nós, enquanto sujeitos?”. O próprio filósofo-historiador, num vislumbre sobre a identidade, demonstra um entendimento de que a palavra sujeito, em sua relação com o poder, apresenta dois significados: “[...] há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria *identidade*.” (FOUCAULT, 2010d, p. 278, grifo nosso).

Ao falar de identidade, contrariamente ao que supõe o pensamento comum, adentra-se num terreno movediço e de agitadas controvérsias – “O campo da batalha é o lar natural da identidade”, diz Bauman (2005, p. 84) – em/entre diferentes campos de estudos, seja na Antropologia, na Psicologia, na Sociologia, na Filosofia. Entretanto, há um leve ou breve consenso entre os que se propõem a pensá-la. Quanto a estas linhas gerais, trata-se de um

²⁸ Ao associar a noção de dispositivo aos processos de subjetivação, Agamben (2009, p. 147) pontua a existência atualmente de processos de dessubjetivação. “O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação.”

processo que se desenvolve e se transforma com a História, mantendo fortes e próximas relações com as concepções de sujeito. Em consonância com Boaventura de Sousa Santos (2008), a preocupação com a identidade não é nova, podendo dizer até mesmo que a modernidade nasce dela e com ela: “[...] o colapso da cosmovisão teocrática medieval trouxe consigo a questão da autoria e o indivíduo constitui a primeira resposta”, isto é, “o primeiro nome moderno da identidade é a subjectividade” (SOUSA SANTOS, 2008, p. 136.). Já Bauman (2005), refletindo sobre o momento atual, aponta para a fluidez das identidades característica desta época: “Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados.” E acrescenta que ela é o papo do momento, “[...] um assunto de extrema importância e em evidência [...]”, mas que só tendemos a colocá-la no foco de um olhar perscrutador e de contemplação quando se desvanece, fracassa, começa a se comportar estranhamente ou decepciona de alguma forma. Conforme afirma: “A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado” (BAUMAN, 2005, p. 84).

Na chamada era pós-moderna, vive-se num mundo em constante mudança, onde se constrói e se mantém os espectros de identidade sempre em movimento, em pleno voo: “No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam.” (BAUMAN, 2005, p. 33). Daí a crescente demanda pelo que Bauman denomina como “comunidades guarda-roupa”, reunidas enquanto dura o espetáculo e desfeitas tão logo não sejam mais necessárias, ou seja, marcadas pela curta duração de seu ciclo de vida e pela precariedade do compromisso para nelas se ingressar.

Sem desconsiderar o lado daqueles que tiveram acesso negado à “escolha” identitária²⁹, pode-se refletir, com base na expressão cunhada por Bauman, sobre a relevância da moda para os processos de identificação, especialmente para a precariedade e volatilidade com que esta se mostra na contemporaneidade. Lipovetsky (2009) afirma, com bastante propriedade, que hoje não há uma moda, mas modas no plural, ao que podemos acrescentar

²⁹ Bauman considera ainda a existência de indivíduos abaixo da linha identitária, por assim dizer, e que compõem uma subclasse: “Há um espaço ainda mais abjeto – um espaço abaixo do fundo. Nele caem (ou melhor, são empurradas) as pessoas que têm negado o direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação atribuída e imposta. [...] São as pessoas recentemente denominadas de ‘subclasse’: exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade – fora daquele conjunto no interior do qual as identidades [...] podem ser reivindicadas e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas.” BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 45.

que as figuras *prêt-à-porter* da moda contemporânea são muitas, para todos os gostos, variando em atitude e identidade (MESQUITA, 2008a). Isso faz com que haja em igual medida uma heterogeneidade de subjetividades, isto é, no mundo contemporâneo, os sujeitos bem como as identidades de que fazem uso são plurais, podendo ser trocadas como se troca de roupa: “[...] toda uma tipologia das formações subjectivas, em dispositivos que não são fixos”, sentencia Deleuze (2005b, p. 88). Como complemento às observações feitas por Bauman, a noção de “supermercado de estilos”, fornece, no âmbito da moda, um correspondente dessa pluralidade identitária:

Polhemus [...] cria a expressão pela predominância das subculturas ou ‘tribos urbanas’ como fonte de inspiração para os designers de Moda, fazendo com que elementos, a princípio genuínos, se tornem rapidamente comerciais. Este fenômeno joga no mercado produtos de origem e culturas esteticamente diversas e polifônicas. Produtos que, instantaneamente, são misturados a outros, de diferentes naturezas constituindo um mix de referências. Isto possibilita a própria produção da ideia do *self service*, assim como acontece nos carrinhos de compras no supermercado. (MESQUITA, 2008a, p. 221).

Assim como mencionado nas observações acerca das linhas de força, a respeito da proximidade entre moda e mídia, também, nos desdobramentos sobre as linhas de subjetivação, há que se considerar um aspecto importante concernente à estreita relação entre mídia, moda e produção de identidades ou subjetividades. Não sendo da ordem do natural e muito menos do abstrato, as identidades se constituem, circulam e funcionam por meio dos discursos, isto é, trata-se de um processo ou de uma produção decorrente das práticas discursivas, para o qual, segundo alguns autores, seria mais adequado o termo “processos de identificação” em substituição ao uso do termo “identidades” (SOUSA SANTOS, 2008). Obviamente, esse processo não se desenvolve de forma isolada e não se irradia a partir de um centro ou um foco único, mas, nesse quesito, há que se destacar o papel da mídia quanto à disponibilização de diversas posições de sujeito/identidades. Nesse sentido, como analisa Gregolin (2008, p. 95), os discursos veiculados nos diferentes *mass medias*, a partir da regulamentação de saberes sobre como as pessoas devem fazer uso de seus corpos e suas vidas, estabelecem um jogo no qual se constituem identidades: “[...] na nossa época a mídia é uma fonte poderosa e inesgotável de produção e reprodução de subjetividades, evidenciando sua sofisticada inserção na rede de poderes que criam as sujeições do presente.

Não há dúvida de que o universo da moda, como um dispositivo altamente eficiente que é, ancorado em técnicas e tecnologias advindas de outros dispositivos, como os dispositivos midiáticos, apresenta-se como um desses “espaços” favoráveis à produção de

identidades: “As ‘atitudes’ produzidas pelas equipes de criação e comunicação de produto funcionam como próteses imaginárias. Campos subjetivos são trabalhados para transmitir ao consumidor valores conceituais e emocionais, funcionando tal como próteses para a subjetividade” (MESQUITA, 2008a, p. 224). Ao indivíduo exposto a tal discurso e por ele subjetivado e alçado à posição de consumidor, são disponibilizados diferentes “estilos” de ser, de viver, de comportar, que podem ser encontrados – e consumidos – em catálogos, editoriais de moda, *outdoors* e, sobretudo, nas publicidades. “Identidades são, pois, identificações em curso”, afirma Sousa Santos (2008, p. 135), e a moda, em sua estreita relação com a mídia, torna-se um desses espaços de alta produtividade para a construção de tais identificações: “Nessa perspectiva, entendemos então a moda como modo de presença que dá existência ao sujeito em seu tempo e espaço, alicerçando, com sua edificação estética, sua aparência, sua construção identitária.” (CASTILHO, 2012, p. 92).

A pertinência de tais apontamentos pode ser explicitada dada a sua íntima relação com a problemática da constituição do sujeito em Foucault, “[...] constituição que se dá no presente e que fabrica, para o presente, um tipo específico de indivíduo” (FONSECA, 2003, p. 10); assim, para Foucault (2006, p. 69), “[...] o que se deve chamar de indivíduo é o efeito produzido, o resultado dessa vinculação [...] do poder político à singularidade somática”. Se partirmos da ideia de que estamos vivendo numa sociedade de controle, sob as astúcias de um biopoder, cujo exercício se dá de forma sutil, pulverizada, esvaziada, mas extremamente eficiente, então, o dispositivo da moda em comunhão com o dispositivo midiático segue produzindo identidades ou subjetividades que, aparadas algumas arestas, revelam um determinado padrão de aceitabilidade. Esse padrão, responsável por traçar limites entre o certo do errado, o belo do feio, o bom do ruim, é aquilo se consubstancia nas chamadas “tendências”, isto é, em linhas gerais, as tendências aparam os excessos e promovem uma conformidade tanto desse sujeito-corpo quanto do sujeito-população (veja bem, da população e não do povo) com os preceitos de uma época que, sob a chancela da normalização e da normatização, objetiva a “administração dos corpos e gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1999b, p. 131), isto é, o enquadramento dos indivíduos numa média ou num nível médio, intermediário, longe, portanto, daquilo que é considerado excessivo.

A figura 9 ilustra essa noção de normalidade e normatividade, ao “sugerir”, já no subtítulo, que o/a leitor/a deve optar por “um modelo mais discreto”. Ao longo do texto, expressões do tipo “seres humanos normais”, “sobriedade”, “cuidados básicos” corroboram essa tendência a uma padronização, em oposição a uma tendência mais livre e desimpedida.

Figura 9 – Coisas da moda



Fonte: *Veja*, 2002.

Logo, apesar da vulgata afirmar que a regra hoje é não ter regras, na verdade, tal adágio já é em si uma regra, ou melhor, uma norma, já que se vive hoje num tempo com uma presença maior desta em detrimento daquela. O excesso indica, pois, a linha do inaceitável, do feio, do que foge aos padrões, daí que a tônica dos tempos atuais aponta para o caminho do meio, o equilíbrio, o que, no âmbito da moda, exige-se não ser um *outsider* e muito menos uma *fashion victim*, como diz a chamada da revista (figura 10), “a moda agora é ser (ou parecer) normal” e, como acrescenta o texto da figura 9, “seres humanos normais precisam de sobriedade” e, “na dúvida, fiquem com o modelo mais discreto”.

Figura 10 – Capa Revista *Elle*

Fonte: *Revista Elle*, jul. 2014.

Atrelado ao conceito de “estilo de vida”, o dispositivo da moda corrobora com o exercício do poder que incide sobre a vida. “Em seu constante movimento de renovação, a moda passa a se ligar cada vez mais estritamente à noção de estilo ou à ideia de atitude” (MESQUITA, 2012, p. 42). No entanto, como os sujeitos reagem diante daquilo que lhe é disponibilizado, subjetivando-se ou não, estas subjetividades também são, digamos, revisitadas pelo próprio dispositivo com vistas à construção de novos modelos e formas de comportamento. Desde a ascensão do *ready-to-wear* americano ou do *prêt-à-porter* francês, “[...] criar conceitos nas passarelas, expor mercadorias em *outdoors* e vitrines, produzir imagens de Moda que reflitam aquilo que está se passando na subjetividade é [...] uma grande estratégia da máquina capitalista.” (MESQUITA, 2008a, p. 222). Isso tem como implicação a inspiração cada vez maior, por parte da moda, em elementos que emergem de/em certos espaços não canônicos, seja a rua, os *night clubs*, a praia, as quadras de esporte, enfim, lugares em que as subjetividades fazem usos variados de elementos da mesma maneira variados, mas que se apresentam também na condição de tendência: “[...] esse vaivém entre alguns modelos e sua adaptação pelos indivíduos, essa negociação sem palavras, é que fabrica as tendências.” (ERNER, 2005, p. 118).

É certa a existência de um privilégio concedido a um modo de ser que se pauta no corpo perfeito, na alimentação saudável, no uso de roupas que focalizam certo modelo somático; enfim – as publicidades de moda, por exemplo, atestam isto – a figura exemplar dos sujeitos deve seguir um determinado padrão corpóreo. No entanto, seria precipitado ou mesmo incorreto afirmar que esse é o único modelo que se apreende dos discursos em diferentes suportes advindos da moda. Como resposta às urgências e às demandas que vão surgindo, outros modelos somáticos, comportamentais, ou mesmo dos chamados estilos de vida, são incorporados e re(in)vestidos, e disponibilizados para o consumo pelos indivíduos. Afinal, os sujeitos sob a ótica do dispositivo da moda são, sobretudo, sujeitos consumidores, “[...] não apenas de produtos, mas também de imagens, modelos diferenciados de corpos, estilos de vida, em uma crescente ressignificação do tempo e do espaço, que se evidencia pela reorganização da imagem do corpo, ou mais especificamente de imagens do corpo *da* e *na* moda.” (CASTILHO, 2012, p. 89). Dessa maneira, apesar de certos vetores dos dispositivos, em especial o dispositivo da moda, agirem no sentido de seu fechamento, suas fronteiras são sempre postas em deslocamento para que novos elementos possam ser incorporados e promoverem a sua atualização.

Os sujeitos, na contemporaneidade, são chamados – ou mesmo conclamados, convocados – a uma busca ininterrupta de (re)atualização estética, visual, vestimental para

uma melhor performance social. Tanto no trabalho, quanto nas horas de lazer, ou mesmo nos recônditos da vida privada, a orientação geral é de estar sempre adequado, de ter estilo, de se vestir e se portar de forma apropriada. Portanto, tais sujeitos, convocados a serem protagonistas de suas ações (PRECIOSA, 2012), vivem uma exacerbação do “cuidado de si”, não no sentido grego da expressão, já que, como constata Foucault (2014b), o cuidar de si, na cultura helênica, desdobrava-se num conhecer a si mesmo. Na contemporaneidade, os sujeitos são incitados a buscar um *updating* constante sobre o que é possível de se usar ou de se vestir, recorrendo muitas vezes ao conhecimento de profissionais especializados em tais tarefas. *Personal stylist*, *personal shoppers* e outros tantos *personals* são figuras cada vez mais presentes na cena contemporânea, cuja tarefa consiste em acompanhar a composição do visual de outrem, disparando seus discursos de autoridade.

Enfim, as linhas de subjetivação, em sua função de produção de subjetividades ou de identificações, proporcionam uma mediação do sujeito consigo mesmo de modo que possa se assumir como sujeito de enunciados e, sobretudo, de visibilidades. Dessa maneira, este indivíduo, transformado em sujeito pela intersecção de diferentes dispositivos, aprende e apreende, em seu processo de subjetivação, um jogo de regras, que, no caso do dispositivo da moda, versam sobre o que e como vestir, sendo tais regras produzidas, postas em circulação e/ou disponibilizadas para, a partir delas, os sujeitos efetuarem um número restrito de operações sobre seus corpos, seus gestos, suas ações no interior de certos aparatos de visibilidade em incessante movimento (MARCELLO, 2003). A partir disso, em consonância com Deleuze (2005b), questiona-se se as linhas de subjetivação não são a/não se encontram na borda extrema de um dispositivo, quer dizer, se não esboçam a passagem de um dispositivo a outro, o que nos leva a pensar que, nesse sentido, elas se ocupariam ou preparariam as linhas de fratura.

4 LINHAS DE FORÇA E DE FUGA

Os dispositivos apresentam, em sua composição, linhas de enunciação e de visibilidade (saber), linhas de força (poder), linhas de subjetivação (sujeito), mas também se compõem de “[...] linhas de brecha, de fissura, de fractura, que se entrecruzam e se misturam, acabando umas por dar nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento” (DELEUZE, 2005b, p. 89). Desses apontamentos deleuzeanos, não suficientemente claros, depreende-se deduzir que tais linhas de ruptura referem-se aos processos de resistência que se desenrolam no interior dos dispositivos.

Na analítica do poder, cumpre observar uma nova economia das relações de força e, nesse sentido, Foucault (2010b, p. 276) propõe observar, como ponto de partida, as resistências contra as diferentes formas de poder. Assim, “[...] para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações”. Enraizando-se profundamente no corpo social, é no “[...] campo de correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder” (FOUCAULT, 1999b, p. 92), ou seja, é no âmbito das resistências que se deve ajustar as lentes de tal análise para que seja possível vislumbrar outra forma de percepção diferente da noção tradicional representada pelo par soberania-lei/político-jurídico, que há tempos domina o entendimento acerca do poder no universo do pensamento político.

4.1 RESISTÊNCIA E PODER

De início, vale dizer que não é possível uma sociedade onde não haja relações de poder (FOUCAULT, 2010b, p. 284), assim como não se pode vislumbrar esse poder sem a presença de resistência. Entretanto, quando o autor faz uso do conceito de resistência, tal qual acontece com a noção de poder, não o faz com base no tradicional entendimento atribuído ao termo. Da forma como esse item lexical circula socialmente, em dicionários, rodas de conversas ou mesmo em sua aplicação no campo, por exemplo, da ciência física, entende-se que “[...] remete mais a uma reação do que a uma ação, mais a uma defesa do que a uma ofensiva, a uma oposição do que a uma revolução”. De maneira diversa, talvez até mesmo oposta, sob a perspectiva foucaultiana, resistência é mais ação do que reação, trata-se de “[...] um processo autônomo, amadurecido, espontaneamente desde baixo” (SAMPAIO, 2006, p. 15); para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder: “Tão inventiva, tão móvel, tão

produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” (FOUCAULT, 2011c, p. 241).

Resistência e poder/poder e resistência, essa dupla forma uma espécie de “casal infernal”, já que entre ambos ocorre uma atração recíproca – e não uma relação dialética, frise-se bem – em que um sempre depende do outro para a sua existência. Assim, se não há em Foucault uma teoria a respeito do poder, também pode-se concluir que não há uma teoria acerca das resistências, de tal modo que se enganam os que buscam nele um receituário, um prontuário, um guia, isto é, algo prescritivo ou mesmo definitivo sobre o que e como fazer. Ao falar sobre poder e resistência, principalmente no que se refere a esta última, o filósofo-historiador francês, na melhor das hipóteses, aponta um sumário de elementos capazes de cartografar um terreno e seus acidentes. Analítica de poder e, conseqüentemente, analítica das resistências.

Consoante os apontamentos de Revel (2005, p. 74), antes de fazer uso do termo resistência, ele emprega algumas noções, advindas de autores diversos, encarregadas de exprimir certa exterioridade provisória no sistema de saber/poder: “é o caso da ‘transgressão’ (que Foucault empresta de Bataille) e do ‘exterior’ (que Foucault empresta de Blanchot) nos anos 60”. Em ambos os casos, trata-se de descrever a maneira pela qual o sujeito consegue “escapar” dos dispositivos de identificação, de classificação e de normalização do discurso. A partir dos anos 1970, com as reviravoltas em seu foco de estudo, a temática do poder ganha destaque nas problematizações foucaultianas e o conceito de resistência, como elemento inseparável das relações de força, aparece, então, com um sentido bastante diferente de transgressão: os focos de resistência emergem onde há exercício de poder, de modo que a resistência funda as relações de poder, mas também pode ser o resultado dessas relações; logo, elas podem ser vistas como “[...] a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte” (REVEL, 2005, p. 74). Polêmica desde o princípio, a tematização sobre a resistência provocou, de forma análoga à recusa quanto à tradicional noção de poder, uma série de controvérsias em relação a sua recepção no universo acadêmico, gerando comentários sobre um suposto determinismo político ou até mesmo uma universalização implícita da subjetividade (ROSSI, 2014). No entanto, ao insistir na ausência de um único lugar de grande recusa, o filósofo-historiador não eclipsou a realidade da resistência, mas, de forma bastante contrária, tornou sua possibilidade determinada e concreta.

Não é possível falar de resistência sem mencionar o poder, e vice-versa. Assim, da mesma forma como se sucede com a rede de relações de poder, “[...] também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais”

(FOUCAULT, 1999b, p. 92), logo, não são idênticas, nem estáticas e, muito menos, entendidas estritamente como sinônimo de revolução ou revolta. Como consequência disso, seria equivocado pensá-la como sendo um movimento de esquerda, assim como considerar o poder como pertencente a uma direita, nos termos de um vocabulário comumente associado a certo quadro político. Segundo Foucault (1999b, p. 91), “[...] onde há poder há resistência e, no entanto, ou melhor, por isso mesmo, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”, o que quer dizer que, sendo o poder o ato de governar a conduta dos outros e prever suas possibilidades de ação, consubstanciando uma relação de forças, pressupõe-se necessariamente que haja os contra-ataques, logo, a resistência.³⁰

Dessa forma, elas são o outro termo das/nas relações de poder, o seu interlocutor irreduzível, disseminando-se às vezes como focos (levantes de indivíduos/grupos, inflamação de certos pontos do corpo, de momentos da vida, de tipos de comportamento) ou, mais comumente, como pontos móveis e transitórios, “[...] que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (FOUCAULT, 1999b, p. 92). Na percepção de Deleuze (2005b), essa pressuposição entre poder e resistência se figurativiza por meio de diferentes linhas que envolvem o dispositivo e que o trespassam:

Foucault presente que os dispositivos que analisa não podem ser circunscritos por uma linha que os envolve sem que outros vectores não deixem de passar por baixo e por cima: ‘transpor a linha’, como ele diz, será isso ‘passar do outro lado’? Este superar da linha de forças é o que acontece quando esta se recurva, se torna sinuosa, quando se enterra e se torna subterrânea, ou antes, antes quando uma força, em vez de entrar em relação linear com uma outra força, se volta para si mesma e afecta-se a si mesma. Esta dimensão do ‘Si Próprio’ (*soi*) não é de maneira nenhuma uma determinação preexistente que se possa encontrar já acabada. [...] É uma linha de fuga. (DELEUZE, 2005b, p. 86-87).

De maneira próxima ao modo corrente de entendimento do poder, a resistência também tem sido comumente entendida sob a perspectiva da negação, ou seja, uma forma de dizer “não”. Sob a ótica foucaultiana, buscar compreendê-la dessa forma é lançar mão de uma

³⁰ Sobre essa relação intrincada e complexa entre poder e resistência, é, no mínimo, intrigante as formas que Foucault, na aula de 1º de março de 1978, no *Collège de France*, apresenta de diferentes contracondutas que se formaram em contraposição ao poder pastoral, dentre as quais se destaca o ascetismo: “Vocês vão dizer que é um tanto ou quanto paradoxal apresentar o ascetismo como contraconduta, quando se tem o costume de, ao contrário, associar o ascetismo à própria essência do cristianismo e a fazer do cristianismo uma religião da ascese, em oposição às religiões antigas. Acho que devemos recordar que o pastorado [...] desenvolveu-se nos séculos III-IV [...] contra as práticas ascéticas, contra em todo caso o que chamavam, retrospectivamente, de excessos do monaquismo, da anacorese egípcia ou síria.” FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. p. 270.

maneira simplista de observá-la, de analisá-la. Isso não significa que esse “não” esteja do lado de fora das resistências, mas que elas são, para além disso, um processo criativo, uma possibilidade de transformação: “Dizer não constitui a forma mínima de resistência. Mas, naturalmente, em alguns momentos, é muito importante. É preciso dizer não e fazer desse não uma forma de resistência decisiva.” (FOUCAULT, 2014b, p. 257).

Seria igualmente forçoso pensar a resistência tão somente do lado do proletariado ou daqueles que não detenham um certo poder. Não se trata de uma luta entre classes, à maneira como a esquerda tradicional tem concebido o problema, pois da famosa expressão “luta de classes”, notadamente marcante numa certa leitura marxista, Foucault (2010c) diz não se interessar pela discussão relativa ao problema da sociologia das classes, mas pelo “método estratégico referente à luta” (FOUCAULT, 2010c, p. 197). Trata-se, em verdade, de um embate, uma luta, uma guerra – para utilizar uma metáfora *a la* Foucault sobre o poder que se opõe à usual concepção jurídico-contratual –, não obstante, tal luta não se refere a uma oposição entre dominantes e dominados, no sentido de se colocar contra a classe dirigente e dela retirar o poder, pois, se assim o fosse, haveria apenas mudança de domicílio do próprio poder.

Tais considerações podem ser atestadas por meio de explicações que Foucault (2010a) fornece, em entrevista concedida no ano de 1978, quanto ao que se sucedeu na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Diz ele que o que ocorreu neste país é, nesse sentido, decisivo, pois, apesar de as relações de produção, bem como o sistema legal e as instituições políticas terem mudado no momento pós-revolução, em termos de poder, não houve mudanças efetivas: “[...] todas as relações de poder menos importantes na família, na sexualidade, na usina, entre os trabalhadores etc., permaneceram, na União Soviética, o que são nos outros países ocidentais. Nada mudou realmente.” (FOUCAULT, 2010a, p. 262). Logo, há significativa diferença entre o que se entende por sistemas políticos e o que se entende por poder.

O que ocorre, então, quando se fala de resistências, é uma recusa ao próprio poder enquanto tal e da forma como se exerce, independentemente de ser exercido pelo proletariado ou pelo partido (SAMPAIO, 2006, p. 72). Explica Foucault (2011c, p. 77-78) que, se é contra o poder que se luta, e não contra a exploração (que seria uma luta do proletariado), “[...] então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso [...] podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria.” A investigação dos dispositivos realizada por Foucault, sejam eles de sexualidade, de segurança etc., demonstram justamente o fato de que as lutas na atualidade são mais contra certas técnicas de poder do que

somente contra uma instituição ou uma classe: “O que dá generalidade à luta é o próprio sistema do poder, todas as suas formas de exercício e aplicação.” (FOUCAULT, 2011c, p. 78). Essas lutas, que se traduzem como processos de resistência, deixam entrever dois lados de uma mesma insatisfação, seja em relação a um “modelo” de luta política – resultante de uma certa compreensão das teses marxistas –, seja em relação a uma teoria do desejo e da interpretação de si – representada por um viés psicanalítico.

As considerações foucaultianas a respeito das resistências evocam uma percepção de poder que, longe de ser uma substância ou potência infinita, indica uma espécie de ineficácia, já que se trata de algo do qual não se escapa, embora se produza a todo momento, em todo lugar e de forma complexa. Sob a analítica dos micropoderes, emerge uma analítica das microlutas, nas quais os sujeitos estão envolvidos cotidianamente. Se vivemos em meio a dispositivos que “vampirizam” as instituições e redimensionam o funcionamento do poder, diz Certeau (2008, p. 41): “[...] mais urgente ainda é descobrir [...] que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não conforma com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneira de fazer’ forma a contrapartida [...] dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica.”

Sob tal prisma, talvez seja possível dizer que a resistência venha primeiro, não porque, cronologicamente falando, seja anterior ao poder, mesmo porque “ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (FOUCAULT, 2011c, p. 241), mas porque se constitui como elemento prioritário, na ordem das condições de existência do próprio poder. Daí que “[...] não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e mais eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 249). Ou seja, se não houvesse resistência, as relações de poder também não haveriam de existir, porque

[...] tudo seria simplesmente uma questão de obediência. [...] A resistência vem, então, em primeiro lugar, e ela fica superior a todas as forças do processo; ela obriga, sob seu efeito, as relações de poder a mudar. Eu considero, então, que o termo ‘resistência’ é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica. (FOUCAULT, 2014b, p. 257).

O poder está em toda parte, assim como estão as resistências. Por esse motivo, elas podem instaurar novas relações de poder ou provocar modificações nas já existentes, bem como “[...] novas relações de poder podem, inversamente, suscitar a invenção de novas formas de resistência” (REVEL, 2005, p. 75). A esse respeito, o filósofo francês fornece um exemplo emblemático, que demonstra o embate de forças, nesse caso, entre um discurso

médico autorizado e uma resistência popular contra esse discurso amparada em práticas de cunho religioso:

Que significado tem a peregrinação de Lourdes, desde o final do século XIX até hoje, para os milhões de peregrinos pobres que aí vão todos os anos, senão uma espécie de resistência difusa à medicalização autoritária de seus corpos e doenças? Em lugar de ver nessas práticas religiosas um fenômeno residual de crenças arcaicas ainda não desaparecidas, não serão elas uma forma atual de luta política contra a medicalização autoritária, a socialização da medicina, o controle médico que se abate essencialmente sobre a população pobre; não serão essas lutas que reaparecem nessas formas aparentemente arcaicas, mesmo se seus instrumentos são antigos, tradicionais e supõem um sistema de crenças mais ou menos abandonadas? O vigor dessas práticas, ainda atuais, é ser uma reação contra essa *social medicine*, medicina dos pobres, medicina a serviço de uma classe, de que a medicina social inglesa é um exemplo. (FOUCAULT, 2011c, p. 97).

Somadas a esse caso, Foucault elenca outras variadas formas de resistência: a oposição das mulheres aos homens, dos filhos em relação aos pais, dos doentes mentais em direção à psiquiatria, da população contra a medicina, das pessoas em face do poder da administração. No já mencionado texto *O sujeito e o poder*, ele busca compreender como o poder funciona, partindo das diversas formas de resistência, as quais são lutas consideradas antiautoritárias e apresentam alguns pontos em comum: 1) são transversais, não se limitando à territorialidade de um país; 2) seu objetivo são os efeitos de poder, e não poder em si mesmo; 3) são lutas “imediatas”: a) questionam as instâncias de poder mais próximas, isto é, o inimigo imediato; b) não esperam encontrar solução para problemas futuros (revoluções, liberações, fim da luta de classes). Além desses aspectos mais gerais, há ainda aqueles que lhe são específicos: 4) questionam o estatuto do indivíduo: afirmam o direito de ser diferente e atacam tudo o que separa o indivíduo, são batalhas contra o “governo da individualidade”; 5) são uma oposição aos privilégios do conhecimento, isto é, contra efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação; 6) giram em torno da questão acerca de quem somos nós. Daí que existem, geralmente, três tipos de lutas: I) contra as formas de dominação (ética, social e religiosa); II) contra as formas de exploração (que separam os indivíduos daquilo que produzem); III) contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, desse modo, aos outros contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão).

Foucault (2010d) chega, então, à conclusão de que, dentre esses três modos de resistência, atualmente, as lutas contra formas de sujeição/formas de submissão da subjetividade estão se tornando cada vez mais importantes. Não que as outras duas (de dominação e de exploração) tenham desaparecido – ao contrário, os mecanismos de sujeição estão intrinsecamente relacionados aos mecanismos de exploração e de dominação –, mas o

que acontece é que, desde o século XVIII, uma nova forma de poder se desenvolveu, chamada Estado, trazendo consigo uma combinação de duas técnicas: de individualização e de totalização. A contribuição foucaultiana, nesse quesito, está em suas considerações quanto ao estatuto de primeira grandeza, atribuído às lutas que elevam o estatuto do indivíduo. Essas lutas em torno da individuação, não sendo nem periféricas e muito menos secundárias, “[...] trazem, na atualidade, questionamentos, métodos e objetivos inovadores, com efeitos que não são desprezíveis na esfera pública”, logo, “[...] são lutas efetivamente potentes contra as tecnologias de poder desenvolvidas na sociedade ocidental nos últimos séculos, e que têm no Estado contemporâneo um de seus principais representantes” (CASTELO BRANCO, 2001, p. 245). Em resumo, pode-se dizer que, na contemporaneidade, as resistências ou essas lutas antiautoritárias giram em torno, primordialmente, da questão “quem somos nós?” e da possibilidade de recusa do que somos.

Convém, nesse ponto, cogitar um outro exemplo do que estamos considerando acerca das resistências. Assumindo a perspectiva foucaultiana no que diz respeito ao par poder-resistência, talvez possamos ampliar a reflexão e considerar, por meio de uma operação simples de analogia, a própria emergência da Análise do Discurso como uma forma de resistência no interior de um dispositivo de linguagem, no qual a Linguística, com suas teorias sistêmicas acerca da língua, ocupa ainda um lugar privilegiado. Conforme atesta Possenti (2009b, p. 357), a Análise do Discurso não é um acréscimo de uma pitada de algum elemento (histórico, cultural, ideológico, psicológico ou psicanalítico) ao que diz a Linguística. E mais ainda: ela pode até mesmo tratar de tópicos caros à Linguística (como aspectos fonostilísticos, contextuais, textuais), “[...] mas os tratará rompendo com o que a linguística faz em cada um deles”. Rompendo com os pressupostos da linguística tradicional, a AD se volta sobre questões outras não tomadas para si pela ciência da linguagem. Ao se debruçar sobre os enunciados, os discursos, os dispositivos, enfim, a AD, enquanto discurso de resistência, redefine e revigora a linguística, em sua atuação preponderante no dispositivo de linguagem, dando-lhe fôlego novo.

De volta à discussão sobre a temática da resistência, nos desdobramentos da teoria do discurso, Gregolin (2007b) assegura a presença dessa problemática em Michel Foucault, mas também em Michel Pêcheux. Como já dito anteriormente, e aqui a autora nos recorda uma vez mais que, para Foucault, “[...] as lutas, na sociedade moderna, giram em torno da busca da identidade e o seu principal objetivo não é o de atacar esta ou aquela instituição de poder, ou grupo, ou classe ou elite, mas sim uma técnica particular, uma forma de poder que se exerce sobre a vida cotidiana imediata”, por isso o problema (político, ético, social e filosófico) “[...]”

que se nos coloca na modernidade não é o de tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de libertá-lo de suas representações de individualização criadas pelo poder globalizador.” (GREGOLIN, 2007b, p. 143-144).

Quanto a Pêcheux, a temática das resistências só se incorpora em seus trabalhos no artigo *Só há causa daquilo que falha*, anexo de *Semântica e discurso*, e isso pela perspectiva da psicanálise ou mais precisamente a partir da ideia de que a interpelação (do sujeito pela ideologia) admite falhas, fracassos. Em retificação aos seus posicionamentos anteriores, ele propõe a noção de “desidentificação” ao lado da noção de “assujeitamento”, resultando no contradiscurso e na resistência (FERNANDES, 2008b). Retornando aos dizeres de Gregolin (2007b, p. 147), “[...] a ideia de ‘assujeitamento radical’ já havia sido atenuada a partir da ‘contradição’, agora ela passa a ser desconstruída pela via da psicanálise: o sujeito resiste à ideologia e essa resistência encontra-se materialmente instalada nos traços do equívoco”. Nos apontamentos do próprio Pêcheux (2009b, p. 281), destacam-se dois pontos incontornáveis:

- I) não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’;
- II) ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’.

Com a possibilidade de os sujeitos resistirem, a noção de assujeitamento (seja à ideologia, seja aos micropoderes) fica seriamente comprometida. Afinal, se o assujeitamento significa submissão a algo, sem possibilidade de contra-ataque, ou algo que, segundo Orlandi (2010a, p. 19), é impróprio dizer que é totalmente, parcialmente, muito ou pouco assujeitado, pois “não se quantifica o assujeitamento”, então isso impossibilita o fluxo, a correnteza, o ranger da própria História. “Se os sujeitos são assujeitados, como se faz a História?”, indaga Gregolin (2007b, p. 140). Isso nos faz supor que as engrenagens da história, conforme foi visto no item 2.3.3, movem-se impulsionadas pelas linhas de ruptura, isto é, há uma relação próxima e intrincada entre resistência e história, de tal modo que contra os discursos hegemônicos toda uma gama de (micro)lutas se põe em ação, rompendo os diques e impulsionando o rio da historicidade.

No texto *É inútil revoltar-se?*, Foucault (2010b, p. 80) diz: “Há ou não motivos para revoltar-se? Insurge-se, é um fato; é por isso que a subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na história e lhe dá o seu alento.” Em seguida, cita os casos de um delinquente que arrisca sua vida contra castigos abusivos, de um louco que não suporta mais a prisão e de um povo que recusa o regime que o oprime, para, então, concluir que,

tomando essas atitudes, isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro e não garante ao terceiro os dias prometidos: “Todas as decepções da história de nada valem; é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem a forma da evolução, mas justamente a da história.” (FOUCAULT, 2010b, p. 80).

Mais que assujeitamento, há lutas, movências, investimentos e contra-ataques, o que faz do par poder-resistência um emaranhado de práticas complexas, pois “[...] toda estratégia de afrontamento sonha em transformar-se em relação de poder; e toda relação de poder tende, na medida em que ela segue a sua própria linha de desenvolvimento e que evita as resistências formais, a tornar-se estratégia ‘vitoriosa.’”(GREGOLIN, 2007b, p. 151). A respeito dessa complexa dinâmica envolvendo poder e resistência, Foucault (2011c) demonstra que, em relação ao corpo, ele (o corpo) se tornou o objeto de luta entre pais e filhos, entre a criança e as instâncias de controle, resultando numa revolta do corpo sexual como contrafeito desta ofensiva. E a esta nova ofensiva, como responde o poder? O autor sentencia:

Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!’ A cada movimento de um dos dois adversários corresponde o movimento do outro. Mas não é uma ‘recuperação’ no sentido em que falam os esquerdistas. É preciso aceitar o indefinido da luta... O que não quer dizer que ela não acabará um dia. (FOUCAULT, 2011c, p. 147).

Do exposto, resulta que o poder posto em ação, assim como a resistência, pressupõe a liberdade ou a existência e a ação de sujeitos livres, “[...] entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 2010d, p. 289). É possível refutar o posicionamento conformista que vê no poder uma figura tentacular que submete tudo e todos a seus caprichos, por diferentes meios e ideologias diversas, com a ideia de que o poder, entendido como um modo de ação sobre as ações dos outros, age de forma sub-reptícia, mas não sem deixar espaço para a liberdade individual, afinal, se assim não o fosse, não seria poder, mas submissão, escravidão ou qualquer outra forma de assujeitamento. “O problema central do poder não é o da ‘servidão voluntária’ (como poderíamos desejar ser escravos?): no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalitrância do querer e a intransitividade da liberdade.” (FOUCAULT, 2010d, p. 289). Haveria espaço, então, para resistência? Sem sombra de dúvida! Não há poder sem resistência, conforme o vaticínio foucaultiano. A

liberdade se apresenta, então, por mais paradoxal que isso de início se mostre, como uma exigência para as relações de poder, ainda que estas, em seu exercício, ajam sobre aquela objetivando limitá-la. Mais que um processo antagônico, trata-se de uma agonística: “[...] de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que uma provocação permanente.” (FOUCAULT, 2010d, p. 289-290).

Se, de fato, a suposição de que os trabalhos iniciais de Foucault – relativos ao saber – deixam entrever um sujeito preso nas malhas de uma estrutura, sem possibilidade de pensar e agir por si mesmo; efeito da lógica estrutural ou espuma que reverbera a força das ondas (CASTELO BRANCO, 2001), os escritos que tomam forma a partir da década de 1970 e, principalmente, nas aulas e obras do *O último Foucault*, nas quais ele se volta sobre o poder e sobre a ética/estética da existência, o que se vê é uma “outra roupagem” para esse mesmo sujeito. A noção de resistência, que implica necessariamente a liberdade de agir, parte indissociável do poder, leva-o a admitir que, se os sujeitos resistem, então há uma brecha, uma rachadura na estrutura que faz com que se abra espaço para uma manifestação subjetiva. A liberdade em Foucault é, portanto, mais da ordem da constituição do que da liberação. Desde então, ele considera as resistências ao poder como aquelas que visam à defesa da liberdade: “Não se pode me atribuir a ideia de que o poder é um sistema de dominação que tudo controla e que não deixa nenhum lugar para a liberdade.” (FOUCAULT, 2010b, p. 277). Entretanto, seria errôneo ou leviano pensar que esta liberdade atribuída ao sujeito seja total, pois, como explica:

Se agora me interessa de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade ou seu grupo social. (FOUCAULT, 2010b, p. 276).

Em suas incursões sobre o estudo do funcionamento das epistemes, Foucault já demonstrava que, no interior dos saberes, há um descompasso entre o que se *pode* dizer e o que *efetivamente* é dito: “[...] o campo discursivo é, em um momento determinado, a lei dessa diferença [...]” (FOUCAULT, 2010c, p. 14). O sujeito, que é sempre moldado nos/pelos dispositivos – ou nas/pelas formações discursivas –, dificilmente é imobilizado pelas determinações sistêmicas; no entendimento de Rossi (2014, p. 3), “[...] os discursos proliferam precisamente ao instituírem domínios de ‘flexibilidade controlada’, sem os quais seu funcionamento estaria fadado a auto-reiteração infinita” – o que impossibilitaria o próprio

desencadeamento do devir histórico. Sendo a resistência uma luta aqui e agora, no espaço em que os sujeitos circulam, constroem-se, constituem-se, tanto a resistência quanto a mudança podem emergir regularmente e, de fato, o fazem. Assim, as “origens” da resistência não podem/não devem “[...] ser buscadas em uma região etérea de liberdade transcendental ou direitos universais, mas nas aberturas necessárias e concretamente instituídas por regimes discursivos” (ROSSI, 2014, p. 3), haja vista que a resistência, em poucas palavras, é da ordem do acontecimento.

Essas observações nos remetem às ações e aos trabalhos que o próprio Foucault empreendeu ao longo de sua vida acadêmico-intelectual, isto é, em certa medida, o que seus estudos representaram ou a forma como foram recepcionados denota que suas reflexões por si mesmas se configuraram como uma espécie de resistência no interior de diversos campos do *savoir*, relativos a ciências humanas ou não. A fissura provocada por ele em relação a diferentes campos do conhecimento demonstra que seu pensamento se situa(va) não no centro, mas na periferia, não do lado da história tradicional, mas dessas outras histórias compostas por figuras situadas à margem (loucos, leprosos, criminosos, transviados, hermafroditas, assassinos, pensadores obscuros). E isso pode ser atestado por sua postura problematizadora, postura essa que perpassa todo o seu percurso:

Um dos meus objetivos é mostrar às pessoas que um bom número de coisas que fazem parte de sua paisagem familiar – que elas consideram universais – são produto de certas transformações históricas. Todas as minhas análises [...] acentuam o caráter arbitrário das instituições e nos mostram de que espaço de liberdade ainda dispomos, quais são as mudanças que podem ainda se efetuar. (FOUCAULT, 2010b, p. 295-296).

Desse excerto, depreende-se que, se o sujeito constitui-se como centro de suas atenções, a problematização é a noção que unifica seus estudos. Essa problematização não significa a projeção de um objeto preexistente ou a construção de um objeto inexistente, mas sim “[...] o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento” (FOUCAULT, 2010b, p. 242). Em outros termos: algo se torna problematizável quando deixa de ser algo dado e torna-se uma questão, “[...] quando uma área outrora não problemática cria e entra em um campo de reflexões, análises e normatividade sociais e individuais” (ROSSI, 2014, p. 10). Esse conceito, utilizado com maior frequência em seus últimos trabalhos (REVEL, 2005), relaciona-se diretamente, ou melhor, atualiza um outro conceito também por ele utilizado: curiosidade. Segundo ele, apesar de tal palavra ter sido estigmatizada pelo cristianismo, pela

filosofia e por parte da ciência, ela, assim como problematização, evoca ao mesmo tempo inquietação e responsabilidade: “evoca [...] uma prontidão para achar estranho e singular o que existe à nossa volta; uma certa obstinação em nos desfazermos de nossas familiaridades e de olhar de maneira diferente as mesmas coisas; uma paixão de apreender o que se passa e aquilo que passa” (FOUCAULT, 2008c, p. 304).

Também é possível relacionar o conceito de problematização/curiosidade com outros encontrados em sua “caixa de ferramentas”, especialmente com a noção de história e de resistência. Quanto à primeira, a tematização da problematização implica a diferenciação entre o tipo de história empreendido pelo autor – a história do pensamento – e outros tipos de história, notadamente, a história das ideias e a história das mentalidades. Segundo Revel (2005, p. 70), enquanto essas últimas se voltam, respectivamente, para a análise dos sistemas de representação que subjazem aos discursos/aos comportamentos e para a análise das atitudes e dos esquemas de comportamento, “[...] a história do pensamento preocupa-se com a maneira pela qual se constituem problemas para o pensamento e quais estratégias são desenvolvidas para respondê-los”. Tal postura não pressupõe a busca metódica de solução e/ou de constituição de um prontuário de receitas, ao contrário, trata-se de instaurar uma distância crítica, de ‘desprender-se’, de retomar os problemas (REVEL, 2005, p. 71), já que o pensamento/a história do pensamento³¹

[...] não é o que se presentifica em uma conduta e lhe dá um sentido; é, sobretudo, aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins. O pensamento é liberdade em relação àquilo que se faz, o movimento pelo qual dele nos separamos, constituímos-lo como objeto e pensamos-lo como problema. (FOUCAULT, 2010b, p. 231-232).

Quanto à segunda noção com a qual o tema da problematização mantém uma relação próxima, pode-se dizer que ela traz como seu desdobramento a possibilidade de pensar como o indivíduo se redefine em relação às formas de sujeição e ao “governo dos outros”, isto é, as formas pelas quais “[...] o sujeito poderia vir a distanciar-se das normas mesmas que o produziram e que determinaram, *a priori*, seu campo de possibilidades estratégicas e discursivas” (ROSSI, 2014, p. 13). Extensivamente, pode-se dizer que problematização e resistência se entrelaçam porque o objetivo maior de uma análise foucaultiana se consubstancia em compreender aquilo que somos ou ainda aquilo que nos tornamos, abrindo

³¹ Vale mencionar que, em substituição à cadeira ocupada por Jean Hyppolite no *Collège de France* (História dos sistemas), Michel Foucault é eleito pela assembleia de professores dessa instituição e passa a ocupar, em 1970, a cátedra intitulada por ele de “História dos sistemas de pensamento”.

possibilidade(s) para a superação e transmutação desse *status*. Nessa perspectiva, convém ressaltar que, mais do que o desfecho de um embate de forças ou a expressão de uma subjetividade fundadora, a resistência emerge como resultado das fissuras do poder, através de aberturas produzidas pelo descompasso entre seus resultados pretendidos e atuais, como afirma Rossi (2014). A resistência subleva-se no recuo do poder, nas cavidades abertas e deixadas “não resolvidas” por sistemas existentes de normas. Daí que não é contra o poder, como estatuto jurídico, que atuam as resistências, mas contra certos efeitos de poder ou contra estados de dominação, num espaço que, paradoxalmente, foi aberto pelas relações de poder (REVEL, 2005).

Nessa síntese feita por Revel, baseada nos postulados foucaultianos, nota-se que se fala num espaço aberto pelas relações de poder. Isso remete, em primeiro lugar, à ideia de que a resistência não é exterior ao poder, como já mencionado anteriormente, mas coextensiva a ele, e vice-versa. No entanto, isso também remete, em segundo lugar, ao fato de que a resistência se relaciona com a maneira por meio da qual se criam espaços no interior de uma dada ordem. Na percepção de Albuquerque Júnior (2015, p. 258), o importante na noção de resistência em Foucault, diferentemente de outras interpretações, é que ela não implica o fim do poder ou que dela se originará uma sociedade sem limites, fronteiras ou hierarquias, ao contrário, sendo parte das relações de poder, “[...] ao resistir não se destrói ou anula o poder, mas se contribui para que seja recriado, deslocado, reinstaurado em novas bases”. Isso nos faz pensar a resistência como da ordem da criação de espaços outros, possíveis no interior mesmo da ordem estabelecida, portanto, espaços heterotópicos! Sendo a heterotopia³² a criação no tempo presente de espaços de liberdade, de experimentação e da realização de práticas que instauram uma ruptura com a ordem/a norma, com os modos massivos de subjetivação, então esses espaços heterotópicos estão, simultaneamente, fora e dentro do *stablishment*/da ordem social; são, pois, “espaços de liberdade sempre por construir” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 266).

³² Foucault fala de utopias e heterotopias nos seguintes termos: “Utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. [...] Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se pode encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os outros posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault: estética: literatura e pintura, música e cinema*. In: MOTTA, Manoel Barros. (Org.). v. III. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 418. (Coleção Ditos e Escritos).

Mas se as resistências se dão a partir da constituição de espaços no interior mesmo de um sistema dado, como fica a sua atuação hoje, no mundo e no tempo em que vivemos? Como se dá esse processo de resistir ao que Foucault denominou como biopoder? Se o poder se volta sobre a vida, também a resistência encontra aí seu ponto de ancoragem? Seria possível falar em bioresistência?

Como se sabe, ao estudar o poder sob a perspectiva de uma analítica, Foucault se depara com práticas que vão se transformando ao longo da história e que caracterizam diferentes tipos de sociedade. Dentre outras, aponta ele que, nos últimos séculos, dois tipos de sociedade emergiram com características bem específicas, pautadas, sobretudo, em dois tipos de poder: disciplinar e biopoder. Em termos gerais, o modelo disciplinar voltou-se sobre o corpo, recortando-o em sua individualidade, com vistas à reprodução espaço-temporal dos exercícios e à majoração de suas forças, tornando-o dócil e útil. O biopoder, por sua vez, mais do que sobre o corpo individual, volta-se para o corpo populacional, isto é, a população e suas características enquanto tal, controlando-a por meio de dispositivos que incidem sobre a majoração da própria vida. O próprio Foucault admite uma circunscrição temporal do modelo disciplinar e, diante da crise nos modos de confinamento instituídos pela prisão, pelo hospital, pela fábrica, pela escola, uma sociedade de controle (DELEUZE, 2010), pautada no biopoder e devotada ao modelo empresarial, assume a condição de modelo hegemônico na contemporaneidade. Para Deleuze (2010), as disciplinas, com seus respectivos confinamentos, eram “moldes” produtores de subjetividades, ao passo que os novos controles são uma “modulação”, isto é, uma moldagem que pode ser transformada continuamente, produzindo a situação flexível da subjetividade pela chave do controle. Sendo assim, nas atuais sociedades de controle, não apenas o corpo, mas também (e principalmente) a vida formam o substrato para o exercício do biopoder.

Nesses dois modelos de sociedade, com seus respectivos poderes postos em funcionamento, as resistências não funcionam do mesmo modo. Acompanhando a transformação de seu par correlato (o poder), elas também sofreram mutações ao longo da história. Assim é que Foucault (1999b, p. 136) afirma que, em relação ao biopoder, enquanto mecanismo de governo devotado à vida da população, a resistência, instaurada a partir do século XIX, também tomará a vida com objeto de luta: “É contra esse poder ainda novo no século XIX, as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre o que ele investe – isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo”. Desde esse período, as lutas que põem em xeque o sistema geral de poder têm como objeto/objetivo a própria vida: “O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as

opressões ou ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse ‘direito’ tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder” (FOUCAULT, 1999b, p. 136). Sendo assim, a resistência está escrita na economia geral da vida: a vida se volta contra um tipo de poder que a quer controlar. A entrada da vida na história, através do controle e intervenção do saber e do poder, inverte a tese aristotélica: “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.” (FOUCAULT, 1999b, p. 134).

Nesse contexto de extremo controle dominado pelo biopoder, por mais que os efeitos de poder pareçam inexistentes, porque se encontram pulverizados, ou por mais que as fronteiras, que se fazem perceber diluídas, apresentem mundos contra os quais não haveria motivos para se rebelar, é imperativo pensar nas possibilidades de resistência. Sob um manto supostamente “democrático”, o poder se estende para fora das instituições e penetra nos corpos e mentes. Enquanto nas disciplinas a relação entre poder e indivíduo permanece estável, isto é, “[...] a invasão disciplinar de poder correspondeu à resistência do indivíduo [...]”, na sociedade de controle, as resistências ganham roupa nova, talvez seja possível dizer, inclusive, que, assim como o poder se sutaliza, as resistências também assim se comportam: “As resistências deixam de ser marginais e tornam-se ativas no centro de uma sociedade que se abre em redes; os pontos individuais são singularizados em mil platôs” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 44).

Conforme argumentam Hardt e Negri (2010, p. 53), estamos vivendo numa época em que corporações multinacionais e supranacionais estão no comando e, para entender o funcionamento da soberania imperial, as “[...] concepções da sociedade de controle e do biopoder descrevem aspectos centrais do conceito de Império”. Assim, a noção de Império descrita emerge como uma “máquina de altíssima tecnologia”, que se caracteriza como “[...] virtual, construída para controlar o evento marginal, e organizada para dominar e, quando necessário, intervir nas avarias do sistema.” Além disso, a máquina imperial “[...] constrói tecidos sociais que esvaziam, ou tornam ineficaz, qualquer contradição; cria situações nas quais, antes de neutralizar coercitivamente a diferença, parece absorvê-la num jogo insignificante de equilíbrio autogeradores e auto-reguladores.” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 53). Esses dizeres corroboram nossa tese a respeito da resistência no dispositivo da moda, e vale aqui ratificá-la uma vez mais: a moda é um dispositivo que congrega saberes, poderes e

sujeitos e a resistência é de alguma maneira absorvida em proveito da manutenção do próprio dispositivo.

De todos esses apontamentos, ainda resta a dúvida de ser ou não ser possível resistir ao discurso da moda, logo, o que intentamos, nos desdobramentos deste trabalho, é investigar a intrincada relação entre poder e resistência, que ocorre nas sociedades de controle, sob os efeitos de um biopoder. Isso implica dizer que a delimitação entre o que é poder e o que é resistência se pulveriza e uma tal divisão torna-se bastante complexa; o que não significa que não haja resistência, que o tempo de um poder sem fim tenha chegado e se instalado. Definitivamente, não é isso. As resistências ocorrem, mas – e é isso o que procuraremos demonstrar – são cooptadas por esse (bio)poder que delas se retroalimentam. No campo da moda, aquilo que é visto como contestatório ou de protesto acaba sendo incorporado pelo poder que dela faz uso para venda de produtos ou padronização de comportamentos.

Assim, se a resistência, hoje, se dá em volta desse poder (quase) totalizador e totalizante, ainda ecoam as seguintes questões: Mas como resistir nos dias atuais? Que material temos a disposição para resistir? Ou ainda, utilizando as palavras de Tony Hara (2012, p. 161), “[...] qual é o material que temos à mão para elaborar uma ética de si, individual, singular, que seja a expressão do único?” E um indício de resposta vem em seguida: “Se fosse possível responder a essa questão de forma ligeira, diríamos que é o corpo o que nos resta. Se há algo neste mundo que possa limitar a pequena e tagarela consciência é o corpo e sua razão silenciosa.”

4.1.1 O corpo e a vida como *locus* e instrumentos de resistência

Há um pensamento, ainda fortemente arraigado nas formas de abordar e entender o corpo humano, que o considera como algo vinculado a uma ordem biológica, anatomo-fisiológica, médica ou talvez ainda um invólucro dotado (ou não) de certas qualidades estéticas. Essa não é, entretanto, a única maneira de tomá-lo como alvo de investigação, pois é possível percebê-lo a partir de outra perspectiva, de outro enfoque que o apreende menos em seus aspectos materiais ou físicos e o coloca diretamente envolvido num campo de luta, numa arena em que se confrontam saberes e poderes, cujos tentáculos recaem sobre esse elemento somático. Em oposição a esta outra forma de entendimento, aquela visão tradicional e ainda corrente, que o dissocia de outras perspectivas, mostra-se limitada, pois, antes de qualquer coisa, deve-se entender que o corpo “está diretamente mergulhado num campo político” (FOUCAULT, 2002, p. 25), ou seja, “[...] o que há de essencial em todo poder é que seu

ponto de aplicação é sempre, em última instância, o corpo” (FOUCAULT, 2006, p. 18-19); dito de outra forma: o corpo não é algo que preexiste discursivamente, ao contrário, é talhado nos/pelos discursos.

O surgimento dessa abordagem que toma o corpo sob um enfoque discursivo é relativamente recente, pois, como diria Courtine (2013, p. 12), “O corpo, um belo dia, veio bater à porta!” E, para que esse acontecimento pudesse se inscrever nos anais da história, foi preciso esperar o século XX para que Foucault aparecesse e pudesse liberar o corpo para ser estudado, investigado, pensado em sua própria densidade histórica:

É realmente no pensamento de Foucault que o corpo iria verdadeiramente aceder ao estatuto de objeto de pleno direito, quando ele mostra como [...] a generalização dos encarceramentos e a sistematização das disciplinas haviam feito do corpo o alvo essencial de uma tecnologia política, de uma ‘microfísica’ do poder. (COURTINE, 2013, p. 16).

É, portanto, em grande medida à obra foucaultiana que se deve o enraizamento inicial do corpo no discurso, notadamente no das ciências humanas. Em suas pesquisas arqueogenealógicas, Foucault é levado a pensar sobre a emergência da singularidade somática como alvo de discursos, vinculando-a a um estudo dos saberes e poderes. É nesse ínterim que se situa seu aparecimento no campo da história e, de maneira ainda mais geral, nas ciências humanas como objeto teórico, donde decorre a afirmação de que o corpo é, de fato, uma invenção recente, uma vez que, “[...] antes da virada do século XX, ele não exercia senão um papel secundário na cena do teatro filosófico onde, desde Descartes, a alma parecia exercer papel principal” (COURTINE, 2013, p. 12). Numa perspectiva histórica, é bom que se frise, essa virada epistemológica referente ao corpo só pôde encontrar fôlego no decorrer da segunda metade do século XX, já que, antes disso, havia, por um lado, uma rede de discursos impeditivos quanto aos avanços de um pensamento do corpo, dada a existência de um fundo normativo disciplinar ao qual ele ainda estava submetido e de instituições que velavam para que se mantivesse como tal; por outro, seu reconhecimento como objeto discursivo encontrou outro obstáculo, uma vez que, do ponto de vista teórico, “[...] não havia para ele nenhum interstício onde se alojar na junção compacta de marxismo, psicanálise e de linguística que irão recobrir o campo das humanidades até os anos 1970.” (COURTINE, 2013, p. 14).

Isso não quer dizer que essa figura somática, em suas outras dimensões, não tivesse sido alvo de escrutínio em campos diversos, como, por exemplo, a medicina e as ciências naturais. Foucault, no decorrer de seus estudos, demonstra que o corpo, a despeito desse *status* secundário nas preocupações das correntes racionalistas e espiritualistas dominantes na

cena filosófica francesa até o século XIX (COURTINE, 2013), passa a ocupar lugar central nos múltiplos dispositivos que se incumbiram, nesse estrato histórico, da tarefa de disciplinar os corpos em instituições diversas, como hospitais, escolas, prisões, fábricas. Dessa forma, seus estudos nas décadas de 1960 e, principalmente, de 1970 buscam fazer aparecer, por assim dizer, essa espécie de história do controle social do corpo, que busca entender como, na chamada idade clássica, ocorreu todo um investimento com/contra o que é corpóreo, ou seja, “[...] como se passou de uma concepção do poder em que se tratava o corpo como uma superfície de inscrição de suplícios e de penas a uma outra que buscava, ao contrário, formar, corrigir e reformar o corpo” (REVEL, 2005, p. 31). Desses estudos também se pode depreender que certas instituições (hospitais, fábricas, prisões, escolas) se constituíram como espaços nos quais determinados saberes foram produzidos e/ou aplicados nos corpos dos indivíduos, a fim de se fabricar uma massa de homens produtivos, racionais, saudáveis e moralmente austeros (HARA, 2012, p. 81).

A partir de suas imersões rumo à genealogia, Foucault (2002) conclui que o corpo é sempre, em qualquer sociedade, alvo de poderes, cujas investidas operam no sentido de lhe impor limitações, proibições ou obrigações. Mas é por volta do século XVII e XVIII que se torna corrente a presença de um tipo novo de poder que permite controlar de forma minuciosa as operações do corpo, realizar a sujeição constante de suas forças e lhe impor uma relação de docilidade-utilidade. O poder disciplinar – ou simplesmente as disciplinas – caracteriza-se como um poder que se incumbe da tarefa de fazer com que o corpo humano entre numa maquinaria que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe, logo, uma mecânica de poder que se traduz como uma anátomo-política. Como enfatiza o autor, a disciplina fabrica corpos submissos, exercitados e “dóceis”, pois atua no sentido de aumentar suas forças em termos econômicos de utilidade e diminuir essas mesmas forças em termos políticos de obediência. Dito de outra forma: “[...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2002, p. 119).

Na perspectiva genealógica, dentre as várias tecnologias de vigilância e punição possíveis de serem analisadas, o foco se volta para o estudo das prisões como “expressões claramente articuladas de práticas mais generalizadas para disciplinar os indivíduos e as populações” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 201). Tais locais assumem a função de uma espécie de instituição-modelo do sistema disciplinar, pois se transformam na metonímia desse novo poder, que mais enclausura do que publiciza e que faz do castigo e da correção processos controlados e vigiados. Esses processos pressupõem uma atuação de (micro)poderes, com seus dispositivos de vigilância e exame, os quais se apropriam de um

aparelho de saber com o objetivo de cooptar indivíduos e constituir determinadas subjetividades. Logo, no universo disciplinar, em oposição à soberania, os corpos não são mais propriedades do rei, ao contrário disso, são submetidos a uma “ortopedia social” (FOUCAULT, 2011a, p. 86). No que concerne o pensamento de Vigarello (1995, p. 30-31), nota-se que o corpo “[...] se põe [...] a funcionar ele próprio como máquina. Ele é, sob todos os aspectos, e sobretudo em seus comportamentos de dispêndio de energia, atravessado por uma lógica que funda cada movimento num elemento neutro de um espaço quase matematizado”.

Dessas observações decorre o fato de que, no sistema disciplinar, que “sucedeu” o sistema de soberania, a função individual ou o indivíduo em si desaparece em seu topo, no âmbito de quem o controla, já que, feito para funcionar sozinho, quem dele se encarrega ou o dirige não é tanto um indivíduo, mas uma função por este exercida, podendo outro ocupar tal posto e exercer tal qual esta função. Entretanto, em sua base, ocorre inversamente uma intensa individualização, por meio da qual “[...] a função-sujeito vem se ajustar exatamente à singularidade somática: o corpo, seus gestos, seu lugar, suas mudanças, sua força, seu tempo de vida, seus discursos, é em tudo isso que vem se aplicar e se exercer a função-sujeito do poder disciplinar.” (FOUCAULT, 2006, p. 69). Portanto, o que se denomina como indivíduo é menos aquilo a que se prende o poder político do que o efeito produzido ou o resultado da vinculação do poder político à singularidade somática; em outros termos, o sistema disciplinar fabrica e distribui corpos, vinculando a função-sujeito ao elemento somático e transformando indivíduos em corpos sujeitados. Assim,

[...] o poder disciplinar é individualizante porque ajusta a função-sujeito à singularidade somática por intermédio de um sistema de vigilância escrita ou por um sistema de panoptismo pangráfico que projeta atrás da singularidade somática, como seu prolongamento ou como seu começo, um núcleo de virtualidades, uma psique, e que estabelece além disso a norma como princípio de divisão e a normalização como prescrição universal para todos esses indivíduos assim constituídos. (FOUCAULT, 2006, p. 69).

Com base nessas formulações, poder-se-ia chegar a uma conclusão precipitada e equivocada de que as disciplinas, dada a sua forte e constante presença no fornecimento de grades e/ou modelos de comportamentos, bem como de seu papel preponderante no esquadramento do tempo e do espaço, agiriam no sentido da efetivação, com suas tecnologias e dispositivos elaborados socialmente, de um assujeitamento total dos indivíduos via corpo. Conforme as críticas de Hall (2000, p. 122), as teorizações de Foucault sobre poder/resistência, referente a sua fase genealógica, deixariam entrever “[...] a concepção do

sujeito inteiramente autopoliciado que emerge das modalidades disciplinares, confessionais e pastorais de poder”, além disso, continua o autor, enfatizando “[...] a ausência de qualquer consideração sobre o que poderia, de alguma forma interromper, impedir ou perturbar a tranquila inserção dos indivíduos nas posições-de-sujeito construídas por esses discursos.”

Por mais sedutoras que tais considerações possam se mostrar, o fato é que, sendo os sujeitos uma fabricação que se engendra nas engrenagens dos inúmeros dispositivos que compõem o cotidiano, de fato, não lhes é disponibilizado fazer, falar, pensar, vestir o que “desejam”, mas o que lhes é permitido e/ou cabível conforme a posição que ocupam numa determinada formação discursiva. No entanto, essas posições, ou melhor, esses lugares discursivos, ainda que demonstrem uma certa fixidez, evidentemente, não são estáticos, visto que a rede de lugares que o sujeito pode ocupar está sempre se rompendo, aqui e/ou acolá, por meio de (micro)resistências, como as margens de um rio que não podem ou não devem suportar a pressão do rio-discurso, de modo que o ponto que cada um ocupa está sempre sujeito a variações, porque depende do momento dado e da relação firmada entre os sujeitos.

Contra uma visão totalizante e negativa acerca das disciplinas, assim como dos poderes em geral, é imperativo lembrar que elas são/foram extremamente produtivas, isto é, não agem somente no sentido de uma interdição, mas atuam, sobretudo, na produção, seja de práticas, de instituições, de objetos, de verdades, bem como de sujeitos. Vale destacar, ainda, que foram elas que permitiram a substituição da individualidade rara dos grandes nomes pela individualidade comum (MILANEZ, 2006). Como reafirmado em vários momentos pelo próprio Foucault, ao invés de funcionar como impeditivo para o saber, o poder atua em prol de sua produção: “O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. E a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico.” (FOUCAULT, 2011c, p. 148-149).

Entretanto, para que os objetivos pretendidos pela política disciplinar não viessem ou não parecessem vir de cima para baixo, gerando gastos consideráveis, em termos econômicos, políticos, sociais ou mesmo pessoais, foi necessária a emergência de todo um conjunto de dispositivos e suas respectivas tecnologias para “ensinar” cada indivíduo a se tornar sujeito, a se calcular como um objeto-de-si-mesmo (MILANEZ, 2006). Neste projeto disciplinar, o corpo aparece como lócus privilegiado de atuação dos micropoderes disciplinares, com suas diferentes e abrangentes aparelhagens, aproximando-se de um campo em que se travam batalhas cotidianas entre as linhas de força da normalização disciplinar e as linhas de fuga da resistência. Foi a partir daí que o filósofo-historiador francês encontra um corpo social

fabricado pelo investimento de uma rede de micropoderes que atuavam de maneira a gerir e administrar a vida humana (DUARTE, 2006, p. 48).

Apesar da invisibilidade do lado de quem exerce o poder no sistema disciplinar, dado que ocorre uma individualização na base e seu obscurecimento no topo desse sistema, seus efeitos são prontamente sentidos, sua incidência sobre os corpos se faz claramente presente no dia-a-dia de instituições, como a fábrica, a escola, o hospital, a prisão. Isso leva a uma resposta ou a uma reação também imediata e visível na medida em que as resistências ao poder disciplinar também partem do corpo como seu foro privilegiado. Os processos de resistência, agindo no sentido de provocar uma desestabilização nos mecanismos de poder, cujo objetivo maior se volta para o direcionamento de consciências e a condução dos indivíduos, visam exatamente o corpo, uma vez que, sendo alvo dos investimentos políticos e econômicos, ele mesmo também é espaço eticamente concebido de resistência. Assim, as estratégias de contraconduta se opõem ao “governo da individualização”, isto é, buscam atacar “[...] tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga a sua própria identidade de modo coercitivo” (FOUCAULT, 2010d, p. 277).

Portanto, uma analítica dos poderes pressupõe uma analítica das resistências, na/para a qual o corpo não pode ser compreendido como algo inerte, parado, um elemento que, desde tempos imemoriais, continua a respirar, falar, digerir, movimentar e a ter suas formas exatamente iguais. Trata-se de um objeto histórico, um foco de lutas, um “corpo político”, já que é sobre ele que se investe um conjunto de tecnologias, cuja finalidade maior é obter a sua modelação e, conseqüentemente, produzir subjetividades, mas que também – e em igual medida – é um “lugar” de barrar o poder, de quebrá-lo, ao invés de ser aquebrantado por ele (SAMPAIO, 2006). É por esse ângulo que a genealogia foucaultiana toma o corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos, estando ela no ponto de articulação do corpo com a história, “[...] o corpo inteiramente marcado pela história, e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 2008c, p. 267).

Uma antiga canção³³ resume e ilustra esse embate corpóreo entre um poder que coage e um sujeito que resiste. Ao dizer repetidas vezes as diversas coisas (casa, sapato, dinheiro,

³³ “*Ain't got no home, ain't got no shoes/Ain't got no money, ain't got no class/Ain't got no friends, ain't got no schooling/Ain't got no work, ain't got no job/Ain't got no money, no place to stay/Ain't got no father, ain't got no mother/Ain't got no children/Ain't got no sisters or brothers/Ain't got no earth, ain't got no faith/Ain't got no church, ain't got no God/Ain't got no love/Ain't got no why, no cigarettes/No clothes, no country/No class, no schooling/No friends, no nothing/Ain't got no God/Ain't got no earth, no water/No food, no home/I said I ain't got no clothes, no job/No nothing/Ain't got [...] And I ain't got no love*”. SIMONE, Nina. *Ain't got no – I got life*. Álbum *Nuff Said!*, 1968. 1 CD.

classe, amigo, escolaridade, emprego, trabalho, dinheiro, lugar para ficar, pai, mãe, filhos, terra, fé, igreja, Deus, amor, cigarros, roupas, país) que aquele que ocupa a posição sujeito no texto se diz não possuidor, em oposição a um sistema de forças que o obriga a ser e a ter, esse mesmo sujeito enuncia aquilo que está ao alcance, aquilo que é imediato, aquilo de que se serve para contrapor-se: cabeça, cabelo, cérebro, ouvidos, olhos, nariz, sorriso, língua, pescoço, seios, coração, sexo, enfim, corpo, liberdade e vida. Nesse caso, vê-se com certa clareza a agonística vivenciada pelo sujeito moderno diante de um poder que o coage a assumir determinada identidade, tendo como armas para enfrentar esse combate basicamente o corpo e a vida.

Se o embate entre poder e resistência no âmbito das disciplinas atravessa e encontra no corpo sua fonte de disputa, as pesquisas de Foucault vão mostrar outro cenário quando enfrentam uma reviravolta e se voltam sobre (o dispositivo de) a sexualidade, permitindo que ele perceba uma via de mão dupla nas configurações modernas do poder, quer dizer, a sexualidade se mostra como o ponto de contato de uma anátomo-política voltada ao corpo individual e uma biopolítica das populações centrada no corpo social:

[...] de uma parte, é a partir de uma rede de *somato-poder* que nasce a sexualidade ‘como fenômeno histórico e cultural no qual nós nos reconhecemos’, e não a partir de uma penetração moral das consciências: é preciso, portanto, fazer sua história; de outra parte, a atualidade da questão das relações entre o poder e os corpos é essencial: pode-se recuperar seu próprio corpo? A questão é ainda mais pertinente na medida em que Foucault participa, na mesma época, das discussões sobre o movimento homossexual e que é ‘essa luta pelos corpos que faz com que a sexualidade seja um problema político’. O corpo representa desde então um foco da resistência ao poder, uma outra vertente dessa ‘biopolítica’ que se torna o centro das análises do filósofo no final dos anos 70. (REVEL, 2005, p. 32).

No volume I da *História da sexualidade*, há uma veemente contestação da onipresença de uma repressão sexual, fazendo aparecer em seu lugar, como contrapartida, a tese da sexualidade como um dispositivo histórico que, sustentado por saberes e poderes, visa à produção de verdades e ao controle tanto do indivíduo quanto da população: “[a] grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (FOUCAULT, 1999b, p. 100). O autor nos mostra, ao arquitetar uma abordagem discursiva da sexualidade no Ocidente, não a presença de um “regime de silêncio”, mas, ao contrário, um incitamento à discursivização do/sobre o sexo, a busca de falar cada vez mais sobre ele. Essa explosão discursiva é peça fundamental no funcionamento do (bio)poder no que diz respeito

ao aumento do controle sobre os indivíduos, que opera não por meio de uma negação/proibição, mas pela produção e imposição de uma grade de definição sobre as possibilidades do corpo: “O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1999b, p. 101).

Desse modo, os estudos sobre o dispositivo de sexualidade possibilitaram a percepção da relação íntima deste com a sofisticação do poder presente em uma sociedade pautada na disciplina, que se metamorfoseia sob a vigência de um controle extremo e minucioso do corpo (individual ou social) exercido através de uma biopolítica. Ele enfatiza que, na modernidade, o poder, ao inverter a lógica do “fazer morrer, deixar viver” para “fazer viver, deixar morrer”, não permite ser encarado sob a ótica de uma força negativa que diz “não deverás”, mas como uma força positiva preocupada com a administração e o cultivo da vida que diz “você deve fazer isto ou aquilo?” Na tentativa de por em prática esse poder sobre a vida (esse biopoder), a sexualidade assume papel central, pois é em torno dela que toda a tecnologia política da vida (a biopolítica) se desenvolve, haja vista que o sexo é um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida da espécie; isto é, ele oferece um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população (WEEKS, 2000).

A respeito desse “corpo biopolítico coletivo”, Hardt e Negri (2010, p. 49) sugerem os seguintes apontamentos:

Esse corpo se torna estrutura não pela negação da força produtiva original que o anima, mas pelo seu reconhecimento; torna-se linguagem (tanto científica quanto social) porque é uma multidão de corpos singulares e determinados que buscam relação. É, portanto, tanto produção como reprodução, tanto estrutura como superestrutura, porque é vida no sentido mais pleno e política no sentido mais próprio.

É, portanto, a partir dessa figura moderna do corpo individual e dessa figura contemporânea do corpo biopolítico coletivo que se deve olhar com vistas a entender o funcionamento do poder, bem como a produção das resistências. A vida e o corpo se entrecruzam nos múltiplos choques formados pelas linhas de forças e as linhas de fuga que investem contra ambos, constituindo um corpo vivo, que é muito mais que a fisicalidade ou a materialidade corpórea. É nessa perspectiva que a produção de verdades na contemporaneidade faz recair sobre o elemento corpóreo uma dupla função: ele é uma superfície sobre a qual se voltam os regimes de verdade que, tomando-o a partir de seus

componentes mais imediatos (forma, superfície, volume), torna-o alvo das estratégias de controle e de produção subjetiva – uma estratégia tipicamente da sociedade disciplinar –; por outro lado, esse mesmo corpo se torna “[...] ainda mais plástico e maleável, pois a ele se destina um número quase infinito de intervenções visando produzi-lo como mais jovem, mais magro, mais flexível, mais leve, mais ágil, mais versátil e mais rápido” (CÉSAR, 2009, p. 269) – uma estratégia característica da biopolítica.

Importante salientar que, se a sexualidade se encontra no entrecruzamento das técnicas disciplinares e das estratégias biopolíticas, isso se deve, em grande medida, à ampla utilização de um mecanismo que, apesar de não ser novo, tornou-se corrente em diferentes meios a partir do século XVIII e, mais ainda, no século XIX. No contexto biopolítico, o indivíduo com o seu corpo, que já vinha sendo alvo de técnicas disciplinares, agora é também orientado, convidado ou, dir-se-ia, estimulado a “falar” de si para mais bem se governar e/ou ser governado. Esse poder que visa à vida, graças ao dispositivo da sexualidade, pôde se ramificar e penetrar nos menores movimentos do corpo e da “alma”, através da construção de uma tecnologia específica: “a confissão do sujeito individual pela autorreflexão ou pelo discurso” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 222).

A confissão, cujas “origens” remontam o histórico de certos dispositivos religiosos vigentes em épocas remotas, incorpora-se ao biopoder e torna-se uma de suas técnicas centrais, dado que, por intermédio dela, os indivíduos são chamados a expor verbalmente “estados de consciência”, seja no confessionário, seja no divã, no consultório, isto é, por meio do ato de (se) confessar, o indivíduo é persuadido de que, com tal prática, chegará a um autoconhecimento. Segundo Dreyfus e Rabinow (2010, p. 229, 231), Foucault trata a confissão, especialmente aquela que versa sobre a sexualidade, como uma das técnicas mais importantes para a expansão “[...] das tecnologias para a disciplina e controle dos corpos, das populações e da própria sociedade [...]”, já que por meio dela “[...] os prazeres mais particulares do indivíduo, as próprias emoções da alma, poderiam ser solicitados, conhecidos, medidos e regulados.”

Voltando o nosso olhar para os dias atuais, as redes sociais, em especial o Facebook, têm servido a esse antigo propósito confessional. Elas potencializam e impulsionam o ato de fazer passar pelo crivo da palavra aquilo que se encontra no nível privado, no âmbito do segredo e, como “dispositivo de confissão” (RUSSI, 2016), deixam transparecer uma certa “espontaneidade confessional”, de modo que se produza não somente prazer, mas a necessidade de tal exposição. Em tese, isso não deveria causar espanto, pois não é nada além

do esperado em se tratando de um dispositivo: uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social e que, longe de libertar, reprime, embora seus efeitos sugiram o contrário.

A exemplo da figura 11, também se pode perceber, na atualidade, a eficácia e a importância ainda assumida pela confissão em variados dispositivos, como é o caso da moda.

Figura 11 – Confesso que usei



Fonte: *Veja*, maio, 2004.

Em consonância com os estudos foucaultianos, a confissão, desde tempos remotos, tem sido um instrumento de alta performance para a produção de verdades, por isso, confessasse tudo: de crimes a pecados, de pensamentos e desejos a doenças; tudo é confessável, seja pertencente à esfera pública ou mesmo à vida privada. Confesso que errei! Confesso que pequei! Confesso que usei! Sob tal perspectiva, não é de se surpreender que, numa de suas megaturnês, a cantora Madonna, um dos ícones construídos pela indústria musical, tenha levado aos palcos de diferentes países um espetáculo intitulado *The Confessions Tour*³⁴, baseado no álbum *Confessions on a dance floor*. Tanto o disco quanto a performance ao vivo, além de um repertório representativo de um “revival” de ritmos dançantes que embalavam as “discotecas” dos anos 1970, também apresentam melodias mais sombrias e letras que descrevem compromissos e sentimentos pessoais. Ao final do show, visto por milhares de pessoas em diferentes países, a frase “Have you confessed?” (figura 12), estampada em um

³⁴ *The Confessions Tour*, disponível no site do YouTube.

telão de medidas estratosféricas, sugere ou conclama (in)diretamente a plateia a seguir igual caminho.

Figura 12 – *Have you confessed?*



Fonte: YouTube.

Outro acontecimento importante a ser mencionado quanto à atualidade da confissão diz respeito à proliferação dos chamados *blogs*.³⁵ Herdeiro de uma vasta produção que pode ser chamada de “escrita de si”, apesar de não serem considerados unicamente como sinônimos de diários pessoais, podem ser descritos, em sua apropriação, como um forte elemento de personalização (AMARAL; RECUERO; MONTARDO, 2009). Seu aspecto polifônico leva a classificá-lo como uma espécie de gênero híbrido em que se cruzam aspectos relacionados aos diários íntimos e ainda mais aos *hypomnêmatas* – uma espécie de caderneta individual com uma certa popularidade nos primórdios da civilização grega, cuja utilização tornava-o um “livro de vida”, um “guia de conduta”, pois nele “[...] se anotavam citações, fragmentos de obras, exemplos e ações que foram testemunhadas ou cuja narrativa havia sido lida, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que vieram à mente” (FOUCAULT, 2010b, p. 147).

Não vamos nos ater, neste momento, numa reflexão pormenorizada a respeito dos *blogs* – teceremos outras considerações mais adiante –, por hora, vale dizer que a emergência dos *blogs* no cenário contemporâneo – fala-se, inclusive, na existência de uma blogosfera –, torna mais clara ainda a relação entre o biopoder e a “obrigação” moderna de (se) confessar na medida em que se compreende o aspecto personalista dessa ferramenta como integrante de uma rede de dispositivos com vistas a um certo cuidado de si centrado no corpo. Daí a conclusão fatídica de que, no Ocidente, o homem tornou-se um animal de confissão! Nas palavras de Foucault (1999b, p. 58-60), “[...] a confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder”, e a obrigação de confessar é imposta a partir de pontos diferentes e que está tão incorporada aos nossos hábitos que não a percebemos como efeito de um poder, “[...] parece-nos, ao contrário, que a verdade [...] não ‘demanda’ nada mais que revelar-se; e que, se não chega a isso, é porque é contida à força, porque a

³⁵ “O termo ‘blog’ vem de ‘weblog’, contração de ‘web’ e ‘log’, criado por John Barger com o seu pioneiro Robot Wisdon em 17 de dezembro de 1997.” AMARAL, Adriana; MONTARDO, Sandra; RECUERO, Raquel (Org.). *Blogs.com: estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. p. 9 [on-line].

violência de um poder pesa sobre ela e, finalmente, só se poderá articular à custa de uma espécie de liberação.”

De volta à figura 11, depreende-se que a confissão opera como tecnologia a serviço de um dispositivo – seria ela própria, nos termos de Agamben (2009), um dispositivo? – que, no confronto com o dispositivo da moda, reforça a existência de determinados estereótipos sociais. Tais estereótipos, por se encontrarem pulverizados socialmente, ajudam a constituir subjetividades por duas vias: I) submetendo os indivíduos a um tipo de poder que se pretende hegemônico e que faz aparecer nos corpos, através de suas múltiplas táticas, características relativas a uma padronização indispensável – ou tida como tal – para o bem viver; II) incitando nos indivíduos certo arrependimento, vergonha ou mesmo culpa acerca do uso do que fora determinado padrão e conduzindo-os a uma retratação por meio do uso de uma forma nova, mais atual, mais condizente com as modas mais contemporâneas de se vestir e comportar. O ciclo, assim, se fecha sobre o indivíduo, que é chamado a assumir uma identidade pautada em modelos/estereótipos, sendo que o funcionamento de tal imposição se dá de modo que, ao final, o indivíduo seja subjetivado em consonância com uma forma ideal, sem a qual não é possível viver – o que, sem dúvida, abre caminhos para que se instaurem as resistências.

Ao analisar a confissão, relacionando-a à sexualidade e colocando-a em uma grade mais ampla de interpretação, qual seja a do biopoder, Foucault não pretende atestar a existência do livre arbítrio ou chegar à conclusão de que a(s) identidade(s) sexual(is) e/ou a liberação sexual são autônomas, livres ou opostas à dominação. Na base do pensamento ordinário (senso comum), quanto mais se pode falar da sexualidade, quanto mais se possibilita que se discursivize aspectos a ela relativos, seja ela considerada padrão ou não, isso seria prova de uma autonomia ou de uma libertação das subjetividades. No entanto, as coisas não são bem assim. Segundo expõem Dreyfus e Rabinow (2010, p. 222-223), nesse quesito, “Foucault defende que as formas de dominação ligadas à identidade sexual são, de fato, características do desenvolvimento recente de nossa sociedade e, por isso mesmo, mais difíceis de serem identificadas.” E, concluem os autores, dizendo que “[...] a crença de que se resiste à repressão, seja pelo autoconhecimento, seja falando a verdade, mantém a dominação, pois isso oculta o verdadeiro funcionamento do poder”.

Com o biopoder e suas técnicas duplamente orientadas para o corpo-coletivo e o corpo-individual, objetivando que o sujeito se torne, concomitantemente, produto de saber, superfície de aplicação do poder e objeto de conhecimento de si mesmo, a possibilidade de resistência toma outra direção. Em conformidade com a hipótese de a confissão ter

possibilitado que o poder penetrasse, para além da superfície física, nos recônditos e nas trincheiras da psique humana, pulverizando seus domínios e naturalizando seu exercício, a questão que se coloca, então, não diz respeito à inutilidade de revoltar-se, ao contrário, se dirige ao modo como, em tais circunstâncias, se dão os processos de contestação. Se o biopoder, com todo o seu arsenal de tecnologias aplicadas ao indivíduo e, principalmente, à população, traz à tona uma série de ações e de políticas devotadas à saúde e ao bem-estar, como se efetiva a contraconduta, uma vez que, a todo momento, é a própria população que tem pedido a intervenção desse poder? E ainda mais: como agir no sentido contrário de uma argumentação que reafirma a todo tempo que as ações empreendidas a partir do biopoder objetivam o bem-estar e a saúde de todos?

Para cogitar possíveis respostas a tais questionamentos, convém primeiro ressaltar que, ao mesmo tempo em que o corpo se torna alvo de atenção, investigação e dissecação por parte de pesquisadores ligados a áreas até então não voltadas a esse objeto – como a História, por exemplo, ou mesmo a Análise do Discurso –, ele também passa a ser mais e mais o foco da atenção da mídia e, por conseguinte, do senso comum. Pode-se dizer que, se o discurso médico e seus correlatos foram responsáveis em outros momentos pela produção discursiva em torno do elemento somático, a mídia se torna um desses centros de onde eclodem novos regimes de verdade responsáveis por produzirem o corpo na contemporaneidade, dando a ele uma função de visibilidade publicitária (CASTILHO, 2012). Tal visibilidade pode ser apreendida a partir de suas duas ramificações: “[...] uma em que o próprio corpo é manifestado como mídia [...]; outra em que a mídia é o próprio corpo, ou seja, o corpo faz parte de cenários e imagens subjetivas que constituem novos sentidos imaginários de mundos e referências possíveis.” (CASTILHO, 2012, p. 90). Na contemporaneidade, assiste-se, pois, o corpo encontrando novos espaços e novas maneiras de manifestar-se, de fazer-se ver e ser visto. “O corpo contemporâneo constrói-se como texto que re-escreve, reinterpreta, distancia-se, e a ele são agregados diferentes efeitos de sentido (CASTILHO, 2012, p. 96).

Na mesma medida em que o corpo se torna objeto de luta (homem x mulher, pais e filhos, criança e instâncias de controle), operando uma revolta do corpo sexual como contraefeito desse poder que objetiva seu controle, como uma nova ofensiva, o poder responde novamente por meio de uma exploração econômica da erotização desse corpo, controlando-o agora por meio de uma estimulação, via mídia. Seja magro. Seja bonito. Fique nu. A erotização, que nas propagandas de moda assume um papel estimulante do consumo de certas marcas e produtos, conforme pode ser visto na figura 13, é a resposta do poder ao corpo que se pretende liberto, é também a reconfiguração do dispositivo de sexualidade com vistas a

se manter em funcionamento, de modo que uma complexidade toma forma nas relações entre os lados, pois a cada movimento de um dos dois lados (poder x resistência) corresponde uma contraofensiva do outro. Complexidade tal que se pode vislumbrar um “indefinido da luta” (FOUCAULT, 2011c) e uma não finalização de tal embate. E tudo isso porque o corpo em si é discurso, é produto discursivo e, enquanto tal, entra em redes e se coloca em campos (antagônicos, na maioria das vezes) de utilização.

Figura 13 – Pornô chique

Publicidade
PORNÔ CHIQUE
Sexo cada vez mais explícito invade anúncios de marcas famosas na França e rende até autocritica

Thais Oyama, de Paris

Tudo começou com a Dior: por certa e líquida influência de seu estilista, o iconoclasta profissional John Galliano, no ano passado a grife cobriu os cartazes de rua de Paris com “mecânicas” seminuas, saias de grama, em insinuantes, dignas, interação com peças de caramelo. Pronto — estava aberto um filio publicitário que todas as grandes marcas francesas se apressaram em explorar. Propaganda de moda (e de leite, de chocolate, o que foi) que se preze hoje na França tem de misturar glamour, nudez e um toque de perversão. A novidade é o toque de perversão. Na França, como no Brasil, o uso do apelo erótico na publicidade tem uma longa história. O que chama a atenção na onda atual é o clima pornô-bili-que, em que a nudez dá lugar a cenas cada vez mais explícitas. Exemplos em cartaz: a boca cheia de dedos do anúncio da Gucci, e agora-agora da Dolce & Gabbana, a barra do chocolate Magnum desastrosamente enfiada na calcinha da modelo e até um alvo de câmera internacional, o anúncio do perfume Opium, de Saint Laurent, no qual a modelo isleña Sophie Dahl veste apenas um colar de brilhantes e aquece incômodamente o bar voçs-sabem-do-quê. A disseminação da publicidade de alta voltagem sexual criou uma tensão inevitável entre duas tendências arraigadamente francesas: a tradição de liberalismo e tolerância consagrada em séculos de história e o movimento feminista, que lá ainda soa vivo em sua forma original. “Esse ti-

po de publicidade, além de degradar a imagem da mulher, é de um machismo arcaico”, denota a escritora Florence Montreynaud, presidente da organização não-governamental “La Meuse (A Matilha).

Como não poderia deixar de ser, num país onde tudo vira debate intelectual, a discussão já mudou bote-boca na TV, livros, passantes e uma dezena de cartazes pichados nas ruas. O primeiro-ministro Lionel Jospin, instado a tomar posição na polêmica, recentemente divulgou documento em que, fiel ao currículo de esquerda, afirma ser, sim, “contrário a todos os anúncios que degradam e humilham as mulheres”. Eleições à vista, achou melhor parar por aí — não quer arrastar o antipartidarismo de que os franceses gostam de se vangloriar, especialmente em contraposição ao que imaginam ser os padrões americanos. O país que deu ao mundo o marquez de Sade, o câncã e o biquini orgulha-se de não corar sob nenhuma circunstância e, num ambiente assim, as feministas podem até fazer barulho, mas são as primeiras a reconhecer que é uma batalha perdida. “Os franceses detestam ser identificados com qualquer coisa que possa parecer reacionária”, admite Florence.

Assim, o anúncio em Sophie Dahl sobrevele flou, embora tenha entrado na lista negra da vizinha Inglaterra. Lá, ele chegou a cobrir parede inteira do metrô

londrino, mas foi banido depois que os serviços de proteção ao consumidor receberam cerca de 1.000 telefonemas de cidadãos indignados com a abobadista e provocante nudez da ruiva. “Aqui, atendemos três até agora”, gaba-se Joseph Bessonnia, diretor-geral do Departamento de Verificação de Publicidade, o organismo de auto-regulamentação da publicidade francesa. O apelo a um recurso tão insustentável quanto o erotismo explícito, porém, traz em si a própria semente da destruição: todo mundo sabe quando um anúncio ultrapassa os limites. Exemplo recente foi o da marca La City, que pôs uma mulher nua para vender um aparelho. “Estas com sêcxo de um pub-ber”, diz a modelo, enquanto engatinha lascivamente na direção de um camarão no posto. O disparate foi tanto que uma campanha feminista conseguiu retirar o cartaz das ruas.

O problema é que, como se sabe desde sempre, sexo vende. Em um momento de queda no consumo de artigos de luxo, a Dior acaba de comemorar um aumento de 15% nas vendas. Yves Saint Laurent e Guccin exibem números parecidos para suas fragrâncias. “Quando mais os produtos se sofisticam, menos eles têm a possibilidade de se vender pela sua função real. O que os publicitários fazem é apelar a eles um valor imaginário, como a possibilidade de atingir o êx-tase ou a ascensão social”, analisa o sociólogo Michael Lowy, presidente do Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França e membro da ONG significativamente intitulada de Resistência à Agressão Publicitária. Na briga, o golpe mais recente veio sob a forma de uma verdadeira contrapropaganda: uma série de anúncios da cadeia de calçados Eram, intitulada “Nenhum corpo de mulher é explorado nesse anúncio”, que acaba de ganhar o prêmio Publicidade do Ano. Um cartaz, premiado, anuncia um moderníssimo par de botas pretas — e quem as calça é um investidor. Em outro, é um homem nu quem posa de seguras de salto alto. Os criadores juraram que não se trata de provocação e conclamaram as feministas a rir junto com eles, numa espécie de autocrítica coletiva. Florence faz jus à fama da espantosa: “Obviamente, não temos o mesmo senso de humor”.

Fonte: *Veja*, dez. 2001.

Sem dúvida, na atualidade, a mídia é a mais notória das fontes produtoras de sentidos para o corpo, como o efeito poder-estimulação-erotização, mas o fato é que o corpo contemporâneo é produto da ação de uma multiplicidade de dispositivos: um lócus em que lutam diferentes discursos, sejam eles referentes à moda, à estética, ao esporte etc. Assim, se o corpo sempre foi alvo de atenção e de luta política, o que se viu a partir da segunda metade do século XX, em especial a partir da década de 1980, com a efervescência de uma cultura e uma cultuação da juventude (*youthquake*), foi uma verdadeira explosão discursiva em torno da corporeidade, ou talvez se possa dizer que houve uma histerização em torno do corpo, uma proliferação discursiva com vistas à sua apreensão, modelação e/ou dominação. Em igual medida, também é possível constatar que, consequência de uma biopolítica, “[...] as populações contemporâneas desejam o controle das funções e eficácias do corpo”, de forma

que “quase não há mais imposição e as prescrições dos supostos perigos são cada vez mais aceitas para que se possa adiantar-se ao mal.” (SOARES, 2009, p. 67, grifo do autor).

Isso talvez levasse a um pensamento falacioso, do tipo niilista, acerca da pouca ou nenhuma importância de se rebelar, ou à afirmação da inutilidade de revoltar-se, ou ainda da ineficácia do ato de resistir. Tais conclusões estariam, entretanto, inexatas, primeiramente, porque, como ensinou Foucault, não é possível que um poder exista sem o seu correlato, que é a resistência, de modo que, mesmo que não se tenha ciência/conhecimento de um tal vaticínio ou mesmo que se almeje certas intervenções, o fato é que, ainda que seja em pequenos ou exíguos espaços existentes entre os sujeitos, há diversas maneiras de agir contra o governo que um exerce sobre o outro, e não há dúvida de que essas contracondutas acontecem na relação entre filhos e pais, entre empregados e patrões, entre cônjuges, entre consumidor e vendedor. Diz Foucault (2010b, p. 277), numa espécie de ironia séria: “Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro”.

Acrescente-se a isso o fato de que, ocupando o corpo, em termos foucaultianos, um espaço próprio de cada um, ele seria, ao contrário de qualquer utopia, uma topia em si mesmo, um lugar implacável, uma localização definitiva (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015) e, por esse motivo, é nele que se encontra em igual medida a possibilidade de resistir:

No corpo se encontram os estigmas dos acontecimentos passados, assim como dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele se ligam e subitamente se exprimem, mas nele também se desligam, entram em luta, se apagam uns e outros e prosseguem em seus inumeráveis conflitos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 266-267).

A esse respeito, veja-se um exemplo – tangível e bastante plausível – que corrobora essa intrincada relação corpo-resistência. Num vídeo disponível para acesso no canal YouTube (figura 14), encontra-se um caso icônico dessa possibilidade de contraconduta a partir de espaços exíguos de sua produção. Nele, dois trabalhadores fazem do lugar e do momento de trabalho uma concretização da subversão quanto à ordem estabelecida. O espaço é a estrada que passa pelo próprio canal onde provavelmente trabalham; é ali que, ao som de *É proibido cochilar*, do grupo de forró Os 3 do Nordeste, uma música vinda talvez de um rádio ou quem sabe de um aparelho de celular, dois homens, poder-se-ia dizer dois homens

infames³⁶, em seus trajes de trabalhadores rurais, são bruscamente iluminados por um acontecimento peculiar: bailam à luz do dia, tendo por testemunhas outros de igual condição. A cena não é muito longa, mas parece um daqueles instantes em que tudo fica suspenso, em que as condições de trabalho, os ferrolhos, as identidades, todas essas naturalizações são postas em xeque.

Figura 14 – Trabalhadores dançando no canavial



Fonte: YouTube.

O que está em jogo é a própria criação de outras formas possíveis, de outras topias, ou seja, a partir das heterotopias, cria-se um outro lugar, um salão de dança a céu aberto no meio do canavial, um momento que vai de encontro com esse poder que, com seus sussurros ensurdecedores, confirma a máxima de que tempo é dinheiro e, sobretudo, reafirma ser o trabalho digno de sacrifício porque dignifica o homem. Como diz Foucault (2011a, p. 124),

[...] o trabalho não é absolutamente a essência concreta do homem, ou a existência do homem em sua forma concreta. Para que os homens sejam efetivamente colocados no trabalho, ligados ao trabalho, é preciso uma operação, ou uma série de operações complexas pelas quais os homens se encontram efetivamente, não de uma maneira analítica mas sintética, ligados ao aparelho de produção para o qual trabalham. É preciso a operação ou a síntese operada por um poder político para que a essência do homem possa aparecer como sendo a do trabalho.

³⁶ Sobre a infâmia de alguns homens, diz Deleuze: “O homem infame não se define por um excesso no mal, mas etimologicamente como o homem comum, o homem qualquer, bruscamente iluminado por um fato corriqueiro, queixa dos vizinhos, presença da polícia, processo... É o homem confrontado ao Poder”. DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2010. p. 138.

Contra o mundo do trabalho, contra esse poder que os vincula ao ofício e diz ser esse a sua essência, os corpos bailam sem pudor, sem divisão de papéis sexuais, sem pertencimento a nada, a não ser deles próprios: às vezes dançam corpo colado no outro, às vezes sozinhos, rebolam, mexem a pélvis em movimentos rápidos rumo ao chão, enfim, fazem da vida em seu instante fugaz uma verdadeira festa. E muito riso, e muito gracejo, pois em seus *insights* percebem que estão fazendo algo contrário ao *establishment*. É como se afirmassem: o corpo é a minha arma nessa luta e eu disponho dele de forma a dar-lhe o ritmo e os compassos que forem possíveis. Enfim, esse episódio nos leva a entender que os processos de resistência estão menos para revoluções grandiosas, que mudariam o rumo da história, do que para a possibilidade de estabelecimento de novas relações.

Os trabalhadores-dançarinos da figura 14 são, de certa forma, uma materialização de contracondutas que afrontam o poder em sua dimensão mais ínfima – e nem por isso menos importante – e os discursos que lhe dão sustentação em nome de uma soberania dos sujeitos. Isso ratifica as proposições foucaultianas a respeito da necessidade de ir numa direção contrária a uma postura humanista, que “[...] é tudo aquilo pelo que no Ocidente barrou-se o desejo do poder – proibiu-se querer o poder, excluiu-se a possibilidade de assumi-lo” (FOUCAULT, 2014a, p. 64). Como proposições para atacar o ferrolho imposto pelo conjunto de discursos que atende pela alcunha de humanismo, o filósofo francês propõe um “desassujeitamento da vontade de poder” e a destruição da pseudosoberania do sujeito, isto é, “[...] supressão dos tabus, das limitações e das divisões sexuais; prática da existência comunitária; desinibição em relação à droga; ruptura de todas as proibições e de todos os fechamentos pelo que se reconstitui e se reconduz a individualidade normativa.” (FOUCAULT, 2014a, p. 65).

No entanto, o mesmo episódio, se visto sob outro ângulo, nos confirma esse indefinido da luta travada entre o poder que se quer manter e a resistência que não se deixa ser governada. Se levarmos em consideração, por exemplo, que o bailado não se dá apenas num momento de descanso, mas que também é conduzido pela música *É proibido cochilar*, temos aí não mais uma contraconduta que se opõe e se desvela diante das astúcias do governo dos corpos, mas uma exacerbação dessa conduta, posto que, tal qual uma ginástica laboral, o efeito pretendido é que o trabalhador seja mais feliz e, conseqüentemente, mais produtivo. Aliás, essa hipótese é corroborada pelas afirmações do “enunciador” que, comentando o próprio vídeo por ele postado no canal mencionado acima, o qual recebeu quase meio milhão de visualizações, diz que “não importa qual trabalho, o importante é fazê-lo com amor, e dá pra ver que mesmo sendo um trabalho árduo eles estão felizes”.

Para além desse exemplo, e adentrando um pouco mais fundo nessa questão, sendo o biopoder um tipo de força que se exerce sobre os corpos (sociais e individuais), tendo a vida como seu alvo e sua manutenção o seu escopo, o bios passa a ser em sua mais pura forma e em sua plenitude também a matéria com a qual os movimentos de resistência contam como substrato para exercer igualmente sua força. Como correlato imediato da descentralização de manifestação das relações de força, também se faz necessária a ideia da descentralização dos lócus de resistência. Não havendo um local privilegiado para a manifestação do poder, não há também um local específico de resistência, mas lugares múltiplos, “mil platôs”, tantos quantos forem os locais de afetação das relações de poder. Nesse caso, vale retomar as palavras de Foucault que, perguntado, em uma entrevista de 1975, se seria possível uma sociedade sem poder, afirma que este vai tão longe, penetra tão profundamente, é veiculado por uma rede capilar tão cerrada, que se perguntaria onde ele não existiria. A partir daí, em entrevista a Pol-Droit (2006, p. 96), argumenta: “O que se deve descobrir em nós não é o que está alienado nem o que está inconsciente. São essas pequenas válvulas, esses pequenos difusores, essas minúsculas engrenagens, essas microscópicas sinapses através das quais o poder passa e se acha reconduzido por ele mesmo.” E, na continuação do raciocínio, declara:

O que escapa ao poder é o contra-poder que, no entanto, encontra-se, ele também, preso no mesmo jogo. Eis porque é preciso retomar o problema da guerra, do afrontamento. É preciso retomar as análises táticas e estratégicas num nível extraordinariamente baixo, ínfimo, cotidiano. [...] É possível ter um pensamento político que não seja da ordem da descrição triste: é assim, e você está vendo que não tem graça! O pessimismo de direita consiste em dizer: veja como os homens são filhos da puta. O pessimismo de esquerda diz: veja como o poder é nojento. Podemos escapar destes pessimismos sem cair na promessa revolucionária, no anúncio do entardecer ou da aurora? Eu creio que é isso que está em jogo atualmente. (POL-DROIT, 2006, p. 96).

Essas palavras do pirotécnico Foucault, como se autodefiniu certa vez, podem ser aproximadas, em certa medida, de dois outros textos de sua autoria nos quais o filósofo-historiador-professor, de maneira enviesada, discorre acerca das possibilidades e da necessidade de resistir. Um desses textos se intitula *É importante pensar?* e nele se propõem reflexões a partir do questionamento-título para, então, afirmar ser absolutamente necessário tal ato (de pensar): “É preciso [...] parar de considerar como vã essa coisa essencial na vida humana e nos relacionamentos humanos, quero dizer, o pensamento. O pensamento, isso existe além e aquém dos sistemas e dos edifícios do discurso. É alguma coisa que às vezes esconde, mas sempre anima os comportamentos cotidianos.” (FOUCAULT, 2010c, p. 356).

Se, nas reflexões foucaultianas, a ideia de luta, de combate, de guerra aparece com certa frequência, o ato de pensar seria, então, o maquinário necessário para tais atitudes bélicas. É que, no momento em que se aventura para fora do que já foi pensado, quando se lança para além do reconhecível e do seguro, quando criar novos conceitos ou ideias para áreas desconhecidas se torna imprescindível, “[...] caem os métodos e as morais, e pensar torna-se, como diz Foucault, um ‘ato arriscado’, uma violência que se exerce primeiro sobre si mesmos” (DELEUZE, 2010, p. 132), de tal forma que o pensamento se conecta à ideia de problematização, de crítica e de transformação, uma vez que nos processos de mudança, de levar a cabo as resistências,

Se não houve, na base, o trabalho do pensamento sobre si mesmo e se efetivamente os modos do pensamento, quer dizer, os modos de ação, não foram modificados, qualquer que seja o projeto de reforma, sabemos que vai ser fagocitado, digerido pelos modos de comportamentos e de instituições que serão sempre os mesmos. (FOUCAULT, 2010c, p. 357).

Assim, o ato de pensar, ele mesmo, em sua própria ação, se mostra como um ato de resistir, ou, na melhor das hipóteses, como a base para que se tornem efetivos tanto as nanoresistências quanto os processos maiores e mais visíveis de revolta.

Outro texto com o qual se pode estabelecer uma conexão ou chamar para a reflexão acerca das contracondutas em um contexto biopolítico é *Prefácio (Anti-Édipo)*, escrito em 1977, especialmente para servir de abertura do livro de Deleuze e Guattari. Nesse texto, Foucault faz uma espécie de ode a uma vida não fascista, isto é, combate de forma veemente os pequenos fascismos que em todos habitam e irrompem cotidianamente nas mais variadas formas: “[...] o fascismo que está em todos nós, que persegue nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora” (FOUCAULT, 2010c, p. 105). Esses fascismos de que fala estão próximos das concessões que se tem feito em nome da segurança, do bem-estar, da felicidade, enfim, de um determinado “estilo de vida”. Na busca de tal *modus vivendi*, cede-se aos comandos do biopoder que se integram aos mandos/desmandos da ordem capitalista, “[...] abandona-se o processo de experimentação da vida para ser um experimento de uma linha de montagem que visa, em última análise, padronizar os desejos e regular os comportamentos de acordo com o compasso da maioria, do grande número.” (HARA, 2012, p. 139). Em poucas palavras: integra-se a esse grande corpo coletivo chamado população.

Mas, então, como fazer para não se tornar ou permanecer fascista? Como desentranhar o fascismo que se incrustou em nosso comportamento? Como nos livrar do fascismo que está

em todos nós, que nos ronda e nos faz gostar do poder, desejar essa coisa que nos domina e explora? Pensando uma vida não fascista como uma arte de viver, estando ou não instalados próximos do ser, ele expõe alguns princípios essenciais para a vida cotidiana, que não devem ser vistos no sentido de um manual de regras a seguir, mas como atitudes possíveis de serem colocadas em prática: I) liberar a ação política de toda forma de paranoia unitária e totalizante; II) fazer crescer a ação, o pensamento e os desejos pela proliferação, justaposição e disjunção, antes que pela subdivisão hierarquização piramidal; III) liberar-se das velhas categorias do negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna) que o pensamento ocidental, há muito tempo, sacralizou como forma de poder e modo de acesso à realidade, preferindo o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis aos sistemas, o que é produtivo e não sedentário, portanto, nômade; IV) conectar o desejo à realidade como força revolucionária; V) utilizar a prática política como intensificador do pensamento e a análise como multiplicador das formas e domínios de intervenção da ação política; VI) “desindividualizar” para multiplicar e deslocar os diversos arranjos, pois o indivíduo é um produto do poder; VII) não cair apaixonados pelo poder. (FOUCAULT, 2010c).

Em suas discussões sobre o liberalismo, o autor considera, como um dos princípios dessa forma de governo, a máxima de que “se governa sempre demais”, daí a constante suspeita e a conseqüente justificativa de sua legitimidade em nome da sociedade e do mercado. O filósofo fala, então, da emergência de um *homo economicus* como produto da atuação do mercado no sentido de reger e conduzir o corpo populacional, ou seja, o homem passa a ser entendido como agente econômico estimulado, produzido e conduzido pelo mercado: “É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”, sentencia Foucault (2008a, p. 165), referindo-se à atuação desse capital humano.

Nesse “contexto”, em que se exerce uma espécie de controle aberto e contínuo, sutil, mas hipereficiente, as antigas fábricas cedem espaço para as modernas empresas de modo a produzir e gerenciar (in)divíduos muito mais flexíveis e moldáveis que outrora. A preocupação com determinado “estilo de vida” (seguro, saudável, feliz) associada à busca exacerbada do consumo (de bens, de serviços, de ideias) são duas formas de adequação pelas quais os indivíduos passam nos processos de tornarem-se empreendedores de si mesmos. Dessa forma, pode-se denominar tanto os discursos que sustentam as práticas quanto as próprias práticas presentes na atualidade enquanto produtores desses fascismos contemporâneos,

[...] na medida em que eles determinam insidiosamente a padronização de comportamentos, sentimentos e falas que invadem e regulam previamente todos os domínios da vida social cotidiana, bloqueando a produção de diferenças que façam a diferença, a partir do mercado econômico entendido como novo lugar de produção de verdade, de desqualificação e de aniquilação. (DUARTE, 2009, p. 49).

Em sentido contrário, mas sempre em conformidade com Foucault, é possível trocar esse “empreendedorismo de si mesmo” por uma “política de nós mesmos”, isto é, procurar construir novas formas de subjetividades e de relação consigo a partir do que está possibilitado. Em suas palavras, o objetivo que temos hoje é menos descobrir o que somos e mais recusar o que somos: “A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado [...]. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (FOUCAULT, 2010d, p. 283).

4.1.2 Resistência e dispositivo da moda

Docilidade ou rebeldia, apropriação ou rivalidade, da ordem das contestações e das lutas. As observações de Foucault (2009b, p. 10) sobre o enunciado corroboram as proposições feitas alhures pelo filósofo ao afirmar que o discurso é ele mesmo alvo de luta, “o poder do qual nos queremos apoderar”. Disso resulta que, antes de mais nada, ao abordar a temática da resistência, numa perspectiva foucaultiana, é importante salientar que, se a história se move impulsionada pelas resistências, o funcionamento destas está calcado na própria dinâmica discursiva dos enunciados. O que está em jogo nas relações de poder e de resistência, entre as linhas de força e de ruptura, é uma complexa dança ou, de preferência, uma luta que, em sua dimensão mais básica, em seu nível mais elementar, encontrar-se-á uma busca do controle do próprio discurso. A abordagem dos processos de resistência, de contraconduta, é imanente ao *modus operandi* próprio dos enunciados e, por conseguinte, dos discursos, de forma que explicitar o funcionamento da moda, enquanto dispositivo, e a possibilidade de resistir no/ao dispositivo, propósito central deste trabalho, é analisar sua forma de operar no mundo enquanto objeto discursivo.

Levando isso em consideração, e com o propósito de fazer progredir a reflexão em torno do tema, é possível vislumbrar um intricado jogo pela apreensão dos enunciados e sua proximidade com o par poder-resistência, isto é, uma vez que os enunciados são alvo de luta, de combate permanente, tanto o poder quanto a resistência só se constituem enquanto tal por

meio dos enunciados e dos discursos que lhes dão sustentação. Entretanto, estando o poder na condição de busca da manutenção de seu *status* e a resistência, de enfrentamento para se alçar à condição de poder, já que é sonho das linhas de ruptura virem a ser linhas de força, delineia-se um confronto para cooptação dos enunciados e, mais ainda, uma complexidade em definir os lados do combate, assim como suas características identificadoras.

Isso pode ser melhor entendido se voltarmos nosso olhar para certos enunciados que circulam e operam no interior do dispositivo da moda. No caso do site Vista Direita, disponível para consultas on-line, são colocadas à venda diferentes camisetas com dizeres variados, do tipo “Mais liberdade, menos Estado”, “Socialismo torna todos igualmente pobres”, “Free market Best system”, “A direita resiste”, dentre outros (figura 15). Enquanto elementos do discurso, esses dizeres podem ser tomados como enunciados por estarem atravessados por uma historicidade, apresentarem uma materialidade e se singularizarem como objeto de luta. Esses dizeres são referendados por Pêcheux (2008, p. 53), ao estabelecer que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro”.

Figura 15 – Vista Direita



Fonte: Site Vista Direita.

Assim, o que era identificado até há pouco como um espaço de manifestação típico da chamada esquerda, as inscrições nas camisetas em questão demonstram uma apropriação desses enunciados em favor da chamada direita e em prol de ideias associadas a esta corrente política. No que concerne aos dizeres da camiseta da figura 15, na qual se lê “A direita resiste” e “Liberdade e propriedade”, a sua condição de enunciado faz emergir, por meio do interdiscurso, vários outros ditos já constituintes de uma memória discursiva, da qual se

sobressaem enunciados de luta referentes a propostas de cunho esquerdista: a esquerda como espaço de resistência, a camiseta como símbolo/suporte de contestação, o tom inflamado de luta. Isso nos leva a pensar e a propor que o par poder-resistência deve ser analisado para além das esquemáticas noções direito-esquerda.

Acrescente-se a essas considerações o fato de que, na sociedade de controle, isto é, no tipo de sociedade encontrada na contemporaneidade, elas ganham nova roupagem, podendo afirmar, inclusive, que, dada as sutilezas do poder, as resistências também assim se comportam: deixam as margens para ocuparem posições cada vez mais centrais, mas, ramificando-se em diversos pontos individuais (HARDT; NEGRI, 2010), acabam se mostrando mais tênues. Nas publicidades de moda, a exemplo da figura 16, a ideia de rebeldia é trazida para o centro da cena como mecanismo de persuasão e promoção de marcas/produtos, como as roupas da marca em questão.

Figura 16 – A nova República



Fonte: *Veja*, mar. 1985.

Ambientada num momento de transição política, isto é, na primeira metade da década de 1980, essa publicidade cria sentidos que perpassam o político e o *fashion*, numa (re)atualização da ideia de juventude e de seu poder de mudança, ou seja, o que é contestatório e rebelde é reinvestido para o consumo de roupas. Neste caso, observa-se que a noção de contestação e de revolta, expressa muitas vezes nas vestimentas ou nas formas de uso de certas roupas, são reelaboradas e retornam aos consumidores como itens a serem consumidos. Assim, no que diz respeito ao dispositivo da moda, essas resistências são, em geral, reutilizadas em proveito do próprio dispositivo, com vistas à manutenção das relações de poder. Antes de entrarmos no mérito e nos desdobramentos dessa afirmação, retomemos,

primeiramente, algumas particularidades referentes ao termo moda, bem como alguns aspectos históricos que a ligam à resistência.

Desde sua invenção no/pelo Ocidente, que, para alguns autores, se deu no final da chamada Idade Média, a moda tem-se constituído como um poder amparado e justificado por saberes, contribuindo decisivamente para a construção de subjetividades. Desde seu início, ela parece se apropriar – e, de fato, se apropriou – dos processos de resistência ou de contestação, dado que seu aparecimento está intimamente relacionado com o resultado da tentativa de combatê-la (SVENDSEN, 2010). No que tange às particularidades do próprio signo linguístico, para além de sua usual relação com a forma latina *modus* (modo, maneira) ou a forma francesa *façon* (modo maneira), Barnard (2003) lembra que, etimologicamente falando, a palavra *fashion* (moda) está relacionada com o termo latino *factio*, do qual deriva a palavra facção. Este termo apresenta fortes conotações políticas e faz supor o conflito ou a luta existente entre grupos pelo exercício de poder por eles almejado. Como diz este último: “Afirma-se que moda e indumentária são utilizadas não só para constituir e comunicar uma posição naquela ordem social, mas também para desafiar e contestar posições de poder relativo dentro da mesma.” (BARNARD, 2003, p. 67).

Retrocedendo no tempo, mais precisamente na Europa do período medieval, com o intuito de “impedir o ‘esbanjamento’ de metais raros e preciosos, mas também impor uma distinção do vestuário que devia lembrar a cada um seu lugar e seu estado na ordem hierárquica” (LIPOVETSKY, 2009, p. 44), introduziram-se medidas restritivas quanto à utilização e a disseminação de artigos luxuosos – dentre os quais se encontravam as roupas –, vinculando o uso de certos itens à posição social ocupada pelo indivíduo. As chamadas “leis suntuárias” impossibilitavam o acesso das classes populares aos artigos reservados às classes mais abastadas e, mesmo que possuíssem recursos materiais, a sua aquisição lhes era proibida. Uma proibição de tal magnitude teve, como efeito colateral, o despertar cada vez mais de interesses por esses objetos e, como esperado, esse dispositivo legal passou a ser violado com certa frequência. Em decorrência disso, “[...] a moda permitiu dissolver a ordem imutável da aparência tradicional e as distinções intangíveis entre os grupos, favoreceu audácias e transgressões diversas não apenas na nobreza mas também na burguesia.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 46).

Estas leis suntuárias existiram por séculos na Europa e determinaram o que as pessoas (não nobres) poderiam/deveriam vestir, ou melhor, o que não poderiam vestir. No caso específico do contexto francês, o retraimento das leis proibitivas ganha espaço e seu

banimento se efetiva com o advento da Revolução Francesa.³⁷ Na França do final do século XVIII, os *sans culottes* (sem calções) eram todos aqueles que não faziam parte da aristocracia, cuja maneira de vestir incluía uma peça habitual chamada *cullote*. Como exemplar de funcionamento discursivo do léxico de uma língua, “[...] a princípio a expressão *sans culottes* foi usada pejorativamente, porém mais tarde ganhou um sentido positivo” (SVENDSEN, 2010, p. 49). Vestidos em seus *pantalons*, os *sans culottes* tornaram-se assim o maior símbolo de revolução social e também de vestuário durante a Revolução Francesa. Com a tomada da Bastilha, os privilégios dos nobres caíram assim como caíram em desuso as tais leis suntuárias.

Se a moda não estava no centro da Revolução Francesa, sem dúvida, ela teve seu papel na ordem discursiva instaurada por tal acontecimento, seja nas denominações dos grupos em confronto, seja em suas contribuições para o estabelecimento de uma nova ordem³⁸ que, a partir de então, passa a operar no mundo ocidental, dissolvendo “[...] a ordem imutável da aparência tradicional e as distinções intangíveis entre os grupos [...]” ou ainda favorecendo “[...] audácias e transgressões diversas não apenas na nobreza mas também na burguesia”. Fala-se, portanto, de uma revolução democrática que teria ocorrido com o advento da revolução; no entanto, a moda só pode ser um agente dessa revolução supostamente democrática porque foi amparada por um duplo processo: “[...] a ascensão econômica da burguesia, por um lado, e o crescimento do Estado moderno, por outro, os quais, juntos, puderam dar uma realidade e uma legitimidade aos desejos de promoção social das classes sujeitas ao trabalho.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 46).

Nesse quesito, Svendsen (2010, p. 42) vê com certo ceticismo esse acesso aberto “a todos” e argumenta que tal “democratização” da moda “[...] não significou que todas as distinções foram apagadas, mas que quase todo mundo foi incorporado à interação social da moda.” As classes trabalhadoras só foram atraídas para o domínio da moda no período pós-revolução, mais precisamente no século XIX, com a possibilidade e a necessidade de um consumo massivo dos produtos produzidos em escala industrial. Até então, haviam sido

³⁷ Um decreto de 29 de outubro de 1793 estabelece: “Ninguém, não importando o sexo, poderá obrigar nenhum cidadão a se vestir de maneira particular, sob pena de ser considerado e tratado como suspeito e perseguido como perturbador da calma pública: cada um é livre para usar uma indumentária particular ou adequar a maneira de vestir que lhe convier.” MONNEYRON, Frédéric. *A moda e seus desafios: 50 questões fundamentais*. Tradução Constância Morel. São Paulo: Senac, 2007. p. 22.

³⁸ “Como todos os levantes populares, ela teve um efeito profundo tanto nas roupas masculinas quanto nas femininas. Os trajes do Antigo Regime foram erradicados. De repente não havia mais casacos bordados nem vestidos de brocado, perucas ou cabelo empoadado. Não havia mais penteados elaborados nem *talons rouges*. A ‘volta à Natureza’ era o grito, mas no caso das roupas isso nunca é totalmente possível, a menos que as pessoas estejam dispostas a adotar a nudez dos selvagens.” LAYER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. Tradução Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 148.

excluídas por razões de ordem econômica, já que as roupas eram extremamente caras, mas a introdução das máquinas de costura e de tricotar “[...] permitiu a produção de grandes quantidades de roupas relativamente complexas, que anteriormente tinham sido privilégio da costura feita à mão. Isso abriu possibilidades inteiramente novas para o consumo de massa.”

Nota-se, portanto, que a moda, desde seu surgimento, aparece atrelada a movimentos de revolta, de contestação, de ruptura em relação à ordem vigente. A busca de novidade vai operar como uma espécie de combustível para seu funcionamento e, com a expansão da sociedade capitalista, elas (moda e novidade) se tornam parte da engrenagem do mundo que gira em torno do capital. Quanto a essa expansão capitalista, vale mencionar que, como é de conhecimento geral, ela é audaciosa e, por meio de mecanismos que lhe são próprios, penetra nos recônditos tanto dos sujeitos quanto do corpo social. Para tanto, faz uso de duas estratégias distintas, estímulo e repressão: se, de um lado, ela é implacável no processo de marginalização das subjetividades que ousam criar um território, singular e independente, como afirma Hara (2012); por outro lado, esses mesmos produtos ou essas ideias contestatórias, singulares, autônomas, marginais são aproveitadas e transformadas em produtos úteis e valiosos. É nesse ponto que podemos entender essa relação complexa e contraditória entre a moda, enquanto um dispositivo presente nas sociedades de consumo, e os processos de resistência que lhe são correlatos.

A “coincidente” relação entre o mundo capitalista e a entrada em ação dos poderes disciplinar e biopoder fizeram prosperar essa tecnologia, essa aparelhagem por meio da qual se intenta concretizar as finalidades de tal poder: sujeição, controle, produtividade. O século XX pode ser visto como um “curto” período em que esses mecanismos proliferaram em direções diversas, compondo um quadro que Agamben (2009) considera como sendo de total domínio dos mais diversos dispositivos. Diante de tal perspectiva, a moda passa a funcionar como um dentre os vários dispositivos que agem na contemporaneidade com vistas à fabricação de subjetividades, isto é, da transmutação dos indivíduos em sujeitos. É ela um dos grandes, talvez um dos principais, pois seu *modus operandi* implica uma sujeição sem que se tenha consciência dessa operação, e sua produtividade consiste em promover bem-estar e felicidade, beleza e prazer, de modo que se torna difícil resistir aos encantos e ao chamamento dessa sereia moderna.

Nesse sentido, talvez não seja excessivo dizer que nada lhe escapa, seja pobre ou rico, preto ou branco, europeu ou sul-americano, enfim, a moda em seus muitos desdobramentos em algum momento coopta seus discípulos. Entretanto, isso não significa que seja impossível resistir, que os processos de resistência não lhe pertençam. Ao contrário, eles não só existem

como são extremamente bem-vindos a esse dispositivo, pois parte de seu *status* e da manutenção deste depende das reviravoltas que se dão por meio dos conflitos entre o que é imposto e o que vem como resposta a tal imposição. Em outras palavras: a resistência é um fato de alta relevância para o dispositivo da moda, por meio dele ela se renova, requalifica, amplia sua rede, penetra nos corpos e no comportamento.

De volta aos desdobramentos em torno da questão de ser ou não ser possível resistir aos encantos prometidos ou sugeridos pelo discurso da moda, o que se constata é uma intrincada relação entre poder e resistência, que ocorre nas sociedades de controle, sob os efeitos de um biopolítica. Isso quer dizer que, na contemporaneidade, a delimitação entre o que é poder e o que é resistência se mostra como um procedimento que requer um olhar dotado de uma perspicácia capaz de perceber nuances e sutilezas muito particulares, já que, diante da pulverização do poder, ocorre também uma propagação das atitudes contestatórias – o que faz dessa delimitação algo complicado e com riscos de insucesso. No campo da moda, aquilo que é visto como contestatório ou de protesto acaba sendo incorporado pelo poder que dela faz uso para venda de produtos ou padronização de comportamentos.

Desse modo, com vistas a corroborar a procedência das considerações feitas anteriormente, percorreremos, a seguir, alguns tópicos que, apontando para os *mass media* ou deles partindo – representados aqui por revistas, jornais ou sites/*blogs* da internet –, têm como finalidade observar mais de perto esse acontecimento em andamento, isto é, essa (re)apropriação feita pelo poder dos temas da resistência. Para cumprir esse propósito, serão analisados alguns casos específicos de movimentos, eventos, comportamentos, itens de vestuário, como a apropriação de certas “revoluções” comportamentais (a exemplo do movimento *hippie*), ou ainda fenômenos tais como a instauração de tendências e o aparecimento das cópias, bem como a emergência dos *blogs* e, *at last but not least*, do chamado (Império do) estilo.

É fato que, no interior do dispositivo da moda, a relativização de valores e conceitos torna-se um imperativo, resultando daí uma espécie de naturalização de tal eufemização. O rosto do revolucionário Che Guevara serve de estampa para o biquíni no corpo da *top model* sem que se encontre nisso indícios de uma incoerência ou sinais de um desvio. A Maison Chanel, ícone do luxo capitalista, transforma o Paseo del Prado, em Cuba, numa grande passarela para a apresentação de sua coleção Resort 2016, instaurando o que a imprensa chamou de “o novo comunismo de boutique”.³⁹ Assim, também a consultora de moda publica

³⁹ “Desfile da Chanel em Cuba – o novo comunismo de boutique”. Disponível no Blog Bruno Astuto. *Revista Época*, 2016.

em seu *blog* dicas de como se vestir para ir às manifestações de ruas (figura 17)⁴⁰, orientando os manifestantes a realizarem uma passeata mais “segura”, pois, de acordo com a especialista, é preciso pensar com calma na roupa que se usa, preferindo “[...] peças utilitárias para enfrentar a guerra [...] e se proteger, por mais que todos queiramos uma manifestação pacífica”. Diante de tais astúcias, o que se percebe, ou melhor, o que se pressupõe na dinâmica atual das resistências, é uma sutílização de suas táticas, no sentido que Certeau (2008) a entende, que assim como o poder torna-se mais invisível, mas nem por isso menos onipresente.

“É tendência, concorde você ou não. E está nas ruas.” Assim a consultora inicia sua postagem no *site*, propondo conexões entre manifestações de rua e moda. Nesses seus dizeres, interessa primeiro o fato de que isso tenha sido possibilitado ser dito e que, uma vez dito, entre numa rede enunciativa, de tal maneira que se conecta, corrobora e reafirma esse conceito ao qual a moda, em grande medida, pode ser associada, qual seja, o conceito de tendência. Em tese, “as tendências são o denominador comum da moda” (PALOMINO, 2010, p. 37), compreendendo por este termo não apenas a recorrência do uso de alguns itens ou a raridade deles, mas principalmente “[...] o fenômeno de polarização pelo qual um mesmo objeto [...] seduz simultaneamente um grande número de pessoas” (ERNER, 2005, p. 104).

Figura 17 – Moda para protesto



Fonte: Uol, jun. 2013.

Ao compor o discurso da moda, o enunciado “X é o novo preto” (visto em 2.2.2) materializa a noção de tendência ao remeter histórico-discursivamente a algo que ocupa uma posição privilegiada no universo *fashion*. Mas não somente nesse campo discursivo, já que esse mesmo enunciado pode ser repetido ou preenchido com qualquer elemento que se encontra em semelhante situação (cores, pessoas, carros, objetos de decoração, filmes). Ao

⁴⁰ “Moda para protesto – roupa de guerra”. Disponível no Blog Chic Uol, 2016.

lidar diretamente com a ideia de tendência, outras áreas também dela se apropriam, a exemplo da própria AD, no interior da qual é possível falar em novas tendências para se analisar discursos⁴¹, isto é, novos instrumentais e novos objetos passam a compor essa área de conhecimento em um momento específico.

O processo de composição de tendências não é, pois, exclusivo do universo de roupas e indumentárias, mas é nele que aparece com maior visibilidade e vigor, tanto que uma é recorrentemente utilizada como sinônimo da outra. No caso da moda-tendência, é possível supor que esta se acopla às sociedades atuais e se torna um princípio de entendimento e explicação desse fenômeno chamado controle, pois cabe a ela o papel de fazer com que uma população se vista/comporte de uma mesma maneira sem que isso seja tomado como uma imposição. Acrescentando elementos à reflexão, ou embaralhando as noções tradicionalmente aceitas, Barnard (2003, p. 36) sentencia:

[...] pode não ser possível definir uma peça de roupa específica, ou um traje, como item de moda, mas deve ser possível assegurar se uma peça determinada de roupa está funcionando como moda. Do mesmo modo que um saco plástico, por exemplo, não representa um item de vestuário até o momento que alguém o use, assim uma roupa ou acessório não constitui um item de moda até que alguém o use para indicar o seu lugar real ou ideal numa estrutura social. Não existe qualquer ponto essencial que uma peça de vestuário deva partilhar com outra para que seja considerada moda; por esse motivo, ela pode ser moda, e elegante, num certo ponto do tempo, mas não em outro. Nada existe que seja comum a toda moda ou às roupas que estão na moda.

Ao tratar do processo de delineamento das tendências, e tomando o cuidado para que não se resvale para uma noção do tipo totalizante, deve-se considerar a seguinte ressalva: não se trata de uma conspiração ou de um conluio entre grandes conglomerados para uma escravidão dos gostos. A crença na conspiração das tendências “[...] revela a incapacidade de imaginar um poder cuja influência estaria em todos os lugares, e cuja sede seria em lugar nenhum” (ERNER, 2005, p. 114). Nesse caso, há que se observar dois movimentos que lhe são característicos: um descendente, em que se impõem produtos, cores, formas de uso etc., via indústria da moda e seus componentes (estilistas, produtores, marcas), e uma rede que lhe dá sustentação (revistas, jornais, programas de tevê, *blogs*); e outro ascendente, em que se pesa uma certa recorrência advinda das ruas (*fashion street*), como sugerido pela colunista de moda ao tecer comentários sobre o tipo de vestimenta para ser usada em protestos.

De forma análoga, outro consultor de moda (figura 18) indica serem os jovens os inspiradores de tendência atualmente e que as roupas do trabalho e *street wear* são alvo de

⁴¹ Referimo-nos aqui ao livro de Maingueneau (1997), intitulado *Novas tendências em Análise do Discurso*.

atenção. Em seu entendimento, um produto só deixa de ser uma tendência – *cool*, em inglês, ou descolado, na gíria em português – quando seu uso se torna massivo e descontextualizado – e, nesses casos, segundo ele, tem-se algo no nível da cópia apenas.

Figura 18 – O (per)seguidor de tendências

Panorama ■ Conversa COM JOSÉ PAPA

O (per)seguidor de tendências

O brasileiro, diretor-presidente de uma das maiores consultorias de moda, comportamento e negócios do mundo, a WGSN, diz o que vai pegar

Quem são os maiores inspiradores de tendências hoje? Os jovens, como sempre. Isso porque é nessa fase da vida que as pessoas topam mais riscos — seja na escolha da roupa, seja na da música. Mas temos prestado atenção também naquelas mulheres que nasceram por volta da década de 60, são bem-sucedidas profissionalmente, usam cabelos brancos e valorizam o fato de estarem envelhecendo bem. Modelos mais velhas como a Daphne Selfe são uma tendência na publicidade. No Brasil, a periferia desperta interesse, com sua mistura de estampas e sons.

Em que lugares do mundo estão nascendo as tendências, além do circuito Londres-Tóquio-Berlim? Kuala Lumpur, na Malásia, é um novo grande polo de música pop. A Islândia está entre os líderes recentes em tendência gastronômica. E a Noruega tem disseminado comportamentos — na área da reciclagem, por exemplo. Em Oslo, espalham-se caçambas pela rua e as pessoas depositam lá suas roupas antigas.

Roupas: o que vai ser novidade daqui a pouco? Tecidos que hidratam a pele. A Alemanha e a Espanha têm estudos avançados sobre materiais assim. Roupas de trabalho também têm me-



Fonte: *Veja*, abr. 2005.

No mundo contemporâneo, no que concerne à dinâmica das tendências e aos sujeitos expostos aos seus imperativos, costuma-se segmentar esses últimos em dois grandes grupos: de um lado, os seguidores de tendências, que se subjugam às leis da moda, comprando os modelos em alta em cada estação e obedecendo aos comandos da indústria da moda – são os chamados, de forma genérica, de vítimas da moda (*fashion victims*); e, de outro lado, aqueles que, subvertendo, invertendo ou desafiando o *establishment*, constroem seus estilos e suas modas próprias, mas que, em igual medida, como veremos adiante, mesmo com suas “antimodas”, acabam se enquadrando num outro ponto deste universo. Dessa frágil divisão, podem ser levantados, então, alguns questionamentos: No tocante à posição ocupada pelos sujeitos no dispositivo da moda, haveria possibilidade apenas dessa dualidade, desse binômio adequação x inadequação? Àqueles que não se enquadram em nenhum desses dois grandes grupos, que lugar ou não-lugar lhes caberia? Se a população é aquele componente sobre o qual mira o biopoder, que posição lhe seria reservada nessa partição? E o povo, em sua condição opositiva à população, como ficaria? Que relação pode ser estabelecida nesse jogo com a questão da cópia, da imitação, da pirataria e outros de igual natureza?

Para refletirmos sobre tais questões e, especialmente, sobre a emergência da cópia, sua proximidade com as tendências, bem como seu papel no interior das discussões entre poder e

resistência, partimos de duas reportagens que circularam em dois momentos distintos nas páginas de uma revista de circulação semanal (figuras 19 e 20):

Figura 19 – Nada se cria



Fonte: *Veja*, fev. 2000.

Figura 20 – Parece mas não é



Fonte: *Veja*, maio, 2003.

A cópia, numa perspectiva do enfrentamento entre as linhas de força e de contraconduta, pode ser compreendida como uma forma de resistência em confronto com os poderes iminentes de um dispositivo que demonstra sua alta produtividade e positividade ao fazer aparecer objetos de beleza e de desejo, fomentando não somente a vontade de saber, mas as vontades e desejos de posse. Àqueles aos quais é negada a aquisição de tais produtos, chamados exclusivos, autênticos, originais, uma alternativa é o consumo dos falsificados — sim, porque ainda assim a lógica é a do consumo —, contra os quais se erige toda uma moral condenatória. Tal escolha estético-moral circula e se mantém por meio de uma malha discursiva que lhe confere uma ampla aceitação social, relegando à cópia ou à pirataria um papel de vilã no embate entre mocinhos dessa narrativa romanesca.

“Parece, mas não é” e “Nada se cria, tudo se copia” são enunciados que se reproduzem tanto em espaços informais quanto em circuitos discursivos mais fechados, como os suportes midiáticos (revistas, jornais), e veiculam com regularidade e intensidade esses dizeres comprobatórios do caráter condenável das cópias. Tais enunciados, apesar da possibilidade de serem apropriados por diferentes sujeitos, pertencentes a formações discursivas diversas,

reafirmam uma “condenação moral da cópia” (BRANDÃO, 2011, p. 196), relegando-lhe um lugar na feiura, na pobreza, na esterilidade, sem levar em consideração, por exemplo, essa espécie de “globalização subalterna” que tais produtos promovem.

Um fato notável quanto a esse discurso condenatório da cópia é o apagamento ocorrido ao longo dos últimos séculos da positividade que revestia semanticamente o próprio termo. Deixando de lado suas particularidades no mundo oriental, havia, no mundo ocidental, uma tradição de aprender copiando/olhando os mestres, pois a cópia era tida como parte do processo do qual emergiria uma autonomia criativa e, portanto, uma prática legítima. Brandão (2011) explica que, com o advento da modernidade, a intensificação dos fluxos comerciais e o acesso relativamente fácil a certos bens, a exclusividade passa a não mais funcionar como elemento distintivo, sendo necessária a sua substituição pela noção de autenticidade. Expõe a autora que “Essa regra de autenticidade retroalimentada pela condenação definitiva das cópias e das falsificações emergentes [...] sofreu um vazamento da esfera original, espalhou-se como discurso para toda a sociedade e transformou-se em imperativo moral da modernidade.” (BRANDÃO, 2011, p. 199).

Curioso é que a noção mesma de modernidade é vista por Simmel (2008, p. 24) como símbolo da imitação e, em suas reflexões, ele defende a moda como “imitação de um modelo dado”, fazendo com que “a tendência para a igualização social” se una à “tendência para a diferença e a diversidades individuais num agir unitário”, satisfazendo, assim, a necessidade de “apoio social”. A moda, na perspectiva sociológica deste autor, está calcada no dualismo imitar x diferenciar. Ela é imitação, pois se coaduna aos anseios de inserção no grupo, mas, em contrapartida, também trabalha no sentido de uma diferenciação; logo, ao mesmo tempo que liga, ela separa; tanto aproximando quanto afastando. Segundo o entendimento do autor:

Quem [...] se veste ou se comporta de forma não moderna adquire o sentimento de individualização a tal associado, não por autêntica qualificação individual, mas pela simples negação do exemplo social. Se a modernidade é imitação deste último, então a não-modernidade deliberada é a sua imitação com sinais inversos; mas nem por isso oferece um testemunho menor do poder da tendência social que, de qualquer modo positivo ou negativo, de si nos torna dependentes. O intencionalmente não moderno assume o conteúdo, tal e qual como o maníaco da moda, só que o constitui noutra categoria: este na intensificação, aquele na da negação. (SIMMEL, 2008, p. 36).

Inobstante o fato de suas reflexões teóricas se inserirem no ramo da sociologia, parecem verdadeiras tais afirmações no que diz respeito ao caráter mimético da moda. Não haveria moda, tal qual a concebemos, se não houvesse esse esforço paradoxal de igualdade e diferença que lhe é concernente. Unir e diferenciar são partes de suas funções básicas, se

observados os comportamentos sociais; entretanto, seria no mínimo problemático e reducionista dizer que “as classes inferiores têm poucas e raras modas específicas” (SIMMEL, 2008, p. 29), já que a imitação ou a cópia, comumente associada às classes “inferiores”, implica um rearranjo, uma forma renovada de apropriação. E isso não tem necessariamente a ver com divisão de classe, no sentido de que a chamada classe alta teria o poder de ser alvo de cópia enquanto a outra seria essa espécie de vilã copiadora. Assim como determinados segmentos clamam por participação no mundo do consumo e, portanto, copiam esse universo, também o contrário se dá, isto é, modas de segmentos menos favorecidos são tomadas de empréstimo por outros mais abastados. A afirmativa do consultor de modas (figura 18), para o qual a periferia brasileira desperta interesse como tendência atualmente, por suas misturas de estampas e sons, bem como a comparação feita na figura 3 numa postagem do Blog do povão são elementos comprobatórios dessa nossa afirmação.

Na verdade, essas características da cópia estão diretamente relacionadas ao peculiar modo de ser dos enunciados, pois, como já mencionado, na condição de acontecimento, são únicos, porém abertos à repetição, à transformação, à reativação, por estarem ligados tanto às situações que o provocam, quanto a outros enunciados que o antecedem ou sucedem. Sousa (2013, p. 132) vai um pouco além e vê nessa capacidade de transformação e reativação dos enunciados “o fundamento que define as práticas de inovação”. Portanto, partindo das observações da autora, pode-se questionar em que medida as práticas de imitação não seriam, no limite, também práticas de inovação, uma vez que, calcadas em uma rede discursiva, já apresentariam no acontecimento de sua emergência “a coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos” (SOUSA, 2013, p. 136).

Já no século XIX, os costureiros e pioneiros da alta-costura Worth e Poiret pressentiam o potencial da cópia ao criar suas coleções de alta-costura não somente para os clientes ricos, “[...] mas para que fossem copiadas e vendidas em versões muito mais razoáveis em lojas” (SVENDSEN, 2010, p. 140). E nasce daí a prática de colocar etiquetas nas roupas para distinguir as autênticas das falsas, mas também aí nasce a prática que lhe é contemporânea de imitação das próprias etiquetas. Svendsen (2010, p. 141) põe em dúvida a real diferença entre uma roupa ‘genuína’ de um estilista e uma ‘falsa’, e acrescenta, em seguida, que modelos ‘originais’ de um estilista e ‘cópias’ são produzidas nas mesmas fábricas do terceiro mundo, de modo que “são idênticas em termos de qualidade, funcionalidade e aparência”.

Na atualidade, colocados em circulação por meio da rede de enunciados que lhes dão sentido, signos linguísticos, como cópia, pirataria, falsificação, genérico, são investidos de

uma carga semântica negativa, enquanto outros, como original, exclusivo, autêntico, recebem, em contrapartida, valores positivos. Esse sistema de valoração remete a uma matriz dicotômica existente entre o que seria original e o que seria a cópia a partir de uma precedência do aparecimento de ideias/objetos no tempo e espaço: nessa dicotomia, o original recebe valor positivo por ser o primeiro, por vir antes ou por estar próximo do natural, enquanto a cópia, por sucedê-lo, imbuí-se de uma carga negativa por causa de seu distanciamento do natural. Assim, pode-se compreender, por exemplo, os motivos de, no tempo presente, produtos ditos orgânicos, ao remeterem à ideia de naturais ou sem artificialidades (corantes, estabilizantes), serem valorizados por seu caráter original, sem mácula, enquanto os industrializados recebem uma valoração negativa por terem, por assim dizer, seu DNA corrompido de fábrica.

No caso da moda, esse sistema valorativo apresenta nuances próprias, inclusive ostentando certa relativização dependendo da fonte copiadora. Quando se trata de uma cópia feita entre grandes marcas, isto é, quanto uma marca conhecida copia outra, fala-se em tendência, em inspiração, em releitura (vide figura 19). No entanto, quando não se trata de uma apropriação feita por “entes” pertencentes à mesma esfera de notoriedade, então se evoca um discurso legalista de condenação por se tratar de apropriação indevida, de cópia ou de pirataria. A pirataria, nesses casos, é uma das faces múltiplas atribuídas à cópia e, ligada à defesa de direitos autorais, surge como ato condenável na medida em que infringe dispositivos legais que protegem a propriedade artística ou intelectual. Mas, em igual medida, se há perdas financeiras de um lado, por outro, há difusão de produção, publicidade gratuita e circulação de bens que, de outra forma, ficariam restritos a certos grupos.

Nessa perspectiva, a cópia ou o consumo de bens pirateados remetem ao uso singular de determinada tecnologia ou de reprodutibilidade para que se faça uso de bens a que todos devem ter direito. Como nos assegura Deleuze (2006, p. 11-12), em *Diferença e repetição*, a repetição é uma “conduta necessária” que diz respeito a uma “singularidade não trocável, insubstituível”, logo, a repetição é da ordem da transgressão: “Se a repetição existe, ela exprime, ao mesmo tempo, uma singularidade contra o geral, uma universalidade contra o particular, um relevante contra o ordinário, uma instantaneidade contra a variação, uma eternidade contra a permanência. Sob todos os aspectos, a repetição é a transgressão.”

Intrigante em igual medida é o fato de que, ao mesmo tempo em que se espalha essa rede enunciativa de condenação à cópia, à pirataria, também emergem enunciados que lhe são favoráveis (ver figura 21).

Figura 21 – Modelos imbatíveis

ESTILO

Modelos imbatíveis

Cópias de griffes conhecidas se tornam um sucesso de vendas com preço baixo e boa qualidade

Copiar marcas mundialmente famosas não dá a ninguém o prêmio de originalidade nos negócios. Ainda assim, esse tipo de produto está rendendo bons lucros no mercado de moda brasileiro. A novidade é que essas cópias nada têm a ver com as imitações baratas vendidas pelos camelôs. Muito menos com a pirataria de marcas até pouco tempo atrás muito comum no mercado de tênis e calças jeans. Ao contrário, são cópias assumidas vendidas em boutiques de luxo e em alguns casos concorrem em qualidade com os originais — com a grande vantagem de serem bem mais baratas.

A indústria de cópias de boa qualidade não é um fenômeno só brasileiro. Ela faz sucesso no mundo todo. Até os consagrados perfumes franceses são imitados com precisão no próprio país de origem. Os perfumes alternativos já representam 20% da produção total desse produto na França. “Ninguém percebe a diferença”, diz a socialite Cecília Neves, que imitou o Obsession da Calvin Klein, que custa cerca de 60 reais, pelo alternativo Sensation, vendido por apenas 14 reais. A diferença só é percebida por um especialista no assunto. A única des-

vantagem é que o seu aroma desaparece mais rápido que o do original depois de algumas horas de uso.

BOM NEGÓCIO — O mercado brasileiro demorou alguns anos para descobrir que as cópias eram um bom negócio. No início, os estilistas copiavam grandes marcas apenas para aprender técnicas de fabricação. Pretendiam conquistar a qualidade e o acabamento que até então eram conferidos apenas a produtos im-

portados. “D copiando”, d proprietário c nome. A Ve cópias muito óculos origin preços são er O que torn a semelhança famosas. Um parece uma próxima tend por exemplo assumida cu diferenças de polo Charel listas como a custa cerca similar pode Nesse caso, apenas pela q

Imitações famosas



A. Perfume Calvin Klein legítimo (à esq.) e duas cópias alternativas



Camiseta polo original (à dir.) e sua cópia: uma em cada 100 é falsa



V Modelo Levi's 501 e o básico 501 da Carmim: semelhança até no nome



Óculos Ray Ban (no alto) e um similar: as cópias vendem três vezes mais

Fonte: *Veja*, set. 1994.

Estaríamos no âmbito de afirmações que se autoanulariam? Analisando as proposições, estariam elas situadas no patamar da incoerência e, por isso, requereriam que fossem desconsideradas? Como, pois, entender tal contradição? Conforme Sousa (2009, p. 312), “[...] há momentos em que a produção dos objetos, conceitos, temas foge ao controle, tendo seus efeitos desviados da rota esperada.” Em verdade, o que acontece é que a contradição é algo que é inerente aos discursos, ou seja, “[...] longe de ser aparência ou acidente, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência.” (FOUCAULT, 2009a, p. 170).

Assim o sendo, no interior do campo discursivo, o movimento se dá pela tentativa de superação das divergências, de idas e vindas, enfim, de um fazer notadamente contraditório. Homogeneidade e inércia? Ao contrário, heterogeneidade, recomeço contínuo, metamorfose: “A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade.” (FOUCAULT, 2009a, p. 170). No nível textual, em que os discursos adquirem materialidade, tais contradições aparecem sob formas diversas, seja por meio de repressão e incentivo, seja por condenação e exaltação, como é o caso da figura 21, a qual informa ser a cópia um sucesso de venda ao oferecer preço baixo e qualidade elevada. Nesse caso, parafraseando os dizeres da própria matéria jornalística (figura 21), não se trata de cópias do tipo camelô ou

pirataria – denominadas “cópias baratas” – em que a suposta qualidade deixaria a desejar, mas cópias de qualidade em que se imita o modelo e não a marca. Admite-se, no próprio texto, por meio do exemplo de uma marca de óculos nacional, que seu proprietário adquiriu *know how* ao fazer cópias de produtos considerados originais. Volta-se assim, novamente, à questão de ser ou não ser possível traçar uma linha divisória entre cópia e original e que lugar cada um ocuparia.

Numa cena do documentário *The director*, cujo foco recai sobre a vida de Frida Giannini, bem como sua ascensão à direção de criação da marca Gucci, tem-se uma cena ímpar quanto à questão da cópia. A estilista é retratada em uma viagem à China, lugar onde a clientela da marca tem aumentado – por razões atribuídas à ascensão do país à condição de uma das grandes potências econômicas da atualidade – e lugar também conhecido mundialmente por suas “reproduções” de produtos de luxo. Numa pequena loja de artigos *vintage*, ela encontra uma bolsa (figura 22), identificando-a pelas características pertencentes ao estilo da referida marca: “Por causa do forro e do metal dentro, essa peça deveria ser original”, são suas palavras.

Figura 22 – *The director*



Fonte: Filme *The director*, set. 2013.

O intrigante, neste caso, diz respeito à posse de um *know how* para a identificação de um produto a partir de suas características específicas; logo, o que está em jogo é uma rede de saberes e poderes que, postos em ação, permite a identificação e a comprovação da verificação de algo como sendo original ou não. E mesmo que tal objeto não leve nenhuma marca distintiva aparente, como uma etiqueta, por exemplo, é possível a certos especialistas um parecer sobre a autenticidade de uma peça. Isso remete à formação dos saberes, em que o visível e o enunciável se inserem num jogo ou numa luta em que ambos se interpenetram.

Foucault (2013) aborda essa temática ao analisar a tela de René Magritte, em que a visibilidade e a enunciabilidade se distinguem ante a presença do desenho do cachimbo, “[...] e o enunciado que deveria apontar para ‘isto é um cachimbo’, torna-se ‘isto não é um cachimbo’” (SOUSA, 2013, p. 135). Similitude, semelhança, representação – ou o seu revés, distanciamento, diferenciação –, enfim, no terreno habitado por cópias e seus equivalentes originais, o enunciado “Isto não é X”, com seu caráter comprobatório ou excludente, remete a uma rede de saberes que dão sustentação aos poderes para afirmar ou negar a presença de um original ou de seu genérico. Isso é próprio do caráter da moda que, a partir do século XVIII, “[...] se impôs como algo para exaltar, descrever, exhibir, filosofar; tanto ou talvez mais ainda do que o sexo, ela se tornou uma máquina prolixa de produzir texto e imagem”. (LIPOVETSKY, 2009, p. 97-98).

O caráter inovador consagrado à moda (LIPOVETSKY, 2009), que a coloca em oposição ao universo da cópia, é considerado como uma de suas características mais contundentes e responsável por sua identificação com a modernidade: a dependência de elementos sempre atualizados ou mesmo inéditos para que se mantenha viva. A novidade é, para a moda, seu componente mais usual, mais básico, mais evidente e vital; é por meio da novidade que ela se firma e se confirma. Mas, se é sabido que a moda estabelece e/ou se ampara na novidade, na originalidade, no efêmero, do ponto de vista discursivo, a questão que surge é, portanto, acerca da possibilidade mesma de se falar em novidade e originalidade. Se o que há são enunciados que se caracterizam pelas relações empreendidas com outros enunciados, a novidade, conceito tão caro ao mundo da moda, deve ser vista a partir da “lógica” ou do resultado dessas relações, de tal forma que o novo passa a ser entendido não como algo surgido pela primeira vez, mas como um retorno do que já existiu ou mesmo de novas relações entre o que já existe, posto que “[o] novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2009b, p. 26). Particularmente, no campo do vestuário, esse é um dado relevante, uma vez que as chamadas tendências, na melhor das hipóteses, refletem estilos e formas de comportamento de outros momentos e que são revistos em processos muito próximos do que ocorre com os enunciados em geral.

Além disso, caso se admita a possibilidade de falar em termos de novidade, novo ou mesmo em inovação no campo da moda, as resistências devem ser amplamente consideradas, pois são as responsáveis em enorme medida pela inovação, rejuvenescimento, renovação atribuídos à moda. São as resistências que lhe dão sustentação e isso desde seus primórdios, como dito anteriormente. Daí que os processos de resistência e confrontação são benéficos ao dispositivo da moda, porque por meio deles novos produtos são criados, novos desejos são

suscitados, novas ideias são elaboradas, novas “ondas” são inventadas. Isto quer dizer que a resistência é parte da moda e como decorrência disso, seu confronto não é apenas absorvido pelo movimento de transmutação constante a que a moda está sujeita, mas também é de alguma maneira estimulado para que isso ocorra; em outros termos, as resistências são aproveitadas em prol do próprio dispositivo; suas estratégias são constitutivas e mantenedoras do dispositivo, que, assim como outros, participa de um emaranhado de dispositivos que se servem ao tipo de poder dominante na sociedade.

Sob tal enfoque, torna-se compreensível que, por exemplo, o tão comentado movimento *punk* sirva de base para, em oposição ao que o próprio movimento pregava, criação de novas tendências (de roupas, de cabelos, de comportamentos), alimentando assim a indústria e o comércio de produtos. O movimento *hippie* que, nos anos 1960-1970, pregava uma vida menos controlada, mais aberta e livre de certas amarras, como as do consumo, por exemplo, sofre um revés em seus princípios ao ter sua estética aproveitada na confecção de modelos de roupas e de estilo. São o “hippie chic” (figura 23) e o “punk de boutique” as duas formas mais claras desse processo em se que revertem ideias e concepções contrárias à moda em benefício da mesma. Quanto a isso, Foucault (2010a, p. 232) nos lembra que “[...] as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter e com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência.”

Figura 23 – Hobbies de boutique



Fonte: *Veja*, mar. 1993.

Outro aspecto que merece destaque nos confrontos entre poder e resistência, o qual se liga à questão tanto do embate cópia/original quanto da delimitação de tendências, é a repercussão e os desdobramentos desse conflito no campo linguístico-discursivo. Não se pode separar a emergência dos ofícios e dos itens de moda de sua representação por meio de um léxico que caracteriza o discurso da moda e que se delinea concomitantemente. Lipovetsky (2009) explica que, durante muito tempo, as modas jamais tinham sido objeto de uma descrição feita por elas mesmas, não havendo, portanto, um discurso oficializado a seu respeito: nada de revistas especializadas, nada de crônicas redigidas por profissionais. “Com os primeiros periódicos ilustrados de moda no final do Antigo Regime, o tratamento dado à moda muda; doravante, é regularmente descrita por ela mesma e oferecida ao olhar.” Com essa reviravolta, ocorre, desde então, uma “[...] proliferação dos discursos de moda não apenas nas revistas especializadas [...], mas também entre os próprios escritores que, no decorrer do século XIX, fazem da moda um assunto digno de atenção e de consideração.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 97-98).

No momento em que a moda se afirma como um dispositivo de alta produtividade, a produção discursiva que gira em torno dela gera novos termos, postos em circulação com o intuito de designar as “novidades” ou as tendências que se encontram em alta. “À multiplicação dos discursos de moda correspondem uma aceleração e uma proliferação do vocabulário *dans le vent*, redobrando o culto moderno consagrado ao efêmero”, diz Lipovetsky (2009, p. 99). Essa proliferação do vocabulário *dans le vent* nos remete a Pêcheux (2004) que, em suas (re)considerações sobre a teoria do discurso, vai dizer sobre a língua de vento que atravessa a língua de madeira tão familiar à AD em seu princípio, marcada por sua dureza e por seu hermetismo (língua do Direito e da política), relacionando-se intimamente com uma língua mais flexível, cotidiana, mas quase referencial ou substancial das propagandas e das publicidades. Essas metamorfoses do discurso face aos novos regimes de discursividade conduzem à hipótese de que, se antes imperava uma língua de madeira, substituída, posteriormente, por uma língua de vento, o que haveria no momento atual, fortemente influenciado por um regime discursivo da moda, seria uma língua de trapo ou mesmo uma língua de veludo fortemente atrelada ao dispositivo da moda.

Conjecturas à parte, ao discorrer sobre a chamada inovação, Sousa (2013) afirma que, tendo em sua base a relação entre diferentes formações discursivas, produzem-se enunciados com uma nova materialidade linguística, recriando termos para nomear seus novos objetos. Analogamente, no campo da moda, entra em cena um leque variado de novos signos linguísticos com o escopo de caracterizar as novas e diferentes formas de vestimenta ou de

tendências; assim surgem termos como customização, retrô, *vintage*, *clochard*, *revival* etc. Esses itens lexicais representam alternativas variadas para sair da uniformização produzida pela moda – por mais contraditório que isso seja, já que se busca na diferença a igualdade – ou de transformação daquilo que era comum, corriqueiro, específico para determinados grupos em um imperativo voltado a um grupo maior de pessoas. Atentemos um pouco mais sobre isso, observando um pouco mais de perto a questão da customização.

Retomando as discussões sobre o elemento somático e sua relação com a moda, um “corpo ordinário” (ORY, 2011) pode ser descrito como aquele que “está na ordem” ou em consonância com o movimento geral das sociedades ocidentais contemporâneas, nas quais as representações e as práticas corporais sofrem influências do modo de vida urbano e da imposição das culturas científicas e midiáticas. Seja magro/a, bronzeado/a, musculoso/a, saudável... é a forma como o (bio)poder se manifesta em propagandas, em revistas (femininas, masculinas, gays etc.) ou mesmo nas conversas entre colegas de trabalho. A satisfação experimentada em se adequar aos cânones de beleza ou em contrariá-los pode ser tomada como consequência do mesmo processo de “igualitarização ou de indiferenciação das identidades” (ORY, 2011, p. 170), o que, na concepção de Simmel (2008, p. 24), seria próprio da moda, “[...] graças à qual a tendência para a igualização social se une à tendência para a diferença e a diversidade individuais num agir unitário.” No entanto, seria possível objetar tamanho grau de conformidade, partindo-se do entendimento de que, no movimento de captura desse corpo, por diferentes meios e “ideologias” diversas, o poder age de forma subreptícia, mas não sem deixar espaço para a liberdade individual, afinal, se assim o fosse, não seria poder, mas submissão, escravidão ou qualquer outra forma de assujeitamento. Nesse ínterim, as resistências entram no jogo e, com elas, no dispositivo da moda, pode-se recorrer à noção de “customização” como uma forma de contraconduta.

Na verdade, as linhas que encerram o parágrafo anterior poderiam ser transformadas no seguinte questionamento: Pode-se falar em “customização” como uma forma de contraconduta? Apesar de seu apelo retórico, trata-se de uma boa questão e que evidentemente demanda análise e aprofundamento para uma resposta coerente e condizente, já que na customização há um movimento em prol do *do it yourself* (faça você mesmo), o que se mostraria como uma das possibilidades de os sujeitos resistirem e/ou se constituírem a partir dos seus próprios esforços.

Antes de avançarmos, faz-se necessário lembrar que, se vivemos em meio a dispositivos que “vampirizam” as instituições e redimensionam o funcionamento do poder, torna-se urgente indagar “[...] que procedimentos populares [...] jogam com os mecanismos da

disciplina e não conforma com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneira de fazer’ forma a contrapartida [...] dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica.” (CERTEAU, 2008, p. 41). Nessa perspectiva, a customização vai aparecer, num primeiro momento, como parte desses processos populares que jogam com as disciplinas e com os controles, e a eles não se conformando. Nas reflexões propostas por Ory (2011, p. 178), a industrialização do vestuário acelera a difusão dos modelos elaborados por classes e regiões hegemônicas, mas não se traduz como uma uniformização, pois com a popularidade da customização – “individualização de um objeto de série por sinais específicos” –, os itens de moda (roupas, calçados, adornos) tendem a se singularizar, “[...] mesmo que os fenômenos da moda suscitem sempre, em sua esteira, comportamentos conformistas.” Certamente, como dá a entender o autor, a uniformização total não é um objetivo a se alcançar em sociedades em que opera o dispositivo da moda, pois isso se assemelharia a uma escravidão, o que não se encaixa com os propósitos dos dispositivos de poder. Mas, num mundo sob a tutela de uma globalização, a produção em série acaba produzindo a necessidade de exclusividade, de ser diferente, o que remete novamente à ideia de customização.

Entre o conformismo e a mudança, esta personalização da moda, como a customização vem sendo definida, reflete o desenrolar de um processo que ganha contornos mais marcados ainda na década de 1990, representado pela expressão “estilista de si próprio”, o que tem tudo a ver com a fabricação de si (ou seria constituição de si?), cuja importância está no reordenamento da relação consumidor-mercado. Com a pulverização de formas de se vestir e a ideia de “supermercado de estilos”, esse fenômeno quantitativo e massificador chamado moda varia, então, em consonância com as astúcias do biopoder, que, investindo tanto no corpo individual quanto no corpo coletivo, faz aparecer a necessidade de distinção entre o homogêneo e o singular. Num movimento no qual o que é marginal passa a ser central, e o que é resistência é cooptado pelo poder, a customização é absorvida pelo dispositivo da moda (vide figura 24) e funciona em seu benefício, o que, de acordo com Barros (2014), é um desfecho previsível, já que, em mercados como a música e a moda, o que nasce na marginalidade, como alternativa ao *mainstream*, tão logo façam diferença, são apropriadas e massificadas pelo mercado.

foram apropriados por profissionais de distintas áreas e também por “pessoas comuns” para que pudessem escrever sobre si mesmos e opinar acerca de assuntos variados, a partir de um ponto de vista pessoal, já que o espaço para tais ações sempre foi limitado ou inexistente nas mídias tradicionais. A versatilidade dos *blogs* em serem apreendidos para as mais diferentes tarefas, contando com a possibilidade de uso não somente de elementos verbais, mas também de outros instrumentos, como fotos e vídeos, bem como seu caráter de personalização (ou efeito de personalização), fez com que fossem utilizados também por pessoas ligadas ou interessadas no âmbito da moda e, entre elas, alcançassem grande sucesso. Segundo dados de uma revista, estima-se que haja hoje algo em torno de 200 milhões de *blogs*, sendo que cerca de 10 milhões deles são ativos, ou seja, são atualizados pelo menos uma vez a cada 180 dias. No Brasil, que é o 4º país com maior número de *blogs*, 50,9% deles são femininos e 49,1% são masculinos, sendo que, do percentual de *blogs* femininos, pelo menos 40% deles falam, de alguma forma, sobre moda e beleza.⁴²

Os *blogs* de moda não só estão na moda como vêm criando moda. As blogueiras têm ocupado espaços de celebridades, artistas e afins, e, mais recentemente, também os blogueiros têm conquistado sua notoriedade, conforme matéria publicada no jornal O Popular, em 19/05/2015 (figura 25). Em sua grande maioria, esses blogueiros/as postam com regularidade, diariamente ou não, o que eles chamam de “*look do dia*”. Tais *looks* são composições feitas a partir de peças diversas que demonstram certa construção/experimentação subjetiva do ato de vestir-se, em geral demonstrando um estilo e um jeito “cool” de ser e estar. Conforme pesquisa feita por Machado (2013), cria-se o chamado “*look do dia*” a partir do (re)arranjo entre itens de vestuário advindos de lugares distintos e divulga-os por meio de postagens em formato de fotos ou vídeos. Trata-se, portanto, do registro na forma de uma imagem digital da composição visual da indumentária, “[...] que pressupõe uma série de operações de sentido em torno de suas propriedades visuais e simbólicas, dadas pelas características visuais e referências de estilo dos itens empregados na composição, às quais podem ser acrescidas as cargas simbólicas das marcas desses produtos.” (MACHADO, 2013, p. 18).

⁴² Os blogs mais acessados em 2015 no mundo. Dados disponíveis no site da *Revista Exame*, 2015

Figura 25 – Coisa de homem



Fonte: *O Popular*, fev. 2016.

Se os *blogs* proporcionam um “encontro consigo mesmo”, isto é, se se trata de uma forma de publicação em que se apresentam composições de vestimentas relacionadas às preferências pessoais do(a) blogueiro(a), não soaria paradoxal que ele pudesse ser pensado assim, já que torna pública uma prática ou necessidade do âmbito privado? Nota-se, pois, que a exposição de si e a criação em torno de si de uma determinada imagem/identidade são o motor desses diários virtuais. Isso se coaduna em larga escala com os valores e os padrões desta época, ou seja, com o verdadeiro do momento presente, dado que a visibilidade se mostra como uma de suas principais características. Faz parte da notoriedade almejada por um(a) blogueiro(a), de moda em especial, sucumbir-se à lógica da visibilidade e à exposição de si na internet, através de uma recorrente e incisiva discursivização de si mesmo. A estetização contemporânea da subjetividade desloca-se dos lugares de privacidade e intimidade modernos para ganhar publicidade nas vitrines da internet – como o que ocorre no caso dos *blogs* –, “[...] numa exposição narcísica de si aos olhares curiosos, bate-papos e ‘visitas’, envolvendo discursos confessionais, a produção de perfis pessoais, quando não, idealizações fantásticas a respeito de si mesmos.” (PRADO FILHO, 2009, p. 243).

Paralelamente à sua proximidade com a confissão, prática que abordamos anteriormente, esses “diários” modernos integram uma rede ampla que, por meio de um tipo de escrita de si, se imbrica ao poder de governar os outros e de se governar. Perpassa a prática de postagens de *looks* do dia toda uma construção de si por meio da qual se erigem novas

interações entre a subjetividade e a visibilidade, de modo que as novas tecnologias comunicacionais se transformam em importantes operadores na maneira como os indivíduos passam a constituírem a si mesmos em sua relação com o (olhar do) outro. Sob tal ótica, poderiam ser tomados como importante arma na construção de novas formas de ser ou de condutas contrárias à dominação das formas de poder operantes na atualidade; entretanto, os *blogs*, ao se imbuírem da tarefa de expor a vida íntima ou privada, se ligam a outras práticas cuja característica básica reside em tomar como foco a exposição do indivíduo comum, ordinário ou cotidiano à visibilidade. A sociedade do espetáculo, conforme a previu Debord (1997), chega, se estabelece e se volta sobre o indivíduo comum.

Os *blogs*, parte que são desse grande dispositivo contemporâneo de tecnologias da comunicação (BRUNO, 2004), promovem uma exposição de si e, com isso, abalam as fronteiras entre o interno e o externo, entre o público e o privado, de forma tal que contribuem “[...] para a constituição de uma subjetividade exteriorizada onde vigoram a projeção e a antecipação” (BRUNO, 2004, p. 116). Por meio dessas ferramentas, supera-se a tentativa de fazer parte da mídia com a possibilidade real de o sujeito ser a própria mídia e conquistar seus próprios seguidores. Nesse processo, ao mesmo tempo em que se constitui como sujeito de visibilidade, que expõe sua vida íntima, seus gostos, suas preferências, seus pensamentos, seu “estilo de vida”, também constrói para seu público determinadas formas de ser e de vestir. Dito de outra forma: se, por um lado, o indivíduo chamado a ocupar a posição de sujeito nesses dispositivos de tecnologia comunicacional se constitui como tal em sua exposição ao olhar do outro, esse outro também se constitui e se transforma com a exposição de tais sujeitos.

Esse poder próprio dos *blogs* de, ao expor a intimidade, constituir e/ou modificar os sujeitos e alcançar o outro, influenciando-o em seu comportamento, vem sendo percebido e utilizado por grandes marcas e lojas no sentido de patrocinar *posts*, fazendo, com isso, uma espécie de propaganda disfarçada, um novo tipo de marketing digital, os chamados *publiposts* (posts patrocinados). Uma reportagem publicada na revista Galileu⁴³ denuncia tais práticas, ao mostrar como os *blogs* de moda e beleza são importantes para as marcas. Diz a revista que, em poucos setores, esse tipo de publicidade tornou-se tão importante e aponta que a “[...] busca por ‘blog de moda’ cresceu 2.275% nos últimos cinco anos — mil vezes mais do que as buscas por todos os termos da categoria moda, segundo dados do Google Insight.” Isso tudo parece confirmar a constituição “ética moderna” que, diferentemente de outras éticas

⁴³ Há algo de podre no reino dos *blogs* de moda. *Galileu*, 2016.

formuladas em outras épocas ou sociedades, se constitui como um mosaico ou uma bricolagem de experiências, dentre as quais se sobressaem algumas típicas do tempo que é nosso: o capitalismo com sua ética utilitarista da mercadoria. Nas palavras de Prado Filho (2009, p. 239), “[...] a grande novidade introduzida ao nível das relações do sujeito consigo mesmo na modernidade diz respeito a [...] um centramento na figura do indivíduo, produzindo valores e condutas individualistas; além de uma relação utilitária consigo mesmo e com os outros, movida por uma ética de mercadoria onde tudo e todos têm seu preço.”

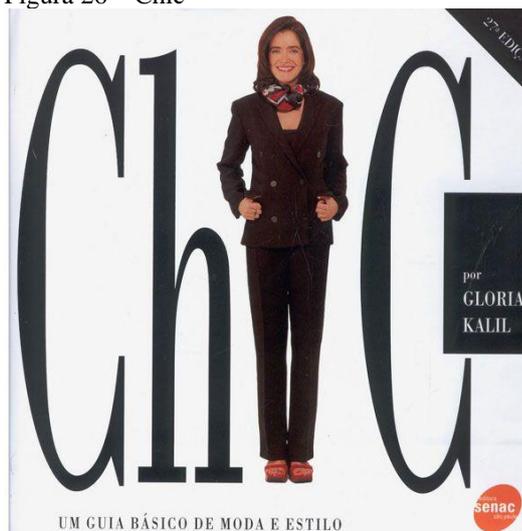
Como se nota nos exemplos investigados, a moda, enquanto dispositivo, opera no sentido de ditar o que pode e deve ser usado, fazendo uso de estratégias diversas para conseguir tal proeza, entretanto, no próprio jogo proposto por ela, residem saídas, formas de escapar de suas práticas modelares, práticas estas que acabam sendo revertidas em benefício do próprio dispositivo para, em resposta a certas urgências, manter sua dominação, num jogo sem fim. De forma esquemática, poder-se-ia resumir o que foi dito, fazendo uso do que, de maneira bastante apropriada, Simmel (2008, p. 57) já disse e, como não conseguiríamos superá-lo e fazer melhor do que ele, reproduzimos suas palavras:

Em suma, o encanto peculiarmente picante e estimulante da moda reside no contraste entre a sua difusão ampla, que tudo abarca, e a sua transitoriedade brusca e radical, o direito à infidelidade para com ela. Reside tanto na estreiteza com que ela fecha um círculo determinado e cuja afinidade mostra quer a sua causa quer o seu efeito [...]. Reside, por fim, tanto no ser-sustentada por um círculo social, que impõe aos seus elementos uma imitação recíproca e assim alivia o indivíduo de toda responsabilidade [...], como na possibilidade de produzir, agora porém dentro destes limites, um matiz original, quer mediante a intensificação quer até pela recusa dos elementos da moda. A moda revela-se, pois, apenas como uma invenção singular e deveras particularizada entre muitas outras em que a conveniência social objectivou, com igual legitimidade, as correntes antagônicas da vida.

5 ESTILO: CADA UM TEM O SEU?

O que impulsiona a abertura do presente capítulo é um dado que, para muitos, pareceria banal, prosaico e/ou insignificante, mas exatamente por tais motivos se mostra ainda mais merecedor de atenção. Na capa do livro de Glória Kalil (2008), uma espécie de *best seller* do ramo, transformado em bíblia para os que querem se vestir bem, lê-se o título e subtítulo desta obra, sob um fundo branco – conforme atesta a figura 26. Na referida capa, destaca-se a palavra-título *Chic*, que aparece em letras maiúsculas e, em sua composição, a letra “I” é trocada pela imagem da própria autora, numa exacerbação daquilo que Courtine (2013) denomina de “razão gráfica”. Para além do fato de ser considerada um ícone de elegância (curiosamente, ícone inicia-se com i) e sua transmutação na própria letra, o que chama mais atenção é o subtítulo “Um guia básico de moda e estilo”.

Figura 26 – Chic



Fonte: Kalil, 2008.

Antes de se adentrar nas considerações sobre a natureza dessa obra, qual seja a de se coadunar com outras no sentido de servir como um norte para os que buscam estar em conformidade com o que o título promete, tópico que abordamos mais adiante, vale colocar em evidência um detalhe que quase passa despercebido: o complemento do termo guia: “de moda e estilo”. Os dois signos postos lado a lado, numa situação coordenativa – e não subordinativa – leva a pensar não mais na dependência deste em relação àquela, mas numa independência de ambos, o que reflete na posição coordenada de cada um no sintagma. A coordenação sintática de elementos conduz, neste caso, o interlocutor a uma dada interpretação: a convivência lado a lado dos elementos que compõem o sintagma “moda e

estilo” deixa entrever a coexistência entre duas diferentes e distintas categorias: de um lado, tem-se algo chamado moda e, de outro, o que é chamado de estilo.

Esse é um dado instigante, pois se se acreditava que estilo estaria subordinado à moda, que para ter um, necessariamente, deveria estar de acordo com a outra, então o subtítulo da obra citada aponta para a direção contrária. Exatamente o que, em outra época, outra *persona* alçada à condição de ícone (da moda, da elegância etc.) dizia: “A moda sai de moda, o estilo, jamais”. As palavras são atribuídas a Coco Chanel⁴⁴, criadora da *maison* e da marca que estampam seu nome, e corroboram a ideia de que, se houve uma subordinação entre estilo e moda, houve igualmente uma mutação desta relação, ocupando cada um deles, na atualidade, uma posição determinada.

Essa regularidade nos move no sentido de tentar entender a transformação ocorrida e/ou promovida quanto ao *status* do estilo no interior do dispositivo da moda, a partir da possibilidade de ele ser ou não um elemento que opera no rumo de uma contraconduta, de uma forma de resistência ao discurso *fashion*. Nesse sentido, neste capítulo, tecemos algumas considerações no tocante à sua utilização no interior do universo linguístico e empreendemos algumas reflexões sobre esse conceito, com destaque especial para a possibilidade de utilizá-lo no interior da Análise do Discurso francesa. Entretanto, antes de seguirmos rumo ao primeiro tópico dessa discussão, gostaríamos de fazer uma, mesmo que brevíssima, incursão na etimologia do termo.

5.1 NOTAS INICIAIS SOBRE ESTILO

Historicamente, a palavra estilo, que hoje serve como uma espécie de qualificação a diferentes elementos ou aspectos relacionados aos indivíduos, tem seu correlato em latim (*stilus*) como designativo de um instrumento “[...] utilizado para a escrita em tabuinhas de cera, que consistia em uma haste de metal, ou de osso, com uma extremidade pontiaguda, para o traçado das letras, e outra extremidade em formato de espátula, que servia para ‘apagar’ e corrigir os eventuais erros.” (MARTINEZ, 2001, p. 16-17). Como fruto de um processo histórico-metonímico, de instrumento passa a designar a sua serventia, ou seja, por um processo de associação entre o material e o trabalho por este executado, a palavra estilo passa a se relacionar com a escrita em si mesma, chegando à forma própria de se escrever: “[...]”

⁴⁴ “Não gosto que falem de moda Chanel. Chanel é antes de tudo um estilo. A moda sai de moda, o estilo, jamais”. Essas seriam as palavras da estilista CHARLES-ROUX, Edmonde. *A era Chanel*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

passa a indicar a *maneira específica de escrever ou falar* de uma pessoa ou de um grupo de pessoas: *estilo conciso, estilo afetado, estilo didático*” (GARCIA, 2001, p. 68, grifo do autor).

A partir daí o sentido do termo desliza e chega ao estilo como sinônimo de “*precisão ou perícia no escrever: ele escreve com estilo*”, bem como a um sentido mais ligado à literatura “[...] de *características específicas de um autor ou grupo de autores*, como quando falamos do *estilo* de Machado de Assis ou dos *estilos* de época”. Entre esse estilo de escrita, na forma como se tece um texto, e o estilo como característica individual, sinônimo de refinamento e bom gosto, o alcance é imediato: “[...] como há até bem pouco tempo o ato de escrever era um apanágio da classe dominante, sendo a maioria do povo analfabeta, a palavra estilo adquire um novo sentido, de *refinamento*, de *bom gosto*, como em móveis de *estilo*, um homem de *estilo*” (GARCIA, 2001, p. 68, grifo do autor).

Se, do ponto de vista etimológico, a busca da origem configura-se algo efetivo e proveitoso, pois se mostra como um procedimento válido ao se apoiar na crença de que a palavra guarda em sua essência um significado primeiro e legítimo; de uma perspectiva discursiva, tal empreendimento se faz pouco eficiente, já que palavras, coisas, sujeitos, enfim, aquilo que se dá à percepção se constitui em/a partir de redes discursivas e das relações estabelecidas por meio destas. Portanto, faz-se necessário que a própria noção de origem seja alvo de problematização e suspeição quando se opera no âmbito de construções discursivas. Foucault (2008c, p. 91), ao descrever o *modus operandi* do discurso, alerta que, para colocar fora as irrefletidas continuidades por meio das quais se organiza já de antemão uma certa análise discursiva, é necessário renunciar a certos postulados, dentre os quais ganha destaque a noção de origem: “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo da instância próprio a cada um.” E, como parte de sua justificativa, o filósofo francês estabelece que, embora fôssemos reconduzidos, através das cronologias, “[...] a um ponto infinitamente recuado, jamais presente em nenhuma história; ele mesmo seria apenas seu próprio vazio; e, a partir dele, todos os recomeços apenas poderiam ser recomeços ou ocultações” (FOUCAULT, 2008c, p. 91).

Assim, interessa-nos voltar a atenção às práticas do presente e buscar entender seu funcionamento e sua irrupção histórica sob uma perspectiva do acontecimento. O que equivale a dizer: compreender como a noção de estilo se comporta em relação não a uma etimologia e sua correspondente conformidade com uma linearidade histórica, mas em práticas presentes na atualidade, isto é, como este conceito circula e em torno de si constroem-se sentidos, que, por sua vez, circulam por entre diferentes formações discursivas, especialmente nos meios midiáticos. Nessa ótica, faz-se urgente entendê-lo sob o signo do

acontecimento que rege os enunciados, que operam entre a organização gramatical e a (re)construção dos sentidos e que estabilizam e desestabilizam a memória discursiva. Nas palavras de Foucault, acerca de sua lida com o caráter de acontecimento dos enunciados:

Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2009a, p. 31-32)

Deixando de lado a perspectiva etimológica e voltando, pois, nossa atenção para a atualidade, caso fosse perguntado, a título de curiosidade, a um grupo qualquer de pessoas o que elas entendem por estilo, provavelmente apareceriam em suas respostas termos dos quais se pode deduzir que se referem a modo, maneira, jeito, expressividade, pessoalidade. Dessa rápida e hipotética consulta, o que se quer fazer notar é a existência de uma grande variação de uso, em diferentes contextos e por distintos autores, quanto ao uso desse signo linguístico. Assim, se fala em estilo de um escritor, de uma escola literária, de um certo criador, de uma época, de um tipo de linguagem, de uma atividade humana qualquer (FIORIN, 2008), sem se esquecer de que se fala também no estilo de um jogador de futebol, de um nadador; fala-se num estilo de governo, como se fala num estilo de campanha eleitoral, fala-se de um estilo de uma marca, de um designer ou mesmo de uma determinada pessoa ao se vestir.

Se, por um lado, essa gama de uso faz com que se abra um leque de sentidos possíveis, multiplicando suas ocorrências, transformando-a numa espécie de “noção aranha”⁴⁵, que estende seus fios em todas as direções e abrange vários domínios; por outro lado, isso pode gerar uma gama de outros efeitos, transformando-o numa espécie de “curinga” a ser utilizado em situações muito distintas. Nestes e em outros tantos usos do termo no cotidiano, o fato é que se pressupõe haver um fundo comum e mais ou menos constante de sentido atribuído ao termo. Daí que, se de um ponto de vista etimológico, como descrito anteriormente, tenha se sucedido tal qual relatado com relação ao conceito de estilo, no âmbito discursivo surgem alguns questionamentos, que se fazem necessários a este capítulo, mas que apontam para outra direção: Como hoje se mostra o seu uso? Como a linguística tratou esse problema

⁴⁵ Em *O governo de si e dos outros*, Foucault (2011) utiliza a expressão “noção aranha” para fazer referência à noção de *parresia*, que é utilizada, entre os gregos, em vários sentidos (como qualidade, dever, procedimento) e a meio caminho da obrigação de dizer a verdade, dos procedimentos e técnicas de governamentalidade e da constituição da relação consigo.

(imaginando-o como um problema, é claro)? Aliás, a linguística tomou-o como um de seus objetos de estudo? Trata-se de um desvio ou uma escolha? Está do lado da ruptura ou do padrão? Como a noção de estilo se apresenta ou pode ser entendida nas práticas presentes na atualidade? De que maneira pode ser compreendida a sua ocorrência em diferentes enunciados que a torna uma obrigação ao sujeito da contemporaneidade? Que relação pode ser estabelecida entre a noção de estilo e a de sujeito?

Inobstante o fato de os questionamentos serem inúmeros, para que possa tentar responder e, ao mesmo tempo, compreender a dinâmica dessa noção neste tempo que é nosso, primeiramente, tratamos de entender a sua (não) presença no rol dos objetos linguísticos, para a partir daí fazermos uma busca em dois teóricos caros à análise do discurso francesa, Mikhail Bakhtin e Michel Foucault. Esses dois *Michéis* são autores com os quais a AD sempre dialogou e, apesar de, num plano formal, não terem se encontrado, suas reflexões apresentam pontos convergentes e, evidentemente, pontos divergentes. O que se pretende, nas linhas que seguem, é trilhar um caminho que permita apreender e entender como esse conceito sai do âmbito de onde emergiu, isto é, de uma formação discursiva concernente à linguagem, e chega ao cotidiano, passando a compor um lugar de destaque no dispositivo da moda e transformando-se em um imperativo aos sujeitos pertencentes ao mundo contemporâneo.

5.1.1 Estilo numa perspectiva linguística

A noção de estilo é bastante ampla e confusa, fazendo uso dela diferentes áreas em distintas direções. Chociay (1983) lista cerca de doze definições advindas de várias vertentes e seguindo diversos caminhos, chegando a uma conclusão prévia e parcial – já que se colocará em oposição a ela – de que, pelo menos num primeiro momento, não seria possível encontrar um ponto de contato entre todas elas. De forma resumida, o autor diz que o estilo é tanto um fenômeno da linguística, quanto da literatura, ou ainda da arte de modo geral, pertencendo ao mesmo tempo a todos e a nenhum desses campos:

O estilo começa sendo um ‘modo peculiar de dar expressão’, torna-se ‘maneira de enunciado’, transforma-se em ‘definição de uma personalidade’, volta a ser ‘qualidade do enunciado’, variante para ‘qualidade de linguagem’, torna-se ‘escolha’, e novamente muda para ‘o que individualiza um ente literário’ ou ‘marca de individualidade do sujeito’, até que se define como ‘realce’. No meio disso tudo, ainda consegue ser ‘o próprio homem’, ou também ‘algo mais que a linguagem’, ou, piormente, parodiando as ideias camonianas, ‘um não sei quê, que nasce não sei onde, / vem não sei como, e dói não sei por quê’. (CHOCIAY, 1983, p. 66-67).

No tocante aos estudos literários, Possenti (1993) entende que essa noção não apresenta contornos muito precisos, tornando-se difícil para os leigos ou mesmo àqueles não muito familiarizados com essa área de conhecimento entender as análises feitas com base em tal categoria. Estando essa perspectiva em déficit de certos princípios científicos, segundo o autor, algumas propostas lhe foram feitas com o intuito de lhe conferir maior objetividade: uma psicologizante (centrada na personalidade do autor), uma sociologizante (voltada para a representação da problemática de uma época) e uma formalista (preocupada com a materialidade da obra, desde a forma da palavra até a forma do texto). Entretanto, em grande parte desses estudos, a noção permanece afastada de um modelo empírico e objetivo de ciência, sobressaindo, em tais casos, as avaliações subjetivas e a intuição do estilista ou do crítico, pois “[...] a fluidez dos termos descritos com que opera a crítica literária não permite que se refaçam análises, que se testem hipótese, no sentido técnico do termo.” (POSSENTI, 1993, p. 136).

Paralelo a essa situação particular referente à literatura, é curioso notar que, nos livros introdutórios de linguística, pelos menos em exemplares publicados em território nacional, não se nota, entre as diferentes vertentes que compõem a ciência da linguagem, a presença da estilística. Identificada *lato sensu* com o estudo do estilo⁴⁶, ela é definida, em formulações apresentadas nos primórdios do século XX, como “[...] estudo dos fatos de expressão da linguagem organizada do ponto de vista de seu conteúdo afetivo, isto é, expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e ação dos fatos de linguagem sobre a sensibilidade” (BALLY 1909 apud DUBOIS, 2011, p. 237). No entanto, parece não lhe ter sido relegado lugar de destaque nos estudos linguísticos, daí ser identificada como uma paradisciplina, conforme apontamentos de Possenti (1993, p. 203): “Talvez seja em função da dupla necessidade que a linguística sente [...] que surgiram tão numerosas disciplinas (e mesmo para-disciplinas, como a estilística, no aguardo de ser incorporada)”. Assim, se, nos compêndios de linguística, a estilística foi deixada para trás, torna-se imperativo saber se a noção de estilo pode ser articulada com outras e diferentes vertentes sob a tutela da ciência da linguagem.

Da literatura à linguística, buscou-se refletir acerca da noção em pauta com vistas a dissipar essa confusão, mas sempre esbarrando em outros problemas, já que os conceitos de língua e de sujeito que essas abordagens linguísticas portam não são suficientes e eficientes para lidar com o objeto em questão. Vale lembrar que a língua, entendida em sentido amplo

⁴⁶ “Definições como estas, todavia, não são a rigor definições, em virtude da tautologia que envolve sujeito e predicado, tautologia que só se pode dissipar como uma necessária segunda definição: a de *estilo*, no caso da Estilística.” CHOCIAY, Rogério. Em busca do estilo. *Revista Alfa*, UNESP, São Paulo, v. 27, p. 65, 1983.

como manifestação ou materialização da linguagem humana, vem sendo concebida sob diferentes e divergentes enfoques, sendo que deles, segundo Geraldi (2001), destacam-se, mesmo que esquematicamente, três principais concepções: como representação ou “espelho” do mundo e do pensamento, como instrumento ou “ferramenta” de comunicação e como forma ou “lugar” de ação/interação entre sujeitos. Nos desdobramentos desta última, pode-se acrescentar ainda a noção difundida pela AD que toma a linguagem como heterogênea, opaca, lugar de equívocos e de rupturas, o que leva à incompletude da linguagem. “Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados” (ORLANDI, 2010b, p. 37).

A primeira das concepções arroladas acima serviu de base aos estudos tradicionais da língua, que a tomam como um correlato do pensamento e do mundo. Assim sendo, as palavras estariam numa relação direta com as coisas (do pensamento/do mundo) e teriam por função representar o real. Para essa tendência, uma produção verbal é tida como verdadeira na medida em que estabelece exata correspondência com um estado de coisas existentes: “Ela mobilizava, dessa forma, o conceito de verdade, privilegiando o lexicalismo na teorização da língua e da significação” (BRANDÃO, 2012, p. 53). Logo, a essa concepção de língua vincula-se uma noção de sujeito psicológico, isto é, um indivíduo que é responsável pela representação mental que faz do mundo e deseja que assim seja compreendida por seu interlocutor.

Sem dúvida, essa é uma concepção centrada no cogito e, por tal motivo, bastante representativa para a epistemologia clássica, bem como para os neogramáticos ou os que a eles se alinham. No interior desse modelo de compreensão dos fatos linguísticos, a noção de estilo mais corrente é, a rigor, tomada como desvio, fruto das opções de um sujeito ou da expressão de uma subjetividade. Segundo Possenti (2009a, p. 92, grifo do autor), trata-se de uma herança romântica de pensar a questão do estilo, na qual “Tanto a estratégia do *desvio* quanto a da *escolha*, categorias alternativamente utilizadas na tradição da estilística, tanto para descrever um fato de língua (ou de texto) quanto para descrever uma atividade psicológica, confirmam basicamente esta inscrição romântica.”

Em certa medida próximos a essa abordagem, encontram-se os postulados de orientação saussureana, os quais descrevem o universo da língua como um sistema ordenado e regular. A base explicativa foca-se na noção de signo linguístico, que, segundo tal ponto de vista, constitui-se pela dualidade significante/significado, da qual se exclui sua relação com o que lhe é exterior – o social e o histórico. Numa perspectiva de cientificidade almejada/alcançada com a hipótese saussureana, tem-se o delineamento de uma estrutura sem

sujeito e um entendimento da língua sob uma ótica idealista e abstrata. Nessa visada, pautada em dicotomias, tais como a clássica *langue x parole*, a noção de estilo pode ser pensada e definida tendo por referência uma norma, isto é, o estilo insere-se no rol das produções individuais – logo, no âmbito da *parole* – e, por isso, associa-se ao conceito de desvio. Nessa espécie de “estilística do desvio”, a noção em questão se liga diretamente à distinção entre língua e fala individual, o que faz com que, em última instância, seja tomada a partir de uma perspectiva não-estrutural. Citemos, nesse caso, as palavras de Possenti (2009a, p. 92):

A noção de desvio, além de fundar-se também, em boa medida, no mesmo fator, a consciência, já que o desvio seria efeito de uma decisão pensada do autor, opera com uma concepção de língua mais ou menos uniforme, ou, pelo menos, com uma noção de língua típica, modelar, talvez com uma noção de estilo típico, característico, o que, convenhamos, coincide com uma concepção de língua ou de linguagem uniforme, para todos os efeitos.

No que se refere especificamente à questão do estilo, a fragilidade de uma abordagem estruturalista, incluindo nesse rol também os gerativistas, reside exatamente na forma como concebem a língua. Sendo esta, numa perspectiva saussureana, apreendida em sua uniformidade e sistematicidade (assim como na competência linguística gerativista é analisada a partir de uma idealização do falante/ouvinte), logo, só poderá haver espaço para (pensar o) estilo fora da língua (POSSENTI, 1993). De tal forma que, a uma suposta estilística pautada nessa perspectiva, interessa apenas “[...] os fatos ainda não gramaticais, perdendo de vista os fatos estilísticos que resultam no agenciamento de recursos expressivos socializados” (POSSENTI, 1993, p. 187). A proposta de Bally é caudatária desta linhagem que, por um lado, revive uma tradição retórica e, por outro, retoma Saussure, avançando na direção de uma estilística devotada a uma possibilidade e/ou necessidade de expressão individual. Bally, ao propor um estudo dos fatos de expressão da linguagem, distingue o conteúdo linguístico do estilístico, restringindo sua estilística a uma função emotiva da linguagem que, segundo as ponderações de Possenti (1993), embora seja relevante, ainda se mostra fortemente fundamentada na possibilidade de existência de uma função primeira ou anterior da linguagem, qual seja a de expressar conteúdos objetivos.

No tocante à segunda concepção, de maneira geral, as teorias da comunicação/informação representam-na de forma incontestada, tomando a língua como um código capaz de transmitir informações entre emissor e receptor. Compreendida como uma variante da posição romântico-subjetiva, essa concepção explora as diversas funções da linguagem, aproximando e associando estilo e função expressiva. Em outros termos:

pautando-se nas funções que a linguagem pode exercer, concebe-se uma função estilística que destaca os traços significativos da mensagem, evidenciando os contornos que representam as demais funções. Os sujeitos parecem não tão assujeitados quanto na concepção estrutural saussureana, mas limitam-se à produção de mensagens com finalidades específicas, com destaque para aquelas relacionadas à sua subjetividade. Os trabalhos de Roman Jakobson⁴⁷, assimilando “[...] a intuição de Bühler de que seria possível distinguir as funções da linguagem atentando para o maior ou menor relevo dado aos vários fatores de uma mensagem típica” (ILARI, 2009, p. 75), por mais que caminhem em outras direções, parecem ter sido basilares para essa forma de apreensão da língua.

Talvez por razões inerentes ao próprio arcabouço teórico, o fato é que essa concepção (ou a recepção dessa concepção) deixa transparecer uma abordagem simplista acerca da língua, bem como certa desconsideração à noção de sujeito, o qual é visto a partir do par emissor-receptor, encarregado de enviar/receber e codificar/decodificar a mensagem. Ao buscar maior aprofundamento em suas bases epistemológicas, algumas ressalvas tornam-se necessárias e merecedoras de serem destacadas. Primeiro, porque não se trata apenas de transmitir/receber informações, como se a mensagem fosse fruto de uma série quase mecânica de atos e seu objetivo último fosse informar. A linguagem serve para comunicar, mas também serve para não comunicar. Além disso, emissor e receptor estão envolvidos em uma atividade, realizando ao mesmo tempo o processo de significação, que não é, definitivamente, um ato mecânico realizado de forma estanque.

Como é possível notar, esses dois enfoques, ao procurarem lidar com a problemática da língua e do sujeito, acabaram apresentando se não outros problemas, pelo menos suas próprias limitações, mostrando-se de certo modo ingênuos e/ou simplórios. Sendo assim, como argumenta Possenti (2009a), pareceria que a noção de estilo devesse ser abandonada, em decorrência de sua pouca utilidade no interior do quadro teórico apresentado. Entretanto, o problema parece estar não no próprio conceito em si – de estilo –, mas no quadro geral a partir do qual é operacionalizado: “Percebe-se bem que os problemas dos linguistas, ao definir

⁴⁷ Vale ressaltar que Jakobson procurou, em sua ampla e variada produção acadêmica, romper com uma dada nomenclatura científica, alegando que o que fosse artístico seria do ramo de estudos da poética e o que fosse linguagem comum sobriaria para a Linguística. É nesse contexto que, fiel à herança do Círculo de Praga, ele busca distinguir as funções da linguagem como desdobramento e aprofundamento de seus estudos sobre a comunicação humana, desenvolvendo a partir daí o quadro de funções de linguagem, que mais tarde sofreram um processo de escolarização e foram incorporadas em qualquer gramática ou manual. A grande novidade, introduzida pela teoria de Jakobson, é, por assim dizer, a possibilidade de pensar num tipo de mensagem que retém a atenção dos interlocutores por suas próprias características (ILARI, 2009). Aproveitando-se de seus estudos, a estilística trilha outros rumos e muda de objetivos, tendo o estilo uma conotação de escolha dentre alternativas de expressão.

estilo, decorrem da forma como buscam inserir na língua uma função paralela à ideacional para a linguagem, mas esta função está sempre fora de lugar neste tipo de concepção.” (POSSENTI, 1993, p. 186). De qualquer forma, são essas concepções que se tornam aquilo contra o qual outra vertente de estudo e reflexão sobre a língua surge com a perspectiva de entendê-la não mais como expressão do pensamento ou apenas instrumento de comunicação, mas, sobretudo, como um lugar de ação e interação entre sujeitos; uma teoria com o propósito de lidar com os sentidos “em pleno voo” produzidos por sujeitos ativos e em interação social.

No que diz respeito a essa terceira perspectiva, a língua é concebida a partir de uma atividade, de uma ação entre sujeitos atravessados historicamente por outros ditos. Os sujeitos não são tomados como entidades psicológicas, mas constituídos na/pela língua, como atores em processos de constante interação social. Daí que, representativa dessa terceira concepção de língua(gem), que passa necessariamente pela interação, mas inscrevendo-a na história, surge no cenário europeu na segunda metade do século XX a Análise do Discurso (AD) – conforme discorreremos a seu respeito no item 2.1 –, cujo objetivo perpassa a compreensão da língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, marcada pela opacidade e equivocidade, constituindo, assim, como seu nome aponta, um novo objeto de estudo: o discurso.

Já que a língua não é homogênea, mas variável segundo as inúmeras circunstâncias que se lhe apresentam, o *start* necessário para pensar a questão do estilo passa a ser “a admissão da variabilidade dos recursos como constitutiva da língua” (POSSENTI, 1993, p. 187). Também se faz necessário acrescentar que, não sendo transparente, a língua está sujeita a falhas, deslizos, daí que um possível trabalho com estilo, de acordo com essa aceção de língua(gem), precisa se pautar nas variadas possibilidades e nos equívocos empreendidos entre os interlocutores – não no sentido de um desvio a um sistema, mas enquanto constituinte dele próprio, sendo que “[...] os fatos de estilo não resultam de um desvio do sistema socializado, mas começam a produzir-se já no nível da agenciamento desses próprios recursos.” (POSSENTI, 1993, p. 195). Isso remete ao impasse, parafraseado da questão relativa ao discurso proposta por Pêcheux (2008), de estar o estilo do lado da estrutura ou do acontecimento; e aqui a questão não deve ser vista a partir de uma exclusão (isso OU aquilo), mas de uma adição (isso E aquilo): o estilo é parte da estrutura, enquanto possibilidade (mesmo que virtual) do sistema, mas, dada a “[...] sua não necessidade, mas sua possibilidade entre outras em determinadas condições” (POSSENTI, 1993, p. 228), é também acontecimento, já que, fato discursivo que é, abre-se ao acontecimento histórico e às fissuras de que compõem a materialidade histórica.

Quanto aos sujeitos, está claro que não criam recursos expressivos, o que não é a mesma coisa de dizer que são meros repetidores. Um sujeito com forte inscrição psicológica escolheria a partir de sua consciência a melhor forma (de dizer, de vestir etc.) para cada situação, inclusive, com cálculos detalhados acerca dos efeitos (de sentido), supondo que estes alcançariam seus interlocutores de forma certa – o que não é o que se constata nas práticas discursivas. Essa definitivamente parece não ser a melhor alternativa de se pensar o sujeito! Não existindo como uma essência psicológica, como se diz, de onde emanaria toda e qualquer decisão, nem um ser individual ou transcendental, ou mesmo uma entidade portadora de uma essência transcultural, o sujeito passa a ser compreendido como um elemento discursivo, ou mais precisamente “[...] um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2009a, p. 61).

De modo sucinto, pode-se dizer que o sujeito, na perspectiva da AD, transita de uma forma-sujeito, isto é, do resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia e sua consequente transformação em sujeito, “não mais bio e psico, mas social” (ORLANDI, 2010a, p. 19), juntamente aos esquecimentos que o mantém preso à crença de que é a origem e a fonte de seu dizer/de seu pensamento, para uma função-sujeito, em que é condicionado pelas diferentes posições que ocupa no interior de um discurso, até chegar num sujeito marcado pela heterogeneidade. Num momento de implosão do arcabouço teórico da disciplina francesa, entra em jogo a aceitação das teses foucaultianas relativas à formação discursiva e o sujeito passa a ser caracterizado como uma função. Nesse ínterim, a ideia de dispersão dá o tom da formação discursiva, bem como da aceitação de sujeito, que, apesar da possibilidade de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica.

Atrelando-se ao posicionamento de Possenti (1993, p. 198-199), pode-se concluir que a condição de possibilidade do estilo também está relacionada a um trabalho do sujeito diante das possibilidades oferecidas pela própria língua:

[...] Se não é verdade que ele não está livre das regras linguísticas nem das sociais, também é verdade que as regras linguísticas lhe permitem espaços e as regras sociais lhe permitem pelo menos aspirações, representações e, mesmo, rupturas de regras, lugares onde a subjetividade se manifesta como não necessariamente assujeitada, mas como ativa. Se levarmos radicalmente a sério a língua como resultado do trabalho e o discurso como atividade, e se considerarmos que o discurso é feito na língua, mas também atua em cada evento circunstancial sobre ela, então até parece correto afirmar com Goethe que o estilo não é [...] nem o particular puro, nem o universal, mas o particular em instância de universalização e o universal que se despe para remeter a uma liberdade singular.

Àqueles interessados na questão do estilo, o que podem aprender com os postulados advindos da Análise do Discurso? Primeiramente, uma visão não homogênea e psicologizante do sujeito, apontando para uma outra possibilidade: a de uma apreensão da subjetividade calcada em práticas históricas demarcadas. Além disso, a urgência de compreensão da língua não como reflexo das coisas, do mundo, mas como lugar de interação e construção da (inter)subjetividade, conseqüentemente, um espaço atravessado em sua própria constituição pelo heterogêneo, pelo equívoco e pela opacidade, isto é, muito mais difusa que transparente. Soma-se a isso, a necessidade de esclarecimento das condições de produção, ou em termos foucaultianos, as condições de emergência dos enunciados, que são a base dos discursos, sejam eles literários, científicos, políticos, cotidianos. Nessa outra vertente, importa, pois, pensar o estilo menos como escolha – que suporia um sujeito dotado de consciência e de poderes ilimitados para decidir o que, quando e como dizer, vestir, etc. – ou como desvio – que implicaria pensar uma língua ou um sistema (linguístico, de roupas, etc.) uniforme, modelar, típico – e optar por uma versão que compreenda o estilo como “[...] um modo de organizar uma sequência (de qualquer extensão), tendo como fundamental a relação entre essa organização e determinados efeitos de sentido” (POSSENTI, 2009a, p. 93).

Acreditamos que a síntese apresentada seja suficiente para que se vislumbrem as principais ideias a respeito do termo estilo e de sua utilização no campo dos estudos da linguagem, bem como da sua complexidade e importância para o nosso tempo. Os debates e inflexões empreendidos pelos autores, especialmente por Possenti, nos levam a pensar o estilo no interstício entre a questão do poder e da resistência na medida em que se encontra a meio caminho das amarras estruturais e da liberdade total e irrestrita almejada pelos indivíduos. Deste modo, para que possamos aprofundar ainda um pouco mais na questão das possibilidades (ou não) de escolha dos sujeitos e, portanto, da própria noção de estilo como algo interior ou externo a estes, abrimos um pouco mais os horizontes epistemológicos e buscamos apoio na visão dialógica bakhtiniana para, em seguida, encontrarmos os ensinamentos foucaultianos na construção de uma ética/estética da existência.

5.1.2 Rumo ao dialogismo, aos gêneros discursivos e ao estilo bakhtiniano

Mikhail Bakhtin é conhecido no universo da Linguística por empreender reflexões sobre a linguagem e seu funcionamento, ou melhor, seu entranhamento social. Noções como dialogismo, polifonia, interação, signo ideológico, gêneros discursivos são comumente associadas a esse pensador russo, o que nos leva a reconhecer que, no tocante às bases de uma

filosofia da linguagem, este teórico se coloca à frente de seu tempo, uma vez que constitui preliminarmente uma teoria voltada para a produção verbal e que prioriza o caráter interativo da linguagem. Tendo isso como pano de fundo para as linhas que seguem, trataremos de fazer um apanhado sobre parte do legado desse filósofo com o intento de especificar, dentre suas contribuições para nossa reflexão, aquelas diretamente ligadas em torno do conceito de estilo.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, contrapondo-se ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista, Bakhtin (2002) defende com propriedade a interação verbal como sendo a substância ou mesmo a realidade fundamental da língua. Na verdade, ao afirmar o *status* fundador da interação verbal para uma abordagem ou apreciação dos fenômenos da linguagem, ele chega, por mais idealista que se revele (ao dizer, por exemplo, que a palavra é a ponte que liga os indivíduos), no ponto crucial para os estudos linguísticos. A interação verbal é de caráter dialógico, o que não significa que se dê exclusivamente em forma de diálogo face a face entre duas pessoas, mas diz respeito a uma teoria de dialogização interna do discurso (MUSSALIN, 2001), que, em sentido mais amplo, engloba “toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja”. As relações dialógicas são assim relações de sentido e, por isso, segundo o autor, devem ser entendidas não do ponto de vista de um sistema fechado de formas, mas da relação entre a interação concreta e a situação extralinguística.

No desenrolar de suas reflexões, materializadas em diferentes obras, Bakhtin (2011) desenvolve, então, a noção de gêneros do discurso. Bastante em voga – ou na moda – na atualidade, essa já se fazia presente, mesmo que de forma tímida, nos estudos bakhtinianos mais antigos. Quando afirma “A psicologia do corpo social se manifesta essencialmente nos mais diversos aspectos da ‘enunciação’ sob a forma de *diferentes modos de discurso*” ou “A *tipologia* destas formas é um dos problemas vitais para o marxismo” (BAKHTIN, 2002, p. 42-43, grifo do autor), ele parece se referir ao estudo dos gêneros discursivos, como uma espécie de anteposição do problema que será colocado mais à frente, ao desdobrar suas teorizações.

No capítulo *Gêneros do discurso*, Bakhtin (2011) aproxima-se do universo dos gêneros e essa noção ganha contornos mais precisos, entendendo-os com base no pressuposto de que a linguagem é utilizada em diferentes esferas da atividade humana e efetiva-se por meio de enunciados. Há que se considerar, no entanto, que, quando se fala de enunciado, em termos bakhtinianos, não se está se referindo a construções pautadas em fatores estritamente linguísticos, mas ao verbal e ao não verbal que integram tanto a situação imediata quanto o contexto histórico maior, isto é, “o enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real” (BAKHTIN, 2011, p. 275), incluindo a comunicação efetiva e os sujeitos e

discursos nela envolvidos. A noção de enunciado é, pois, central na concepção dialógica da linguagem proposta por este pensador e sua proximidade com a noção de gêneros discursivos o faz tomá-los, muitas vezes, como numa relação sinonímica.

Assim, apesar de serem individuais, únicos e irrepetíveis, cada campo da atividade humana elabora tipos de enunciados relativamente estáveis denominados gêneros do discurso, conforme aponta nesta citação que, apesar de um pouco extensa, é bastante elucidativa quanto ao entendimento deste conceito:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados com o uso da linguagem. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2011, p. 261-262, grifo do autor).

Desse excerto, observa-se que, no tocante aos gêneros discursivos, eles são postos num patamar elevado de reflexão sobre a língua, o que faz transcender a visão puramente sistêmica pautada apenas em suas regularidades internas. Ao ensinar que “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2011, p. 282), já aponta a importância de sua abordagem, tanto do ponto de vista da prática quanto da teoria, isto é, põe em foco os enunciados vivos produzidos, designados como “formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo”. Dessa forma, o autor entende os gêneros num misto entre estabilidade e mudança, mobilidade e mutabilidade, o que demonstra seu caráter dinâmico e eminentemente social. Quanto a essa dicotomia interna dos gêneros, vários elementos se destacam no excerto mencionado, dentre os quais vale destacar o entendimento proposto para a noção de estilo.

Desse modo, não se trata de refletir sobre o estilo bakhtiniano de escrever – se simples ou empolado, professoral ou bélico, irônico ou literal, em conformidade com o item 5.1 sobre as possíveis acepções do termo –, mas de tentar recuperar o que o autor entende por estilo, considerado como um dos elementos integrantes e constitutivos dos gêneros discursivos. Em sua compreensão, o estilo “[...] está indissolivelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso”, e, além disso, o enunciado é individual,

portanto reflete a individualidade do falante, ou seja, “pode ter estilo individual” (BAKHTIN, 2011, p. 265). Disso resulta que o estilo é um conjunto de procedimentos que conferem acabamento a um enunciado, ou ainda, um conjunto de particularidades discursivas e textuais que têm como consequência a criação de um efeito de individualidade (FIORIN, 2016).

Não estando presente na maioria dos enunciados como seu objetivo, não servindo exclusivamente às suas finalidades, mas aparecendo como seu produto complementar, o estilo é alçado à condição de seu epifenômeno. Dado que o estilo individual pode revelar-se em diferentes camadas e sob diferentes aspectos nos mais diversos gêneros que permeiam a interação humana, decorre disso a ideia de que há entre estilo e gênero uma relação “orgânica e indissolúvel”, o que equivale a dizer que “onde há estilo há gênero” (BAKHTIN, 2011, p. 268). Dando continuidade à sua reflexão, diz, então, que:

Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. [...] O estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e [...] de determinadas unidades composicionais [...]. O estilo integra a unidade de gênero como seu elemento. (BAKHTIN, 2011, p. 266).

Para o filósofo russo, o estilo é uma das pontas do tripé que, em conjunto com o conteúdo temático e a construção composicional, sustenta os gêneros e é aquele que revela, por assim dizer, a singularidade do sujeito do discurso; aquele que se traduz, portanto, como uma “marca da individualidade” (BAKHTIN, 2011, p. 279). Se as formas da língua são bastante coercitivas, comparativamente, as formas dos enunciados (ou gêneros discursivos) são mais mutáveis, flexíveis e plásticas, mas “[...] para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele mas dados a ele” (BAKHTIN, 2011, p. 285). Esse pêndulo que vai do mais flexível ao mais inflexível deixa-se levar para um ou outro ponto a partir da possibilidade de imprimir um estilo ao próprio gênero, o que quer dizer que, se, por um lado, o grau de coercitividade está ligado ao próprio gênero de que se faz uso, por outro lado, até mesmo “a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico” (BAKHTIN, 2011, p. 269).

Com base nas formulações bakhtinianas, Authier-Revuz (1990 apud FIORIN, 2008) faz uma leitura do dialogismo, que tem por escopo o entendimento da língua constituída pelo fenômeno social da interação verbal, e propõe uma operacionalização desse conceito por meio da heterogeneidade. Assim, entendendo a presença ou o atravessamento do outro na superfície discursiva ou em aspectos mais profundos de uma dada formação discursiva, a noção de heterogeneidade pode ser vista em seus dois aspectos: a constitutiva (que não pode ser notada

na superfície discursiva, mas se faz supor pela presença constante do outro num discurso qualquer) e a marcada (que se faz notar por marcas linguísticas deixadas nas materializações discursivas). E é por meio dessa leitura da tese bakhtiniana, trazida para o interior da AD por Authier-Revuz, que Fiorin (2008) chega ao conceito de estilização. Para ele, a imitação é um procedimento por meio do qual se fazem mostrar diferentes vozes, mas sem estarem nitidamente marcadas num texto. Dos dois procedimentos de imitação (por subversão ou por captação) comentados pelo autor, ele chama de estilização aquela na qual se imita sem o objetivo de desqualificar o objeto de imitação. Em outros termos, Fiorin entende que, ao parafrasear um texto ou um estilo, faz-se uso de uma estilização.

Mesmo considerando diferentes estilos no uso da linguagem, em consonância com Bakhtin, é importante que se entenda essa noção sob uma perspectiva dialógica, isto é, não apenas por meio de critérios puramente linguísticos, mas, principalmente, discursivos. Brait (2013, p. 83) defende o ponto de vista que vê no estilo um dos conceitos centrais para se perceber o dialogismo, já que depende também do tipo de relação entre o locutor e os seus interlocutores, quer dizer, a singularidade implica sujeitos e seus enunciados concretos e históricos dirigidos a interlocutores igualmente concretos e históricos; indo um pouco mais fundo na questão, “[...] o estilo, longe de se esgotar na autenticidade de um indivíduo, inscreve-se na língua e nos seus usos historicamente situados”. Quanto a isso, vale destacar que

‘O estilo é o homem’, dizem; mas poderíamos dizer: o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma do seu representante autorizado, o ouvinte – o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa. (BAKHTIN, 1926 apud BRAIT, 2013, p. 93).

Destaca-se, assim, a noção de interação proposta pelo autor como um elemento de grande relevância para se pensar o estilo. Por isso, para Fiorin (2016), este se define dialogicamente, uma vez que depende do discurso do outro, ou ainda, para se constituir como tal, um estilo se opõe a outros estilos. Entretanto, se a interação é algo constituinte do estilo, o que está em jogo também é a noção de sujeito. É na relação com o outro (com letra minúscula para se diferenciar do “Outro”, com letra maiúscula), isto é, com o mundo social no qual está inserido, que o sujeito se constitui, “[...] porque a nossa própria ideia [...] nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento” (BAKHTIN, 2011, p. 298). Ao constatar que o sujeito dialoga com outros sujeitos e com a

realidade social que o circunda, Bakhtin (2010) afirma, dessa maneira, a participação ativa e responsiva no processo dialógico do qual aquele faz parte e, por meio dele, se constitui. Esse dialogismo de que trata diz respeito, assim, “[...] às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos” (BRAIT, 1997, p. 98).

Depreende-se das formulações bakhtinianas com relação ao sujeito que ele não é homogêneo, mas sim heterogêneo, e, sobretudo, não se encontra acabado, finalizado, origem e final de tudo, mas em processo de construção: “O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos [...] ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias etc.” (BAKHTIN, 2011, p. 300). Da mesma forma, a noção de estilo deve ser tomada a partir de uma certa heterogeneidade, que “[...] supõe uma relação dialógica entre a grandeza inteira e discreta, o *unus*, com outras unidades integrais, num desdobramento do diálogo do discurso com as formações ideológicas de uma cultura” (DISCINI, 2004, p. 67), isto é, o estilo não é algo fechado em si mesmo, mas constituído por meio do diálogo entre um eu e um outro.

Pode-se dizer que a noção bakhtiniana de sujeito não diz respeito a um sujeito falante, ou seja, “[...] um sujeito empírico, individualizado, que, dada a sua natureza psicológica, tem a capacidade para a aquisição de língua e a utiliza em conformidade com o contexto sociocultural no qual tem existência”, mas sim a um sujeito falando, isto é, “[...] um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórica-ideológica cuja voz é constituída de um conjunto de vozes sociais.” (FERNANDES, 2008a, p. 26). Trata-se, dessa maneira, de um sujeito inacabado ou em construção – e um estilo também em construção –, uma vez que os enunciados que ele (o sujeito) constrói e que o constituem estão num intervalo entre um antes e um depois preenchido pela presença – mesmo que não seja efetivamente física – de outros com quem dialoga. Sendo assim,

[...] o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes mas também aos subsequentes da comunicação discursiva. Quando o enunciado é criado por um falante, tais elos ainda não existem. Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, [...] esses outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real [...], não são ouvintes passivos mas participantes ativos da comunicação discursiva. (BAKHTIN, 2011, p. 300).

É por isso que o autor fala em “ato responsável”, que implica não só a responsabilidade, mas também a responsividade. Em *Para uma filosofia do ato responsável*,

Mikhail Bakhtin (2010), reiteradas vezes, atesta a necessidade de uma filosofia que aponte para o ato de pensar, um ato sempre singular e que diz respeito a um sujeito único: “Cada um dos meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo”. Isso amplia a noção de estilo como integrante não apenas dos gêneros discursivos, mas de constituição de uma ética dos sujeitos – como também se verá mais à frente (item 5.2) com Foucault, apesar de neste pensador tal enfoque se configurar sob outra perspectiva –, pois aponta para o que o autor chama de o não-álibi da existência, no qual se inter-relacionam tanto a responsabilidade quanto a racionalidade: “O *ato*, na sua integridade, é mais do que racional – ele é *responsável*” (BAKHTIN, 2010, p. 44, grifo do autor).

De acordo com Possenti (2009a, p. 92), a noção de estilo acompanha uma tradição que é, “a rigor, romântica, e só fez sentido na medida em que foi compreendida como a expressão de uma subjetividade”. Para ele, tanto o desvio quanto a escolha são categorias ancoradas em certos preceitos linguísticos – conforme visto no item 5.1.1 –, seja para se referir a um fato linguístico ou a uma atividade psicológica, confirmando, dessa forma, uma filiação romântica. A escolha e o desvio, duas faces relativas ao estilo, são, de acordo com essa visão, entendidos a partir de um mesmo fator, a consciência, e operam “[...] com uma noção de língua típica, modelar, talvez com uma noção de estilo típico, característico, o que, convenhamos, coincide com uma concepção de língua ou de linguagem uniforme, para todos os efeitos” (POSSENTI, 2009a, p. 92). Nessa linha de pensamento, pode-se dizer que só há estilo quando há um desvio ou uma escolha, o que marca um ponto de vista simplório e ingênuo (POSSENTI, 2009a), pois se refere a um sujeito desejante (o que, hoje, já é consensual que ele escolhe pouco, ou nada) e também se refere a um modelo de língua/texto/estilo homogêneo (o que, hoje, já é quase consensual que se trata de elementos heterogêneos).

No que concerne à singularidade do sujeito, apontada por Bakhtin, como efeito do estilo, Possenti (2009a, p. 93) entende que a escolha que marca essa singularidade não deve ser entendida a partir de pressupostos calcados em psicologismos ou em concepções simplistas de língua/linguagem, mas que se, “em um novo quadro teórico, [...] no que se refere ao estilo, a escolha é sim uma categoria constitutiva, [mas] tal escolha não poderá ser definida como um gesto que decorre simplesmente de uma avaliação do peso das alternativas por parte de um sujeito/autor onisciente e todo-poderoso, livre de qualquer amarra institucional”. Trata-se sim de uma escolha, mas de uma escolha que pode ser entendida como estrutural, uma vez que dizer de determinado modo implica não dizer de outro, o que leva à

ideia de que tal escolha se dá como um dos efeitos da multiplicidade de recursos de expressão disponíveis das línguas naturais ou de outras linguagens.

Se Bakhtin empreendeu algumas reflexões sobre a noção de estilo, como visto acima, que podem ser relacionadas à própria formação dos gêneros discursivos e, por extensão, à própria responsividade e responsabilidade ligadas à existência, Michel Foucault, por sua vez, teve reflexões que, mesmo não se referindo diretamente a essa noção, têm como ponto de chegada o sujeito e, em sua constituição ou em sua (auto)transformação, a noção de estilo ou de uma estilização também pode ser encontrada em sua teorização. Diante disso, torna-se produtivo recuperar alguns dos ensinamentos do filósofo francês nas obras que compõem o que alguns chamam de *O último Foucault* ou *O terceiro Foucault*, isto é, o momento em que sua filosofia se volta às questões da ética/estética da existência.

5.2 ESTILO: UMA QUESTÃO DE (EST)ÉTICA (DA EXISTÊNCIA) EM FOUCAULT

Se há alguma dúvida de que o século XXI seria foucaultiano, essa incerteza vai se dissipando na medida em que se constata que o pensamento de Michel Foucault tem ficado cada vez mais presente e se mostrado coerente e com alto grau de assertividade quando se trata de pensar o mundo em que vivemos ou ainda quando se trata de buscar respostas à questão acerca do que somos nesse tempo em que vivemos. Num movimento ininterrupto e ascendente com o escopo de problematizar o saber, o poder e o sujeito, o que fez o professor do *Collège de France* foi tentar encontrar caminhos para explicar/compreender a constituição dos sujeitos na atualidade, o que, em algum ponto, esbarra na constituição de um estilo ético e estético da existência. De acordo com seus próprios dizeres:

Os problemas que estudei são os três problemas tradicionais: 1) Que relações mantemos com a verdade através do saber científico, quais são as nossas relações com esses ‘jogos de verdade’ tão importantes na civilização, e nos quais somos simultaneamente sujeitos e objetos? 2) Que relações mantemos com os outros, através dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, 3) Quais são as relações entre verdade, poder e si mesmo? (FOUCAULT, 2010a, p. 300).

Pensando com Foucault, é possível afirmar que os sujeitos são produzidos nos/pelos discursos – assim como também o é, em certa medida, o sujeito dialógico bakhtiniano –, ou seja, a construção dos sujeitos se dá a partir de práticas discursivas e por meio de técnicas que agem diretamente sobre as atitudes, os comportamentos e os corpos dos indivíduos. Mas ao se voltar para as práticas e nelas mirar seu foco, fica a dúvida: de que práticas ele trata ou que por ele são mencionadas? De volta ao excerto destacado anteriormente, no qual expõe os três

problemas centrais de sua filosofia, subentende-se que, quando o filósofo a isso se refere, ele está dizendo sobre as práticas de objetivação e subjetivação que concorrem para a constituição do indivíduo, ou seja, os mecanismos, quer de objetivação quer de subjetivação, são processos diversos que agem, de maneira simultânea, na constituição dos sujeitos. Mas, além disso, há também um outro domínio com o qual Foucault acaba se deparando em suas pesquisas que o motiva a percorrer a história das experiências éticas no Ocidente. Trata-se das diversas formas de relação do sujeito consigo mesmo e, uma vez que essas experiências não são as mesmas, os sujeitos são constituídos de maneira diversa, sendo atravessados pela história, produzidos nas relações, nas práticas de objetivação e subjetivação, em relações com a verdade e consigo mesmos.

Ao abordar as formas de objetivação e de subjetivação, o que Foucault pretende é traçar os caminhos por onde percorre a fabricação do indivíduo moderno. Os modos de objetivação concorrem, por meio dos saberes, para a constituição do indivíduo em um “objeto dócil e útil”, enquanto os modos de subjetivação, operados pelos poderes, os fazem assumir determinadas formas de subjetividade. Mas isso seria de um tom trágico se não houvesse a possibilidade, ou melhor, outras possibilidades de o indivíduo se constituir nas relações dele com ele mesmo. Isso, evidentemente, se relaciona à noção de estilo na medida em que essa “subjetividade”, reconhecida como sua pelo sujeito, se liga diretamente às formas de dizer, de (com)portar-se, de conduzir a sua conduta socialmente. As análises do filósofo-historiador francês buscam mostrar, a partir de seus últimos trabalhos, como a moral antiga nas sociedades grega e romana, constitui-se a partir de todo um trabalho em torno da construção de si, de uma estilização da vida: “a afinidade entre Foucault e a moral antiga se limita a um único detalhe: o trabalho de si sobre si, o ‘estilo’” (VEYNE, 2011, p. 183).

Ao retroceder da época moderna, através do cristianismo até a Antiguidade – trabalhando não mais com séries de curta duração (como anteriormente o fazia), mas com séries de longa duração –, o pensador francês coloca ao seu trabalho de pesquisador estas questões: “De que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral? Por que esse cuidado ético tão insistente, apesar de variável em suas formas e em sua intensidade? Por que essa ‘problematização’?” Ao direcionar esses questionamentos à cultura grega e greco-latina, imediatamente ele se volta às “artes da existência”, ou seja, a um conjunto de práticas “refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.” (FOUCAULT, 2001, p. 15). Em outras palavras, o autor se volta

para as problematizações (alvo da dimensão arqueológica) através das quais o ser se dá como devendo e podendo ser pensado e para as práticas (foco da dimensão genealógica) a partir das quais essas problematizações se formam.

No segundo tomo de sua *História da sexualidade*, Foucault (2001) trata da experiência ética na cultura grega (entre os séculos IV e II a. C.), caracterizada como “estética da existência”, assim denominada, pois implicava todo um conjunto de trabalhos sobre si mesmo no sentido de estetizar-se, produzir-se como uma obra de arte. Esse trabalho estético se converte no centro das relações do sujeito consigo mesmo, evidenciando o princípio do “ocupa-te de ti mesmo” para que fosse possível um “conheça-te a ti mesmo”. Na busca por não se deixar dominar, mas de dominar seus impulsos (*aphrodisia*) e ser temperante (*sophrosune*), o indivíduo grego, livre, adulto, fazia parte de uma cultura viril (feita por e para homens livres) que implicava um trabalho ético constante no sentido de ter um domínio ativo sobre si mesmo, evitando vícios e excessos, para que pudesse não apenas governar a si mesmo, mas também, por extensão, a casa e a cidade. Dessa forma, o autor procura demonstrar que, entre os gregos, havia uma preocupação ética com o uso dos prazeres, dos *aphrodisia* (e não da sexualidade), no sentido de que, para governar os outros (casa, cidade), primeiramente, dever-se-ia ser competente no cuidado consigo, demonstrando controle dos instintos e, com isso, capacidade de governo de si mesmo.

No entendimento de Deleuze (2010, p. 145), esse processo iniciado pelos gregos, de inventarem um modo de existência ético e estético, recebe dele a alcunha de subjetivação: “Curvando sobre si a [...] força, colocando a força numa relação consigo mesma, os gregos inventam a subjetivação”, que, ainda numa concepção deleuzeana, significa “[...] dar uma curvatura à linha, fazer com que ela retorne sobre si mesma, ou que a força afete a si mesma”. Ele explica que, após os estudos sobre o saber (relações entre forma) e o poder (relações entre forças), Foucault vive uma nova crise (sobretudo, uma crise criativa) que o move a “descobrir” uma outra dimensão. Será a partir do primeiro tomo da *História da sexualidade*, no qual deixa transparecer um certo fechamento das relações de forças (poder), por mais que se invoque os pontos de resistência como contraposição aos jogos de poder, a questão que não se deixa calar aparece: de onde viriam tais resistências, isto é, como ultrapassar as próprias relações de força? Ainda segundo Deleuze (2010, p. 128), é nesse íterim que Foucault encontra a subjetivação, que de maneira alguma deve ser entendida como um retorno ao sujeito, pois nem sequer tem a ver com a “pessoa”, mas sim como uma “individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento [...]. É um modo intensivo e não um sujeito pessoal.”

De maneira um pouco diferente, Veyne interpreta essa noção foucaultiana, estabelecendo uma diferenciação entre subjetivação e estilização/estetização. Para ele, contrapondo-se a uma determinada metafísica, o sujeito não é nem soberano, nem completamente livre, mas constituído por um “processo que Foucault batizou como subjetivação”, o que quer dizer que o sujeito não é um dado natural, “[...] ele é modelado a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais ‘estetizações’” (VEYNE, 2011, p. 178). Logo, aos dissabores dos diferentes momentos históricos, o sujeito constitui-se analogamente à sua maneira de comportar-se, ou seja, deve ele, constituído pelos dispositivos da época, comportar-se de uma dada maneira ou de outra, seja como vassalo fiel, como temente a Deus, seja como súdito leal, como cidadão etc. Diz Veyne (2011, p. 179): “Assim como, sem um discurso, não haveria para nós objeto conhecido, não existiria sujeito humano sem a subjetivação. Engendrado pelo dispositivo de sua época, o sujeito não é soberano, mas filho de seu tempo; não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época.” É disso que fala Foucault quando procura ressaltar diferenças entre os dois processos que operam na constituição do sujeito moderno, a objetivação e a subjetivação:

A questão é determinar o que se deve ser o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu *status*, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento; em suma, trata-se de determinar seu modo de ‘subjetivação’; pois este não é evidentemente o mesmo quando o conhecimento em pauta tem a forma de exegese de um texto sagrado, de uma observação de história natural ou de análise do comportamento de um doente mental. Mas a questão é também e ao mesmo tempo determinar em que condições alguma coisa pode ser problematizada como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte ela pode ser submetida, que parte dela própria foi considerada pertinente. Trata-se, portanto, de determinar seu modo de objetivação, que tampouco é o mesmo de acordo com o tipo de saber em pauta. (FOUCAULT, 2010b, p. 235).

Da subjetivação, entendida como uma espécie de socialização, Veyne (2011, p. 180) a distingue de um outro processo que, segundo ele, Foucault chamava estetização, “[...] entendendo por isso não mais a constituição do sujeito nem algum estetismo dândi, mas a iniciativa de uma ‘transformação de si por si próprio’”. Ao tratar de uma estetização – e não de uma subjetivação –, destaca-se naquela uma “espontaneidade” de tal iniciativa (um querer ser) em contraposição a uma obrigatoriedade referente à subjetivação (um ter que ser). Assim sendo, a estetização está mais para uma iniciativa de liberdade, seja ela de revolta ou de submissão, no sentido de criação de novos estilos de vida, não determinada pelos dispositivos,

mas que não são inventados pelos próprios indivíduos, e sim disponibilizados ou, melhor dizendo, possibilitados por sua cultura.

Entre Veyne e Deleuze, parece-nos que as reflexões empreendidas por aquele são mais substanciais na medida em que se pode levá-las para o campo da relação entre poder e resistência, e vice-versa. De fato, quando se fala nas relações de força (poder), amparados nas formas do discurso (saber), fala-se neste imperativo o qual resulta na constituição de sujeitos, isto é, o casal poder-saber se articula na/para a constituição de subjetividades, conseqüentemente, operam num sentido de uma objetivação/subjetivação. Entretanto, como o poder não opera com vistas a uma sujeição total – o que estaria nos domínios da escravidão –, logo, aos sujeitos é facultado e disponibilizado maneiras de resistir a essas “tentações” que lhes são impostas, sobrando-lhes espaços para agirem na direção de contracondutas que, ao mesmo tempo, superam e reiteram as linhas de força. Nessa perspectiva, as linhas de ruptura (resistência) estariam mais para movimentos em direção a uma estetização, que, reaproveitadas pelos dispositivos de poder, podem se transformar em formas de subjetivação.

Da explanação exposta anteriormente entre a subjetivação e a estilização, emergem algumas dúvidas concernentes ainda à constituição do sujeito: Haveria diferença entre sujeito e indivíduo? Ao assinalar os “três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos” (FOUCAULT, 2010b, p. 273), o sintagma verbal “transforma” e deixa entrever a possibilidade de haver sujeito, de um lado, e indivíduos, de outro? E, em caso de haver, seria uma tal diferenciação produtiva? Para tentar esboçar uma resposta a essas questões, valhamos de uma passagem de uma entrevista concedida pelo filósofo em maio de 1984. Perguntado se não haveria uma teoria do sujeito nos gregos, ou melhor, se a definição que deram do sujeito não teria sido perdida com o cristianismo, ele responde:

Não creio que seja necessário reconstituir uma experiência do sujeito ali onde ela não foi formulada. [...] E já que nenhum pensador grego jamais encontrou uma definição do sujeito, jamais a buscou, eu diria simplesmente que ali não há sujeito. Isso não significa que os gregos não se esforçaram para definir as condições nas quais ocorreria uma experiência que não é a do sujeito, mas a do indivíduo, uma vez que ele busca constituir como senhor de si mesmo. Faltava à Antiguidade clássica ter problematizado a constituição de si como sujeito; inversamente, a partir do cristianismo, houve o confisco da moral pela teoria do sujeito. (FOUCAULT, 2010b, p. 262).

Entende-se, em conformidade com este excerto, que não se pode falar em sujeito na Antiguidade clássica, já que não houve, nesse período histórico, um mecanismo de subjetivação que teria constituído subjetividades a partir de uma identidade assumida como própria. Daí a afirmação do próprio Foucault de que os gregos, repita-se, “[...] se esforçaram

para definir as condições nas quais ocorreria uma experiência que não é a do sujeito, mas a do indivíduo, uma vez que ele busca constituir como senhor de si mesmo” – o que difere da constituição de sujeitos na atualidade. Se a cautela em empregar os termos “indivíduo” e “sujeito” não se faz presente em todos os momentos da obra foucaultiana, parece inconteste, em contrapartida, no fragmento da entrevista supramencionado.

Retornando à questão da moral e da prática de si, Deleuze (2010) lembra que a constituição dos modos de existência/estilos de vida é ao mesmo tempo estética e ética. Nesse item particular, ele aponta significativas diferenças entre os conceitos de moral e de ética:

[...] a moral se apresenta como um conjunto de regras coercitivas de um tipo especial, que consiste em julgar ações e intenções e referindo-as a valores transcendentais [...]; a ética é um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos, o que dizemos, em função do modo de existência que isso implica. (DELEUZE, 2010, p. 129-130).

Foucault (2001) procura introduzir algumas considerações de método, explicitando que, a respeito do objeto proposto – a moral –, pode-se entender tanto um “código moral” (um conjunto de prescrições formuladas explicitamente ou não e imposto aos indivíduos e grupos) ou uma “moralidade dos comportamentos” (o comportamento dos indivíduos diante das regras e valores que lhe são propostos/impostos). A esses dois níveis, ele introduz outro que não é a regra de conduta nem a conduta que pode medir essa regra; trata-se da maneira pela qual é necessário conduzir-se, a maneira como se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, que não é uma mas que se dá de diferentes maneiras.

Essas diferentes formas de se conduzir podem remeter a vários pontos: 1) à determinação da substância ética (a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta); 2) ao modo de sujeição (a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com a regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática); 3) às formas de elaboração do trabalho ético (formas efetuadas sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a uma regra dada, mas também para se transformar em sujeito moral de sua própria conduta); 4) à teleologia do sujeito moral (uma ação moral visa, além de sua própria realização, a constituição de uma conduta moral que leva o indivíduo a ações conforme os valores e as regras e, sobretudo, a um certo modo de ser característico do sujeito moral). De forma resumida, Foucault (2001, p. 28) explica que:

[...] para ser dita ‘moral’ uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conforme a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente ‘consciência de si’, mas constituição de si enquanto ‘sujeito moral’, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se. Não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral nem tampouco constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’, sem ‘ascética’ ou sem ‘práticas de si’ que as apoiem.

Convém lembrar que, entre os códigos de comportamento e as formas de subjetivação – os dois aspectos relativos à moral –, em algumas morais a importância recai sobre o código (e aqui sua importância deve ser buscada ao lado das instâncias de autoridade que fazem valer esse código e que fazem com que a subjetivação ocorra de uma forma quase jurídica) e, em outras morais, sobre as formas de subjetivação e as práticas de si (aqui sua importância reside nas formas de relações consigo, nos procedimentos e nas técnicas pelas quais são elaboradas, nos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer e nas práticas que permitam transformar seu próprio modo de ser). A partir desse encadeamento de sua reflexão, Foucault formula a seguinte hipótese de pesquisa: “[...] parece [...] haver todo um campo de historicidade complexa e rica na maneira pela qual o indivíduo é chamado a reconhecer como sujeito moral da conduta sexual. Tratar-se-ia de ver de que maneira, a partir do pensamento grego clássico até a constituição da doutrina e da pastoral cristã da carne, essa subjetivação se definiu e se transformou” (FOUCAULT, 2001, p. 31).

No terceiro tomo da *História da sexualidade*, amparado em textos estoicos e epicuristas, Foucault mostra uma inflexão e um desnível ocorridos no mundo greco-romano (dois primeiros séculos da era cristã), no que diz respeito à constituição do sujeito moral consigo mesmo a partir das ações sexuais no interior das práticas dessa cultura. O foco da problematização ética, antes devotada à estetização da existência, volta-se para o cuidado de si, cuja finalidade não está mais a serviço da *polis* e ao desempenho do poder político. Na “idade de ouro do cuidado de si”, tomar conta de si passa a ser um fim em si mesmo e, através de uma medicalização das relações do sujeito consigo mesmo (com regimes e dietas para o corpo), bem como exercícios e tarefas para a alma (a *askesis*, a meditação, o exame de consciência, a escritura de si), constrói-se uma forma de viver que abrange a totalidade da existência. Várias práticas que compunham a ética grega são encontradas no mundo greco-romano, mas Foucault demonstra que certos deslocamentos aí presentes “[...] são novidades

em relação à experiência grega e introduzem certa reatividade nas relações dos sujeitos consigo mesmos, que virá a ser a marca da ética cristã.” (PRADO FILHO, 2009, p. 235).

Evidencia-se uma austeridade, nesse período, quanto às práticas do cuidado de si, pois, enquanto a atividade e a intensidade são características das formas de existência gregas entre os indivíduos do início da Era Cristã, ocorre um tipo de renúncia ao buscarem economia e prolongamento da vida, como condição de acesso à sabedoria. A cultura greco-latina problematizou o ato sexual, a fidelidade conjugal, a relação com os rapazes, demonstrando uma complexidade na constituição do indivíduo ético, já que a ética de si compreendia uma conciliação entre a desigualdade e a reciprocidade no casamento e na vida política e social. No entanto, permanece ainda uma anterioridade do princípio “ocupa de ti mesmo” sobre o “conhece-te a ti mesmo”, de modo que o governo de si prevalece como condição para o exercício do governo dos outros. Dito de outra forma: a cultura do cuidado de si, ainda que seja ativa, encontra-se no interstício entre a intensidade e a exterioridade gregas antiga e a interioridade e a reatividade cristãs.

Por tais motivos, pode-se dizer que o cuidado de si foi, na cultura greco-romana, o modo pelo qual a liberdade individual se refletiu como ética (SAMPAIO, 2006). Apesar de não ter sido tematizada explicitamente em nenhuma das obras foucaultianas, a liberdade, como já pontuado, é elemento primordial para a compreensão da temática da resistência – e, por conseguinte, do poder. Desta forma, se ele retorna à Antiguidade clássica, não é para encontrar aí um modelo a ser seguido, mas para poder compreender como essa constituição ética de si se dava por meio de um processo que envolvia agonisticamente uma relação consigo e com o outro, perpassando uma gama de preceitos disponibilizados aos que deles pudessem/quisessem se servir. A liberdade se mostra como condição ontológica da ética.

Da experiência dos *aphrodisia* na cultura grega, passando pela carne dos cristãos, até chegar na sexualidade dos modernos, Foucault traça uma história da experiência moral e ética da sexualidade, cujo propósito tem mais a ver com o que somos e/ou nos tornamos, apontando para a possibilidade de pensarmos em outras formas de vivenciar as práticas ligadas à subjetividade ou, em outros termos, de nos reinventarmos, de criarmos novos “estilos de vida”. Assim, pensar o cuidado de si no mundo atual significa pensar em formas de resistência contra as fortes e onipresentes práticas de subjetivação “disponibilizadas” aos indivíduos.

Quando Foucault utiliza a expressão “estilo de vida” ou faz uso do termo “estilo”, não o faz, conforme lembra Veyne (2011, p. 183), como algo similar à distinção, ao dandismo, mas como estilo de existência: “[...] ‘estilo’ deve ser tomado no sentido dos gregos, para quem o artista era primeiramente um artesão”. Perguntado, numa entrevista de 1984, a

respeito da possibilidade de fazer do estilo (de vida) um grande problema filosófico, ele assim se pronuncia:

É uma questão difícil. Não estou certo de poder dar uma resposta. Creio efetivamente que a questão do estilo é central na experiência antiga: estilização da relação consigo mesmo, estilo de conduta, estilização da relação com os outros. A Antiguidade não parou de colocar a questão de saber se era possível definir um estilo comum a esses diferentes domínios da conduta. Efetivamente, a descoberta desse estilo teria, sem dúvida, possibilitado chegar a uma definição de sujeito. A unidade de uma ‘moral de estilo’ apenas começou a ser pensada no Império Romano, nos séculos II e III, e imediatamente em termo de código e de verdade. (FOUCAULT, 2010a, p. 253).

Para o pensador francês, a noção de estilo tem uma importância capital na história da moral antiga, que, inicialmente, se dirigia a um pequeno número de indivíduos (homens livres) e não exigia obediência de todos ao mesmo esquema de comportamento. O que pontua como característico desse estilo de condução da própria vida, calcado em esquemas de comportamento que não se impunham como regra ou norma, mas como preceitos, é que, mesmo se difundindo e alcançando a todos, jamais se pretendeu fazer uma obrigação, uma lei universal: “Mais tarde essa moral se difundiu. Na época de Sêneca, com mais forte razão do que na de Marco Aurélio, ela devia valer eventualmente para todos; porém jamais se pretendeu fazer uma obrigação para todos” (FOUCAULT, 2010a, p. 253). É nessa perspectiva que Deleuze (2010) pontua que a constituição dos modos de existência ou dos estilos de vida não é somente estética, mas também ética.

A busca de Foucault, ao retomar a antiga civilização grega e greco-romana, é de um retorno ao passado com vistas ao presente para entender o que somos ou o que nos tornamos hoje. “São os estilos de vida, sempre implicados, que nos constituem de um jeito ou de outro”, sentencia Deleuze (2010, p. 130), acrescentando que essa preocupação com o estilo (de vida) já estava no cerne do pensamento foucaultiano desde a sua primeira filosofia: “E será que isso não está presente desde a primeira filosofia de Foucault: o que somos ‘capazes’ de ver e dizer (no sentido do enunciado)?” Entender o desdobramento do sujeito nas malhas da história se traduz nos tempos atuais, há nisso toda uma ética, mas há também uma estética, no sentido de que o estilo em geral, como da escrita, por exemplo, reflete não só as imposições estruturais, mas também um exercício de liberdade diante das possibilidades de expressão em seu tempo e em sua sociedade. Nesse sentido, o estilo “[...] é sempre também um estilo de vida, de nenhum modo algo pessoal, mas a invenção de uma possibilidade de vida, de um modo de existência” (DELEUZE, 2010, p. 130).

5.3 UM ESTILO PARA CHAMAR DE SEU (?)

Se foi necessário remontar parte da explanação teórica oferecida por Bakhtin e Foucault, o propósito era de busca de um melhor entendimento sobre a noção de estilo, desde que pautado em autores que se coadunassem com os estudos do discurso. Essa retomada foi feita, pois, para cumprir o propósito de alargamento do espectro epistemológico e, com isso, poder chegar a contornos mais precisos em relação à constituição do sujeito – via discurso – na contemporaneidade. Tendo, portanto, o horizonte conceitual da AD francesa como nosso referencial, buscamos dar continuidade à nossa empreitada, analisando diferentes enunciados que evidenciam as mudanças de *status* do termo estilo e de sua relação com a oposição poder x resistência.

De acordo com as concepções advindas da AD, integra a noção de discurso uma outra concepção: a de sentido. Segundo essa vertente da linguística, o sentido, melhor compreendido como efeito de sentidos, não é fixo, imanente ou dado previamente, como se poderia pensar comumente, isto é, não se trata de uma ocorrência puramente dicionarística, mas uma produção ou um produto sócio-histórico face às diferentes posições possíveis e disponíveis a serem ocupadas pelos sujeitos e suas inscrições no âmbito discursivo. Assim, “[...] uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam” (FERNANDES, 2008a, p. 15), o que conduz à ideia de que a língua e os sentidos são da ordem da história: “[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX, 2009b, p. 146, grifo do autor). Não raro, portanto, depararmo-nos com termos para os quais se encontram diferentes e até mesmo divergentes (efeitos de) sentidos, circulando nos textos e em diferentes situações de uso, sendo um bom exemplo dessa mutabilidade a palavra “estilo”.

Amparados em tais formulações, pode-se dizer que esse leque de possibilidades de uso de termos, como é o caso do termo em questão, não significa exatamente um “esvaziamento conceitual dos sentidos originais”, conforme proposto por Mesquita (2008b), mesmo porque, já se demonstrou que o sentido *a priori* inexistente, ou seja, pensar a existência de um sentido dado, anterior, primeiro, original, a partir do qual os outros derivariam, é incorrer em problemas análogos ao de um sujeito universal e fonte de seu dizer, ou de uma língua ideal e primeira. Como bem sabem os iniciados no universo conceitual da AD, recorre-se com certa frequência à noção de Formação Discursiva (FD) para que se apreendam os percursos de

sentido ou os efeitos de sentido possibilitados em determinados momentos históricos. “É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras” (BRANDÃO, 2012, p. 49), daí que, numa FD, o que se tem são “várias linguagens numa”. Some-se a isso o fato de que, na posição de enunciado, tal qual Foucault (2009a, p. 118-119) o entende, ao contrário de ser algo dado em definitivo, ele, “[...] ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização.” Nessa perspectiva, pautada tanto no conceito básico de enunciado quanto de FD, seria, portanto, incongruente falar em “esvaziamento de sentidos”, sejam eles “originais” ou não.

Superado esse contratempo, a pesquisa de Mesquita (2008b), de forma acertada, indica modificações várias nos sentidos e nos usos atribuídos ao termo estilo. Diferentemente de uma perspectiva etimológica, ela propõe um entendimento de base mais histórica, propondo que essa noção e sua multiplicidade de usos em diferentes lugares discursivos remetem às mudanças ocorridas a partir do século XIX, momento em que “[...] o consumo de produtos vai se configurar como potente revelador da subjetividade [...]” e a chamada lógica de mercado, em sua habilidade de operacionalizar os sentidos atribuídos às palavras, intensificará alguns daqueles referentes ao termo estilo “[...] de modo a consolidar fecundas ligações entre escolhas de compra, maneiras de viver e expressividade dos modos de vida.” (MESQUITA, 2008b, p. 81).

Numa linha análoga de investigação e pesquisa sobre a ascendência do termo e a transformação histórica de suas condições e de seus sentidos, Vincent-Ricard (2008, p. 40), comentando sobre o trabalho dos primeiros estilistas industriais franceses, por volta dos anos 1950, demonstra uma verdadeira mutação de pensamento na lógica de produção de moda em escala industrial ao incorporar a noção de estilo em sua operacionalização: “Bem depressa os industriais franceses entenderam o quanto esse sistema é interessante, e até os mais renitentes chegaram a colaborar no tocante ao estilo. Só faltava transformar a noção de estilo em ponta-de-lança para as vendas.”

É numa intensificação desse “boom” do estilo que, na atualidade, é possível compreendê-lo como um mecanismo muito sutil, onipresente e certo, operando por intermédio/a partir do interior do dispositivo da moda, que prende ou enreda o sujeito e consequentemente o mantém sob o manto de um certo tipo de poder, traduzido como um biopoder, que incide ao mesmo tempo sobre o corpo individual e o corpo da população para prolongar a vida. Esse complexo e certo mecanismo pode ser encontrado ou explicitado por meio de diversos exemplares de textos, fragmentos de entrevistas, gêneros discursivos

variados. Assim sendo, na busca de regularidade no meio dessa dispersão discursiva, com o intuito de comprovar essa obrigatoriedade de que se constitui a noção de estilo, retomemos esta fala de uma das grandes e já lendária editora das revistas *Harpers Bazaar* e *Vogue*, que, no documentário que leva seu nome, diz numa entrevista: *viii*. “Estilo é tudo, George. Ajuda você a se levantar de manhã, ajuda a descer as escadas, é uma forma de vida. Sem ele, você é ninguém.”⁴⁸

Do universo linguístico ao universo da moda, o estilo chega ao cotidiano e se transforma num imperativo, numa ordem, numa obrigação aos sujeitos da contemporaneidade, que os faz mover, “levantar de manhã” e ser alguém, como se faz notar nas palavras de Diana Vreeland e nos exemplos que seguirão adiante. Entre as diversas áreas com as quais tal conceito se alinha, ele parece manter um ponto em comum em sua utilização: esse mecanismo materializa-se por meio de estratégias e procedimentos diversos que levam, no plano individual, cada um a buscar aquilo que leva seu nome, isto é, o que se chama comumente de estilo. *Tenha estilo, seja estiloso, estilo cada um tem o seu*, são diferentes facetas de atrelamento do sujeito a essa malha discursiva que o subjetiva, coagindo-o a assumir um comportamento ou mesmo uma certa identidade. Tratado como categoria, o estilo está fortemente submetido à sua relação com o corpo e com a vida, num mundo em que tudo tende a se tornar produto a ser vendido/comprado. Ser único, ser diferente, não ser como os demais: nos tempos atuais, não basta apenas viver, com saúde e bem-estar, é imperativo que se viva com estilo.

Em grande medida, isso pode ser levado em conta para explicar o fato de uma empresa nomear sua linha de água mineral de “Estilo”, como se pode notar na figura 27:

Figura 27 – Água Estilo



Fonte: Água Mineral Pouso Alto.

⁴⁸ *Diana Vreeland: the eyes has to travel*. Direção Lisa Immordino Vreeland, Frédéric Tcheng, Bent-Jorgen Perlmutt. EUA, 2011. Netflix.

No site da empresa responsável pelo produto, o consumidor se depara com a seguinte explicação: “Fazer produtos melhores, mais inteligentes e dar mais opção aos clientes. Essa é a proposta da linha Estilo.” Infere-se nesta nota justificativo-explicativa alguns dos valores agregados ao termo, cuja simples nomeação de algo faria com que fosse portador de tais valores. Primeiro, estilo é associado àquilo ou àqueles que são os melhores, daí que sua posse ou sua obtenção sinaliza uma diferenciação que coloca os que o detêm numa posição de superioridade em relação aos demais. Segundo, somada a esse valor, encontra-se a noção de inteligência: ter estilo é mais que pertencer à categoria dos comuns, é ter esse *plus* reservado a poucos e que os distancia dos demais – no caso da moda, é estar além da moda, num estágio superior a esta –; esse *plus* é geralmente associado a algo interior, que pode ser um dom, um instinto ou um lampejo de inteligência. Terceiro, a noção de estilo envolve um universo plural, ou melhor, uma pluralidade de opções, já que no mundo dominado pelo biopoder, focado na população, e também no indivíduo pertencente ao coletivo, a multiplicidade de opções funciona como um mecanismo de controle ao disponibilizar variadas alternativas para que se tenha a impressão da liberdade de escolha.

Ultrapassando as barreiras de áreas tradicionalmente relacionadas à estética, a noção de estilo permeia, na contemporaneidade, formações discursivas das mais diversas e até mesmo divergentes, do banco à loja de roupas, da marca de cigarro à revista, da água ao salão de beleza. Isso tudo denota uma imposição do que pode ser chamado de uma certa “estilização da vida”, mas uma estilização não mais como “arte da existência”, isto é, uma construção que é disponibilizada ao sujeito como algo possível a partir de um conjunto de práticas refletidas e voluntárias através das quais “[...] os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e corresponda a certos critérios de estilo.” (FOUCAULT, 2010a, p. 198-199).

Trata-se de um imperativo – sutil, mas ainda assim impositivo – ao qual os sujeitos devem se adequar, caso almejem um determinado tipo de vida, como se faz notar no texto publicitário de um banco (figura 28), o qual criou uma divisão especial denominada *Estilo*, direcionada àqueles clientes com contas bancárias mais volumosas. No texto em questão, lê-se “Estilo na hora de pensar o futuro” e, no plano não verbal, a imagem retrata um casal, ambos em sua meia idade, aproveitando o passeio pelo mar num iate. Quem são essas pessoas? O que representam? A mensagem é clara: tenha estilo – no modo verbal imperativo e com a duplicidade de sentido proporcionada, nessa conjuntura, pelo signo linguístico – e viva a vida sem preocupações.

Figura 28 – Estilo na hora de pensar no futuro

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
 ESTILO

Estilo
 na hora
 de pensar
 no futuro.

Seguros e previdência
 para você assegurar
 todas as suas conquistas.

O tempo
 todo com
 você

bb.com.br - Central de Atendimento BB 4004 0001 Capas ou 0800 729 0001 Demais localidades

Fonte: *Veja*, 2005.

No que concerne à questão da resistência, temos aqui um exemplo bastante produtivo que nos permite pensar o funcionamento do poder por meio de seu par indissociável, o contrapoder. Já se sabe que a resistência é anterior ao poder e que com ele mantém uma relação muito próxima, fazendo com que, em certos casos, seja difícil discernir entre um e outro. Sabe-se também que a resistência deseja se transformar em poder e este procura manter a sua posição, aproveitando-se muitas vezes dos elementos fornecidos por aquela. A questão do estilo tem se colocado exatamente na encruzilhada entre estas duas linhas: por seu grau de liberdade e sua particularidade de proporcionar aos sujeitos um espaço de produção de novas subjetividades, ela inegavelmente participa dessas linhas de tensão que provocam a todo momento os dispositivos, entretanto, como elemento de alta produtividade, passa a ser incorporado por este e se mostra como uma exigência, como uma nova forma de subjetivação atrelada aos mecanismos de poder.

Por tais motivos, ter estilo numa sociedade de consumo é, necessariamente, se adequar a subjetividades elaboradas com vistas a pertencer e ser inserido a algum grupo, e, como

dizem os especialistas, estar na moda é uma coisa, ter estilo é outra.⁴⁹ Não basta apenas se vestir, ou ter um carro, ou adquirir um apartamento, ou fazer uma viagem, ou comprar no supermercado X, tudo deve ser feito, atualmente, com muito estilo. Assim, ao mesmo tempo em que aos sujeitos é exigido um comportamento exemplar, único, que o distinga dos demais, há concomitantemente um processo de massificação produzido por tal regra. *Be anything*, sentença o *slogan* da campanha publicitária para a boneca Barbie! Seja o que você quiser e faça o que você quiser, contanto que a aparência e o comportamento sejam como deve ser; isto é, que se enquadre num determinado padrão ou estilo.

Nas sociedades de consumo, tais como as que se encontram em andamento no Ocidente, há uma busca por pertencimento, por uma homogeneização, por uma padronização, talvez como indício da presença ainda forte do modelo de sociedade disciplinar e sua perspectiva uniformizante, mas, concomitantemente, há também uma busca pela diferenciação, pela singularização, pelo efeito de destaque em relação à massa, marca da presença do biopoder e sua biopolítica devotada à população. Trata-se, sem dúvida, de um paradoxo do comportamento, ou melhor dizendo, da subjetivação corrente nas sociedades de controle, já que para ser diferente é necessário ser igual e vice-versa. Valem aqui as palavras de Bauman (2007) que, nessa direção, preconiza que o principal motor da produção e do consumo é a batalha pela singularidade, em meio a um mundo marcado pela liquidez, e para a qual se torna fundamental a disposição de ter, de mostrar que tem ou de adquirir certo estilo.

Através da mídia, em geral, e da publicidade, em particular, vende-se a ideia de que os sujeitos podem e devem ser únicos, o que acaba forjando a questão identitária como algo singular. No caso da publicidade de moda, não se vende apenas uma calça jeans, uma camiseta, um vestido, mas um modo de ser, um jeito de agir ou, em resumo, um estilo de vida. A produtividade do conceito de estilo e sua presença massiva acaba por transcender, assim, o mundo específico da moda – para onde migrou, advindo do mundo da linguagem e do texto – e alcança áreas diferentes e até mesmo divergentes entre si. Assim, a marca de cigarro diz “Cada um no seu estilo”⁵⁰, a loja de departamento estipula que “Preocupação social também faz parte do estilo dessa loja”⁵¹, a emissora de rádio procura cativar o ouvinte com o *slogan*

⁴⁹ “Modas passam, elegância fica. Aspectos do estilo parecem intangíveis, mas, na definição de nossa imagem, são absolutamente cruciais”. PASCOLATO, Costanza. *O essencial: o que você precisa saber para viver com mais estilo*. São Paulo: Jaboticabal, 2013. p. 19.

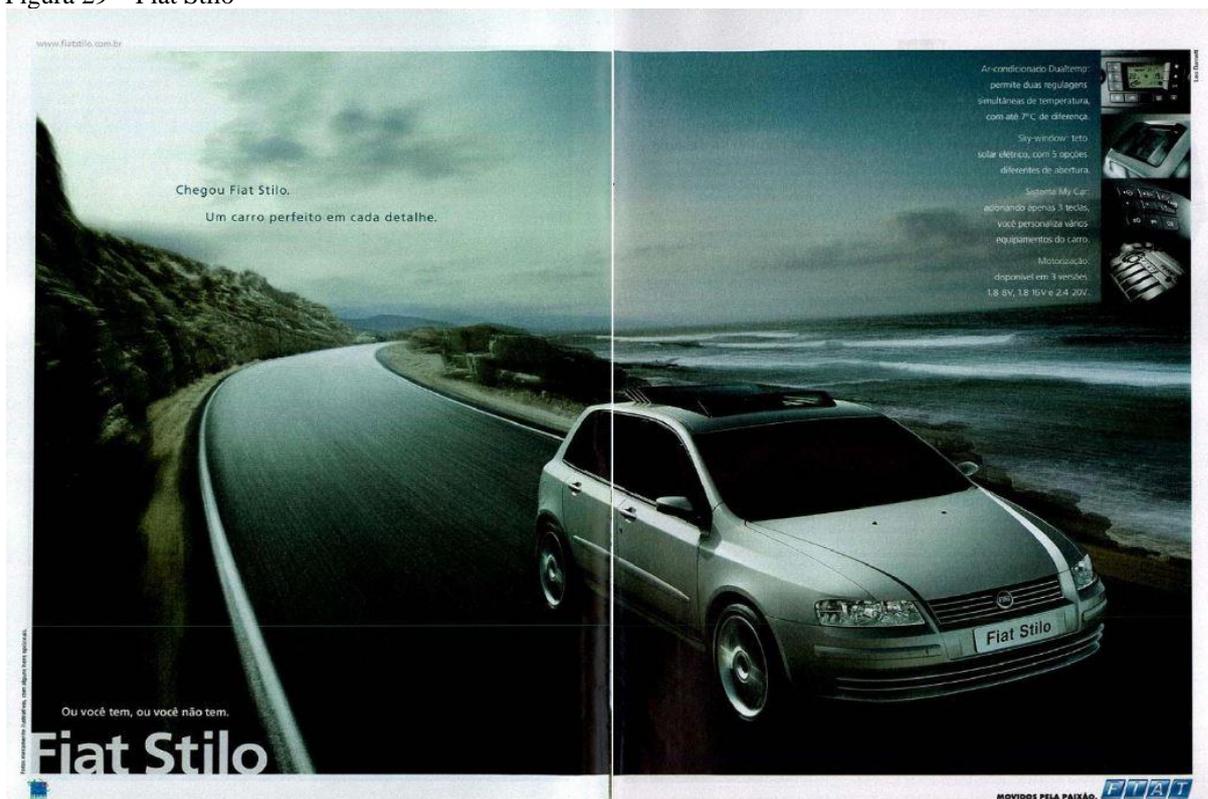
⁵⁰ Veja. *Cada um no seu estilo*. 13 out. São Paulo: Editora Abril, 1999.

⁵¹ Veja. *Renner Estilo*. 11 ago. São Paulo: Editora Abril, 2010.

“Alpha FM Estilo em sintonia com você”⁵² e mesmo o site de uma igreja informa aos seus fiéis no título de uma postagem “Adoração: um estilo de vida”.⁵³

Na série de exemplos a serem arrolados, um caso intrigante e merecedor de atenção se dá com a campanha do carro *Stilo* (figura 29). Tem-se em seu *slogan* uma curiosa contradição que merece destaque, já que sentencia que “*Stilo*: Ou você tem, ou você não tem”. Através de um jogo semântico pautado na ambiguidade – um recurso discursivo recorrente nesse gênero como parte do esquema de sedução/convencimento do interlocutor/consumidor –, os dizeres podem se referir ao carro em si (ou se tem o automóvel, ou não), promovendo com isso a suposta qualidade do produto, ao servir de divisor entre aqueles que o possuem e os demais, mas também, e é aqui que a contradição anunciada se faz presente, ao estilo em geral, ou seja, nessa outra direção, ter estilo é tido como uma qualidade natural do indivíduo, algo que o acompanha desde o nascimento ou que se adquire naturalmente ao longo da vida.

Figura 29 – Fiat Stilo



Fonte: *Veja*, set. 2002.

Entretanto, isso não seria possível a todos, mas a uma pequena parcela da população, àqueles afortunados e aos abençoados por serem portadores desse *gift*. A contradição aqui se dá justamente pelo fato de que, em outros textos, esse discurso assume uma posição oposta;

⁵² Rádio Alpha FM 101,7 Mhz.

⁵³ Vivos! Adoração, um estilo de vida.

como veremos mais adiante, especialmente nos chamados “manuais”, a ideia que se passa é de que é possível aprender a ter estilo, de que se trata de algo que, mesmo não sendo portador, sua obtenção é possibilitada por meio de determinadas “regras”.

Além desses exemplos advindos do universo publicitário, outro caso que merece destaque diz respeito à denominação do profissional cuja tarefa consiste na criação de moda. Aqui nos referimos à presença massiva do estilista, já no decorrer do século XX, seja em publicações especializadas da moda, seja em programas de tevê ou mesmo compondo essa miríade de personalidades e celebridades do *show business*. A ele é creditada a possibilidade de criação de estilos diversos a partir de traços identificados com certas particularidades que o diferencia dos demais criadores de moda. Nesse particular, também se faz necessário olhar para as mutações ocorridas no decorrer do devir histórico e que promoveram variações na terminologia utilizada para defini-lo.

Como qualquer outro elemento submetido à dinâmica social e aos (dis)sabores da história, também a terminologia utilizada para identificar os que criam peças de vestuários obedece a uma dinâmica discursiva. Dentre alfaiates, costureiras e modistas, primeiramente, foi essa figura denominada costureiro que emergiu no século XIX, tendo sua imagem atrelada à moda no sentido de alta-costura. A exemplo de Charles Frédéric Worth e Paul Poiret, dois nomes marcantes do final do século XIX e início do século XX, a característica central atribuída a esses criadores é a de inovação (ERNER, 2005). Não se importando com os custos ou a viabilidade comercial de seus produtos ou de suas coleções, o resultado final era o que lhes interessava. Assim, discursiviza-se, em torno do costureiro, uma imagem de excentricidade e criatividade, bem como de um profissional alheio aos ditames econômicos, uma vez que sua assinatura, isto é, seu nome – sucedido pelo império das grandes marcas dos dias de hoje – se sustentava por si só. Conforme os apontamentos de Lipovetsky (2009, p. 106):

A vocação criadora do costureiro, que define a própria Alta Costura, é inseparável de uma nova lógica no funcionamento da moda: realizou-se uma mutação organizacional que assinala a entrada da moda na era da produção moderna. [...] de uma era em que a cliente coopera com a costureira a partir de um modelo em suma fixo, passou-se a uma era em que o vestuário é concebido, inventado de ponta a ponta pelo profissional em função de sua ‘inspiração’ e de seu gosto.

Ainda pensando com Lipovetsky (2009, p. 108), a chamada *haute couture* e seus inseparáveis criadores (os costureiros) precisam ser entendidos como parte de um movimento mais amplo de “racionalização do poder nas sociedades modernas”, isto é, desde os séculos

XVII e XVIII, emergiram “[...] novas formas de gestão e de dominação que podemos chamar de burocráticas e cuja peculiaridade é visar penetrar e remodelar a sociedade, organizar e reconstituir de um ponto de vista ‘racional’ as formas de socialização e os comportamentos até em seus detalhes mais íntimos.” De fato, o que se pode ver nessa “arte” de criar roupas, que depois serão imitadas ou copiadas, é a centralidade do poder nas mãos desses especialistas da elegância, profissionais conhecedores e/ou produtores de um saber que sustenta esse poderio monopolizador e disciplinador: “[...] a mesma lógica burocrática organiza agora a moda, a fábrica, a escola, o hospital ou a caserna, com a diferença de que os costureiros legislaram em nome do gosto e das novidades e não em função de um saber racional positivo.” (LIPOVESTKY, 2009, p. 108).

As primeiras décadas do século XX, com suas reviravoltas sociais e as transformações impulsionadas pelas grandes guerras, viram emergir uma outra terminologia para identificar o profissional criador de moda. Paralelamente à figura do costureiro, outro personagem aparece com contornos também específicos, os estilistas. Se os costureiros se apoderaram do nicho da *haute couture*, esse novo ofício e sua correlata atuação no mercado de trabalho estão mais ligados à indústria do *prêt-à-porter*, que, na primeira metade do século XX, ganhou força com a perda de fôlego e de prestígio da alta-costura. O *prêt-à-porter* francês e o *ready-to-wear* americano são dois lados de um mesmo fenômeno: a necessidade crescente de um produto feito industrialmente para serem vendidos em lojas de departamento para um número crescente de consumidores. De costureiro a estilista, os discursos construídos em torno deste último corroboram a imagem do criador e inovador, mas devotado também às exigências mercadológicas, centradas tanto na viabilidade comercial de suas coleções quanto também nos custos necessários à sua produção. Vinculados, inicialmente, à indústria de confecção e aos escritórios de estilo, conforme ensina Navalon (2012), esses profissionais, com o tempo, foram se associando às marcas e grifes que passaram a ter visibilidade na segunda metade do século XX. Como se vê, o surgimento desse novo *fashion maker* está atrelado a um movimento maior que perpassa a lógica do próprio poder, que já não mais se vale exclusivamente da sisudez das disciplinas e suas figuras típicas, é que a fábrica cede espaço para a empresa, e nesse novo cenário o estilista, criador que é de “estilos de vida”, aparece com seus contornos específicos. Como sintetiza Navalon (2012, p.):

[...] cada terminologia está vinculada a uma atividade distinta, e teve sua força mediante características sociais e econômicas de cada época, e que, no contemporâneo, todas convivem juntas. Ao costureiro ou alfaiate, o ofício da costura sob medida; ao criador de moda, a função de criar, com assinatura, para a alta-

costura ou para o *prêt-à-porter*; ao estilista, a atividade anônima vinculada à indústria e à cadeia produtiva.

Nesse movimento de irrupção de novos profissionais da moda e de redefinição de seu *status* e de suas responsabilidades, Palomino (2010) chama a atenção para um outro nome que passou a circular, a partir dos anos 1990, nos eventos de publicização da moda. A figura do *stylist*, que se difere do estilista apesar da nomeação parecida, é responsável pela assinatura de um desfile de moda, logo, a configuração final desses eventos é de sua responsabilidade. Como marca da pulverização do poder que toma de assalto a contemporaneidade, também se tem visto surgirem outros tantos profissionais que, se não substituíram o já consagrado estilista, passa a concorrer com ele ou prestar-lhe auxílio. Dentre estes, destacam-se os chamados *coolhunters*, os *trendsetters*, os *trendwatchers*. Comentando sobre as atribuições destes novos profissionais, a autora ressalta que eles trabalham diretamente com outros profissionais envolvidos na apresentação de uma marca ou de uma empresa ou na captura de novas tendências ou estilos, a partir de pesquisas de opinião ou de análise de comportamentos.

Nas aulas do curso intitulado *Nascimento da biopolítica*, Foucault (2008a, p. 201) constata que, num contexto neoliberal, governa-se para o mercado, isto é, “[...] o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial”. Assim sendo, segundo ele, não estaríamos mais sob a forma de uma sociedade supermercado, mas uma sociedade empresarial. Cremos que se possa afirmar que as duas formas se superpõem na atualidade, pois ao mesmo tempo em que a forma-empresa dita as regras não apenas econômica, mas também social, educacional, comportamental etc., a metáfora do supermercado, com sua lógica do *self service* e suas prateleiras dispostas com inúmeras mercadorias, de marcas, formatos, cheiros, diferenciando-se entre si, ainda é bastante válida para apreender a maneira como são disponibilizados diferentes estilos para que os sujeitos possam, a partir de algum(ns) dele(s), constituir-se. É o que Polhemus (2013) chama de “supermercado de estilos”: um modo de funcionamento da moda na atualidade em que se mesclam, na composição de *looks* pessoais, elementos advindos de marcas, épocas ou origens diferentes; em outros termos, “[...] a ginástica de ser mutante em escolhas, múltiplo em identidades, flutuante em rótulos, ou ainda de se isentar de todo o processo adotando posturas ‘clássicas’ ou ‘básicas’” (MESQUITA, 2008a, p. 221).

Engana-se, no entanto, os que acreditam que se trata de uma escolha pautada em seus “desejos pessoais” e ou em sua “capacidade criativa”. No supermercado, as escolhas, se existem, já estão dadas, não são fruto de uma atitude consciente, mas já prevista no interior de uma estrutura que fornece o que pode ou deve ser usado – e como deve ser usado. Como

discutido anteriormente, neste mesmo capítulo, não é pertinente acreditar que o indivíduo é o todo poderoso e lhe caiba, só e somente a ele, a decisão de escolha entre o que falar, pensar, vestir. O que também não quer dizer que se trata de uma escravidão, de uma situação de assujeitamento tal que não poderia resistir e exercer sua liberdade. O problema é que não se trata de uma liberdade total e irrestrita, mas de uma liberdade exigida, almejada, necessária ao poder, pois, caso contrário, não poderia ser considerado como tal. A questão do estilo se coloca, pois, exatamente, nesse entrecruzamento, trata-se de um elemento de resistência, sem dúvida, mas que se dá por meio de um exercício de liberdade que, por um lado, possibilitado e previsto e, por outro lado, fornecedor de novos elementos (ou novas combinações de elementos já existentes) para a manutenção do poder advindo do dispositivo – nesse caso, do dispositivo da moda. Paradoxalmente, portanto, ao disponibilizar um pseudopotencial de escolha ao indivíduo, opera-se um apagamento de sua sujeição e, conseqüentemente, um maior controle dos sujeitos.

Alongando um pouco mais nesse ponto, podemos associar os efeitos do devotamento ao estilo, ou, nos termos de Mesquita (2008b), “o império do estilo” à necessidade de obediência reclamada pelo liberalismo. Como demonstrado por Foucault (2008a), esse regime político se deu como tarefa governar tanto os homens em sua individualidade quanto a população, isto é, “[...] governar o indivíduo não como simples indivíduo mas sim como indivíduo ligado a uma população por seu nascimento, morte, saúde, sua atividade produtiva e reprodução” (AVELINO, 2014, p. 336). Entretanto, para que se pudesse governar sem se assemelhar a uma tirania, foi necessário que o regime liberal possibilitasse aos sujeitos os conhecimentos e os instrumentos por meio dos quais produzissem, por si mesmos, a sua obediência. Novamente, o retorno da máxima: o gesto que liberta é, ao mesmo tempo, uma operação que aprisiona. O *homo economicus* aparece, assim, em sua plena liberdade, aprisionado a um regime de “[...] manipulação dos interesses individuais e coletivos que só podem realizar-se a partir de um espaço de liberdade de ação e movimento” (AVELINO, 2014, p. 337). E o que é o estilo senão parte desse grande mecanismo que liberta para aprisionar ou que, chancelado pela busca de autenticidade, se enreda nas malhas de um sistema que promete a existência de uma vida boa.

Figura 30 – Patrulheiras do Estilo



Fonte: *Veja*, 2004.

É nessa direção que miram vários textos, materialização de discursos, que corroboram o caráter obrigatório e coercitivo de se ter estilo nos dias atuais. A figura 30 é modelar nesse sentido por ter como foco a divulgação do trabalho de duas especialistas na “arte” de apontar defeito quanto ao que vestem as pessoas e/ou aos seus modos de combinar itens do vestuário, bem como à inadequação de certas vestimentas em ocasiões específicas. Intitulado “Patrulheiras do estilo”, o texto mostra o trabalho dessas inglesas que, valendo-se de uma forma de abordagem direta e agressiva, conforme inscrito no próprio texto, detectam, indicam e corrigem erros, e/ou ajudam os outros a camuflar suas “imperfeições”.

Também os chamados manuais de estilo, como o mencionado na abertura deste capítulo, seguem uma linha análoga. Na condição de manual, funcionam como um guia de orientação aos leitores com vistas a um determinado comportamento, na verdade, a linguagem *a la* receituário dão o tom dessa literatura. No guia-manual de Kalil (2008, p. 13), por exemplo, lê-se: *ix*. “Mas ter estilo não se resume no mero ato de escolha. Tem de ser uma escolha proposital, informada, precisa. Senão, qualquer um teria estilo.” Na concepção da autora, apesar de não ser algo para todos, uma vez que se trata de um diferencial, é possível,

segundo ela, que se aprenda a ter estilo: x. “Quem tem estilo faz escolhas de forma consciente, coerente, sistemática, com o objetivo de ser visto exatamente como planejou. [...] O estilo manifesta sua identidade social e sinaliza para os outros de que modo você quer ser tratada.”

Cercados de manuais, os indivíduos na contemporaneidade são a todo momento chamados a agir, comportar, falar a partir de determinados padrões estabelecidos (também) por meio desta literatura. Em comum, esses manuais, sejam eles de “falar bem”, de etiqueta, de moda e estilo, ratificam o conceito de *selfmade man*, isto é, daquele que gerencia sua própria vida e alcança êxitos (profissionais, pessoais, linguísticos, sociais etc.), pautando-se na confiança em si mesmo e na sua capacidade de lutar e vencer. Esse *self made man* é, pois, uma espécie de empresário de si mesmo, ou seja, um indivíduo que clama por “[...] controles exteriores traduzidos, entre outras coisas, por uma responsabilidade dele consigo próprio, tornando-o *um manager de seu corpo*.” (SOARES, 2011, p. 75, grifo do autor).

Nos estudos sobre a história da beleza no Brasil, Sant’Anna (2014, p. 181) destaca que:

Desde a década de 1980, melhorar a aparência ganhou um aspecto claramente empresarial nos conselhos de beleza, na publicidade de cosméticos, alimentos e produtos para a boa forma: era necessário identificar as oportunidades para otimizar a performance física, conceber o corpo como um ente carente de investimentos e, ao mesmo tempo, um campo muito propício para realizá-los.

Com relação a esse *manager* de si mesmo e de seu próprio corpo, desse gerenciador de si próprio, um de seus traços mais marcantes é que ele é uma concretização do longo processo histórico de devolução para o plano individual dessa responsabilidade do “cuidar de si”, mas um cuidar diferente da proposta encontrada na sociedade grega, pois está voltado para aspectos relativos, em grande medida, à aparência e, paradoxalmente, dependente de uma exterioridade que o ensina como ser. Daí a possibilidade de se deparar com uma rede enunciativa que vai ganhando forma e se transforma no interior de um mesmo dispositivo ou no confronto com outros, atribuindo-se essa tarefa de ensinar a se comportar, se vestir, enfim, a se subjetivar, como se nota no passo-a-passo estipulado por Pascolato (2009), que pode ser assim resumido a: I) Primeiro passo: revise sua história; II) Segundo passo: pesquisa; III) Terceiro passo: descubra e goste mais de sua imagem; IV) Quarto passo: a triagem; V) Quinto passo: pratique a terapia do armário; VI) Sexto passo: vá às compras. Não causa estranhamento que, por meio desse tipo de persuasão, os manuais sejam amplamente difundidos, conquistem seguidores e transformem-se em ponta de lança das editoras, pois se

igualam a uma espécie de tábua de salvação para todos os que se sentem inseguros e incertos, especialmente no campo da vestimenta, que acumula um saber acessível a poucos iniciados.

É notável que em diversos casos, como em outros que poderiam ser aqui arrolados, esse caráter, ao mesmo tempo policalesco e pedagógico, proibitivo e modelador da conduta do outro (e de si?), se deixa entrever como característico desse discurso, o que nos leva a pensar o termo “estilo” como um discurso de poder que se traduz como “ação sobre a ação do outro”. Assim, um aparelho que fixa valores e regras, ou seja, que exerce o poder, como é o caso das revistas da mídia impressa, ou dos manuais de estilo, utiliza procedimentos de controle que determinam a maneira como os indivíduos devem medir e calcular seus corpos para se adequar ao sujeito-modelo alvo das sociedades sob as asas do poder, o biopoder. Quanto a este, vale retomar as palavras de Fonseca (2003, p. 91):

A biopolítica do corpo e a biopolítica da população compõem a espécie de relações de poder que marcam a atualidade. É pelas disciplinas do corpo e pelas regulações da população que se desenvolve o poder sobre a vida. Nessa era do biopoder, a administração dos corpos e a gestão calculista da vida supõem o desenvolvimento de técnicas disciplinares diversas para serem aplicadas a todos os lugares institucionais. Lugares esses em que a vida acontece.

Esses textos atestam a mudança de *status* que, historicamente, o termo estilo vem sofrendo. O que permite essa transformação? Como se dá essa mutação? A mudança está na relação entre o termo estilo e o que é de fato dito sobre ele ou a partir dele. Se, por um lado, a materialidade desse termo tomado como um enunciado é repetível, por outro, há que se considerar que se apresenta sempre em condições específicas. Dessa forma, percebe-se a noção de estilo no interior de uma historicidade que possibilita apreender a transformação desse conceito. Isso nos leva a interrogar se, do interior de um dispositivo da moda, não estaríamos vendo emergir um outro dispositivo que chamaríamos, mesmo que provisoriamente, de dispositivo de estilização.

Se na perspectiva bakhtiniana, ele se liga à forma composicional e ao conteúdo temático para a caracterização dos gêneros discursivos e, por extensão, à própria responsabilidade e responsividade do ato de falar e de viver, atualmente ele se acha no *front* de batalha que se instaura por meio desses gêneros, isto é, de elemento intrínseco passa a objetivo de caracterização nas formas de comportamento ou, dito de outra forma, de meio passa a ser um fim em si mesmo. Isso comprova o percurso de sentido característico dos signos em geral e, nesse caso específico, do termo estilo, deixando-se deslizar e preencher-se de significação à medida que se materializa em um ou outro discurso, em consonância com o verdadeiro da época. Na visão bakhtiniana, “[...] as palavras não são de ninguém, em si

mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes.” (BAKHTIN, 2011, p. 290).

No entanto, ainda que conceitualmente mutante, ganhando força em suas reformulações e recorrências, a questão do estilo é majoritária para delinear os modos de funcionamento da moda e da sociedade contemporânea, gerando poder e se impondo com apoio no tipo de poder em vigência. Estando nos domínios de uma cultura da visibilidade, a forma como se revestem os corpos tende a ganhar mais e mais espaço, funcionando como mais um mecanismo de criação de subjetividades. Desse modo, o estilo passa a configurar uma das – talvez mais poderosas – estratégias de persuasão e, dada a sua alta produtividade, torna-se componente de venda de outros produtos, como é o caso da campanha publicitária do carro chamado *Stilo*, cujo slogan prega que: “*Stilo*: Ou você tem, ou você não tem”.

No tocante aos apontamentos de Michel Foucault, vale lembrar que o sujeito não é algo que preexiste, mas um construto histórico que se dá ao longo da cadeia enunciativa que o constitui e, ao mesmo tempo, é constituída por ele. O sujeito é, portanto, fabricado – sim, o termo é fabricado – por meio de tecnologias e dispositivos perceptíveis nas várias práticas no interior da sociedade. Nesse sentido, no momento atual, há uma gama de dispositivos que perpassam os indivíduos e que os constitui, não sendo excessivo dizer que, atualmente, isto é, nessa fase extrema do desenvolvimento capitalista, e nessa sociedade em que tudo ou quase tudo passa por um processo de espetacularização, estamos sob a égide de uma volumosa acumulação e proliferação de dispositivos, não havendo “[...] um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo” (AGAMBEN, 2009, p. 42). Talvez essa particularidade a eles relacionada encontre explicação no fato de que as ações de controle e subjugação, obedecendo a estratégias típicas de sociedades de controle, estejam mais sutis, menos reveladoras do poder que engendram. Assim sendo, os sujeitos constituídos por tais dispositivos acreditam estar no papel de comando de seus desejos e intenções, quando, na verdade, estão inseridos no interior desses dispositivos que os subjetivam.

Portanto, o que se constata é a existência de um leque de sentidos construídos historicamente em torno do termo estilo, mas, na atualidade, esses sentidos se convergem para uma coação em direção aos sujeitos, ou seja, esses sentidos se comungam na/para a constituição de indivíduos aptos a se adequarem a um tipo específico de sociedade. Entre o velho e o novo, o moderno e o antigo, o estilo demarca um modo de ser e estar no mundo e enquadra os indivíduos em uma forma padrão em conformidade com a sociedade de produção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar neste momento final, percebemos que a escrita de uma tese não é algo fácil de se assimilar ou processar. Talvez seja parecido com iniciar um tipo incomum de viagem do qual não sabemos o caminho, não sabemos os percalços, não sabemos as surpresas, não sabemos aonde chegaremos e, muito menos, se retornaremos ao ponto de partida – nesse momento, há que se considerar que uma certeza se faz presente: não somos e não seremos os mesmos do início da trajetória. Portanto, ao redigir esta parte do trabalho, mais do que conclusões, no sentido de algo que sinaliza uma finalização, colocando um ponto final a um percurso, o que temos aqui são pontos à deriva, tópicos aos quais chegamos após refletir, pesquisar, pensar, ler o material teórico utilizado nesta pesquisa. Também não se trata de um tipo de finalização que teria como objetivo apontar soluções ou revolucionar o mundo acadêmico com algum tipo de “descoberta” – quanto a isso, compartilhamos um certo ceticismo atribuído às vertentes mais críticas de estudos. Poder-se-ia dizer que o que se encontra aqui são elementos para o início de uma nova jornada de pesquisa, após cumprido o ritual que se consubstancia nesta materialidade textual. Finalizar uma tese? Dar a ela conclusão? Não, antes disso, iniciar uma trajetória com mais indagações com vistas a novas problematizações.

Dito isso, faz-se necessário reafirmar que o que se pretendeu nas páginas que compõem a presente pesquisa foi uma reflexão sobre a (im)possibilidade de pensar a resistência ao poder de que é constituído o dispositivo da moda, poder esse amparado em determinados saberes. Nessa perspectiva, a Análise do Discurso se mostrou como um campo apropriado, adequado, dentro da perspectiva maior oferecida pelos estudos linguísticos, já que é de sua natureza a busca por ir além da imanência dos sistemas linguísticos e pensar estes em contato direto com seus entornos. Daí termos procurado estabelecer uma aproximação entre o linguístico e a roupa, ou mais precisamente, entre o discursivo e a moda, com vistas a demonstrar que tal atitude pode se tornar um empreendimento útil, necessário e fecundo para ambos os lados.

A moda, desde o século XVIII, tem-se tornado presente, cada vez mais, na vida e no cotidiano dos que vivem no Ocidente, logo, dificilmente alguém, nos dias atuais, se situa fora do seu domínio. Basta dar uma volta pelas ruas da cidade e notar que as bancas de jornal estão repletas de revistas de moda e jornais com cadernos dedicados ao assunto, ou mesmo ligar a televisão e perceber que os principais eventos da área, que têm como palco Paris, Milão, Nova York, Londres, São Paulo, são pauta de noticiários transmitidos em rede nacional ou ainda

tema de programas específicos da área. Ela é, sem sombra de dúvida, um importante elemento de nossas vidas e se, ampliando os horizontes, considerarmos que “esse fenômeno invade os limites de todas as outras áreas do consumo e pensarmos que sua lógica também penetra a arte, a política e a ciência, fica claro que estamos falando de algo que reside praticamente no centro do mundo moderno” (SVENDSEN, 2010, p. 10). Logo, temos aí elementos suficientes para justificar um olhar mais da esfera discursiva sobre ela.

A AD se mostra, dessa forma, como um campo fértil para se pensar e entender o que se convencionou chamar de moda ou para depreender os mecanismos engendrados por ela, enquanto um dispositivo no qual se congrega saber, poder e sujeito. Trazer à tona os ditos do mundo *fashion* e se valer de uma interrogação pautada na Análise do Discurso francesa significa, pois, entendê-la como um dispositivo que concorre na/para a constituição do mundo moderno e do ser humano inserido e constituído nesse universo. No limite, significa refletir e interrogar sobre os movimentos de resistências e de poder que, amparados em saberes, transformam os indivíduos modernos em sujeitos, (nem) sempre dóceis, (nem) sempre úteis, uma vez que os discursos que emanam do dispositivo da moda falam no/por meio dos indivíduos nas sociedades da atualidade, constituindo-os tanto em seu elemento somático quanto em sua subjetividade.

Por tais motivos, não se justifica a acusação de que essa disciplina voltada à apreensão dos discursos seja fruto de um modismo, algo que decorre de um movimento passageiro e que, por isso, estaria fadada ao ostracismo ou coisa parecida. Pensamos que, numa direção contrária, a AD seja de grande valor para os estudos da linguagem, pois amplia o espectro de atuação e de compreensão destes. Faz-se necessário dizer que, mais que uma teoria, mais que um arsenal de conceitos para abordar práticas discursivas, ela se coloca como um modo de encarar e, conseqüentemente, viver a vida: talvez um pouco à maneira dos cínicos – aos quais retomaremos mais adiante –, que levaram às últimas conseqüências uma certa maneira de viver a vida, os analistas do discurso necessitam fazer da teoria um modo de existência. Certamente, não estão preocupados em revelar uma determinada verdade, mas sim em demonstrar os processos de construção de verdades e seu funcionamento no nosso mundo. Nisso residiria um modo de ver e viver a vida, já que é preciso coragem para apresentar esses elementos que, a título de verdade, fazem as pessoas pensarem, andarem, sonharem, vestirem etc.

À AD e aos analistas dos discursos, cabe uma tal aproximação dessa figura do cínico, no sentido que se dá na atualidade ao signo linguístico, mas, sobretudo, ao que já carregava consigo enquanto sujeito que se coloca na prática filosófica do cinismo. Em grande medida,

um analista, que de fato defenda essa alcunha, leva uma “vida de cão”, uma vida que se faz miserável, não na perspectiva de que seja um pária da sociedade ou porque carrega uma dramaticidade ou porque seja porta-voz da miserabilidade humana, mas porque em sua lida percebe não haver verdades absolutas, não há o mocinho e o bandido, não há o bem e o mal, ou melhor, tudo isso existe, mas se assim o são, não o são por capricho da natureza, ou por uma intervenção divina, mas por obra de nós mesmos, nós seres humanos, constituídos que somos por meios de diversos discursos.

Entretanto, ao adotarmos a temática do discurso como é entendida especificamente por Foucault, com vistas a fazê-la funcionar no interior da disciplina Análise do Discurso, deparamo-nos com alguns desafios, tais como o entendimento do discurso como prática, a recusa aos universais e, conseqüentemente, a desnaturalização e desmitificação dos objetos, o abandono da concepção do sujeito enquanto ser desejante e fundante, a abordagem do discurso como uma expressão verbal/oral/escrita ou uma manifestação que, à maneira de um espelho, reflete o mundo. Apesar desses obstáculos, ou talvez motivados por eles, podemos afirmar que o referencial foucaultiano é de grande utilidade na medida em que possibilita aos analistas um alargamento de seu espectro de estudo, bem como evita a procura de algo escandido ou de verdades universais, já que se intenta trabalhar com coisas efetivamente ditas.

Como pudemos verificar – diria mesmo ratificar – por meio do presente trabalho, é urgente a constituição de uma Análise do Discurso foucaultiana, não na perspectiva positivista como tem sido entendido a constituição de uma disciplina acadêmica, mas com suas ferramentas teóricas, suas metodologias e suas formas particulares de análise, em consonância com os diversos e diferentes objetos a serem analisados. Quanto ao instrumental teórico, não restam dúvidas de que discurso e enunciado são dois conceitos basilares e fundamentais para a perspectiva foucaultiana. Se há, como alguns acusam, algum tipo de ruptura ou desvio na trajetória do pensador francês, dizendo que ele abandonou a prática do discurso ao se voltar para o estudo do poder e da ética, na verdade trata-se mais de variações em torno de um eixo do que abandono de determinados referenciais teóricos, como afirma Castro (2014, p. 75): “Esses deslocamentos no pensamento de Foucault não são rupturas, mas torsões, movimentos em torno de um eixo.” Nesse sentido, entendemos e buscamos reiterar que a temática discursiva/enunciativa mantém-se presente nos diferentes momentos da reflexão do filósofo francês.

Ainda sobre a noção foucaultiana de enunciado, ela nos possibilita tratar de práticas e discursos correntes no cotidiano (como os provenientes do mundo da moda), pois, de certa

forma, Foucault pode declarar que “nunca escreveu nada que não fosse real, com o real, pois tudo é real no enunciado, e nele toda realidade se manifesta.” (DELEUZE, 2005, p. 29). Nessa perspectiva, convém reafirmar que o enunciado é em si mesmo repetição, embora essa repetição seja de uma “outra coisa”, de um “lado de fora”, que pode “ser-lhe estranhamente semelhante e quase idêntica”. De acordo com Deleuze (2005, p. 23), esse domínio que o enunciado supõe se trata de um novo domínio, o do poder, enquanto está combinado com o saber. Convém também reafirmar o caráter histórico dos enunciados, como uma de suas características mais relevantes, posto que o coloca num campo de historicidade que o relaciona com outros de igual natureza e, concomitantemente, distingue de outros a ele similares, como a proposição lógica, a frase gramatical ou mesmo os *speech acts*.

Isso nos remete a uma outra necessidade, diria mesmo obrigatoriedade, ao se trabalhar numa perspectiva de análise com base em Foucault, que é refletir sobre a própria noção de história. O objetivo de um empreendimento como esse? Em grande medida, buscar subsídios ou embasamentos que justifiquem as reflexões empreendidas nas pesquisas filiadas à disciplina Análise do Discurso, já que, no interior dessa área do conhecimento, há um certo “acordo” de que a compreensão dos fatos linguísticos se interliga necessariamente com questões relativas à história. Os estudos do discurso muito valorizam a densidade histórica, o que implica dizer que a dupla espaço-duração sempre agitou as pesquisas na área. Por outro lado, há que se rememorar que a problemática do materialismo histórico e, conseqüentemente, da luta de classes, muito em voga nas discussões nas décadas de 1960-1980, por meio das leituras/interpretações do marxismo empreendidas por L. Althusser, foram fundamentais para a construção do edifício teórico-analítico da Análise do Discurso francesa. No entanto, as décadas pós-80, ao mesmo tempo em que constataram a produtividade dessa forma de entendimento dos objetos históricos, lançaram luzes para que muitos conceitos fossem revistos sob outros vieses e possibilitaram que novos trabalhos pudessem ser concretizados. Nesse sentido, ir ao encontro de Michel Foucault nos abre a possibilidade de outras formas de entendimento: a história não linear, movida pelas rupturas/fissuras, rangendo entre a estabilidade dos poderes e a desestabilização das resistências.

Do conjunto de elementos capitaneados por Foucault em suas pesquisas, talvez o mais importante para esta tese tenha sido a “ferramenta” foucaultiana denominada dispositivo. Os dispositivos são os mecanismos por meio dos quais o poder (seja o poder disciplinar ou o biopoder) “[...] trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista” (MACHADO, 2011, p. XVII). Com esse mecanismo, que

abarca tanto o discursivo quanto o não discursivo, torna-se possível jogar luz no emaranhado de que se compõe a dinâmica do mundo, especialmente quando se tem em vista que o poder em conjunto com o saber trabalha na construção de verdades dentro desse mesmo mundo. Entrecruzando-a com a operacionalização proposta por Deleuze, pudemos caracterizar a moda como um dos grandes dispositivos presentes na contemporaneidade. Responsável por produzir subjetividades, é a um só tempo mantenedor do poder vigente, em parceria com outros tantos dispositivos, e também o próprio poder posto em ação. As nuances próprias da moda, dada a sua complexidade e volatilidade, se mostraram melhor compreendidas quando analisadas a partir do viés do dispositivo.

Na análise do *corpus*, constituído basicamente por textos que circularam na mídia tradicional (jornal, revista) e na internet, no período referente às últimas três décadas, o que se constatou foi a existência de uma apropriação dos movimentos e das ações de resistência, transformando-os em parte da engrenagem que movimenta o consumo. Em outras palavras: o que era contestatório transmuta-se em ostentatório e, assim, perpetua-se a manutenção de um padrão de normalidade tão caro ao controle e à dominação. Tais afirmações encontram eco nas palavras de Prado Filho (2013, p. 97) que, ao comentar sobre o dispositivos, diz tratar-se de uma “articulação política quase ‘irresistível’ – no sentido de dificultar a resistência política aos seus efeitos – sendo fundamental na manutenção da ordem social normativa e normalizante das nossas sociedades, exatamente por suas sutilezas e nuances subjetivantes.”

Entretanto, seria muito simplista e esquemático a dinâmica ocorrida no interior dos dispositivos ou por meio destes, no que tange às resistências, se estas fossem vistas apenas como uma reação ao poder e vice-versa; na verdade, a dinâmica que envolve essas duas forças – uma objetivando a manutenção de seu *status* e a outra sonhando em tomá-lo – é muito mais complexa e difícil de ser observada em seus detalhes ou em sua capilaridade, apesar de ser aí que manifesta parte relevante de sua potência e em que o poder entra em sua luta agonística com prerrogativas articuladas pelas contracondutas. Resistência e poder vivem num estado de tensão permanente, no qual estão fadados a uma convivência em que, a um só tempo, um luta pelo lugar do outro enquanto este tenta mantê-lo, mas não podem continuar o movimento que se consubstancia na própria vida sem a presença de ambos, isto é, não se trata de ganhar ou perder, mas de manter o jogo *ad infinitum*, pois a extinção de um implica na extinção do outro – nem liberdade eterna numa hipotética vitória da resistência, nem tirania da parte do poder.

Com base nos dados arrolados, pudemos verificar que a noção de resistência, tão comumente associada aos movimentos e atitudes de caráter esquerdista, não se prende necessariamente a este campo da luta política. Se o que está em jogo é a luta, que se liga à

possibilidade de enunciar algo e se fazer presente por meio dos discursos, logo tanto a esquerda quanto a direita – e outras tantas divisões possíveis neste entremeio – podem ocupar esse “lugar”. Em alguns enunciados, pudemos perceber essa apropriação do lugar da resistência (como sinônimo esquerdista) pela direita e, utilizando de estratégias análogas àquela, enunciar imperativos de combate e contra-ataque. Isso comprova que a resistência é muito mais da ordem da flutuação e do movimento, do que da estaticidade e da perenidade; ela emerge quando o suportável passa a ser insuportável, quando o ato de governar o outro engendra uma sujeição que se torna insuportável. Logo, a questão da resistência se liga a uma possibilidade, mas, mais ainda, a uma necessidade: necessidade do poder para ter com quem lutar, necessidade da própria história para ter o combustível necessário para a sua movimentação.

Não podemos também deixar de mencionar um outro ponto merecedor de destaque e que se pode confirmar, por meio do *corpus* mobilizado para a pesquisa. Na condição de dispositivo, a moda apresenta um discurso que se metamorfoseia de democrático, que se mostra como um campo em que tudo pode e tudo vale, mas que, ao observarmos seu *modus operandi*, se percebe o oposto: há um cerceamento cada vez maior e um enquadramento cada vez mais eficiente dos indivíduos em determinados pontos de subjetividade e, se no plano da oferta, há mais possibilidades de combinações de itens de vestuário e formas diversas de comportamento, isso corrobora a coadunação da moda com o biopoder vigente em nossas relações interpessoais e institucionais, um poder que se traveste de liberdade para poder melhor controlar. Muito mais do que mando, o que se nota é um poder de seduzir, de controlar através desse mecanismo sutil e hipereficiente que é o jogo da sedução. Nesse sentido, vale aos movimentos de resistências observarem o tipo de poder com o qual se tem que lutar na atualidade: aquele que nos obriga e assim se torna mais visível ou aquele que nos seduz e que, dessa forma, se torna mais sutil e de difícil enfrentamento – exatamente por não se mostrar tão visivelmente.

Se a noção de dispositivo foi a ferramenta foucaultiana de maior impacto para compreender os mecanismos discursivos da moda, ela nos possibilitou chegar a um tópico chave, diríamos mesmo crucial, para a pesquisa. Em seguida, na análise do *corpus*, discorrermos sobre tendências, cópias, movimentos de contestação, customização, blogs, dados por nós levantados que nos fizeram chegar ao conceito de estilo. O que empreendemos, então, foi uma investigação/reflexão acerca do termo em questão. Partindo da explanação teórica oferecida por Bakhtin e Foucault – menos para aproximá-los e mais para diferenciá-los –, buscamos entender como esse conceito se dá na atualidade, mas sem perder de vista os

dizeres de Courtine (2013, p. 30), segundo o qual “[...] as palavras do texto, enquanto atravessadas pela história, cessam de ser simples unidades linguísticas”. Constatamos, então, a existência de um leque de sentidos construídos historicamente em torno do termo estilo, mas os dados nos levaram a perceber que, na atualidade, esses sentidos se convergem para uma coação em direção aos sujeitos, isto é, esses sentidos se comungam na/para a constituição de indivíduos aptos a se adequarem a um tipo específico de sociedade. Entre o velho e o novo, o moderno e o antigo, o estilo demarca um modo de ser e estar no mundo e enquadra os indivíduos em uma forma padrão em conformidade com a sociedade de produção.

De acordo com Foucault, numa de suas entrevistas (POL-DROIT, 2006), somos todos, a um só tempo, alvo do poder e também seu transmissor, então este encontra no estilo uma sofisticadíssima estratégia para sua operacionalidade. Nesse quesito, não se tem uma obrigação formal, uma coerção visível, mas sim um mecanismo sutil de sujeição, que faz do ato de compor um visual ou uma aparência, “[...] uma das variáveis que reforçam, produzem e reproduzem as variáveis de força do *estilo*.” (MESQUITA, 2008, p. 127, grifo do autor). Aqui é o próprio sujeito que, ao se submeter à busca de um ou mais estilos, se subjetiva de forma a garantir a perpetuação do poder e de funcionar como seu vetor, ou seja, o sujeito se torna sujeito de estilo ao ter a falsa sensação de que esta ou aquela forma de vestir, de combinar, de comportar é sua, é individualizada, quando, a bem da verdade, é mais uma das inúmeras variedades disponibilizadas (ou reaproveitadas) pelo próprio dispositivo de poder. Daí a síntese encontrada na propaganda de cigarros: “Estilo, cada um tem o seu”.

Desvio? Escolha? Ruptura? Continuidade? Processo? Longe de uma filiação romântica que buscava – e ainda busca – um entendimento do estilo como uma questão de decisão individual ou de uma quebra com o estabelecido, inserir essas reflexões no âmbito linguístico e histórico, como requer os trabalhos em AD, nos possibilitou perceber uma mobilização desse conceito em diferentes “lugares sociais” com a finalidade de enredar os sujeitos nas malhas de um discurso que fixa padrões de ser, de se comportar e de viver. A noção de estilo ganha centralidade na era pós-moderna, saindo da caracterização dos gêneros discursivos e ganhando *status* de objetivo que se almeja alcançar. Nas sociedades líquidas em que vivemos, as identidades são fluidas e até mesmo momentâneas em conformidade com um mundo de mudanças constantes, onde se constrói e mantém-se os espectros de identidade sempre em movimento, em pleno voo. Como diz Bauman (2005, p. 33): “No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam.” Assim, ter estilo se mostra em relação íntima com a constituição de sujeitos, mas não mais sujeitos éticos pautados em certos

preceitos que a eles são disponibilizados, mas como uma obrigatoriedade a que se “deve” obedecer para tomar parte no teatro social.

Muitas vezes criticado por deixar transparecer certo niilismo em suas asserções – mesmo não sendo este seu foco, que sempre se voltou para a questão da subjetividade como produto discursivo –, Foucault, certa vez, disse: “O que se deve descobrir em nós não é o que está alienado nem o que está inconsciente. São essas pequenas válvulas, esses pequenos difusores, essas minúsculas engrenagens, essas microscópicas sinapses através das quais o poder passa e se acha reconduzido por ele mesmo” (POL-DROIT, 2006, p. 95). Assim, longe da ideia de escapismos ou de heroísmos, o que seria bastante simplista e reducionista, ele está longe de procurar brechas que estejam fora dos sujeitos, de nós mesmos. Em sua percepção, a chave para lutarmos contra o poder que nos seduz e esses pequenos fascismos que nos rodeiam cotidianamente, está em nós mesmos, no lugar e no tempo que nos é contemporâneo: “Não é por acaso que seus últimos trabalhos problematizem a constituição de nossa subjetividade e discutam formas alternativas, outras de subjetivação, que operem diferentemente, porém, a partir dos mesmos pressupostos” (RAGO, 2012, p. 7).

De uma vontade de verdade, Foucault traz nas aulas de seu último curso, uma “Coragem da verdade” (FOUCAULT, 2011), ele traz à cena, dentre outras coisas, o exemplo dessa “figura-limite”, dessa “figura última”, que é a do filósofo praticante do cinismo. Figura paradoxal, já que na paisagem da filosofia sempre apareceu com certo grau de familiaridade e também de estranhamento, o cínico é apresentado nas páginas escritas por Foucault como aquele que vive no limite, levando uma vida enquanto verdadeira vida. Em última análise, essa *bíos kynikós* apresenta-se como uma estratégia de liberdade, levada ao extremo e posta em prática numa espécie de “ecletismo de efeito inverso”, já que retoma traços fundamentais encontrados nas filosofias que lhe são contemporâneas e, ao mesmo tempo, faz dessa retomada uma estranheza no fazer filosófico. Daí Foucault situar o escândalo cínico como uma das formas da coragem da verdade, por meio do qual “[...] arrisca-se a vida, não simplesmente dizendo a verdade, por dizê-la, mas pela própria maneira como se vive” (FOUCAULT, 2011, p. 205-206).

Ao viver nessa espécie de *boderline*, de situação limítrofe, o cínico põe em prática uma filosofia que se confunde com sua própria vida. Nesse imbricamento entre vida e filosofia, que historicamente vieram se dissociando uma da outra, já que o discurso filosófico indexou-se cada vez mais ao modelo científico, o cinismo surge como a forma mais rudimentar e radical de se aproximar as práticas e as artes de existência (FOUCAULT, 2011). Como parte de seus princípios, a prática cínica retoma e reafirma alguns elementos comuns a

outras práticas filosóficas, como o entendimento da filosofia como uma preparação para a vida, a necessidade de ocupar-se antes de tudo de si mesmo, a obrigação de estudar apenas o que é útil na/para a existência e de tornar a vida conforme os preceitos que formula. Entretanto, coloca-se a si mesma um outro princípio, que se consubstancia na metáfora de que é preciso alterar o valor da moeda. Tomado em seu aspecto negativo, tal princípio remeteria a uma alteração desonesta do valor de uma moeda, mas, sob seu lado positivo, possibilita o entendimento de que seja possível o restabelecimento do verdadeiro valor da moeda. Levada à própria condição de vida cínica, a alteração da moeda passa a significar a mudança dos costumes, o rompimento com eles, a quebra das regras, dos hábitos, das convenções e das leis.

É por isso que, para conseguir alteração no valor da moeda, o cínico deve conhecer a si mesmo, pois somente assim poderia substituir a falsa ideia que carrega de si mesmo ou que os outros têm dele por uma verdadeira, que é a do conhecimento de si por si. Para tanto, o caminho a percorrer é longo e sinuoso, o que implica o filósofo cínico levar uma vida de cão: uma vida sem pudores, indiferente a tudo o que pode acontecer, capaz de brigar contra os inimigos e, sobretudo, dedicada a salvar os outros e proteger a vida dos outros. Num jogo de palavras no qual se muda a posição dos termos do sintagma, Foucault interpreta essa vida canina dos cínicos como uma “vida outra”, opondo-a à “outra vida” ou ao “outro mundo” proposta pelo platonismo e reiterada à exaustão pelo mundo cristão.

Sem se importar com o estabelecimento de padrões a serem seguidos, de exemplos a se mirar ou mesmo de condutas a se seguir, Foucault nos instrumentaliza com ferramentas contundente para pensarmos a contemporaneidade, já que sua preocupação é, para além da questão de quem somos nós, pensar por que nos tornamos assim e, com isso, podermos recusar o que somos e inventar novas formas de ser. Se ele nos remete ao filósofo cínico, isso é feito com o intuito de descrever suas práticas e analisar como historicamente elas foram se transformando e reaparecendo em diferentes vertentes, quais sejam: a ascese cristã (como nos franciscanos, por exemplo), nas práticas revolucionárias (anarquismo, esquerdismo etc.), nas artes. Numa perspectiva cínica, importa viver uma vida não dissimulada, uma vida que reflita o verdadeiro valor da moeda e que se afaste do teatro social com suas máscaras e hipocrisias. Questão complexa para os dias atuais, ainda mais quando se vê parte considerável do mundo se constituir (e/ou se destruir) a partir de uma ética exatamente oposta a essa. Entretanto, a figura do cínico não nos deixa esquecer da possibilidade de produção de novas formas de existência, de constituir uma vida outra neste mundo e que seja, inclusive, ética e esteticamente mais condizente. No entendimento de Deleuze (2010, p. 145): “Só podemos evitar a morte e a loucura se fizermos da existência um ‘modo’, uma ‘arte’”.

Para finalizar, faço uso das derradeiras palavras que Michel Foucault pronunciou naquele que seria o último curso que ministrou no *Collège de France*: “Bem, olhem, eu tinha algumas coisas a dizer no âmbito geral dessas análises. Mas já está tarde demais. Então, obrigado.” (FOUCAULT, 2011, p. 297).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução Vinícius N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

_____. O que é um dispositivo? *Revista Outra Travessia*. Santa Catarina, n. 5, 2005. p. 9-16.

ÁGUA Mineral Pouso Alto. Água estilo. Disponível em: <<http://www.pousoalto.com/>>.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Diz positivo: entre o castor e a aranha. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de. *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 5-9.

_____. Edifício em construção ou em ruínas: dos usos e abusos do pensamento de Michel Foucault na contemporaneidade. In: SOUSA, Kátia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da. *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015. p. 209-221.

ALVIM, Davis Moreira. Pensamento indomado: história, poder e resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze. *Dimensões*, v. 24, p. 193-207, 2010.

AMARAL, Adriana; MONTARDO, Sandra; RECUERO, Raquel. (Org.). *Blogs.com: estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. Disponível em <<http://www.sobreblogs.com.br/>> Acesso em: 26 mar. 2016.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

AVELINO, Nildo. Sujeito a política: tecnologia confessional e controle da subjetividade. In: VACCARO, Salvo; AVELINO, Nildo. (Org.). *Governamentalidade/Segurança*. São Paulo: Intermeios, 2014. p. 309-342.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BARNARD, Malcom. *Moda e comunicação*. Tradução Lúcia Olinto. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BARROS, Silvia. Customização: criatividade enlatada. 2001. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/modabrasil/tendencias_new/customizacao/index2.htm> Acesso em: 15 jun. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BLOG O que o povão usa? 24 set. 2010 (on-line) il.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____.(Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 87-98.

BRAIT, Beth. Estilo. In: _____. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 79-102.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Análise do discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, Helena Bonito Couto; ATIK, M. Luiza G. (Org.) *Língua, literatura e cultura em diálogo*. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

_____. *Introdução à análise do discurso*. 3.ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

BRANDÃO, Ludmila. Ensaio sobre a cópia na era da hiper-reprodutibilidade técnica. In: MESQUISTA, Cristiane; PRECIOSA, Rosane. *Moda em ziguezague: interfaces e expansões*. São Paulo: Estação das Letras, 2011. p. 195-212.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Revista da Famecos*, Porto Alegre, v. 24, p. 110-124, 2004. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/24/Fernanda.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2016.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. *Revista Trans/Form/Ação*. v. 24 n. 1 Marília, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732001000100016&script=sci_arttext> Acesso em: 1º fev. 2016.

CASTILHO, Kathia. Tecendo imagens do tempo vivido: o design de imagens do corpo. In: FAÇANHA, Astrid; MESQUITA, Cristiane. *Styling e criação de imagem de moda*. São Paulo: Editora Senac, 2012. p. 87-97.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

CÉSAR, Maria Rita. (Des)educando corpos: volumes, comidas, desejos e a nova pedagogia alimentar. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 269-279.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARLES-ROUX, Edmonde. *A era Chanel*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

CHIC Uol. Moda para protesto – roupas de guerra. Disponível em: <<http://chic.uol.com.br/les-chics/noticia/moda-para-protesto-roupa-de-guerra>>. Acesso em: 23 abr. 2016.il.

CHOCIAIY, Rogério. Em busca do estilo. *Revista Alfa*, UNESP, São Paulo, v. 27, p. 65-76, 1983.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009.

_____. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

CRUZ, Márcio Alexandre. Saussure, as teorias linguísticas contemporâneas e a AD: rupturas ou continuidades? In: SARGENTINI, Vanice et al. (Org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 67-80.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. *Diferença e repetição*. Tradução Luis Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2006.

_____. *Foucault*. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005a.

_____. O que é um dispositivo? In: _____. *O mistério de Ariana*. Tradução Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2005b. p. 83-96.

DIANA Vreeland: *the eyes has to travel*. Direção: Lisa Immordino Vreeland, Frédéric Tcheng, Bent-Jorgen Perlmutter. EUA, 2011. Netflix.

DISCINI, Norma. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia e literatura*. São Paulo: Contexto, 2004.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 296-327.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 44-55.

_____. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). *Por uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 35-50.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. Tradução Izidoro Blikstein (Coord.). 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

ÉPOCA. Blog Bruno Astuto Desfile da Chanel em Cuba - o novo comunismo de boutique. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/bruno-astuto/noticia/2016/05/desfile-da-chanel-em-cuba-o-novo-comunismo-de-boutique.html>> Acesso em: 10 maio 2016.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault, 1926-1984*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ERNER, Guillaume. *Vítimas da moda? Como a criamos, porque a seguimos*. Tradução Eric Roland René Heneault. São Paulo: Editora Senac, 2005.

EXAME. Blog Moda e beleza. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/dino/noticias/top-10-blogs-os-blogs-de-moda-e-beleza-brasileiros-mais-acessados-em-2015-no-mundo.shtml>> Acesso em: 4 maio 2016.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de. (Org.). *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 53-68.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008a.

_____. De sujeito a subjetividade na Análise do Discurso. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008b. p. 69-82.

_____. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

_____; ALVES JÚNIOR, José Antônio. Mutações da noção-conceito de sujeito na análise do discurso. In: SANTOS, João Bosco Cabral (Org.). *Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 103-119.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *O quadro atual da análise de discurso no Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

FIORIN, José Luiz. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Tendências da análise do discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, UNICAMP-IEL, n. 19, jul./dez., 1990.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 123-152.

FONSECA, Márcio. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2003.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Foucault e a arqueogenealogia do sujeito. In: FERNANDES, Cleudemar Alves et al. (Org.). *Sujeito, identidade e memória*. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 27-69.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU, 2011a.

_____. *As palavras e as coisas*. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980 – excertos*; organização de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011b.

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. v. 1 Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e Jose Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.

_____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. v. 2. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e Jose Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. *Michel Foucault: estética: literatura e pintura, música e cinema*. In: MOTTA, Manoel Barros. (Org.). v. III. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (Coleção Ditos e Escritos).

FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault: estratégia, poder-saber*. In: MOTTA, Manoel Barros. (Org.). v. IV. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. (Coleção Ditos e Escritos).

_____. *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*. In: MOTTA, Manoel Barros. (Org.). v. V. Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. (Coleção Ditos e Escritos).

_____. *Michel Foucault: filosofia, diagnóstico do presente e verdade*. In: MOTTA, Manoel Barros. (Org.). v. X. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense, 2014a. (Coleção Ditos e Escritos).

_____. *Michel Foucault: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. In: MOTTA, Manoel Barros. (Org.). v. XI. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. (Coleção Ditos e Escritos).

_____. *Michel Foucault: repensar a política*. In: MOTTA, Manoel Barros. (Org.). v. VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. (Coleção Ditos e Escritos).

_____. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011c.

_____. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *O governo de si e dos outros*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *O poder psiquiátrico*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d. p. 273-295.

_____. *Segurança, território e população*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. v. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c. p. 82- 118. (Coleção Ditos Escritos).

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GALILEU. Há algo de podre no reino dos blogs de moda. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI306722-17773,00-HA+ALGO+DE+PODRE+NO+REINO+DOS+BLOGS+DE+MODA+E+BELEZA.html>>. Acesso em: 7 maio 2016.

GARCIA, Afrânio. *Semântica histórica*. Solettras, ano I, n. 2. São Gonçalo: UERJ, 66 jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ2_05.htm>. Acesso em: 12 jun. 2014.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: _____. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2001. p. 39-46.

GREGOLIN, Maria do Rosário de Fátima Valencise. Análise do discurso e mídia: a (re)produção das identidades. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. v. 4, n. 11, nov. São Paulo, 2007a. p. 11-25.

_____. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2007b.

_____. No diagrama da AD brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *O discurso: nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 23-36.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividades*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. p. 23-44.

GUIA Show. Marsala é o novo preto. Estilo. 05/02/15. Disponível em: <<http://www.revistaguishow.com.br/fashion-2015-marsala-e-o-novo-preto/>>. Acesso em: 30 de jun. 2015.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: TADEU, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

HARA, Tony. *Ensaio sobre a singularidade*. São Paulo: Intermeios; Londrina: Kan Editora, 2012.

HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Tradução Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 53-92.

KALIL, Glória. *Chic: um guia básico de moda e estilo*. São Paulo: SENAC, 2008.

KATZ, Helena. Por uma teoria crítica do corpo. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia; CASTILHO, Kathia (Org.). *Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2008. p. 67-74.

KOGAWA, João Marcos Mateus. A recepção da ADF no Brasil nas décadas de 1960/70. In: GREGOLIN, Maria do Rosário de Fátima Valencise; KOGAWA, João Marcos Mateus (Org.). *Análise do discurso e semiologia: problematizações contemporâneas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

KOSELLEC, Reinhart; MEIER, Christian; ENGELS, Odilo; GÜNTHER, Horst. *O conceito de história*. Tradução René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LAVIER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. Tradução Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Tradução Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

_____. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. p. VII-XXIII.

MACHADO, Wladimir Silva. *Do podrinho ao vintage: a visualidade nos blogs de moda e a publicidade em imagens de look do dia*. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

MADONNA. Have you confessed? YouTube. *The Confessions Tour*. Gravadora: Maverick Records, Londres, jan. 2007. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=liXbh4lZRmk>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. A unidade da linguística. *Revista Calidoscópio*, v. 6, n. 3, p. 160-163, set./dez. 2008. Disponível em:
<https://saga.faccat.br/p907/c_arquivo.php?chave=24&baixar=true>. Acesso em: 20 set. 2012.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Dispositivo de maternidade: mídia e produção agonística de experiência. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2003.

MARTINEZ, Antônio. *Palavras que se tecem de sentido e história*. In: QUEIROZ, Sônia (Org.). *Revista Viva Voz*. Estilo. FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/publicacoes/download/estilos.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

MESQUITA, Cristiane. A moda à espera dos corpos: um olhar sobre o discurso da “liberdade de escolha”. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia; CASTILHO, Kathia (Org.). *Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2008a. p. 219-229.

_____. Para além do design: styling e criação de imagem de moda. In: FAÇANHA, Astrid; MESQUITA, Cristiane (Org.). *Styling e criação de imagem de moda*. São Paulo: Editora Senac, 2012. p. 37-47.

_____. *Políticas do vestir: recortes em viés*. 197f. Tese (Doutorado). Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008b.

MILANEZ, Nilton. *As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, 2006.

MOLINA, Luci; MATHIAS, Milla; KOBAYASHI, Sergio. *Guia de estilo para candidatos ao poder e para quem já chegou lá*. São Paulo: Senac, 2012.

MONNEYRON, Frédéric. *A moda e seus desafios: 50 questões fundamentais*. Tradução Constância Morel. São Paulo: Senac, 2007.

MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Loyola, 2004.

MUSSALIN, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). *Introdução à Linguística 2: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-142.

NAVALON, Eloize. Costureiro, estilista, criador, designer de moda: aproximações e distanciamentos. *Dobras*, v. 5, n. 12, p. 96-102, 2012.

NAVARRO, Pedro. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: _____. (Org.). *O discurso: nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 89-100.

NEGRI, Antônio. *5 lições sobre império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O POPULAR. *Coisa de homem*. Goiânia. fev. 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2010a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010b.

ORY, Pascal. O corpo ordinário. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo 3: as mutações do olhar: o século XX*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 155-195.

PAIXÃO, Humberto. *Saber, poder e sujeito no dispositivo da moda*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

PALOMINO, Erika. *A moda*. São Paulo: Publifolha, 2010.

PANIAGO, Maria de Lourdes. *Práticas discursivas de subjetivação no contexto escolar*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, 2005.

PASCOLATO, Costanza. *Confidencial: segredos de moda, estilo e bem-viver*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

_____. *O essencial: o que você precisa saber para viver com mais estilo*. São Paulo: Jaboticabal, 2013.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Tradução Maria do Rosário Gregolin et al (Org.). São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2010. p. 59-158.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli et al. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 55-64.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2009a. p. 21-26.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp, 2009b.

_____; GADET, Françoise. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Pontes, 2004.

PIOVEZANI, Carlos. Entre vozes, carnes e pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção da subjetividade contemporânea. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro.

Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 133-158.

POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault, entrevistas*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda G. Carneiro. São Paulo: Graal, 2006.

POLHEMUS, Ted. *Vocês estão tentando o impossível*. Entrevista dada ao Blog LP em 28 out. 2013. Disponível em: <<http://www.lilianpacce.com.br/moda/fashionteca/ted-polhemus-fala-sobre-blogueiros-e-o-potencial-do-brasil/>>. Acesso em: 11 agosto 2015.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3 São Paulo: Cortez, 2009b.

_____. Uma leitura política. In: FONSECA-SILVA. *Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 13-16.

PRADO FILHO, Kleber. Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. In: ZANELLA, Andreia Vieira. *Interações*, v. XII, n. 22, p. 11-38, jul.-dez. Universidade de São Marcos, 2006.

_____. Considerações acerca do cuidado de si mesmo contemporâneo. In: TEDESCO, S.; NASCIMENTO, M. L. (Org.). *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 231-245.

_____. Michel Foucault, historiador do pensamento. In: MARQUES, Welisson; CONTI, Maria Aparecida; FERNANDES, Cleudemar Alves (Org.). *Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos*. Uberlândia: EDUFU, 2013. p. 87-98.

PRADO, Gesiel. *No mundo das aparências: uma análise do discurso publicitário da moda*. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

PRECIOSA, Rosane. Mudar, parecer e seus possíveis desígnios. In: FAÇANHA, Astrid; MESQUITA, Cristiane (Org.). *Styling e criação de imagem de moda*. São Paulo: Editora Senac, 2012. p. 161-170.

RÁDIO Alpha FM 101,7. Disponível em: <<http://www.alphafm.com.br/>>.

RAGO, Margareth. *Libertar a história*. Disponível em: <http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Margareth_Rago-Libertar_a_Historia.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2012.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVISTA ELLE Capa. Editora Abril, jul. 2014 il.

ROSSI, Andra. Michel Foucault: subjetivação e resistência. In: 1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS FOUCAULTIANOS: Governamentalidade e Segurança João Pessoa/PB – 2014.

SALOMON, Marlon. Afrontar o perigo: a questão da história da verdade. In: _____. (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

SAMPAIO, Simone Sobra. *Foucault e a resistência*. Goiânia: Editora UFG, 2006.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da história. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz et al. (Org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 83-91.

_____. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; KOGAWA, João Marcos M. (Org.). *Análise do discurso e semiologia: problematizações contemporâneas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a. p. 101-120.

_____. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em análise do discurso. In: NAVARRO, Pedro (Org.) *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. O arquivo e a construção de memórias: o caso do apagão. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. *Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008. p. 131-142.

_____. Um livro para que outros sejam possíveis. In: FERNANDES, Cleudemar. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012b. p. 09-11.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da moda e outros escritos*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.

SIMONE, Nina. *Ain't got no – I got life*. Álbum Nuff Said!, 1968. 1 CD.

SOARES, Carmen Lúcia. A educação do corpo e o trabalho das aparências – o predomínio do olhar. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz et al. (Org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 69-82.

_____. Escultura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 63-81.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Kátia Menezes de. *A noção de enunciado de Michel Foucault: onde dizer é produzir inovação*. Revista da Anpoll. n. 34, 2013. p. 123-157. Disponível em: <<http://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/684/705>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

_____. Dispositivos de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo entre o medo e o bem-estar. In: SOUSA, Kátia Menezes; FERNANDES JÚNIOR, Antônio. *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 123-148.

SOUSA, Kátia Menezes de. Inovar em AD com Foucault: a tecnologia dos enunciados no funcionamento dos dispositivos de poder. In: SOUSA, Kátia Menezes; PAIXÃO, Humberto P. (Org.). *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 155-172.

_____. O corpo enunciado e os movimentos de subjetivação e objetivação no reino do virtual. In: SANTOS, João Bôscio Cabral. (Org.). *Sujeito e subjetividades: discursividades contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 301-327.

STASSUN, Cristian Caê Seemann; ASSMANN Selvino José. Dispositivo: Fusão de objeto e método de pesquisa em Michel Foucault. In: Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas. v.11, n. 99, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SVENDSEN, Lars. *Moda: uma filosofia*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

THE DIRECTOR. Uma criadora da Gucci. Direção Christina Voros. Edição Filippo Conz. Produção James Franco, Christina Voros, Vince Jolivette, Miles Levy. Itália, 2013.

UOL Blog, 2011. Disponível em: <http://leojaime.blog.uol.com.br/arch2011-03-13_2011-03-19.html> Acesso em: 30 de jun. 2015.

UOL. Moda para protesto. Site on-line, jun. 2013 il.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEJA. A nova República. Ellus. Editora Abril, mar. 1985 il.

_____. Blog quanto drama eu vejo. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/quanto-drama/eu-vejo-novela/amarelo-e-o-novo-preto-em-alem-do-horizonte/>> Acesso em: 30 jun. 2015. il.

_____. *Cada um no seu estilo*. 13 out. São Paulo: Editora Abril, 1999.

_____. *Coisas da moda*. Guia. Editora Abril, 2002 il.

_____. *Com que roupa* (1). Moda. Editora Abril, 4 maio 1994 il.

VEJA. *Com que roupa (2)*. Comportamento. Editora Abril, 11 set. 1996 il.

_____. *Com que roupa (3)* Editora Abril, 2002 il.

VEJA. *Confesso que usei*. Editora Abril, maio 2004 il.

_____. *Estilo na hora de pensar no futuro*. Banco do Brasil. 2005 il.

_____. *Fiat Stilo*. Fiat automóveis. set. 2002 il.

_____. *Fora do figurino*. Editora Abril, 1991 il.

_____. *Guarda-roupa exclusivo*. Guia Veja. Editora Abril, set. 2010 il.

_____. *Hippies de boutique*. Moda. Editora Abril, mar. 1993 il.

_____. *Modelos imbatíveis*. Estilo. Editora Abril, set. 1994 il.

_____. *Nada se cria*. Moda. Gloria Kalil. Editora Abril, fev. 2000.

_____. *O (per)seguidor de tendências*. Editora Abril, abr. 2005 il.

_____. *O básico do Brasil*. Hering. Editora Abril, 11 nov. 1998 il.

_____. *Parece mas não é*. Consumo. Editora Abril, maio 2003 il.

_____. *Patrulheiras do estilo*. Editora Abril, 2004 il.

_____. *Pornô chique*. Editora Abril, dez. 2001 il.

_____. *Renner Estilo*. 11 ago. São Paulo: Editora Abril. 2010 il.

_____. *Vestidos para o sucesso*. Estilo. Editora Abril, 2003 (on-line) il.

VEJA.com. Entretenimento. 30/11/2012. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/multimedia/video/50-tons-de-cinza-e-o-novo-preto/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. *O popular*. 3. ed. Porto Alegre: LPM Editores, 1984.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIGARELLO, Georges. Panóplias corretoras: balizas para uma história. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 21-38.

VINCENT-RICARD, Françoise. *As espirais da moda*. Tradução Maria Inês Rolim. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

VISTA Direita. Amantes da Verdade. Site on-line. Disponível em:
<<http://www.vistadireita.com.br/camisetas.html>>.

VIVOS! Adoração, um estilo de vida: <<http://vivos.com.br/230.htm>>.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guaciara L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

YOUTUBE. Trabalhadores dançando. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=W2YGMDkYmLc>>.